



BALANÇO GERAL 2023

SANTA CATARINA

Volume 1
Relatório Contábil de
Propósito Geral - RCPG

**SANTA CATARINA,
FEITA POR PESSOAS**



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**
SECRETARIA DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
E DE INFORMAÇÕES FISCAIS



Catedral Metropolitana de Florianópolis
Foto: Nilton Pires Filho

SANTA CATARINA

BALANÇO GERAL DE 2023

Volume 1
Relatório Contábil de Propósito
Geral - RCPG

Jorginho dos Santos Mello
GOVERNADOR DO ESTADO

Marilisa Boehm
VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Cleverson Siewert
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Augusto Puhl Piazza
SECRETÁRIO ADJUNTO DA FAZENDA

Graziela Luiza Meinheim
DIRETORA DE CONTABILIDADE E DE
INFORMAÇÕES FISCAIS



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**
SECRETARIA DA FAZENDA
DIRETORIA DE CONTABILIDADE
E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

BALANÇO GERAL DE 2023

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

DIRETORA

Graziela Luiza Meincheim

ASSESSORIA

Vagner Alonso Pacheco

GERÊNCIA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO BALANÇO

GERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO

Rosangela Della Vechia (Gerente)

Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena

Geraldo Catunda Neto

Janice Vilsélia Pacífico da Silveira

Kely Cristina da Silva Truppel

Roberto Mosanio Duarte de Carvalho Junior

COLABORAÇÃO

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Cintia Fronza Rodrigues (Gerente)

Andréa Terezinha Vitali

Guilherme Cerutti Bueno

Jefferson Fernando Grande

Jorge Luiz Alves

Laizy da Silva

Raquel Costa Pereira

Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES FISCAIS E GERENCIAIS

Heber Lima da Costa (Gerente)

Alice Luciane Rhoden

Márcio Studart Nogueira

Maria Luiza Seemann

Mário Wendhausen Gentil

Tatiana Borges

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Michele da Silva Espindola (Gerente)

Elizabete Salazar da Silva

Ivan Grave

Marcelo Inocêncio Pereira

COORDENADORIA DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DE SANTA CATARINA

Gilmar de Oliveira Amorim (Coordenador)

Gilceu Ferreira

Marcelo Fernandes Pedrosa

COORDENADORIA DE EXECUÇÃO CONTÁBIL

Rinaldo José Valese (Coordenador)	Enalto de Oliveira Gondrige	Marcelo Carlos Botelho
Alexandra Furtado da Silva Dias	Ercí Velho de Melo Petronilio	Nadieg Sorato Pacheco
Alexandra Mara de Brito Mafra	Everaldo Elias Vieira	Ozemar Nascimento Willmer
Anderson Pereira	Graziela Gesser	Patrick Estevão Imeton Pereira
André Amaral Medeiros	Gutemberg Salles Afonso	Paulo Guilherme Orcioli Belvedere
André Luis Steffen	Isac Garcia Fernandes	Paulo Sérgio de Souza
Arcangelo Felisberto	Ísis Paz Portinho	Priscila Tais Schulle
Bruno Hubacher da Costa	Ivana Kretzer Santos	Sandro Medeiros Alves
Cristiano Severo Martins	Júlio Cesar Siqueira	Vera Lúcia Hawerroth Santana
Dielis Heder Fiorentini	Laizy da Silva	Wilson Henrique Fetzner Filho
Elisa Mayer	Luana Claudia Torres	

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS QUE COLABORARAM COM A ELABORAÇÃO DO BALANÇO

Assessoria de Comunicação - SEF
Diretoria de Administração Tributária - SEF
Diretoria de Planejamento Orçamentário - SEF
Diretoria do Tesouro Estadual - SEF
Grupo de Trabalho de Informações para a Prestação de Contas Anual do Governador, criado pela Portaria SEF nº 229/2023

REVISÃO TEXTUAL

Oficina do Texto

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Nuovo Design

FOTOS DA CAPA

Fesporte
Henrique Pizzolo
Julio Cavalheiro
Marco Favero
Maurício Vieira
Ricardo Wolffenbüttel

INFORMAÇÕES

Gerência de Prestação de Contas do Governo
balancogeralsc@sef.sc.gov.br
(48) 3665-2684
Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais

Centro Administrativo do Governo
Rodovia SC-401, nº 4.600 - Km 15
Saco Grande II - Florianópolis - SC
CEP 88032-000



MENSAGEM DO GOVERNADOR

2023, um ano em que Santa Catarina foi levada a sério

O ano de 2023 foi marcado por desafios significativos. Começamos o nosso mandato com a projeção de déficit de quase R\$ 3 bilhões e atravessamos os últimos meses do ano com desastres naturais recorrentes que castigaram boa parte de nossas cidades, destruíram estradas, causaram um rombo bilionário na agricultura e, infelizmente, também ceifaram vidas.

No entanto, mesmo diante de um cenário dramático, conseguimos fechar o primeiro ano de trabalho cumprindo grande parte do que planejamos. Encaramos as adversidades e avançamos, graças à nossa crença no diálogo e na cooperação para assegurar mais eficiência na resolução de problemas. E foi exatamente isso o que se viu no auge da calamidade trazida pelas chuvas, quando todos os Poderes e órgãos – Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça e Ministério Público – doaram recursos para ações de recuperação mais imediatas da infraestrutura dos municípios. Criamos ainda, nesse mesmo intuito, o Pronampe Emergencial, com juro zero para as cidades em estado de calamidade pública e com juro reduzido em 50% para as que decretaram situação de emergência.

Essa maior capacidade de pronta resposta aos estragos causados pelas enxurradas começou a ser planejada e colocada em prática ainda no início do ano, quando fizemos uma reorganização estratégica que nos permitiu implementar uma reforma administrativa a custo zero para reduzir e agilizar a máquina pública. Fundimos secretarias, cortamos 664 cargos comissionados, criamos pastas novas e revisamos as atribuições de muitas áreas. Em vez de perder tempo lamentando o déficit bilionário com que fomos surpreendidos ao assumir o Governo do Estado, nós agimos: implementamos o Plano de Ajuste Fiscal em Santa Catarina (Pafisc), gerando uma economia de R\$ 876 milhões em 2023 – sendo R\$ 701 milhões após a efetiva implementação do Pafisc, entre maio e dezembro. Foi essa gestão financeira responsável, aliada à nossa disposição de promover parcerias com os Poderes, com os parlamentares e com a sociedade civil, que possibilitou investir em áreas prioritárias.

No caso da Defesa Civil, nossa gestão destacou o seu caráter preventivo ao rebatizá-la de Secretaria de Proteção e Defesa Civil, atribuição muito bem desempenhada durante o episódio das cheias. Nessa linha de priorizar o foco preventivo, também nos comprometemos a construir barragens, de imediato, em Petrolândia e Mirim Doce, e vamos investir na dragagem de rios e em outras obras estruturantes. Paralelamente aos esforços de recuperação das vias afetadas pelas chuvas, o Programa Estrada Boa segue em curso, com três obras entregues e 28 em andamento. São R\$ 2,1 bilhões de investimentos nas nossas rodovias.

Na Saúde, trabalhamos incansavelmente para reduzir a fila de cirurgias eletivas, acabando com a espera de mais de 200 mil catarinenses. Essa foi outra área em que a união dos Poderes fez toda a diferença, ainda na largada da nova gestão, ajudando-nos a viabilizar recursos para combater as filas na saúde. Destaque também para a colaboração entre a Secretaria da Saúde, hospitais e corpo médico porque foi essa grande comunhão de esforços que nos permitiu implementar medidas para garantir que ninguém aguarde mais de 60 dias por um procedimento.

O Universidade Gratuita, que propicia aos jovens a realização do sonho de cursar uma faculdade sem custos, foi sem dúvida uma das grandes conquistas na Educação. Além da oferta das novas bolsas, o Programa Universidade Gratuita também garantiu a continuidade da assistência para os alunos já contemplados com bolsas no primeiro semestre de 2023. No segundo semestre do ano passado, o número de estudantes de ensino superior contemplados pelos programas de assistência financeira alcançou a marca de quase 8 mil novas bolsas de estudo (mais de 4,5 mil bolsas do Programa Universidade Gratuita e mais de 3,4 mil bolsas pelo FUMDES). Além disso, implementamos o Programa Escola Mais Segura, convocando policiais aposentados para cuidar das nossas crianças, e investimos em tecnologia para monitoramento das escolas. Ainda na área da segurança pública, a nossa decisão de manter as forças de segurança do Governo trabalhando de forma integrada tem inibido sobremaneira a ação criminosa e combatido a violência, melhorando diversos índices e nos dando grande destaque nacional.

Dessa forma, olhando para 2024, temos a confiança de que, com base nos alicerces sólidos estabelecidos no ano que passou, continuaremos ajudando Santa Catarina a seguir trilhando o caminho do progresso, da inovação e da qualidade de vida para os catarinenses e todos que escolhem a nossa terra para viver, trabalhar ou investir. Mostramos que somos um Governo que verdadeiramente prioriza o cuidado com as pessoas e que, unidos, podemos superar qualquer obstáculo e construir um futuro cada vez mais promissor.

Jorginho Mello

Governador do Estado de Santa Catarina

MENSAGEM DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Equilíbrio, transparência e visão de futuro

A reorganização das contas públicas foi uma das primeiras missões definidas na gestão do Governador Jorginho Mello. Iniciamos esse trabalho a partir de um diagnóstico das receitas e despesas do Estado nos últimos dez anos. Transformamos uma década de dados em informações que explicam nossa realidade atual. Os estudos demonstraram, por exemplo, que a arrecadação foi aquém após a pandemia da Covid-19 e que herdamos um déficit previsto de quase R\$ 3 bilhões para honrar compromissos assumidos na gestão anterior.

Houve um crescimento extraordinário dos recursos disponíveis no Tesouro do Estado nos três anos anteriores – cerca de R\$ 6 bilhões extras entre transferências da União, dispensa do pagamento das parcelas da dívida pública e aumento da arrecadação devido à inflação e ao movimento econômico (PIB). As projeções, por outro lado, indicaram que o mesmo volume de recursos extras não se repetiria em 2023.

Analizamos gastos discrepantes com maior profundidade e atenção. Só a folha do funcionalismo subiu R\$ 3,5 bilhões em 2022. Identificamos esse e outros pontos fora da curva que poderiam ser ajustados sem comprometer o bom funcionamento dos serviços públicos. Mostramos aos catarinenses que a saúde financeira do Estado inspira cuidados. Também apontamos o que seria preciso para equilibrar as contas públicas e assegurar os investimentos e serviços essenciais à população.

Esse panorama detalhado das finanças nos levou a um segundo momento de grande mobilização. Novamente, transformamos dados em informações para mapear oportunidades de novos negócios e receitas, além de eliminar despesas injustificadas e diminuir o peso da burocracia. Assim nasceu o Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina, o Pafisc. Mais do que um pacote de ações, o Pafisc reforçou o compromisso do Governo com a transparência. Tudo foi encaminhado tendo como base muito diálogo com as demais secretarias de governo, a sociedade e o setor produtivo, de forma a conciliar as necessidades da administração estadual e das pessoas com a realidade de quem produz e faz a roda da economia girar.

Simplificamos, racionalizamos processos e reduzimos o custo da máquina pública. Os esforços repercutiram na economia de cerca de R\$ 876 milhões aos cofres públicos nesse primeiro ano de gestão. Ficamos mais próximos da meta

de R\$ 1,1 bilhão em cortes de gastos com custeio, material permanente e equipamentos nesta primeira fase do Pafisc, que se estende até abril de 2024.

Também suspendemos as nomeações de aprovados em concursos públicos, com exceções analisadas pontualmente ao longo do ano pelo Grupo Gestor do Governo (GGG) e autorizadas pelo Governador Jorginho Mello. Os investimentos, por outro lado, prosseguiram com critério e racionalidade. Sobretudo nos municípios, que é onde a vida acontece. A partir de um trabalho de convergência entre os Poderes, foi instituída a legislação que criou as Transferências Especiais Voluntárias (TEVs).

O novo modelo trouxe mais segurança jurídica, transparência e celeridade às transferências. Os primeiros repasses para as administrações municipais ocorreram em agosto, concretizando acordos realizados com os prefeitos durante o Programa Santa Catarina Levada a Sério + Perto de Você. Ao longo do ano foram realizadas cerca de 682 transferências e repassados aproximadamente R\$ 537,25 milhões aos municípios em TEVs.

A combinação de incentivos ao empreendedor catarinense, a geração de emprego e renda, e a busca por novas receitas tiveram reflexos animadores sobre a economia do Estado. O resultado confirmou as projeções de crescimento realizadas no início do ano, sem afastar a condição de alerta em relação às finanças públicas.

Outra boa notícia se deu na compensação das perdas de arrecadação do ICMS decorrentes da desoneração de combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes (Lei Complementar Federal nº 194/2022). Os apelos de Santa Catarina contribuíram para a homologação do acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), que garantiu a recuperação de R\$ 896,25 milhões em 2023 (incluindo a antecipação de R\$ 597,50 milhões inicialmente previstos para 2024). Teremos ainda mais R\$ 298,75 milhões a abater das parcelas da dívida pública com a União em 2025.

Com as contas no rumo certo, o Governador cumpriu o compromisso de não aumentar nem criar novos impostos em 2023. Muito além disso. O Estado investiu em medidas sociais e econômicas para ajudar famílias e empreendedores catarinenses que sofreram prejuízos decorrentes das chuvas nos meses de outubro e novembro. Somadas, as duas etapas do Programa Recupera Santa Catarina ajudaram a alavancar R\$ 2,5 bilhões em recursos para a economia estadual. Aprovado na Assembleia Legislativa em dezembro, o Programa Recupera Mais também estará em pleno funcionamento neste início de 2024. Ao incentivar empresas devedoras que buscam voltar à situação de regularidade, o Poder Executivo projeta recuperar até R\$ 1,5 bilhão em impostos já inscritos em dívida ativa.

Também aprovamos no Legislativo um pacote tributário com medidas que envolvem a revogação, a prorrogação e a concessão de incentivos fiscais de caráter social e ambiental. Além do desenvolvimento econômico garantido pela desburocratização no meio fiscal, as ações devem ter impacto na vida de pelo menos um milhão de catarinenses.

Exemplo foi a prorrogação, até 2026, da redução da base de cálculo para os produtos da cesta básica - estabelecemos a carga tributária mínima em 7%. O pacote também garantiu a isenção do ICMS na compra de veículos para as pessoas com Síndrome de Down e isentou do imposto as operações internas envolvendo produtos de locomoção destinados a pessoas com deficiência. O mesmo benefício foi concedido ainda nas operações com a administração pública referentes a produtos de higiene menstrual a serem distribuídos à população.

Ainda há muito o que avançar, mas os números e todas as realizações deste primeiro ano de Governo indicam que estamos no caminho certo para construir um futuro financeiro sustentável e com cada vez mais desenvolvimento para Santa Catarina. A visão de Governo do Governador Jorginho Mello vai além desta gestão, projetando os próximos 20 anos. Seguimos esse mesmo propósito na Fazenda. Santa Catarina tem pressa e merece ser pensada para as próximas duas décadas.

Cleverson Siewert

Secretário de Estado da Fazenda

MENSAGEM DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Balanço Geral do Estado: instrumento de transparência e prestação de contas

Anualmente, em conformidade com o previsto no art. 71, IX, da Constituição Estadual, o Governador do Estado deve prestar contas à população para demonstrar como os recursos públicos, provenientes principalmente da arrecadação de impostos, foram aplicados e quais os resultados alcançados na gestão desses recursos.

A prestação de contas do Governador se materializa no Balanço Geral do Estado, que é um importante instrumento de transparência, pois permite o acesso às informações sobre os gastos públicos realizados, favorecendo assim a fiscalização da gestão pública pela sociedade.

Além do controle social, as contas públicas também são fiscalizadas pelo Poder Legislativo, cabendo ao Tribunal de Contas avaliar a gestão orçamentária, patrimonial, financeira e fiscal, e emitir o Parecer Prévio recomendando a aprovação ou a rejeição das contas para posterior julgamento pela Assembleia Legislativa.

Os dados apresentados neste Balanço Geral demonstram a situação das contas públicas ao final da gestão do ano de 2023 e estão consolidados com as informações da execução orçamentária dos Poderes Executivo, Legislativo (Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas) e Judiciário, assim como do Ministério Público.

A responsabilidade pela elaboração, organização e consolidação dos dados desta prestação de contas cabe à Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. Ressalta-se, porém, que esses dados são oriundos dos registros da execução dos recursos do orçamento dos diversos órgãos e das entidades da administração pública estadual no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), o sistema oficial de gestão financeira de Santa Catarina. Além dos dados registrados no SIGEF, no que se refere aos temas específicos, são apresentadas informações de outros sistemas estruturantes do Estado, como o Sistema de Arrecadação Tributária (S@T) e o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH). Já em relação ao

capítulo Desempenho das Áreas, os dados apresentados neste Balanço foram fornecidos pelos órgãos e pelas entidades estaduais, e têm o intuito de propiciar uma visão mais detalhada das ações do Governo. Portanto, compete a cada órgão e entidade a responsabilização pela fidedignidade, a consistência e a veracidade dos dados e das informações apresentados neste Balanço Geral.

Quanto ao rigor técnico para organizar e apresentar esta prestação de contas anual, bem como para elaborar o conteúdo dos relatórios e demais demonstrativos, foram observadas as disposições legais e os normativos que disciplinam a matéria: Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional; e Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado nº TC-20, de 31 de agosto de 2015, que disciplina a remessa de informações e de demonstrativos contábeis ao Tribunal de Contas do Estado.

O Balanço Geral do Estado de 2023 está dividido em quatro volumes, além da mensagem apresentada pelo Governador na abertura da sessão legislativa. O Volume 1 - Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) contém informações de natureza administrativa, econômica, social, fiscal e orçamentária do Estado, assim como as demonstrações contábeis e suas notas explicativas. O Volume 2 - Anexos do Balanço compreende os anexos exigidos pela Lei Federal nº 4.320/1964, observadas as alterações posteriores e as demais normas legais e regulamentares pertinentes em vigor, assim como os demonstrativos exigidos pela Instrução Normativa nº TC-20/2015. O Volume 3 - Relatório de Atividades do Poder Executivo possibilita o acompanhamento físico e financeiro dos programas governamentais, bem como das ações priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por fim, o Volume 4 - Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo traz uma análise sobre a execução dos orçamentos, conforme prevê o art. 47, parágrafo único, da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, e o art. 70 da Resolução nº TC-06/2001.

Mais do que observar os aspectos técnicos e legais, e garantir o atendimento das normas, o intuito desta prestação de contas é proporcionar a compreensão sobre a gestão das finanças públicas pelo cidadão e o conhecimento sobre as ações implementadas e os resultados alcançados pelo Governo do Estado, e assim fazer a sua própria avaliação. Nesse sentido, entende-se que as iniciativas de transparência relacionadas à prestação de contas governamental aproximam o poder público da sociedade, favorecem o exercício da cidadania e fortalecem a democracia. Para isso, sempre que possível, busca-se empregar linguagem simples, acessível e menos técnica, de forma que dados técnicos complexos possam ser transformados em informações compreensíveis, com exposições mais gráficas e visuais para facilitar o entendimento de quem lê.

Outra iniciativa da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais para fomento da transparência e do controle social é o Balanço Cidadão, publicação que tem por base o Balanço Geral do Estado, mas que apresenta a prestação de contas de maneira descomplicada e objetiva, facilitando a compreensão dos cidadãos sobre as finanças públicas e constituindo-se num instrumento de educação fiscal.

Por fim, informa-se que no site oficial da Secretaria de Estado da Fazenda (<http://www.sef.sc.gov.br>) podem ser consultadas as prestações de contas do Estado dos últimos anos, o Resumo do Balanço, que contém os principais indicadores estaduais, as avaliações do Tribunal de Contas sobre as prestações de contas e o Balanço Cidadão.

Graziela Luiza Meinheim

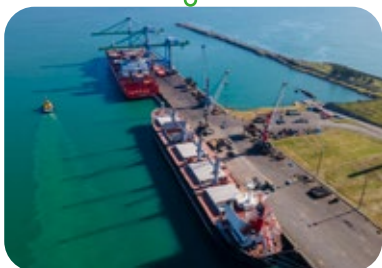
Contadora-Geral do Estado

Diretora de Contabilidade e de Informações Fiscais

SUMÁRIO

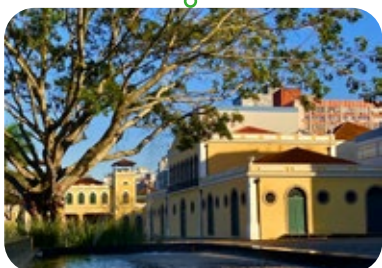


SANTA CATARINA	16
GESTÃO ADMINISTRATIVA	20
ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	21
SANTA CATARINA LEVADA A SÉRIO	23
Santa Catarina Levada a Sério + Perto de Você	24
Programa Recupera Santa Catarina	26
Programa Universidade Gratuita	29
Programa Estrada Boa	30
Cirurgias Eletivas	30
AÇÕES PARA AUMENTO DA ARRECADAÇÃO	30
Plano de Ajuste Fiscal	31
Pacote Tributário	31
Compensação de ICMS	32
Receita com Imposto de Renda Retido na Fonte	32
Novos Rumos	33
Profisco II	33
Programa de Parcerias e Investimentos	34
VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES	34
Auxílio-Alimentação	34
Previdência	35
DESEMPENHO DO ESTADO	36
Ranking de Competitividade dos Estados	36
Ranking de Sustentabilidade dos Estados	37
Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	38



ECONOMIA CATARINENSE **39**

PRODUTO INTERNO BRUTO	41
COMÉRCIO EXTERIOR	44
Exportações Catarinenses	44
Importações Catarinenses	46
MERCADO DE TRABALHO	48
Estoque de Empregos	48
Registro de Empresas	49
Taxa de Desocupação	50



DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO **51**

ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA	52
AGRICULTURA	56
ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA	63
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	67
CULTURA	70
DEFESA CIVIL	74
EDUCAÇÃO	77
ESPORTE	82
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO	88
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	94
MEIO AMBIENTE E ECONOMIA VERDE	102
PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS	106
SAÚDE	111
SEGURANÇA PÚBLICA	118
TURISMO	126



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA **129**

DE ONDE VIERAM OS RECURSOS ESTADUAIS DE 2023	132
ONDE FORAM APLICADOS OS RECURSOS ESTADUAIS EM 2023	133
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	134
RECEITAS	135
Receitas Correntes	138
Receitas de Capital	150
Receitas Intraorçamentárias	151
Participação dos Poderes e Órgãos nas Receitas do Estado	152
DESPESAS	153
Despesa Total Executada	156
Pessoal e Encargos Sociais	159
Manutenção dos Serviços Públicos	161
Investimentos	164
Dívida Pública	167
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	168
Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	169
Despesas de Exercícios Anteriores	169
Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2023	170
Execução dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - 2017 a 2022	171



INDICADORES FISCAIS **172**

INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	174
Despesa com Pessoal	175
Dívida Consolidada Líquida	177
Operações de Crédito	178
Garantias e Contragarantias	178
Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar	179
Resultado Nominal	180
Resultado Primário	180

Receitas e Despesas _____	181
Receitas e Despesas Previdenciárias _____	181
LIMITES CONSTITUCIONAIS _____	183
Saúde _____	183
Educação _____	184
Remuneração dos Profissionais da Educação Básica _____	185
Relação entre Despesas e Receitas Correntes _____	185
LIMITES DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL _____	185
Educação Superior _____	186
Ciência e Tecnologia _____	187
Emendas Individuais de Parlamentares _____	187
Educação Especial _____	188

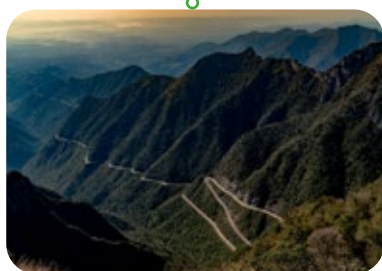
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 190

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO _____	191
BALANÇO FINANCEIRO _____	196
BALANÇO PATRIMONIAL _____	199
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS _____	218
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA _____	221
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO _____	226



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 228

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS _____	229
BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS _____	231
BALANÇO PATRIMONIAL _____	252
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS _____	314
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA _____	318
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO _____	321
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO _____	322
BALANÇO FINANCEIRO _____	325
OUTRAS NOTAS RELEVANTES _____	326



Mais sobre SANTA CATARINA

295 municípios

1% do território nacional

Área territorial
95.730,690 km²
(IBGE, 2022)

**População
7.610.361 pessoas**

3% da população
brasileira
(IBGE, 2022)

**Capital
Florianópolis**

**79,49 habitantes
por km²**

Densidade
demográfica
(IBGE, 2022)

80,9 anos

Maior expectativa de vida do Brasil
Mulheres: 84,1
Homens: 77,7
(IBGE, 2023)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO ESTADO EM 2023

35

Secretarias de
Estado e Órgãos

4

Secretarias
Executivas

46

Fundos

4

Empresas Estatais
Dependentes
(2 em liquidação)

12

Empresas Estatais
não Dependentes
(1 em liquidação)

6

Fundações

7

Autarquias

**Receita líquida
arrecadada**

R\$ 45,66 bilhões

↑ 7,6%
2023/2022

**Despesa
executada**

R\$ 43,93 bilhões

↑ 0,7%
2023/2022

**6° maior PIB
nacional**

R\$ 428,57 bilhões

↑ 6,8%
(IBGE, 2021)

Exportações

US\$ 11,6 bilhões

↓ -3,3%
2023/2022

Importações

US\$ 28,8 bilhões

↓ -0,7%
2023/2022

**Saldo da balança
comercial**

US\$ -17,2 bilhões

Déficit
2023

3,4%

Participação nas
exportações
nacionais

9°

Ranking de
exportações

11,9%

Participação nas
importações
nacionais

2°

Ranking de
importações

R\$ bilhões

	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
Ativo Bens e direitos	83,790	75,343	Passivo Obrigações	172,878	152,828
			Patrimônio Líquido Ativo - Passivo	(89,088)	(77,484)

Um pouco de história

Você sabia?

O **primeiro município** oficial de Santa Catarina surgiu em 1660, sendo intitulado Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco. A vila foi elevada à condição de cidade pela Lei Provincial nº 249/1847 e hoje é conhecida como **São Francisco do Sul**.

Logo após o surgimento de São Francisco do Sul, foi instituído o município de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, que atualmente é chamado somente de **Laguna**.

A região de Nossa Senhora do Desterro passou a ser **Florianópolis** em 1726.

Com o surgimento de São Francisco do Sul, Laguna e Florianópolis, o litoral catarinense foi administrativamente seccionado em três "núcleos": Norte (São Francisco do Sul), Centro (Florianópolis) e Sul (Laguna).

A Região Serrana pertencia a São Paulo (o Estado do Paraná foi criado em 1853). No reinado de D. Pedro I, Lages (planalto de Santa Catarina) foi anexada ao território catarinense. O Extremo-Oeste foi definitivamente anexado ao território catarinense após a Guerra do Contestado.

O **município mais jovem** de Santa Catarina (e também do Brasil) é **Pescaria Brava**, criado em 25 de outubro de 2003 pela Lei nº 12.690/2003.

A **população de Santa Catarina passou por um processo de "litoralização" acentuada** nos últimos 12 anos. Conforme demonstra o Censo do IBGE de 2022, todo o litoral catarinense registrou crescimento populacional. Enquanto isso, o interior perdeu habitantes em diversos municípios, especialmente nas regiões Serrana e Oeste do Estado.

O **município mais populoso** de Santa Catarina é **Joinville**, com **616.323 pessoas**. Isso resulta em uma densidade demográfica de 546,4 habitantes por quilômetro quadrado. Joinville é a 34ª cidade mais populosa do Brasil e a 3ª na região Sul do País.

Santiago do Sul tem a **menor população** de Santa Catarina. O município do Oeste catarinense possui **1.651 habitantes**.

Santa Catarina tem **2.805.815 domicílios ocupados**. Isso equivale a 80,9% do total de residências no Estado, já que outras 8,8% estão vagas e 10,3% são de uso ocasional (domicílios permanentes, mas de aproveitamento esporádico).

Há uma média de **2,71 moradores por domicílio catarinense ocupado**. O resultado é próximo da média brasileira, de 2,79.



Gestão Administrativa



Centro Administrativo
Foto: Jonatã Rocha/SECOM

GESTÃO ADMINISTRATIVA

O ano de 2023 marcou o início da gestão do Governador Jorginho dos Santos Mello, que apresentou um modelo de administração atuante na busca pela eficiência da máquina pública. Os resultados positivos do ano foram obtidos com muito planejamento, que contou com o trabalho de servidores qualificados, o contínuo aperfeiçoamento da administração tributária e o zelo com o gasto público. Assim, foi possível aprimorar o nível de prestação de serviços à população e investir em projetos prioritários.

ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Na gestão desse Governo, a estrutura administrativa do Estado foi alterada por meio da Lei nº 18.646, de 5 de junho de 2023, com o objetivo de organizar a máquina pública e torná-la mais eficiente.

Com a referida lei, o Governo do Estado criou quatro secretarias e uma secretaria executiva, desmembradas a partir da estrutura administrativa anteriormente estabelecida. Foram modificados os nomes de nove secretarias, e 14 entidades tiveram suas vinculações alteradas. O modelo de reforma administrativa implementado pelo Governo catarinense garantiu a criação da estrutura a custo zero.

Alterações na Estrutura Administrativa de Santa Catarina Lei nº 18.646/2023

Secretarias Criadas

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)

Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF)

Secretaria de Estado do Turismo (SETUR¹)

Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca (SAQ)

¹ A Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) absorverá as atividades da Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (SANTUR), em extinção pela Lei nº 18.646/2023.

Alterações de Nomes das Secretarias e Entidades	Nome Anterior	Novo Nome
	Casa Civil (CC)	Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)
	Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR)	Secretaria de Estado da Agricultura (SAR)
	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS)	Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS)
	Defesa Civil (DC)	Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC)
	Casa Militar (CM)	Secretaria Executiva da Casa Militar (SCM)
	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço (SICOS)
	Secretaria Executiva do Meio Ambiente (SEMA)	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE)
	Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais (SAI)	Secretaria Executiva de Articulação Internacional (SAI)
	Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF)	Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC)

Alterações de Vinculações	Entidade	Vinculação anterior Lei nº 789/2021	Nova vinculação Lei nº 18.646/2023
	Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)	Gabinete do Governador do Estado (GGE)
	Fundação Catarinense de Cultura (FCC)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)	Gabinete do Governador do Estado (GGE)
	Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)	Gabinete do Governador do Estado (GGE)
	Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO/SC)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço (SICOS)
	Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço (SICOS)
	Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS)	Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS)
	Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)	Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial	Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)
	Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC)	Como Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF) estava vinculada à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE)	Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Alterações de Vinculações	Entidade	Vinculação anterior Lei nº 789/2021	Nova vinculação Lei nº 18.646/2023
	Fundação Escola de Governo (ENA)	Secretaria de Estado da Administração (SEA)	Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN)
	Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (IAZPE)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)	Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF)
	SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)	Gabinete do Governador do Estado (GGE)	Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF)
	Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE)
	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)
	Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)	Secretaria de Estado da Administração (SEA)	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)

Somada às mudanças organizacionais no ano de 2023, foi implementada uma série de ações governamentais voltadas ao desenvolvimento do Estado, como as apresentadas a seguir.

SANTA CATARINA LEVADA A SÉRIO

O Programa Santa Catarina Levada a Sério foi criado tendo como objetivos principais:

- *desenvolver prioritariamente a educação básica;*
- *fomentar a educação superior comunitária;*
- *restabelecer a infraestrutura e o atendimento de média e alta complexidade dos hospitais próprios do Estado;*
- *garantir a segurança de todos os habitantes do Estado; e*
- *desenvolver projetos e políticas públicas que estimulem o desenvolvimento rural.*

Integram o Programa Santa Catarina Levada a Sério os planos e as ações desenvolvidas pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual, tais como:

- **Santa Catarina Levada a Sério + Perto de Você**, que objetiva desenvolver as diretrizes fixadas no plano de governo em coordenação com as associações de municípios;
- **Plano de Ajuste Fiscal (Pafisc)**, que visa o crescimento das receitas e a contenção das despesas estaduais.

Santa Catarina Levada a Sério + Perto de Você

O Programa Santa Catarina Levada a Sério + Perto de Você tem o propósito de aproximar cada vez mais o Governo do Estado da população que vive nos municípios de Santa Catarina e ouvir as demandas mais importantes.

Com esse intuito, em 2023, o Governo adotou um novo modelo que trouxe mais segurança jurídica e transparência aos investimentos já realizados, além de criar uma forma mais célere de efetuar novas transferências aos municípios. Com o objetivo, ainda, de viabilizar a retomada de obras e de projetos importantes para os catarinenses, foi publicada no dia 10 de agosto de 2023 a Lei Estadual nº 18.676, que regulamentou as Transferências Especiais Voluntárias (TEVs) aos municípios, previstas no art. 123, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Transferências Especiais Voluntárias em 2023

R\$ 537,25 milhões pagos

228 municípios beneficiados

A regulamentação permitiu ao Estado repassar R\$ 537,25 milhões em 2023 por meio das TEVs para 228 municípios catarinenses, conforme detalhamento a seguir.

Transferências Especiais Voluntárias Realizadas em 2023

Município Receptor	Valor Pago (R\$ milhões)
Chapecó	27,20
Blumenau	20,03
Criciúma	18,50
Tubarão	12,80
São Miguel do Oeste	9,29
Dionísio Cerqueira	9,11
Mafra	8,75
Lages	8,28
São José	7,95
Araranguá	8,00
Içara	6,73
Forquilha	6,46
São Ludgero	6,20
Balneário Piçarras	5,75
Rio do Sul	5,69
Braço do Norte	5,68
Xanxerê	5,00

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Município Receptor	Valor Pago (R\$ milhões)
Antônio Carlos	4,99
Bombinhas	4,86
Caçador	4,85
Pomerode	4,82
São Joaquim	4,69
Biguaçu	4,60
Rio Negrinho	4,57
Anita Garibaldi	4,46
Guaramirim	4,43
Lauro Müller	4,25
Camboriú	4,19
Tangará	4,15
Santo Amaro da Imperatriz	4,13
Timbó	4,00
Jaraguá do Sul	4,00
Pouso Redondo	3,99
Sangão	3,93
Demais Municípios	290,94
TOTAL	537,25

A maior parte dos recursos transferidos foi aplicada na função Transporte (77%). Essa função abrange, por exemplo, construção de rodovias, investimentos na melhoria da mobilidade urbana, recuperação de pontes destruídas pelas chuvas, aquisição de equipamentos rodoviários e de materiais para reconstrução de estradas, e contratação de horas-máquina.

Relação de TEVs por Função em 2023

Função	Valor Pago (R\$ milhões)
Transporte	412,66
Administração	29,37
Desporto e Lazer	23,94
Saúde	14,13
Habitação	12,73
Comércio e Serviços	12,69
Educação	12,16
Assistência Social	6,90
Agricultura	5,60
Demais Funções	7,07
TOTAL	537,25

O novo modelo de transferências também possibilitou ao Estado viabilizar o Programa Recupera Santa Catarina e atender de forma rápida os municípios catarinenses impactados pelas fortes chuvas, temporais, inundações e alagamentos que ocorreram no último trimestre de 2023.

Programa Recupera Santa Catarina

Intensas chuvas atingiram Santa Catarina nos meses de outubro e novembro de 2023. Aproximadamente 70% dos municípios do Estado foram impactados pelas chuvas, totalizando 209 cidades. Entre elas, 195 prefeituras decretaram situação de emergência, enquanto outras 14 decretaram estado de calamidade pública.

Para auxiliar as famílias e os empreendedores catarinenses atingidos, o Governo instituiu o Programa Recupera Santa Catarina, abrangendo medidas sociais e econômicas como a destinação de recursos emergenciais para a reconstrução das estruturas dos municípios afetados. Os valores foram repassados na modalidade Transferência Especial Voluntária, regida pela Lei nº 18.676/2023.

O Efeito das Chuvas em Santa Catarina em 2023



209

municípios catarinenses atingidos (70% dos municípios)



4,1

milhões de pessoas afetadas direta ou indiretamente



11

óbitos



195

municípios em situação de emergência



14

municípios em situação de calamidade pública

Principais Setores Econômicos Afetados

Indústria Têxtil
Metalmeccânico
Construção Civil
Cerâmica

Móveis
Madeireiro
Automóveis

Agrícola
(principalmente as culturas de arroz, banana, maracujá e tomate)

Produção Alimentar
Indústria Naval
Tecnologia

Fonte: <https://www.recuperasantacatarina.com.br>

Ações Emergenciais Realizadas para Minimizar o Efeito das Enchentes

Operação das barragens de Taió, Ituporanga e José Boiteux, pela Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil.

A operação das barragens impediu que os rios alcançassem níveis mais altos, evitando enchentes ainda piores.

Apoio da Assistência Social para mais de **35 mil** pessoas em abrigos municipais.

246 mil itens de ajuda humanitária distribuídos:

- água potável
- cestas básicas
- colchões
- kits de higiene e limpeza
- telhas

A Polícia Militar realizou **1.435 ações** de ajuda humanitária durante as fortes chuvas.

O SAMU registrou mais de **2 mil** atendimentos no Alto Vale do Itajaí em 10 dias.

A Polícia Civil reforçou o efetivo e usou a aeronave para levar ajuda humanitária.

A Polícia Científica realizou as perícias criminais, de medicina legal e identificação das vítimas relacionadas aos eventos climáticos.



Maior número de forças-tarefas da história do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina no atendimento aos municípios atingidos:

- **Atuação de mais de 1.600 bombeiros**
- **Mais de 2.000 atendimentos**

Força-tarefa do Corpo de Bombeiros em Rio do Sul para atendimento às pessoas atingidas pela enchente
Foto: Roberto Zacarias/SECOM

Além das respostas emergenciais coordenadas pelo Governo do Estado durante os eventos climáticos, outras ações sociais e econômicas foram realizadas.

Ações Sociais e Econômicas para Minimizar o Efeito das Enchentes

<p>Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família</p> <ul style="list-style-type: none"> • Auxílio emergencial para municípios com abrigos • Apoio técnico sobre utilização de recursos do cofinanciamento estadual e de recursos federais • Orientações sobre abertura e gestão de abrigos • Elaboração do Plano de Trabalho para famílias atingidas e encaminhamento de cadastros a programas sociais 	<p>Secretaria de Estado da Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> • Campanha de orientação para cuidados na luta contra doenças decorrentes das cheias 	<p>Secretaria de Estado da Fazenda</p> <ul style="list-style-type: none"> • Postergação do ICMS para empresas que tiveram prejuízos com as cheias • Liberação dos portos • Suspensão de obrigações acessórias (DIME, EFD, Sintegra e CND)
<p>Secretaria de Estado do Planejamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Doações da iniciativa privada via Federação Catarinense de Municípios 	<p>Detran</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prazos suspensos por até 30 dias 	<p>Polícia Científica</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mutirão itinerante para a emissão gratuita de carteira de identidade
<p>Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina</p> <ul style="list-style-type: none"> • Liberação de licenças para obras emergenciais de prevenção e mitigação de cheias • Prorrogação dos prazos de licenças e suspensão dos prazos processuais por 90 dias 	<p>Secretaria de Estado da Casa Civil</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prorrogação de 60 dias na prestação de contas dos municípios que receberam TEVs e convênios 	<p>Casan</p> <ul style="list-style-type: none"> • Subsídio ao excedente do consumo de água usada na limpeza • Suspensão do corte de água das unidades atingidas pelas enchentes • Parcelamento dos débitos em atraso
<p>Celesc</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parcelamento dos débitos em atraso • Suspensão do corte de energia das unidades atingidas pelas enchentes 	<p>BRDE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concessão de linhas de crédito e revisão das operações vigentes 	<p>BADESC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação do Pronampe Emergencial com foco no micro e pequeno empreendedor afetado pelas chuvas

Programa Universidade Gratuita

O Programa Universidade Gratuita foi criado em 2023 pela Lei Complementar nº 831/2023 e regulamentado pelo Decreto nº 219/2023. Em conformidade com o art. 170 da Constituição do Estado, o programa tem como objetivo principal fomentar a educação superior, em nível de graduação, no Estado de Santa Catarina, priorizando os estudantes de cursos que sejam ofertados pelas fundações e autarquias municipais universitárias e por entidades sem fins lucrativos de assistência social que cumpram os requisitos legais e regulamentares.

Os recursos distribuídos sob a forma de assistência financeira às instituições universitárias deverão ser por elas destinados ao pagamento das mensalidades dos cursos de graduação, até a sua conclusão, dos estudantes que cumprirem os requisitos legais e regulamentares.

A previsão é a de que sejam ofertadas 70 mil vagas gratuitas no ensino superior até 2026.

Quem pode ser beneficiado pelo Programa Universidade Gratuita?

Estudante:

- regularmente matriculado em instituição universitária que aderiu ao programa;
- hipossuficiente, segundo o índice de carência (IC);
- natural de Santa Catarina ou que resida no Estado há mais de cinco anos;
- que esteja cursando a primeira graduação com recursos públicos estaduais, desconsiderando para esse fim os cursos de licenciatura curta;
- que, preferencialmente, seja oriundo do ensino médio ou equivalente de escolas das redes públicas de ensino catarinenses ou de instituições privadas, com bolsa integral ou parcial; e
- que possua renda familiar per capita inferior a oito salários mínimos para cursos de medicina ou quatro salários mínimos para os demais cursos.

Qual o valor da Assistência Financeira?

Integralidade da mensalidade do curso.

Qual o prazo de duração da Assistência Financeira?

Até o final do curso desde que cumprido o estabelecido em legislação.

Qual a contrapartida que será exigida do estudante beneficiado?

20 horas mensais de prestação de serviço à população, voltado à formação do estudante e executado na região onde o beneficiado cursa sua graduação, sendo proporcional ao tempo que o estudante usufruiu da assistência financeira fornecida pelo Estado.



Mais informações sobre o Programa Universidade Gratuita são apresentadas no capítulo Desempenho das Áreas deste Balanço.

Programa Estrada Boa

Santa Catarina possui 131 rodovias estaduais, com 615 segmentos de trecho de interligações, acessos, contornos e pontes, totalizando mais de 6 mil quilômetros de malha rodoviária, dos quais 81,74% estão pavimentados.

O modal rodoviário é fundamental para a economia catarinense, pois contribui com a geração de empregos, uma melhor distribuição da renda, o escoamento da produção e o desenvolvimento regional.

Pensando nisso, em 2023 o Governo do Estado lançou o Programa Estrada Boa, que contemplará obras em 60 rodovias, com previsão de investimentos de R\$ 2,1 bilhões. Esse programa tem como objetivo restaurar, implantar e revitalizar mais de 1,5 mil quilômetro de estradas estaduais.

Ao final de 2023, 28 rodovias estavam com obras sendo executadas pelo programa.

Rodovias com Obras em Andamento ao Final de 2023 Executadas pelo Programa Estrada Boa

SC-108	SC-281	SC-401	SC-442
SC-110	SC-283	SC-406	SC-445
SC-120	SC-290	SC-414	SC-452
SC-150	SC-305	SC-418	SC-462
SC-155	SC-340	SC-434	SC-465
SC-156	SC-350	SC-435	SC-484
SC-160	SC-370	SC-437	SC-492

Fonte: Diretoria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura – Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade

Cirurgias Eletivas

A fim de restabelecer a infraestrutura e o atendimento de média e alta complexidade dos hospitais próprios do Estado, previsto no Programa Santa Catarina Levada a Sério, avanços significativos foram obtidos na realização de cirurgias. No ano de 2023, foram realizadas 124.983 cirurgias eletivas em pacientes internados, além de mais de 76 mil procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, totalizando mais de 200 mil cirurgias.

AÇÕES PARA AUMENTO DA ARRECADAÇÃO

No ano de 2023 muitas ações foram realizadas para aumentar a arrecadação do Estado, sem o aumento de impostos, como o contínuo aperfeiçoamento da administração tributária, o Plano de Ajuste Fiscal, a contratação de operações de crédito, a compensação de ICMS e estudos sobre a aplicação das novas regras de retenção do imposto de renda. Também foram revistos benefícios fiscais, objetivando beneficiar a população catarinense.

Plano de Ajuste Fiscal

O Plano de Ajuste Fiscal (Pafisc), criado em 2023, teve o propósito de buscar novas receitas para o Estado, cortar despesas e reduzir a burocracia para o contribuinte.

As medidas definidas para cortar despesas consideradas não essenciais garantiram uma economia aproximada de R\$ 876 milhões em 2023, sendo R\$ 701 milhões após a efetiva implementação do Pafisc, entre maio e dezembro.



No âmbito da receita, o Pafisc sustenta três pilares:

1. *revisão de benefícios fiscais;*
2. *adoção de medidas que promovam o ingresso de novas receitas no Tesouro Estadual e otimizem a arrecadação; e*
3. *desburocratização das obrigações acessórias por parte dos contribuintes, a fim de facilitar o empreendedorismo.*

Mudanças na legislação definidas em cinco ações do Pafisc devem garantir aumento de R\$ 265 milhões/ano em receitas para o caixa estadual. Nenhuma alteração envolve o aumento de alíquota ou a criação de mais impostos.

Em se tratando da revisão dos benefícios fiscais, foi aprovado um Pacote Tributário, detalhado a seguir, convertido nas Leis nºs 18.802/2023, 18.808/2023, 18.810/2023, 18.827/2024, 18.831/2024 e 18.847/2024.

Pacote Tributário

Com o objetivo de reduzir a burocracia no ambiente fiscal, fortalecer a competitividade do setor produtivo e estimular os negócios, o Governo do Estado desenvolveu uma série de medidas que envolvem a revogação, a prorrogação e a concessão de novos benefícios fiscais em Santa Catarina.

Além de promover o desenvolvimento econômico, as ações também terão impacto social, como a prorrogação dos benefícios concedidos aos produtos da cesta básica, o aumento dos valores mínimos para a isenção do ITCMD e a concessão de benefícios para pessoas com deficiência e para a população de baixa renda.

Prorrogação de benefícios

- Cesta básica
- Suínos vivos
- Bares e restaurantes
- Preparação de pães

Renúncia fiscal estimada no ano: R\$ 455,6 milhões

Novas concessões

- ITCMD: 3 tipos de benefícios
- ICMS Social e Ambiental: 17 tipos de benefícios
- ICMS Fomento Agroindústria: 2 tipos de benefícios

Renúncia fiscal estimada no ano: R\$ 40,9 milhões

Substituição tributária

Retorno de bebidas quentes ao regime de substituição tributária

Empresas impactadas: 644

Aumento de arrecadação estimado no ano: R\$ 59 milhões

Compensação de ICMS

Em 2023, os Estados assinaram um acordo com a União para a compensação aos cofres públicos das perdas de arrecadação, no ano de 2022, causadas pelo impacto com base na Lei Complementar nº 194/2022, a qual considerou itens como combustíveis, energia elétrica e transporte coletivo como bens e serviços essenciais, reduzindo consideravelmente o valor de ICMS recebido por Santa Catarina em 2022.

R\$ 896,25 milhões

Receita de
compensação de ICMS

O acordo homologado, prevê a compensação dos seguintes valores para Santa Catarina:

Compensação de ICMS - Lei Complementar nº 194/2022

Ano	Valor (R\$ milhões)
2023	298,75
2024	597,50
2025	298,75
TOTAL	1.195,00

O valor previsto para ser recebido em 2023 (R\$ 298,75 milhões) foi compensado com parte do valor que o Estado deveria pagar no ano da sua dívida pública. Além desse valor compensado, Santa Catarina recebeu antecipadamente R\$ 597,50 milhões, que estavam previstos para serem recebidos em 2024.

Assim, a receita de compensação de ICMS recebida em 2023 por Santa Catarina foi R\$ 896,25 milhões.

Receita com Imposto de Renda Retido na Fonte

Santa Catarina garantiu uma arrecadação extra de aproximadamente R\$ 73 milhões em 2023 com a aplicação das novas regras de retenção do imposto de renda (IR) sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços à administração estadual. As mudanças entraram em vigor no dia 1º de junho e envolveram todos os órgãos da administração direta, autarquias e fundações públicas que efetuaram pagamentos aos fornecedores de bens e prestadores de serviços. Trata-se da ampliação das hipóteses de retenção de imposto de renda, de maneira análoga às aplicadas pela União, em observância ao princípio da isonomia, o que acompanha a jurisprudência do STF, em que prevaleceu o entendimento de que os estados e os municípios têm o direito de se apropriar do IR retido sobre os rendimentos pagos a qualquer título, nas mesmas hipóteses de retenção adotadas pela União e observando as alíquotas aplicáveis aos órgãos da administração pública federal, com base na Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e em alterações posteriores.

**Arrecadação extra de
mais de
R\$ 73 milhões**

com a aplicação
das novas regras de
retenção de imposto
de renda, sem
aumentar o imposto

Ressalta-se, porém, que não se trata de uma nova cobrança ou de aumento de impostos por parte do Governo estadual. O imposto de renda é tributo federal, pertencendo à Santa Catarina o produto da arrecadação de sua retenção na fonte sobre os rendimentos pagos pelo Estado, suas autarquias e fundações, a qualquer

título. Destaca-se ainda que o IR retido e arrecadado pelo Estado já era recolhido pelos prestadores e fornecedores à União, que passaram então a contar com crédito tributário a ser descontado dos impostos devidos ao Governo Federal.

Novos Rumos

Santa Catarina recebeu, em 2023, R\$ 18,80 milhões oriundos de uma operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), referente ao Programa Novos Rumos, autorizado pela Lei nº 17.186, de 3 de julho de 2017.

O valor recebido deve ser destinado à implantação, pavimentação ou restauração de rodovias, com serviços associados de supervisão e gerenciamento que contribuam para a melhoria da infraestrutura rodoviária do Estado de Santa Catarina nas seguintes vias:

- SC-110 - trecho Pomerode ao pé de serra (divisa de Jaraguá do Sul e Pomerode);
- SC-108 - trecho Jacinto Machado a Praia Grande;
- SC-283 - trecho Águas de Chapecó a Palmitos;
- SC-350 - trecho Abelardo Luz a Passos Maia; e
- SC-451 - trecho Frei Rogério a Fraiburgo.

R\$ 18,80 milhões

Operação de Crédito
Novos Rumos

Profisco II

No final de 2023 foi assinado o contrato que garante um empréstimo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de US\$ 50 milhões para o Estado de Santa Catarina, valor a ser recebido a partir de 2024. Esse valor será usado para financiar, de forma parcial, o Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina (Profisco II).

O principal objetivo do programa é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado. Os recursos serão investidos em uma série de iniciativas e produtos voltados à melhoria da gestão fiscal e à qualificação do gasto público, como incremento do parque tecnológico (novos equipamentos, atualização de softwares, etc.) e do emprego de inteligência artificial.

Além da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC), a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria de Estado da Administração e a Controladoria-Geral do Estado também serão atendidas com projetos.

A linha de crédito vai permitir a modernização da gestão fiscal a partir de três frentes de execução. A primeira procura melhorar os instrumentos de gestão, atualizar a infraestrutura tecnológica e aumentar a transparência fiscal. A segunda é dedicada a simplificar as obrigações acessórias dos contribuintes, tornar a arrecadação mais eficiente e incrementar receitas públicas para financiar programas que atendam as necessidades da população. A terceira frente tem foco em melhorar a disciplina fiscal e aumentar a eficiência e a efetividade do gasto público.

Os desembolsos ocorrerão ao longo de cinco anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo.

Além dos US\$ 50 milhões financiados pelo BID, outros US\$ 5,6 milhões serão provenientes de contrapartida estadual.

US\$ 50 milhões

Operação de Crédito
Profisco II

Programa de Parcerias e Investimentos

O Programa de Parcerias e Investimentos do Estado (PPI-SC), instituído pelo Decreto nº 468/2020, tem por objetivo a celebração de contratos de parceria entre o Estado e a iniciativa privada para a execução de serviços públicos, empreendimentos públicos de infraestrutura e outras ações de desestatização. São alguns dos objetivos desse programa:

- *ampliar as oportunidades de investimento e emprego, em harmonia com as metas de desenvolvimento social e econômico do Estado;*
- *garantir a expansão com qualidade da infraestrutura e dos serviços públicos;*
- *estabelecer mecanismos que auxiliem na criação de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento socioeconômico estadual.*

Em 2023, 14 projetos de concessão avançaram no PPI/SC. Um dos destaques é o Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi, localizado em Jaguaruna.

O aeroporto de Jaguaruna movimentava atualmente cerca de 10 mil passageiros por mês, chegando a 120 mil por ano. O pico das operações ocorreu em 2017, quando foram registrados 143 mil passageiros. Com a concessão, estima-se que o aeroporto movimentará em média 188 mil passageiros ano, contribuindo para o desenvolvimento regional. O processo licitatório está previsto para ocorrer em 2024.



No portal www.ppi.sc.gov.br são apresentadas mais informações sobre o Programa de Parcerias e Investimentos de Santa Catarina.

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES

Pensando nos servidores, em 2023 o Governo catarinense concedeu aumento no auxílio-alimentação, reduziu a alíquota previdenciária de aposentados e pensionistas, e também segregou os segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC).

Auxílio-Alimentação

A Lei nº 18.796, de 20 de dezembro de 2023, aumentou o auxílio-alimentação dos servidores públicos ativos e dos militares ativos da administração pública estadual, direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo nos seguintes valores mensais:

- *R\$ 396,00, a partir de 1º de novembro de 2023;*
- *R\$ 484,00, a partir de 1º de novembro de 2024; e*
- *R\$ 550,00, a partir de 1º de novembro de 2025.*

Auxílio-Alimentação Poder Executivo

Nov/2023: de R\$ 12,00
para R\$ 18,00 diários

Nov/2024: de R\$ 18,00
para R\$ 22,00 diários

Nov/2025: de R\$ 22,00
para R\$ 25,00 diários

Previdência

Os aposentados e pensionistas vinculados ao Instituto de Previdência de Santa Catarina (IPREV) tiveram ampliação da faixa de isenção previdenciária aprovada pela Lei Complementar nº 848, de 22 de dezembro de 2023. Anteriormente, a alíquota cobrada era de 14% sobre os valores salariais que ultrapassassem 1 salário mínimo. A nova lei ampliou a faixa de isenção, dobrando o limite de isenção para 2 salários mínimos em 2024, 2,5 salários mínimos em 2025 e 3 salários mínimos em 2026.

Ano	Isenção de Pagamento (Remuneração até)
2023	1 salário mínimo
2024	2 salários mínimos
2025	2,5 salários mínimos
2026	3 salários mínimos

A Lei Complementar nº 848/2023 também instituiu a segregação de massa de segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC), com vistas ao equacionamento do déficit financeiro e atuarial desse regime. Os segurados do plano de benefícios do RPPS/SC foram separados em dois grupos distintos, os quais integrarão o Fundo em Repartição (SC SEGURO) e o Fundo em Capitalização (SC FUTURO).

O SC SEGURO é destinado ao pagamento de benefícios previdenciários até a extinção do último benefício a ser custeado com os recursos desse fundo aos segurados e aos dependentes de segurados do RPPS/SC que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2023. Já o SC FUTURO é reservado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados e aos dependentes de segurados do RPPS/SC que ingressaram no serviço público estadual a partir de 1º de janeiro de 2024, por meio de cargo de provimento efetivo.

Segregação dos segurados do RPPS/SC

SC SEGURO:
servidores que ingressaram até 2023

SC FUTURO:
servidores que ingressaram a partir de 2024

DESEMPENHO DO ESTADO

A atuação governamental e a capacidade competitiva do Estado foram medidas pelo Ranking de Competitividade dos Estados, no qual Santa Catarina apresenta excelente desempenho. O Estado também obteve uma posição de destaque no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal.

Ranking de Competitividade dos Estados

Santa Catarina é o segundo estado mais competitivo do Brasil, de acordo com o Ranking de Competitividade dos Estados de 2023, realizado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em parceria técnica com a Tendências Consultoria. Esse ranking avaliou as 27 unidades federativas com base em 99 indicadores, distribuídos em dez pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e da melhoria da gestão pública dos estados brasileiros: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Santa Catarina

Segundo estado mais competitivo do Brasil por 7 anos consecutivos

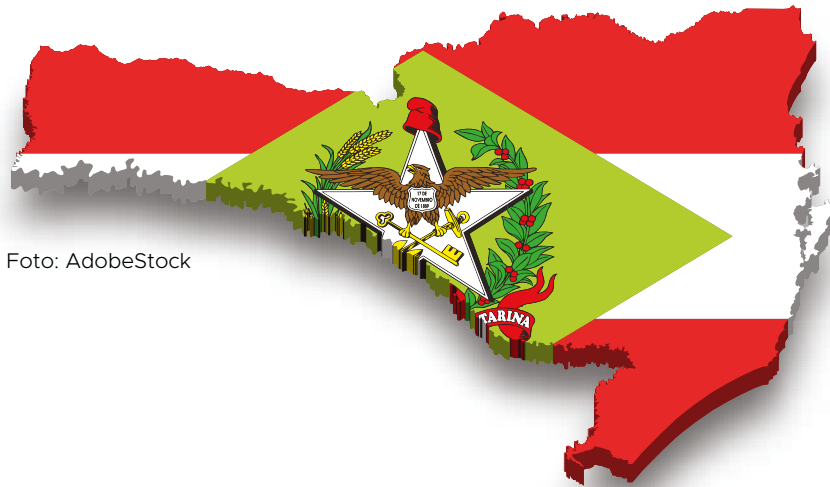
O ranking é elaborado desde 2011, e a cada ano novos indicadores são avaliados. Em 2023 foram adicionados 13 novos indicadores sociais, de emprego e renda.

Ranking de Competitividade dos Estados

Posição	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1°	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP	SP
2°	RJ	RJ	RJ	RJ	PR	PR	SC	SC	SC	SC	SC	SC	SC
3°	MG	MG	PR	PR	SC	SC							
4°	RS	RS	RS	RS									
5°	PR	PR	MG	SC									
6°	DF	SC	SC										
7°	SC												

Entre os indicadores avaliados destaca-se a área de segurança, na qual Santa Catarina foi considerada o **estado mais seguro do País**. Além disso, Santa Catarina é **líder em formalidade do mercado de trabalho**, com um alto índice de inserção econômica de jovens e adultos. Por esse desempenho, o Estado ficou em 1° lugar também no pilar Capital Humano. Ademais, Santa Catarina foi avaliada com a **melhor sustentabilidade social**, pilar que mensura o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade dos cidadãos.

Ranking de Competitividade dos Estados



Santa Catarina

2°

COLOCAÇÃO GERAL
NO BRASIL

1°

Segurança Pública

1°

Sustentabilidade
Social

1°

Capital Humano

3°

Infraestrutura

3°

Eficiência da
Máquina Pública

3°

Inovação

Anuário 2023 do Ranking Cidades Mais Seguras do Brasil

Santa Catarina também foi considerada o estado mais seguro do Brasil para se viver, conforme apontado no Anuário 2023 do ranking "Cidades Mais Seguras do Brasil". O relatório se baseia em dados do Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município catarinense Jaraguá do Sul aparece em 1º lugar na lista dos municípios nacionais mais seguros, e Brusque em 6º.

**Estado mais Seguro
para se Viver**

de acordo com o
Anuário 2023 do
ranking "Cidades Mais
Seguras do Brasil"

Ranking de Sustentabilidade dos Estados

Além disso, Santa Catarina obteve posição de destaque no Ranking de Sustentabilidade dos Estados de 2023, alcançando a 2ª colocação geral nacional.

Baseado em protocolos nacionais e internacionais, o Ranking de Sustentabilidade avalia os indicadores de desempenho do Ranking da Competitividade, permitindo um olhar mais amplo acerca do desenvolvimento sustentável sob a perspectiva ESG (Ranking ESG) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Ranking ODS).

O Estado obteve a terceira posição no Ranking ESG, que se baseia nas três dimensões essenciais à sustentabilidade: Ambiental (*environmental*), Social (*social*) e Governança (*governance*). Já no Ranking ODS, que é uma análise dos parâmetros de competitividade considerando os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, Santa Catarina ficou em segunda posição. O Estado atingiu nota máxima em quatro dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável avaliados: igualdade de gênero; trabalho decente e crescimento econômico; redução das desigualdades; e paz, justiça e instituições eficazes.

2ª colocação geral

Ranking de Sustentabilidade dos Estados de 2023

Ranking ESG

	Ambiental	Social	Governança
Performance de SC	63,8	92	82,2
Média nacional	45	41	42



Mais informações sobre o desempenho de Santa Catarina no Ranking de Competitividade e no Ranking de Sustentabilidade dos Estados podem ser consultadas em <https://rankingdecompetitividade.org.br/>.

Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal

A avaliação do Tesouro Nacional garantiu a Santa Catarina o selo Nota A no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal. O Estado alcançou a quarta melhor classificação do Brasil, com 97,6% de acertos nas verificações. O ranking posiciona os entes federativos com base na qualidade dos dados enviados ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

Santa Catarina

Nota A

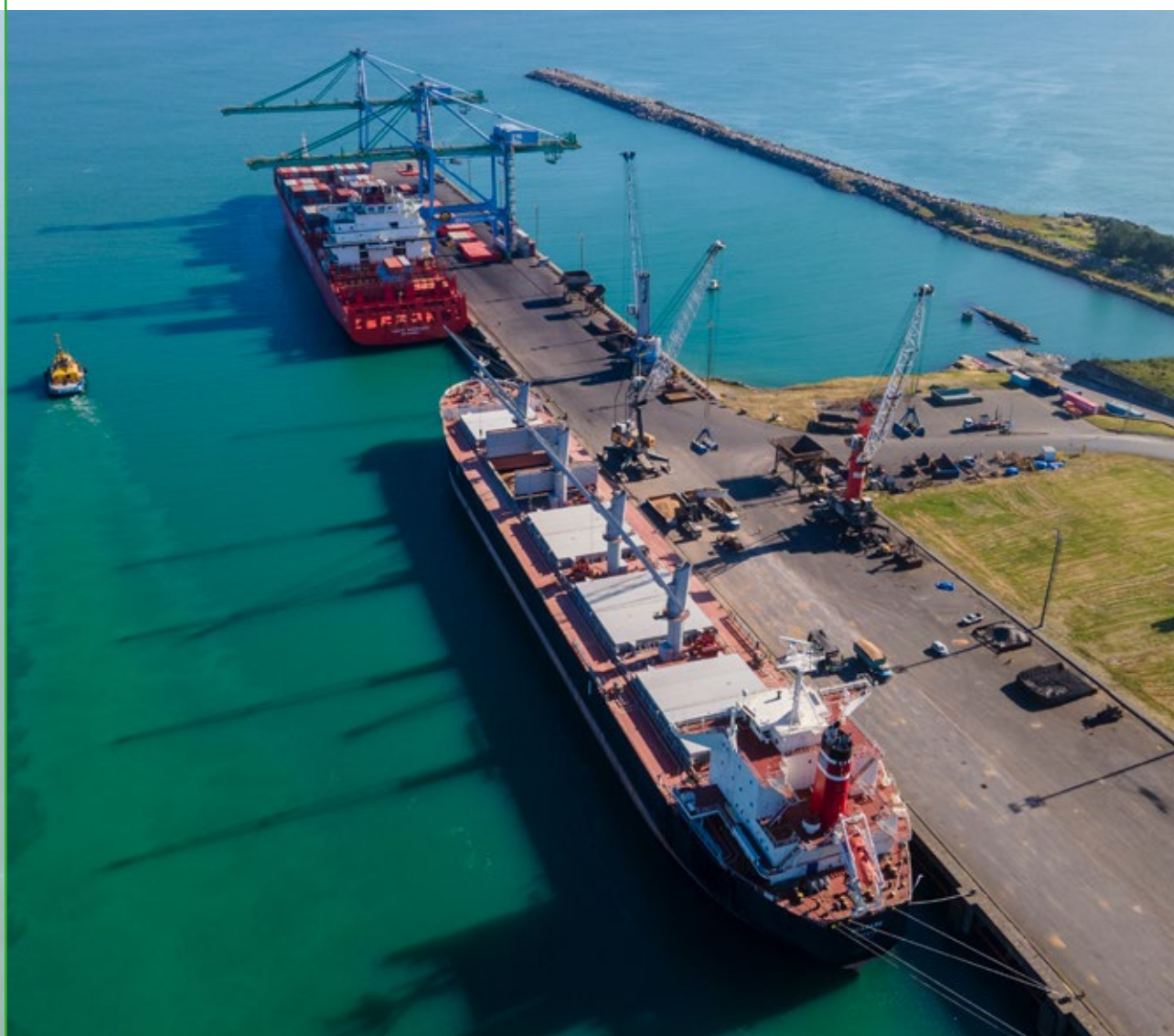
Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal 2023

A plataforma Siconfi, desenvolvida pelo Governo Federal, tem se tornado cada vez mais importante para a gestão e a transparência das finanças públicas no País. Os dados avaliados nesta edição são de 2022. O Estado melhorou sua pontuação no que se refere à edição anterior, quando havia atendido 96,8% dos requisitos referentes ao ano de 2021.

A nova pontuação de Santa Catarina no ranking demonstra o compromisso e a excelência que acompanham as melhores práticas contábeis e fiscais adotadas pelo Estado. É mais uma avaliação que confirma Santa Catarina como um ambiente favorável à atração de novos negócios e ao desenvolvimento econômico.

Além de receber o selo Nota A, o Estado obteve pontuação máxima em duas das quatro dimensões de avaliação do ranking, que dizem respeito às informações fiscais apresentadas e ao cruzamento entre os dados contábeis e fiscais.

Economia Catarinense



Porto de Imbituba
Foto: SCPar - Divulgação

ECONOMIA CATARINENSE

Inflação e taxa de juros estão entre os principais temas econômicos monitorados ao longo de 2023.

A pandemia de Covid-19 teve um papel determinante na disparada da inflação, pois medidas de isolamento foram necessárias por um longo período, afetando a cadeia produtiva. A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o fim da pandemia de coronavírus em maio de 2023, no entanto a economia mundial seguiu apresentando sinais de fraqueza, mesmo depois da reabertura econômica e do gradual restabelecimento das cadeias produtivas.

O conflito na Ucrânia continuou causando inflação, pois o risco de escassez de oferta de produtos está sendo precificado desde o início da guerra, o que tem refletido nos preços do mercado internacional.

A guerra Israel-Hamas, deflagrada em outubro, trouxe apreensão global no que se refere à extensão do conflito e à possibilidade de envolvimento de outros países do Oriente Médio. Além de destruir vidas, o conflito também teria potencial para causar estragos econômicos, impactando no preço e no fornecimento do petróleo.

O risco de uma recessão mundial se tornou uma preocupação constante desde a pandemia. O temor de uma recessão é mais um entrave para o crescimento das principais economias e da brasileira também, já afetada pela menor demanda chinesa.

A inflação se mostrou persistente, e muitos bancos centrais tiveram que subir juros para conter a elevação dos preços. O Federal Reserve (Fed), Banco Central dos EUA, elevou os juros norte-americanos em patamares não vistos há anos. O desafio era aumentar os juros para desaquecer a economia e assim controlar a alta dos preços de forma sustentável, sem que isso acabasse gerando recessão e desemprego.

A economia brasileira também enfrentou grandes adversidades ao longo de 2023. O início do ano foi marcado pela intensificação de conflitos políticos, e muitas incertezas pairavam sob o cenário econômico do País.

Os juros foram alvo de muita polêmica no Brasil, pois em agosto o Banco Central fez o primeiro corte da taxa de juros depois de três anos, passando de 13,75% para 13,25% ao ano, quando o Governo Federal acreditava que essa redução deveria ter ocorrido muito antes. A taxa de juros encerrou o ano em 11,75%.

No final do segundo trimestre parecia que a inflação brasileira se firmaria na queda, no entanto experimentou novas altas nos meses seguintes e encerrou o ano em 4,62%, percentual inferior ao índice acumulado no ano anterior (5,79%).

Mesmo diante do cenário econômico internacional incerto, a economia catarinense se mostrou bastante resiliente em 2023, e Santa Catarina seguiu despontando como um dos estados de maior crescimento no cenário nacional. Com uma economia diversificada e competitiva, o Estado se manteve entre as unidades da Federação com os melhores indicadores socioeconômicos do Brasil.

A economia catarinense segue na posição de sexta maior do País. O setor de serviços é o maior, o que mais gera empregos, e tem sido o principal motor econômico do Estado.

Destaque também para a agricultura catarinense, que apresentou avanços na produtividade e uma safra recorde de soja, mesmo Santa Catarina sendo fortemente atingida pelas intensas chuvas no ano. O Estado teve mais um ano de expansão do crescimento da pecuária, com destaque para a produção suína.

As exportações e as importações catarinenses tiveram uma leve desaceleração e não conseguiram renovar os recordes obtidos em anos anteriores.

A geração de novas vagas de trabalho formal não cresceu no mesmo ritmo observado nos últimos anos. Mesmo assim, Santa Catarina foi o sexto estado que mais criou empregos no País, alcançando uma taxa de desocupação de 3,2%.

Um grande desafio para a economia catarinense em 2024 será continuar crescendo mesmo diante das incertezas da economia mundial.

Santa Catarina se tornou um exemplo de diversificação econômica no País, fortalecendo a indústria, o agronegócio e os serviços por meio do desenvolvimento de polos em todo o Estado. A variedade geográfica e de clima oferece condições para uma ampla gama de atividades econômicas em todas as regiões e de diferentes setores.

PRODUTO INTERNO BRUTO

O IBGE, em conjunto com os governos estaduais, apura o Produto Interno Bruto (PIB) dos estados e do Distrito Federal. A última apuração oficial do PIB é de 2021, ano marcado pela recuperação da economia brasileira após a recessão ocasionada pela pandemia em 2020.

O PIB de Santa Catarina em 2021 foi de R\$ 428,6 bilhões, registrando um crescimento de 6,8% - a quarta maior variação em volume do PIB entre os entes da Federação. O PIB brasileiro cresceu 4,8% em 2021. O resultado do Estado deveu-se ao desempenho das indústrias de transformação, principalmente confecção de artigos do vestuário e acessórios, fabricação de máquinas e equipamentos, e fabricação de peças e acessórios para veículos automotores.

Ano	Santa Catarina - PIB Total		PIB per Capita
	Preço corrente (R\$ milhões)	Taxa de crescimento (%)	Preço corrente (R\$)
2012	191.795	1,7	30.046
2013	214.512	3,5	32.334
2014	242.553	2,4	36.056
2015	249.080	-4,2	36.526
2016	256.755	-2,0	37.154
2017	277.270	4,0	39.603
2018	298.227	3,7	42.149
2019	323.264	3,8	45.118
2020	349.275	-2,9	48.159
2021	428.571	6,8	58.400

Fonte: IBGE

Assim, Santa Catarina se manteve como o sexto maior PIB do Brasil. A participação do Estado na economia nacional aumentou de 4,6% em 2020 para 4,8% em 2021.

O Estado avançou um posto no PIB per capita¹, passando a ser o terceiro maior do País, com R\$ 58.400,55 (o PIB per capita brasileiro é de R\$ 42.247,52). O posto do PIB per capita alcançado pelo Estado em 2021 foi o mais alto já atingido e o maior de um estado da região Sul desde o início da série histórica em 2002.

Em Santa Catarina, no ano de 2021, a indústria de transformação cresceu 8,4%, seguida pelos serviços (6,0%) e pela agropecuária (0,55%). O setor da indústria foi o que teve a mais elevada variação em volume no PIB entre 2020 e 2021, com crescimento maior do que o setor de serviços. Porém, a maior participação na composição do valor adicionado bruto catarinense em 2021 permanece sendo do setor de serviços (65,8% do total). A agropecuária manteve participação igual à de 2020 (6,7%), com um valor adicionado bruto ao PIB de R\$ 23,4 bilhões em 2021.

**Santa
Catarina**

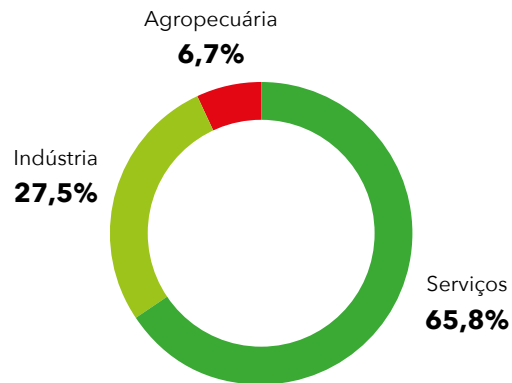
**6° maior PIB
nacional**

**3° maior PIB per
capita do País**

IBGE (2021)

¹ O PIB per capita de Santa Catarina é a soma do PIB dividida pela população do Estado.

Composição do Produto Interno Bruto de Santa Catarina em 2021

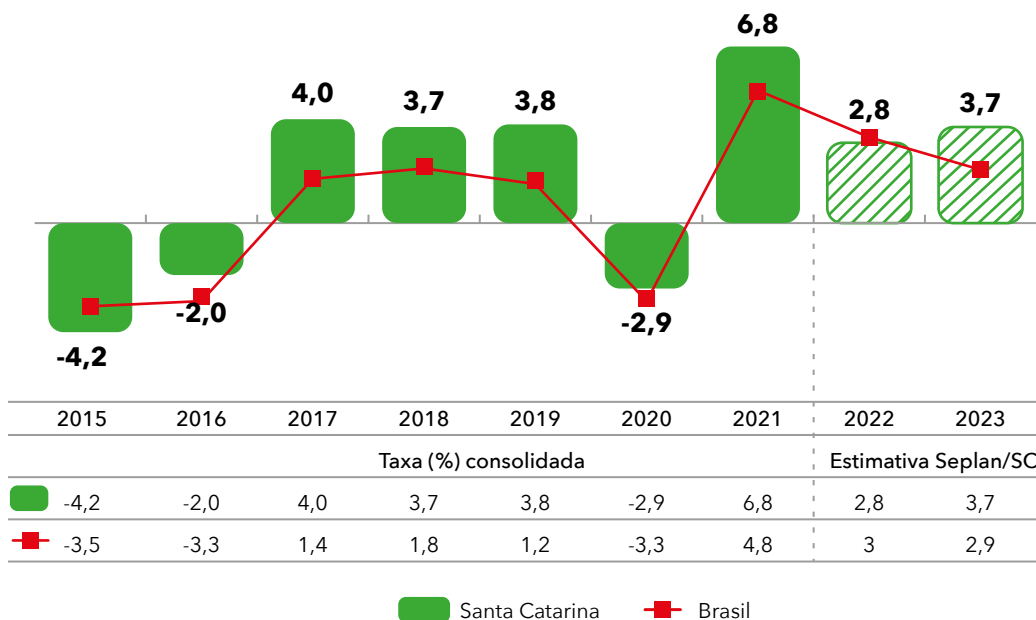


Fonte: IBGE (2021)

Em Santa Catarina, a Secretaria de Estado do Planejamento (Seplan) é responsável pelas estimativas do PIB. Dados estimados em 2023 mostram que a economia catarinense continuou crescendo e, ao mesmo tempo, dando sinais de desaceleração.

A Seplan estimou um crescimento de 3,7% para a economia de Santa Catarina em 2023. O IBGE estimou um crescimento de 2,9% para o PIB brasileiro no mesmo período.

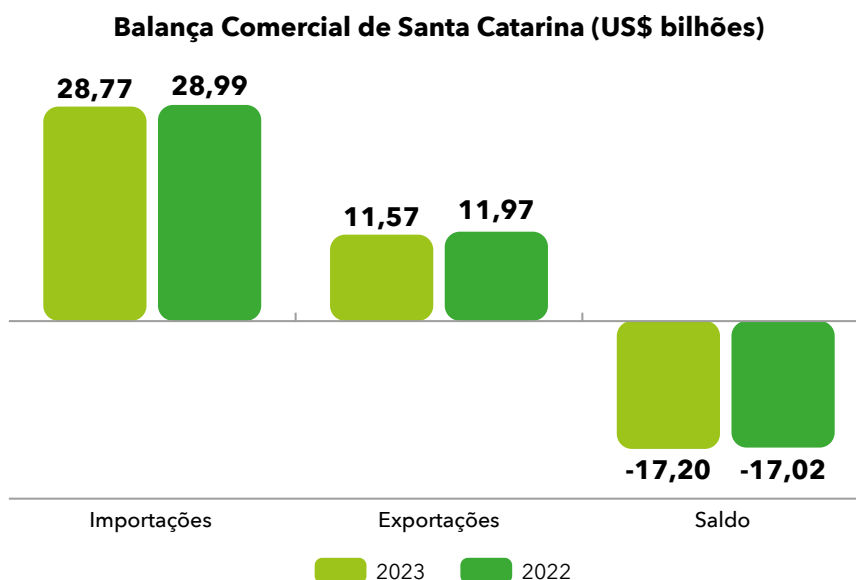
Variação do Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Seplan/SC e IBGE/Contas Nacionais e Trimestrais

COMÉRCIO EXTERIOR

O saldo da balança comercial catarinense tem sido deficitário desde 2009. No ano de 2023 o déficit foi de US\$ 17,20 bilhões, resultado de importações (US\$ 28,77 bilhões) superiores às exportações (US\$ 11,57 bilhões).



Exportações Catarinenses

As exportações catarinenses totalizaram US\$ 11,57 bilhões em 2023, uma retração de 3,31% na comparação com 2022. Santa Catarina foi responsável por 3,41% das exportações brasileiras e terminou o ano na nona posição entre os estados exportadores.

A via marítima concentrou o maior número de transações, respondendo por 81,19% das exportações e 85,02% das importações. Do total exportado, 69,51% dos produtos saíram pelos portos de Itajaí (38,51%) e de São Francisco do Sul (31,01%).

Santa Catarina

US\$ 11,57 bilhões exportados em 2023

9º maior exportador do País

Via	Exportações em 2023		Importações em 2023	
	US\$	Análise Vertical	US\$	Análise Vertical
Marítima	9.393.722.286	81,19%	24.464.485.304	85,02%
Rodoviária	1.777.422.888	15,36%	2.412.640.486	8,38%
Aérea	319.494.255	2,76%	1.887.094.337	6,56%
Demais vias	78.910.426	0,69%	8.916.115	0,04%
TOTAL	11.569.549.855	100,00%	28.773.136.242	100,00%

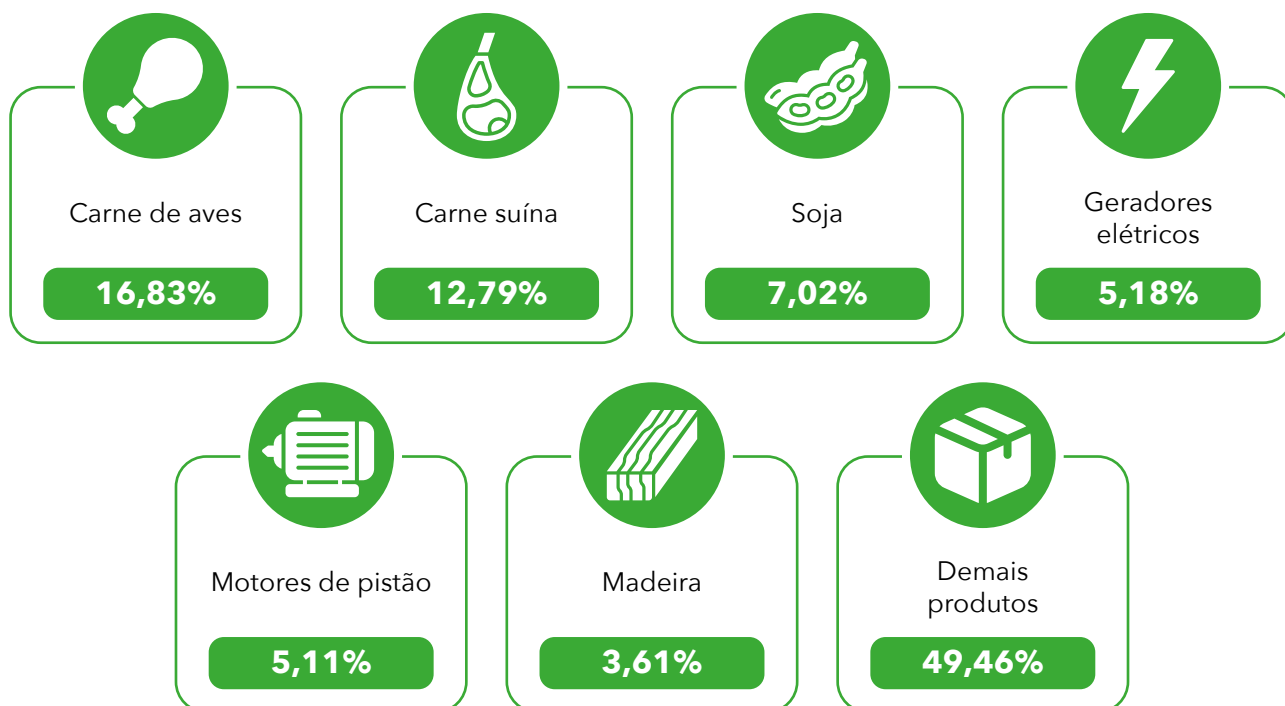
Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 23 jan. 2024

Do total exportado, 90,47% foram de produtos da indústria de transformação, 8,31% de produtos agropecuários, 0,09% de produtos da indústria extrativista e 1,13% de outros produtos.

A carne de frango se manteve como o principal produto exportado pelo Estado. O segundo produto mais exportado foi a carne suína, que teve um incremento de 10,13% em relação a 2022. Destaque para a soja, que em 2023 subiu uma posição, ficando na terceira colocação entre os principais produtos exportados - um crescimento anual de 26,12%.

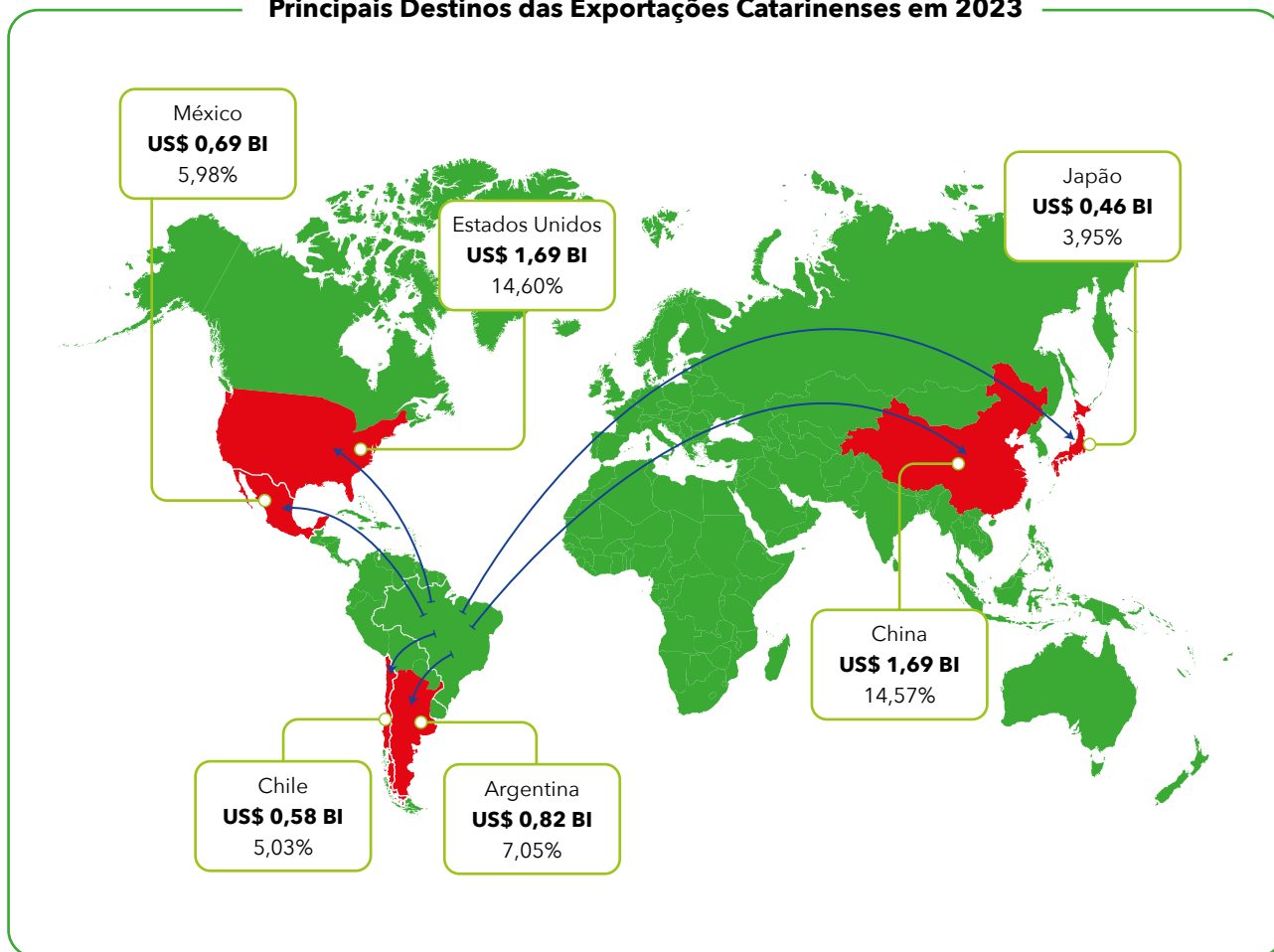
Os seis principais produtos exportados representaram 50,54% do total das exportações catarinenses em 2023.

Principais Produtos Catarinenses Exportados em 2023



As exportações catarinenses tiveram como principais destinos os Estados Unidos (14,60%), a China (14,57%), a Argentina (7,05%), o México (5,98%), o Chile (5,03%) e o Japão (3,95%). Juntos esses países responderam por 51,18% de tudo o que foi exportado em 2023. As vendas para os demais países representaram 48,82% do total exportado.

Principais Destinos das Exportações Catarinenses em 2023



Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 23 jan. 2024

Importações Catarinenses

Santa Catarina importou US\$ 28,77 bilhões em 2023, participando com 11,95% das importações brasileiras e se constituindo no segundo maior importador do País. No comparativo anual, as importações catarinenses tiveram um leve recuo de 0,75% em relação a 2022.

A entrada das importações no Estado ocorreu predominantemente pela via marítima (85,02%), seguida pelas vias rodoviária (8,38%) e aérea (6,56%). Para atender as importações catarinenses pela via marítima, os portos de Itajaí (44,12%) e de São Francisco do Sul (31,85%) foram os mais utilizados.

Santa Catarina

US\$ 28,77 bilhões importados em 2023

2º maior importador do País

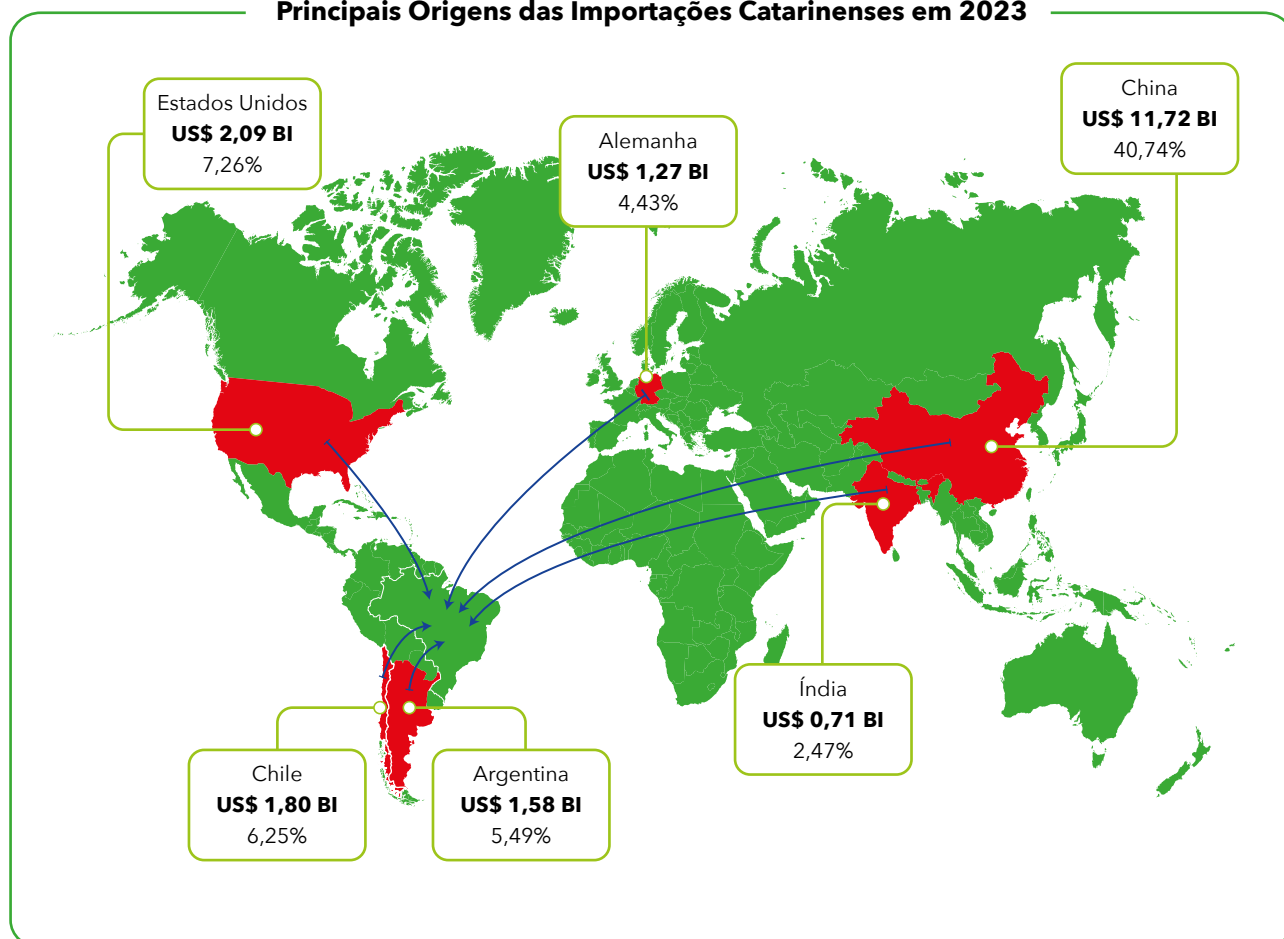
As importações catarinenses são majoritariamente de produtos da indústria de transformação (96,03%). Produtos agropecuários (2,08%), da indústria extrativista (1,44%) e outros produtos (0,45%) complementaram as importações de 2023. Há uma grande diversificação nos produtos importados, e os cinco com maior participação representaram 15,20% das importações totais. O cobre foi o produto mais importado no ano, respondendo por 3,95% do total.

Quanto à origem das importações, seis países responderam por 66,64% da importação estadual total de 2023: China (40,74%), Estados Unidos (7,26%), Chile (6,25%), Argentina (5,49%), Alemanha (4,43%) e Índia (2,47%).

Cobre

Produto mais importado por Santa Catarina em 2023

Principais Origens das Importações Catarinenses em 2023



Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 23 jan. 2024

MERCADO DE TRABALHO

Em 2023 o mercado de trabalho se manteve aquecido, resultado do empreendedorismo catarinense e das políticas públicas de apoio à geração de emprego e renda.

Estoque de Empregos

No encerramento do ano, Santa Catarina tinha 2.406.263 trabalhadores empregados, o que representa um acréscimo de 2,67% em relação a 2022. O setor de serviços é o que mais emprega no Estado e ao final de 2023 contava com 962.257 trabalhadores (40% do total). A indústria é o segundo setor estadual em número de trabalhadores (31,6%), seguida pelo comércio (21,3%), pela construção (5,1%) e pela agropecuária (2,0%).

Trabalhadores por Atividade Econômica em Santa Catarina em 2023

Atividade Econômica	Trabalhadores	Representatividade %
Serviços	962.257	40,0%
Indústria	761.420	31,6%
Comércio	512.916	21,3%
Construção	122.712	5,1%
Agropecuária	46.958	2,0%
Total	2.406.263	100%

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência - Painel de Informações do Novo CAGED (Dezembro/2023)

Observa-se que 10 municípios concentram 47,9% dos postos de trabalho catarinenses: Joinville (9,5%), Florianópolis (8,4%), Blumenau (5,6%), São José (5,2%), Itajaí (4,6%), Chapecó (4,0%), Criciúma (3,2%), Jaraguá do Sul (3,0%), Brusque (2,2%) e Palhoça (2,2%).

O Estado encerrou o ano com um saldo positivo de 62.665 novos empregos formais criados, no entanto, quando comparado com o saldo de 2022, houve uma redução de 28.094 empregos.

Admissões, Desligamentos e Saldo de Empregos em 2023

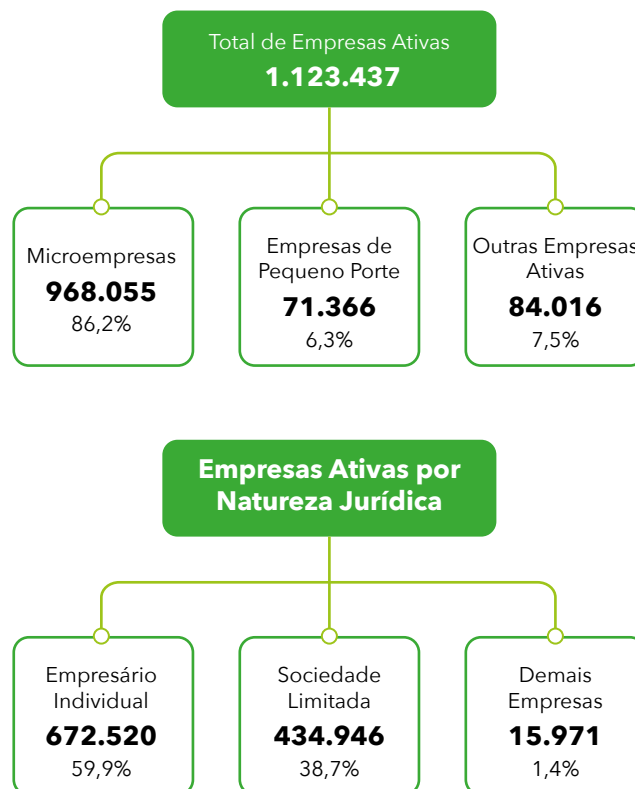
Setor	Admitidos	Desligados	Novos Postos de Trabalho Criados
Serviços	610.321	563.982	46.339
Comércio	346.914	335.161	11.753
Construção	123.244	117.242	6.002
Agropecuária	40.760	39.939	821
Indústria	382.471	384.721	- 2.250
Total	1.503.710	1.441.045	62.665

Os setores de serviços e comércio lideraram a criação de novas vagas no Estado e responderam por 73,9% e 18,8% das vagas criadas, respectivamente.

No tocante ao grau de instrução, as pessoas com ensino médio completo preencheram 81,0% dos empregos, sendo que os trabalhadores na faixa etária entre 18 e 24 anos ocuparam 77,9% das vagas.

Registro de Empresas

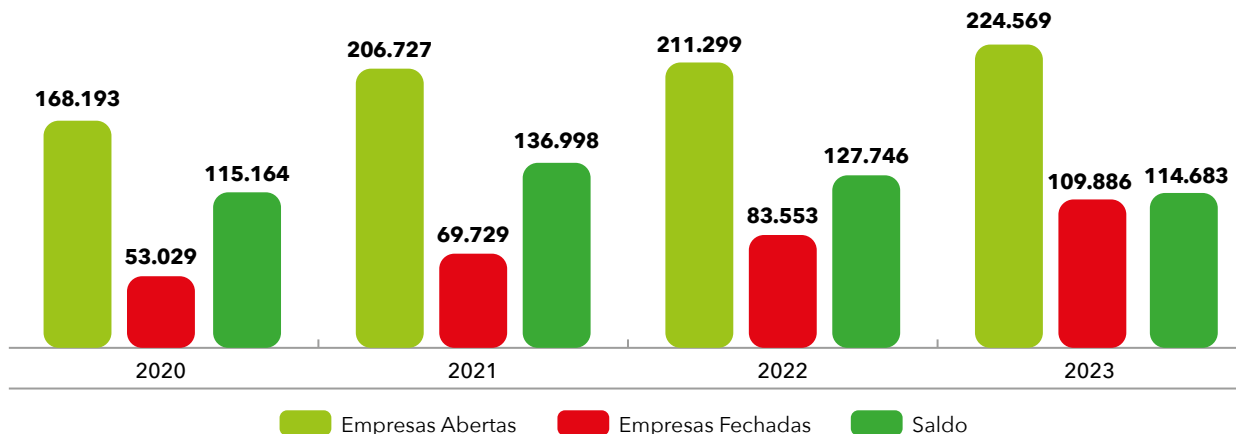
Em 2023, Santa Catarina tinha 1.123.437 empresas ativas, conforme mostra o Mapa de Empresas do Governo Federal, cuja fonte é a base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).



Fonte: Gov.br/Empresas & Negócios/Mapa de Empresas - atualizado em 7/2/2024

No que tange à constituição e à extinção de empresas no Estado, observa-se um aumento tanto do número de empresas abertas como fechadas, resultando num saldo anual positivo de 114.683 novas empresas. Esse resultado ficou abaixo do verificado em 2022, quando o saldo das empresas constituídas deduzido das empresas extintas foi positivo em 127.746.

Mapa de Empresas de Santa Catarina



Fonte: Gov.br/Empresas & Negócios/Mapa de Empresas - atualizado em 7/2/2024

Taxa de Desocupação

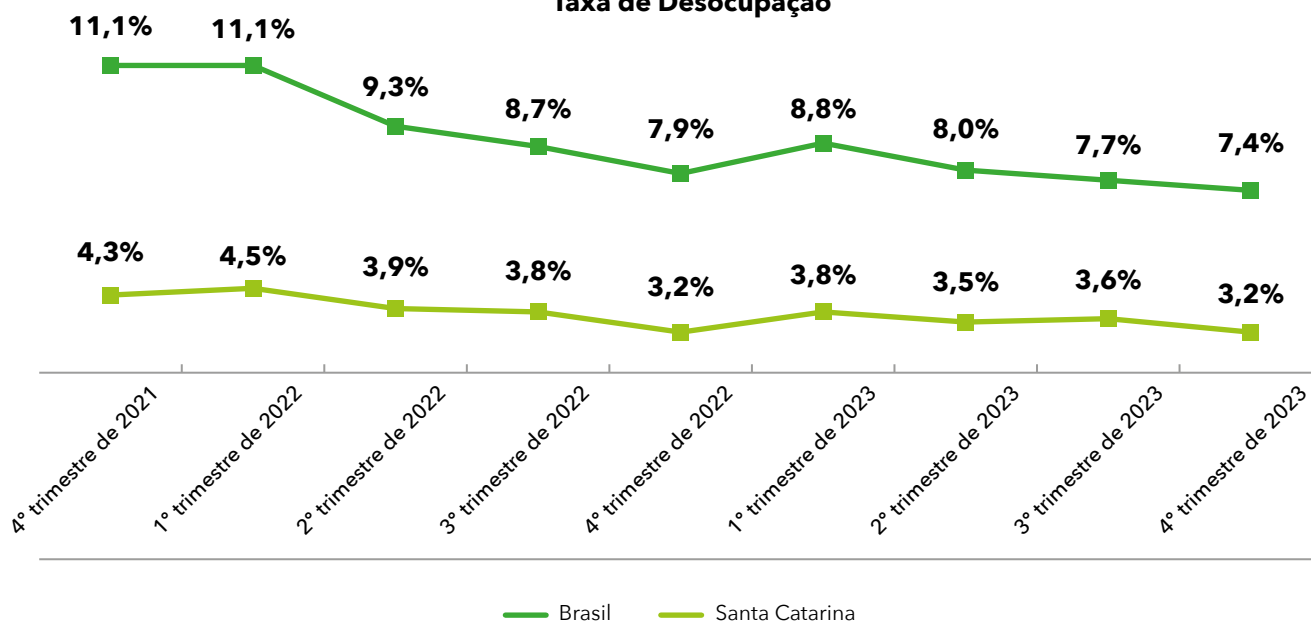
Enquanto a média nacional foi estimada em 7,4%, Santa Catarina terminou o quarto trimestre de 2023 com uma taxa de desocupação de 3,2%, permanecendo entre os estados com os menores índices de desemprego do País. Considerando-se que no quarto trimestre de 2022 a taxa também foi de 3,2%, verifica-se uma estabilidade na comparação anual.

3,2%

de Desemprego

Menor taxa de desemprego do País no quarto trimestre de 2023

Taxa de Desocupação



Fonte: IBGE/PNAD Trimestral

Em 2023 foram 366 mil pedidos de seguro-desemprego no Estado, uma alta de 13,6% na comparação com o ano anterior (322 mil).

Desempenho das Principais Áreas de Governo



Mercado Público, em Florianópolis
Foto: Nilton Pires Filho

ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

Em 2023, a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP) permaneceu como destaque em inovação, capacitação e aprimoramento, bem como nas ações de prevenção e mitigação em caso de crise, além de ser referência nacional e internacional nas ações de ressocialização e socioeducação.

ATIVIDADE LABORAL

Também em 2023 foi formulado um programa para a criação de Planos de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) nas unidades prisionais. Foram firmados 43 Termos de Parceria Laboral até dezembro de 2023, dos quais seis estão em fase de espera da conclusão das obras para início das atividades - previstas para o segundo semestre de 2024. Essa iniciativa representa o fortalecimento da oferta de vagas de trabalho à população privada de liberdade, disponibilizando, assim, oportunidades de ressocialização e qualificação profissional para o retorno à sociedade.

Na atualidade, há aproximadamente 8 mil reeducandos em atividades laborais no sistema catarinense, o que representa aproximadamente 32% da população prisional. Também se mantém em destaque a continuidade do Programa de Capacitação Profissional (PROCAP), 4º e 5º ciclos, ofertando vagas de profissionalização nas áreas de corte e costura, marcenaria, panificação, artefatos de cimento, entre outras.



Oficina Laboral no Complexo Penitenciário da Região de Curitibanos
Foto: SAP

INVESTIMENTO E TECNOLOGIA

O Estado investiu cerca de R\$ 3 milhões na aquisição de 1.600 rádios de comunicação digital portáteis, possibilitando uma comunicação rápida e dinâmica entre os policiais penais, os agentes socioeducativos e as 74 unidades da SAP. Destaque também para a aquisição de 100 portais detectores de metais, no valor de aproximadamente R\$ 2 milhões. Essas portas serão instaladas conforme a demanda projetada e visam a detecção de objetos que possam causar riscos à integridade física dos servidores e dos reeducandos.

Em 2023 a SAP investiu por volta de R\$ 13 milhões para aquisição de 43 novos veículos. Foram adquiridos 33 veículos adaptados para o transporte de apenados, quatro veículos para o transporte de equipamentos de segurança e proteção individual, uma ambulância para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP), além de cinco veículos tipo Sedan.



Entrega de veículos adaptados
Foto: SAP

EDUCAÇÃO NA SAP

A SAP também conta com a Coordenadoria de Desenvolvimento Educacional, que em 2023 promoveu atividades para 13.736 reeducandos. Entre essas atividades está o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), envolvendo 11.692 pessoas privadas de liberdade, o que representa um crescimento de 5,4% em relação a 2022. O sistema prisional conta ainda com 95 pessoas privadas de liberdade que participam do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), além de 463 pessoas privadas de liberdade que participam da educação superior.

Outra atividade desenvolvida foi a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que contou com a participação de 5.148 inscritos. Destaque também para a contratação de cursos para os menores em conflito com a lei, realizada pelo Departamento Socioeducativo, através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), entre eles auxiliar administrativo, noções de empreendedorismo, costura industrial, ajudante de pintor, informática básica, panificação e confeitaria, cultivo protegido de hortaliças, produção de mudas frutíferas, apicultura, entre outros, os quais possibilitaram a socioeducação e a proteção integral aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

QUADRO FUNCIONAL

No segundo semestre de 2023 as unidades prisionais ganharam reforço de mais 465 policiais penais aprovados no concurso público de 2019 para atuar na área da segurança dos estabelecimentos penais. Também foram nomeados 42 profissionais para compor o quadro técnico. Destes, 28 já tomaram posse para desempenhar papéis fundamentais nas atividades desenvolvidas pela SAP nas diferentes unidades do Estado.

ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA EM NÚMEROS

Capital Humano	Número de Efetivos		Número de Temporários	
	2023	2022	2023	2022
Terceirizados	-	-	997	1.231
Quadro técnico	169	239	1.074	1.355
Agentes de segurança socioeducativos	618	642	215	265
Policiais penais	3.316	2.955	492	542
TOTAL	4.103	3.836	2.778	3.393

Fonte: SAP. Apuração em 20/12/2023

Tipos de Unidades Prisionais e Socioeducativas	"O que é?"
Penitenciária	Unidade destinada aos internos com condenação penal
Presídio	Unidade destinada aos internos provisórios
Colônia penal	Unidade de caráter industrial e agrícola
Centros socioeducativos	Centros destinados aos adolescentes em conflito com a lei
Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Unidade destinada aos internos com problemas psiquiátricos
Casa do Albergado	Unidade destinada a prisão civil, violência doméstica e crime de trânsito

Fonte: SAP

Unidades Socioeducativas do Estado	Números de Unidades	Número de Vagas	Número de Internos
Casas de Semiliberdade	4	48	34
Centros de Internação Feminina	2	24	16
Centros de Atendimento Socioeducativo Provisórios (CASEP)	5	97	27
Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE)	9	368	260

Fonte: SAP. Apuração em 20/12/2023

População Prisional	2023	2022
Internos em regime fechado	14.445	13.316
Internos em regime semiaberto	5.964	6.546
Internos presos provisórios	4.350	4.581
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa	337	359
Monitorados ativos* com o uso de tornozeleira eletrônica	3.282	2.152
Internos estudando	3.940	3.794
Programa Despertar para a Leitura	9.796	9.075
**Internos trabalhando	8.000	7.054

Fonte: SAP. Apuração em 20/12/2023

*Monitorados ativos: nomenclatura utilizada para classificar essa modalidade de sentença.

**Aproximado

AGRICULTURA

Santa Catarina, embora represente apenas 1% do território brasileiro, desempenha um papel vital na agricultura do País, abrangendo produções agrícolas, pecuárias e florestais. Com uma vasta gama de produtos alimentares e matérias-primas, a agricultura catarinense se destaca pela força da agricultura familiar e pelo predomínio de pequenas propriedades. São 183 mil estabelecimentos agropecuários, com uma área total de 6,45 milhões de hectares e uma área média de 35,2 hectares por estabelecimento. Esses estabelecimentos ocupam diretamente cerca de 500 mil pessoas, e 78% deles pertencem a agricultores familiares.



Melhoramento genético gera tecnologias para as cadeias produtivas da fruticultura
Foto: Epagri

RANKING NACIONAL

O Estado ocupa excelente posição no ranking nacional em diversos produtos, graças ao alto nível tecnológico aplicado nos sistemas de produção, como suínos, frangos, leite, mel, maçã, pera, cebola, arroz, tabaco, alho, erva-mate, banana, uva, palmito e produtos da silvicultura, pescado, ostras e mexilhões. A excelência da agricultura catarinense é resultado de uma combinação de fatores históricos, culturais, sociais, econômicos e políticos, bem como de políticas públicas setoriais estratégicas. A atuação do setor público catarinense na área agrícola se dá por meio da Secretaria de Estado da Agricultura (SAR) e de suas empresas vinculadas, e tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento e na sustentabilidade da agricultura estadual.

POLÍTICAS DE APOIO AO PRODUTOR RURAL

A SAR apoiou em 2023, por intermédio de políticas públicas, mais de 100 mil famílias rurais com um valor total de R\$ 232,87 milhões, promovendo desenvolvimento do meio rural, tornando as atividades agropecuárias e pesqueiras do Estado ainda mais competitivas e incentivando o jovem rural a permanecer no campo. No ano, Santa Catarina enfrentou desafios significativos, como os eventos climáticos extremos (enchentes) e o surgimento da Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP).

Para proteger a importante indústria avícola catarinense da IAAP medidas rigorosas foram adotadas. O Estado implementou inspeções sanitárias em propriedades, garantiu a biossegurança nas instalações avícolas e manteve a população ciente da importância de notificar casos suspeitos. Como resultado, Santa Catarina manteve seu status de zona livre de IAAP em aves comerciais.

PRINCIPAIS PROGRAMAS/AÇÕES DE INVESTIMENTOS EM 2023

A fim de proporcionar melhorias nas propriedades rurais e nos processos produtivos, investimentos em práticas e processos em atividades agropecuárias, foram disponibilizados recursos com investimentos e subvenções de juros por meio do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), tornando o setor produtivo mais competitivo e mais atrativo para as famílias rurais.

Programa	Projeto	Valores Pagos (R\$ milhões)	Produtores Beneficiados
Investe Agro SC	Pagamento de subvenção de juros de financiamentos bancários (2,5%)	20,06	22.801
	Subvenção de juros - Programa Armazenar	2,55	60
Prosolo e Água SC 2023*	Prosolo e Água SC	39,53	1.134
Fomento Agro SC*	Cadeias produtivas agrícolas, pecuárias, aquícolas e pesqueiras	28,14	1.048
	Agregação de valor e empreendimentos coletivos	5,44	122
Jovens e Mulheres em Ação*	Projeto Realiza	5,32	200
	Conecta Jovem	1,53	349
Reconstrói SC	Reconstrói SC	8,15	741
Terra Boa	Incentivo à produção	94,96	64.706
TOTAL		205,69	91.161

Fonte: FDR/SAR

*O Programa concede financiamento para fomento de projetos de agricultores, pescadores e maricultores e de suas organizações, para investimentos na melhoria de sistemas produtivos, em tecnologia de informação e de acesso à energia elétrica, na inovação, na agregação de valor, no turismo rural, na valorização dos produtos, na organização do produtor e da produção e na sua legalização, na captação, no tratamento, no armazenamento e na distribuição de água, bem como na melhoria das condições de vida das famílias.

PROGRAMA TERRA BOA			
Especificação	Quantidade distribuída	Produtores Beneficiados	Subsídios (R\$ milhões)
Calcário Direto da Mina	263.197,79 toneladas	12.505	25,91
Calcário Direto Emergencial	2.361,00 toneladas	142	0,24
Calcário Via Cooperativas	95.594,09 toneladas	4.742	18,39
Calcário Novas Fronteiras	27.342,85 toneladas	238	2,41
Abelhas-Rainhas	12.361,00	249	0,45
Kit Apicultura	796,00	476	2,17
Kit Forrageiras	3.212,00	1.614	8,95
Kit Solo	1.566,00	1.019	4,34
Cereais de Inverno	5.040,35 hectares	619	1,86
Sementes de Milho	163.277,00 sacos (20 kg)	41.849	28,93
Milho Emergencial	3.538,00 sacos (20 kg)	1.056	0,54
Arroz Emergencial	9.013,40 sacos (50 kg)	197	0,75
TOTAL		64.706	94,96

Fonte: FDR/SAR

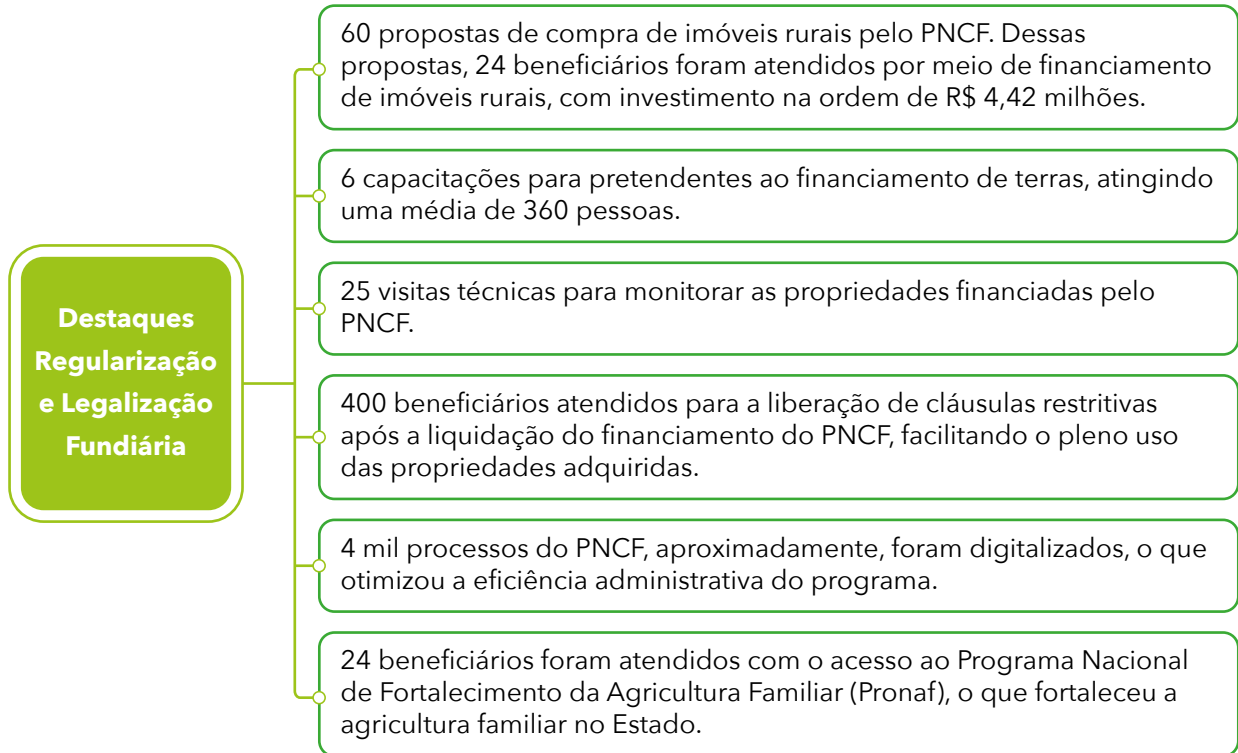
REGULARIZAÇÃO E LEGALIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Programa Terra Legal

Em 2023, pensando na cidadania e na inclusão dos agricultores, o Programa Terra Legal entregou a documentação para regularização fundiária de 8.665 mil estabelecimentos do meio rural. Foram investidos mais de R\$ 2,20 milhões nesse programa.

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)

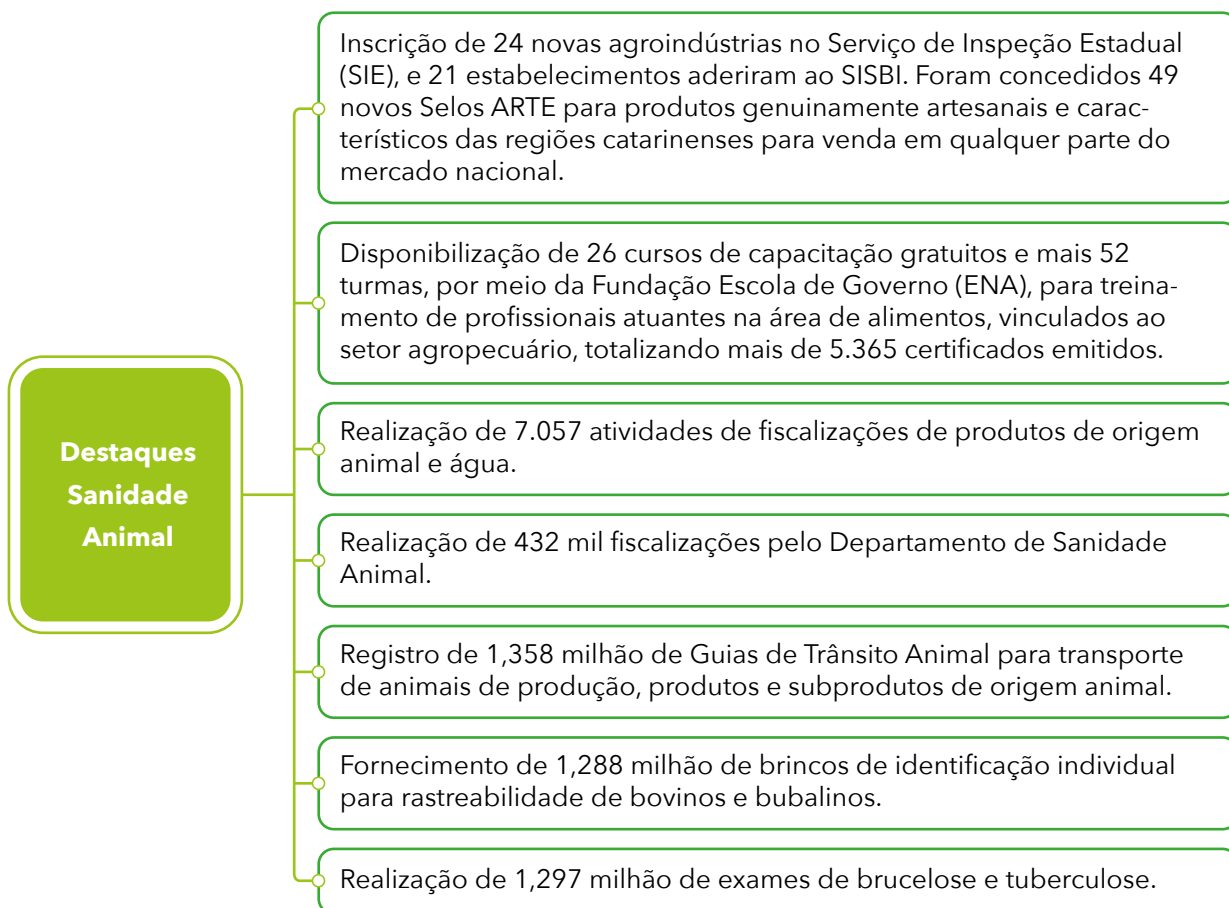
O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) desempenhou um papel importante no Estado em 2023, proporcionando financiamento para a compra de imóveis rurais a famílias em busca de oportunidades no setor agrícola. Foram recebidas 232 propostas de compra de terras, com um investimento do Fundo Nacional de Terras no valor de R\$ 4,44 milhões.



Na área de Desenvolvimento Sustentável e Florestal foram realizados procedimentos para a regularização ambiental dos imóveis rurais com avanços no processo de gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que conta atualmente com mais de 388 mil cadastros. A fim de otimizar ações na geração de informações no setor florestal, o Estado investiu o valor de R\$ 165 mil na execução do Inventário Florestal de Florestas Plantadas (IFFP).

SANIDADE ANIMAL

Em Santa Catarina os produtores com animais doentes, que são abatidos sanitariamente na erradicação da brucelose e da tuberculose bovina, recebem indenizações por meio do Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa). Em 2023 foram aplicados R\$ 24,98 milhões na indenização de 935 produtores rurais pelo abate sanitário de 7.247 animais doentes, o que possibilitou a readequação do rebanho com animais saudáveis, a continuidade da produção de carne e de leite, além da preservação da saúde pública e da economia catarinense. Em 2023 foram inscritas 17 novas agroindústrias no Serviço de Inspeção Estadual, e 15 estabelecimentos aderiram ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI). Somados aos existentes, 114 estabelecimentos catarinenses foram habilitados a comercializar a sua produção em todo o território nacional.



Fonte: CIDASC

COMBATE À INFLUENZA AVIÁRIA

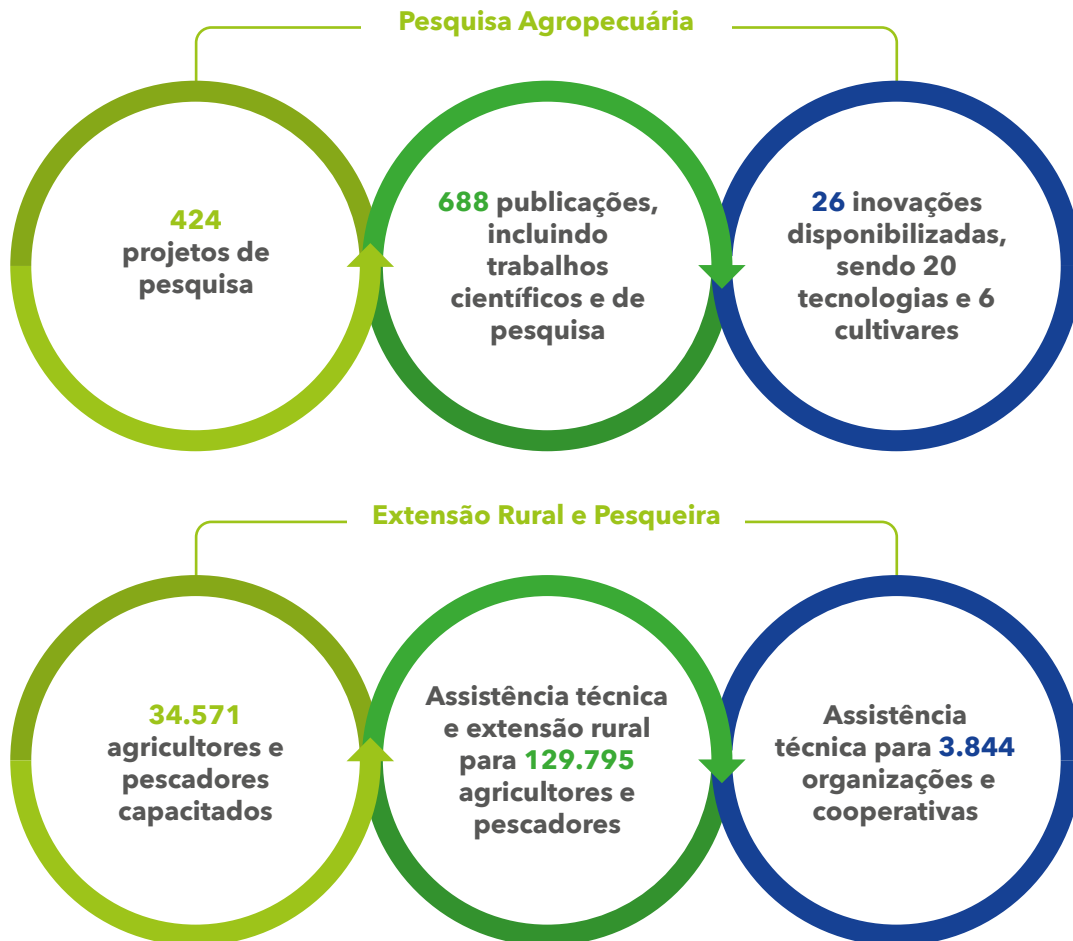
Em 2023, foram realizadas 479 investigações, com 111 colheitas de amostras para diagnóstico laboratorial. Identificaram-se 20 focos de influenza aviária em Santa Catarina, sendo 19 em animais de vida livre e um em propriedade de subsistência, no município de Maracajá. Durante o saneamento do foco em aves de subsistência, a CIDASC realizou 1.516 fiscalizações em 10 dias, num raio de 10 km da propriedade, com participação de 72 veterinários.

SANIDADE VEGETAL

O sistema de Defesa Sanitária Vegetal (DSV) mantém trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção, do comércio e do trânsito de vegetais ou de produtos dessa origem que possam ser veiculadores de pragas, a exemplo da produção estadual de maçã e banana. O Estado está livre de *Cydia pomonella*, greening, fogo bacteriano das rosáceas, moko da bananeira e cancro da videira. Foram fiscalizados 3.410 comércios de insumos agrícolas e coletadas 443 amostras para controle de qualidade de sementes, com reprovação de 20,85% dessas amostras. O Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos analisou 857 amostras de resíduos de defensivos agrícolas, com o índice de conformidade de 88,33%. Também foram realizadas mais de 3.300 inspeções de pragas e mais de 2 mil fiscalizações em sanidade vegetal, incluindo-se unidades de produção, unidades de consolidação e vazios sanitários.

PESQUISA E EXTENSÃO - EPAGRI

Ações realizadas



**Destques
Pesquisa
e Extensão**

- Capacitações e assistência técnica para gestão e empreendedorismo da agroindústria familiar atendem mais de 3 mil beneficiários.
- Tecnologias hidrometeorológicas são disponibilizadas em apoio às ações de defesa civil.
- Desenvolvimento de novos mercados para a maricultura por meio de tecnologias para a produção de macroalgas.
- Melhoramento genético gera tecnologias para as cadeias produtivas da fruticultura.
- Centros de treinamento da Epagri capacitaram 4.504 jovens e mulheres.
- Capacitação e assistência técnica apoiaram a produção de cereais de inverno.

Fonte: Epagri

OUTROS DESTAQUES - EPAGRI

	<p>Tecnologias e capacitações para 5.900 apicultores e meliponicultores</p>		<p>Signos distintivos promovem o desenvolvimento das cadeias produtivas</p>
	<p>Desenvolvimento de novos mercados para a maricultura através de tecnologias para a produção de macroalgas</p>		<p>Tecnologias de sistemas integrados de produção sustentável orientadas pela Epagri apoiam a mitigação de 1,6 milhão de toneladas de carbono equivalente em Santa Catarina</p>

ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS), tem como objetivo assegurar os direitos sociais às pessoas em situação de vulnerabilidade, de risco e de violação de direitos sociais.

NOVO MODELO DE COFINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A implantação de um novo modelo de cofinanciamento da Assistência Social, pioneiro em todo o País, foi uma grande conquista para o Estado. Com ele Santa Catarina repassou R\$ 55 milhões aos municípios - cada cidade recebe conforme o seu porte e os serviços executados. Desse total, por volta de R\$ 18 milhões foram para a Proteção Social Básica, R\$ 8 milhões para a Proteção Social Especial de Média Complexidade, R\$ 10 milhões para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, R\$ 16 milhões para Benefícios Eventuais e R\$ 947 mil para incentivo à gestão. O modelo anterior não considerava os equipamentos e serviços ofertados pelos municípios para distribuição do valor. Existia uma divisão geral por proteção, e um município que possuía três CRAS, por exemplo, recebia o mesmo valor do que aquele que tinha apenas um CRAS.

ATENDIMENTO AOS ATINGIDOS NAS ENCHENTES

Durante as enchentes de outubro e novembro, que atingiram pelo menos 209 municípios em Santa Catarina e deixaram mais de 35 mil desabrigados, o atendimento da SAS foi essencial, principalmente para o acolhimento das famílias que precisaram ir para 362 abrigos abertos em todo o Estado.

No período das chuvas a SAS prestou apoio técnico para calamidade e emergência a 100% dos municípios catarinenses afetados, realizou visitas a 55 cidades, prestou orientações presencialmente, por telefone e por meio de *lives* e informativos, e até mesmo do WhatsApp.



Por causa das cheias, mais de 35 mil pessoas precisaram de abrigos em SC

Foto: Roberto Zacarias/SECOM

O Estado também repassou mais de R\$ 1 milhão para 57 municípios atingidos pelas fortes chuvas de outubro, por meio de um auxílio emergencial de R\$ 20 mil para cada cidade que abriu abrigos com até 49 pessoas. Além disso, a SAS, em parceria com a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), recebeu e encaminhou 20.446 itens para os municípios mais necessitados.

RETOMADA DAS CAPACITAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na SAS o ano também foi marcado pela retomada das capacitações para profissionais da Assistência Social, uma iniciativa que impacta diretamente a melhoria do atendimento prestado aos cidadãos em situação de vulnerabilidade. Um exemplo é o Programa Nacional de Capacitação dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (CapacitaSUAS), que estava com inscrições abertas para quatro cursos. Ao longo de 2023 a equipe da pasta também esteve em diversas regiões fazendo capacitações individuais e em grupo. A última aconteceu de forma regionalizada e reuniu técnicos e gestores de 74 municípios da região Oeste, tendo como tema as "Interfaces do SUAS com ênfase na prática".

CONFERÊNCIAS ESTADUAIS

A SAS, em parceria com os respectivos conselhos, realizou quatro conferências estaduais em 2023: da Criança e do Adolescente, das Juventudes, da Segurança Alimentar e Nutricional, e da Assistência Social. Os milhares de participantes debateram as políticas públicas relacionadas aos temas, elegeram delegados e encaminharam as propostas dos catarinenses para a etapa nacional.

A 12ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente reuniu quase 800 pessoas em Piratuba, no Oeste. O tema central foi "A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia de Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade". A 4ª Conferência Estadual

das Juventudes reuniu mais de 100 jovens em Florianópolis para refletir, discutir, articular e propor prioridades e estratégias para as políticas em prol dos jovens catarinenses. O tema principal foi "Reconstruir no presente, construir o futuro: desenvolvimento, direitos, participação e bem viver". Já na Segurança Alimentar e Nutricional, o lema da 7ª conferência foi "Erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade".

Na Conferência Estadual de Assistência Social os delegados se reuniram por três dias para falar sobre o SUAS, com o tema "A reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos". O acesso às políticas públicas para alguns grupos mais vulneráveis, como pessoas em situação de rua, estava entre os assuntos discutidos.

ENCONTRO DO FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FLORIANÓPOLIS

O Encontro do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social (Fonseas), realizado em agosto, em Florianópolis, reuniu cerca de 100 gestores de diversos estados e representantes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. O objetivo foi debater os desafios e buscar fortalecer a Política de Assistência Social.

SC É PROTAGONISTA EM DISCUSSÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE MIGRAÇÕES

A SAS participou, na Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em Brasília, do 1º Encontro de Articulação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida (PNMRA). O Estado também realizou ações com foco no atendimento aos imigrantes, como o seminário para os municípios da região Oeste. O objetivo foi capacitar os técnicos e gestores da Política de Assistência Social do Extremo-Oeste, já que essa é uma região que concentra um grande

número de pessoas vindas de outros países. A naturalização e a documentação de migrantes em SC também foram outro assunto de destaque. De acordo com o sistema SISMIGRA, da Polícia Federal, Santa Catarina conta com 106.400 imigrantes vivendo no Estado. Destes, cerca de 44 mil estão inscritos no CadÚnico ligado à Assistência Social.

EVENTO DE 20 ANOS DO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

Evento promovido pelo Conselho Estadual do Idoso (CEI/SC) e pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Assembleia Legislativa celebrou os 20 anos do Estatuto da Pessoa Idosa e debateu as conquistas e os desafios para esse público em Santa Catarina. O encontro contou com a presença de representantes de dezenas de municípios catarinenses. O percentual de idosos em Santa Catarina chega a 14% da população. Participaram do evento gestores municipais da Política Nacional do Idoso, conselheiros municipais da pessoa idosa e outros profissionais que atuam nessa área.

COBERTURA NA PROTEÇÃO BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atualmente o Estado conta com Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos seus 295 municípios. A Proteção Básica da Assistência Social é um conjunto de serviços que têm como objetivo apoiar as famílias e os indivíduos na ampliação de sua proteção social, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida. Em 2023, Santa Catarina alcançou 100% de cobertura nesses serviços.

Em 2023 foram entregues os CRAS de Antônio Carlos, Palmeira, Forquilha e Benedito Novo. Nos CRAS são ofertados o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

SC alcança 100% de cobertura na Proteção Básica da Assistência Social em 2023

CARTILHA PARA IMPLANTAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA MULHER EM SANTA CATARINA

A SAS, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/SC), lançou uma cartilha com o objetivo de incentivar e facilitar a criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher. O guia oferece um roteiro detalhado sobre a importância dos conselhos, como criá-los e fortalecê-los, inclui modelos de regimento e minuta para a implantação desses organismos e até orientações sobre a criação do Fundo Municipal Especial dos Direitos.



Arte: Gabriela Nicolini/ASCOM SAS



Para baixar a cartilha, acesse o QR Code.



AÇÕES DA HABITAÇÃO

O Diagnóstico Estadual de Habitação de Interesse Social foi realizado pela Diretoria de Habitação e teve a participação de mais de 99% dos 295 municípios de Santa Catarina. O objetivo do estudo foi conhecer as demandas desses municípios em relação ao déficit habitacional para aprimoramento das políticas públicas. Além de números atualizados, o Estado levantou dados sobre a abrangência do déficit, renda das famílias, se há pessoas vivendo em áreas de risco, necessidade de reforma ou ampliação de imóveis por deterioração, falta de banheiros, instalações elétricas ou hidráulicas, entre outras situações. A regularização fundiária também foi tema do questionário. O objetivo foi saber se os municípios possuem imóveis que carecem de regularização e se as cidades têm alguma lei ou programa nesse sentido.

CAMPANHA FIO LARANJA

A Campanha Fio Laranja marca um ano de ações da SAS, em conjunto com outras secretarias, no combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes. O objetivo é conscientizar a sociedade sobre a responsabilidade que todos têm de proteger as crianças e os adolescentes. Além da Assistência Social, participam da campanha as Secretarias da Saúde, Educação, Segurança Pública e Turismo, além do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.



A Campanha Fio Laranja marca um ano de ações contra a exploração sexual de crianças e adolescentes
Foto: Ricardo Wolffenbüttel/SECOM

SANTA CATARINA UTILIZOU 100% DOS RECURSOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

A SAS, por meio da Coordenadoria Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, divulgou o balanço do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com recursos do Governo Federal, para compras da agricultura familiar em Santa Catarina. Todo o recurso foi utilizado, sendo mais de 98% dele com alimentos in natura. Ao todo 157 equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional da rede socioassistencial, de saúde, de ensino e entidades socioassistenciais foram beneficiados.

No Edital nº 01/2022, que contemplou 16 municípios, foram cadastrados 341 agricultores como fornecedores. Eles venderam 214,8 toneladas de alimentos, boa parte orgânicos. Já a quantidade de alimentos minimamente processados somou quase 18 toneladas de itens, como bolacha, mel, farinha de mandioca, queijo e polpa de fruta.



Agricultores de Joinville entregam alimentos do PAA
Foto: Divulgação/Prefeitura Municipal de Joinville

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Estado, por intermédio de Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI), tem o objetivo de fortalecer o setor tecnológico bem como implementar políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento econômico de Santa Catarina a partir da inovação. Em 2023, algumas ações foram desenvolvidas nesse sentido, conforme o resumo a seguir.

PROGRAMA SANTA CATARINA INOVADORA

Desenvolvimento de ações articuladas em estratégias para o aumento da competitividade e inovação para a neointustrialização.

ESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA SANTA CATARINA GAMES E ENTRETENIMENTO DIGITAL - SC GAMES

Impulsionou o setor de games e entretenimento digital em Santa Catarina através de ações estratégicas voltadas ao mercado catarinense e à formação de profissionais da área. A etapa Projeto Novos Talentos está em andamento, com a capacitação de 80 alunos no modelo digital.



SC NA PALMA DA MÃO

Com o intuito de aprimorar as soluções ao cidadão por meio do governo digital, essa ação tem como objetivo desenvolver ainda mais o Portal de Serviços sc.gov.br, convertendo-o no canal principal para oferta de serviços públicos. A ideia é torná-lo mais acessível em dispositivos móveis, permitindo assim que os usuários obtenham uma variedade de serviços e funcionalidades em um único lugar.

CAMPO CONECTADO

Implantação de rede e melhorias na internet em comunidades rurais do Estado. Em 2023, ocorreram investimentos na implementação de rede e acesso à internet (múltiplas soluções) para viabilizar a conectividade no meio rural em comunidades sem cobertura de operadoras. O Estado também fomenta o desenvolvimento do agronegócio. Atualmente existe um projeto em fase de estudos preliminares que analisa dados e critérios para seleção das "cidades piloto".

SCTEC - PROGRAMA FORMANDO PROFISSIONAIS PARA O FUTURO

O SCTEC visa qualificar pessoas na área da tecnologia e realizar a aproximação desses talentos com as vagas existentes no Estado de Santa Catarina. Serão 70 mil pessoas impactadas pelas formações em 18 municípios estratégicos, contemplando todas as mesorregiões estaduais.



REDE CATARINENSE DE CENTROS DE INOVAÇÃO

Em 2023, o Estado promoveu ações voltadas ao desenvolvimento de atividades que consolidam o ecossistema catarinense de inovação. Foi elaborado decreto com as diretrizes para rede de centros, bem como foram definidos e serão implementados 9 novos centros futuros.



PRONAMPE INOVAÇÃO - PROGRAMA ESTADUAL DE SUBVENÇÃO DE JUROS

Instituição do programa para fomentar o empreendedorismo inovador, visando elevar a produtividade e a competitividade da economia de Santa Catarina através de concessão de subsídio financeiro para pessoas jurídicas de micro e pequeno porte sediadas no Estado.

SUMMIT CIDADES 2023

A SCTI esteve presente no evento que evidenciou a relevância do ecossistema de inovação e tecnologia em Santa Catarina e no Brasil. Com um estande junto com a FAPESC, possibilitou a aproximação do setor público com o ecossistema de tecnologia e inovação, bem como a divulgação de ações e oportunidades do Estado.

PLATAFORMA DE ACELERAÇÃO DA INOVAÇÃO (PAI)

Criação de uma plataforma unificada de informações sobre financiamentos para facilitar a vida do empreendedor que precisa ter conhecimentos sobre as possibilidades de financiamentos disponíveis para o seu negócio.

CENTRO DE INOVAÇÃO DE ITAJAÍ

Em 2023, ocorreu a entrega do Centro Regional de Inovação - ELUME Parque Tecnológico, em Itajaí. O espaço entregue pelo Estado e pela Prefeitura de Itajaí atende todos os municípios da região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI).

MODERNIZAÇÃO DO PRODEC

O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) passou a fomentar a neointustrialização e o desenvolvimento sustentável, com a inclusão de medidas voltadas às práticas ESG (ambientais, sociais e de governança corporativa) e de inovação.

PADRONIZAÇÃO DE SITES "SC.GOV.BR"

Em 2023, os sites "sc.gov.br" foram padronizados. Através da SCTI, diversos sites passaram por reformulação, como os das Secretarias da Administração e da Educação. A equipe de técnicos também colaborou com o novo portal do Programa de Parcerias e Investimentos de SC (PPI-SC).



CULTURA

O Estado, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), realiza ações para fomentar a produção artística de Santa Catarina, bem como atua na preservação do patrimônio móvel, imóvel e imaterial/intangível da cultura catarinense.

DESTAQUES NA ÁREA DA CULTURA

A descentralização da política cultural foi um norte para a atual gestão. A fim de levar os recursos para todo o Estado, a FCC implementou diversas medidas de regionalização em fomento cultural, levando suas ações para muito além da capital, porém sem descuidar dela. A FCC movimentou o setor cultural em 2023 com aproximadamente R\$ 120 milhões injetados na economia, na área da cultura, por meio do Programa de Incentivo à Cultura e de editais.

O primeiro edital lançado em 2023 - Edital nº 30/2023 - foi o já tradicional Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura, um dos mais importantes e relevantes para o setor cultural de Santa Catarina. Nessa edição, foram distribuídos R\$ 8 milhões a propostas de Artes Visuais, Dança, Música, Teatro e Letras - Livro, Leitura e Literatura dentro da categoria Artes; Artes Circenses, Culturas Populares e Diversidades, Culturas Negras e Afro-Brasileiras e Culturas dos Povos Originários na categoria Artes Populares; e Patrimônio Material e Paisagem Cultural, Patrimônio Imaterial, Museus e Bibliotecas, na categoria Patrimônio e Paisagem Cultural.

No âmbito da Lei Paulo Gustavo, criada para mitigar a crise econômica vivida pelo setor cultural por consequência da pandemia de Covid-19, a FCC



Prêmio Catarinense de Cinema - Edição especial LPG
Foto: Warley Alvarenga/FCC

ficou responsável por operacionalizar a distribuição de cerca de R\$ 60 milhões. Obedecendo-se aos percentuais previstos, dividiu-se o montante em quatro editais para o setor audiovisual e dois para as demais áreas da cultura.

O primeiro edital lançado (Edital nº 32/2023) foi o Prêmio Catarinense de Cinema 2023 - Edição Especial Lei Paulo Gustavo, sendo disponibilizados mais de R\$ 8 milhões pelo Estado de Santa Catarina. O resultado final foi publicado em dezembro e contemplou 149 propostas em 22 categorias. Além do valor previsto no edital, foram também aplicados os recursos advindos da redistribuição das sobras dos municípios e dos rendimentos de aplicação

financeira dos recursos da referida lei, no montante aproximado de R\$ 2 milhões.

Após o lançamento do Prêmio de Cinema, foi a vez de executar o edital de Chamamento Público Lei Paulo Gustavo - Prêmio de Exibição FCC RNCP, Edital nº 34/2023, que selecionou e premiou obras audiovisuais catarinenses para a realização de cessão não onerosa dos direitos de exibição para as emissoras integrantes da Rede Nacional de Comunicação Pública, suas retransmissoras e suas plataformas de vídeo sob demanda. Para o edital foram distribuídos pouco mais de R\$ 2 milhões.

A Chamada Pública FCC Lei Paulo Gustavo - Prêmio a Microempresas e Pequenas Empresas, Edital nº 36/2023, selecionou e reconheceu a atuação, produção e difusão na área audiovisual no Estado. O valor total desse edital foi de R\$ 2,6 milhões, distribuídos em 80 prêmios de R\$ 33,5 mil cada.



O setor audiovisual teve 4 editais
Foto: Cândido Gazzoni/FCC

Ainda entre os prêmios voltados ao setor audiovisual, cabe destaque ao Edital de Chamamento Público para Modernização e Adaptação de Salas de Cinema SC - Lei Paulo Gustavo, Edital nº 33/2023, voltado a apoiar financeiramente propostas de ações de modernização e adaptação de salas de cinema públicas no Estado. O valor total do prêmio foi de R\$ 3,15 milhões, distribuídos em três faixas de valores.

Para as demais áreas da cultura catarinense, a FCC lançou dois editais com recursos da Lei Paulo Gustavo.

O LPG D+, Edital nº 37/2023, no valor de R\$ 11,82 milhões, selecionou propostas culturais de Experimentação Artística, Apresentação ou Evento

Cultural e Ações de Qualificação e Formação em 10 grandes áreas. E fechando a lista, o Edital nº 35/2023, Prêmio de Mérito Cultural, premiou trabalhadores da cultura, artistas, artífices, mestres, grupos, coletivos, instituições artístico-culturais e pontos de cultura atuantes em Santa Catarina, prestando significativa contribuição ao desenvolvimento artístico e cultural do Estado. Foram distribuídos R\$ 3,12 milhões, divididos em 250 prêmios.



Uma das modalidades do Prêmio Elisabete Anderle foi Artes Populares
Foto: Márcio H. Martins/FCC

PROGRAMA DE INCENTIVO À CULTURA (PIC)

O Programa de Incentivo à Cultura é uma ferramenta de fomento a projetos culturais.



O PIC contemplou projetos em diversas categorias em todas as regiões do Estado
Foto: Eduardo Valente/SECOM

O PIC permite que as empresas contribuintes do ICMS possam patrocinar projetos culturais aprovados pela FCC e abater o valor investido do imposto devido, mensalmente, na forma e nos limites estabelecidos pela Lei nº 17.762, de 7 de

agosto de 2019, regulamentada pelo Decreto nº 1.269, de 4 de maio de 2021.

Para que possam receber patrocínios via PIC, os empreendedores culturais catarinenses devem encaminhar seus projetos para a FCC por meio da Plataforma Prosas, que passarão por análise de uma comissão especializada. Os projetos aprovados recebem uma Autorização de Captação (AC), com a qual estão aptos a captar recursos para realização do projeto junto às empresas.

Somente em 2023 foram inscritos 534 projetos, o que representa um acréscimo de 326 em relação a 2022. Foram aprovados 245 projetos, observando-se o teto de R\$ 75 milhões autorizados pelo Governo do Estado.

Outros projetos aprovados pela FCC: 5º Pianístico de Joinville; Tum Festival; Maratona Cultural 2024; Natal Magia Florianópolis 2023; Carnaval de Joaçaba e Herval D'Oeste 2024; Orquestrando SC; 25º Festival de Música de Itajaí; Atrações Artísticas e Musicais Catarinenses na 38ª Oktoberfest Blumenau; A Tomada de Laguna; I Congresso Internacional de Patrimônio Material e Paisagem Cultural - XXVII Congresso Internacional de Antropologia de Ibero-América; Mostra de Dança Infantil - A Noite é uma Criança; Festival Literário Internacional de Pomerode; Floripa Jazz Festival - 11ª Edição; Turnê Dazaranha 30 Anos; Série de Animação Infantil - "Passado da Hora - História de Santa Catarina"; Camerata Florianópolis - Turnê Estadual.

NÚMEROS DE VISITANTES NOS ESPAÇOS CULTURAIS

Em 2023, o Centro Integrado de Cultura (CIC) e o Teatro Ademir Rosa receberam o maior público de suas histórias. Os demais espaços também foram objeto de interesse do público, de modo que, pelos espaços culturais do Estado, passaram por volta de 400 mil pessoas no ano. A FCC tem sob sua responsabilidade o Teatro Álvaro de Carvalho (TAC), o Teatro Pedro Ivo, o complexo cultural do Centro Integrado de Cultura (CIC), que compreende o Teatro Ademir Rosa, o Museu de Arte de Santa Catarina (Masc), o Museu da Imagem e do Som (MIS/SC), as Oficinas de Arte, a Escolinha de Artes, o Espaço Lindolf Bell e a Biblioteca de Arte & Cultura. A fundação administra, também, a Galeria do Artesanato da Casa da Alfândega, a Biblioteca Pública de Santa Catarina, o Museu Histórico de Santa Catarina, a Casa da Literatura Catarinense Poeta Cruz e Sousa, o Museu Etnográfico Casa dos Açores (em Biguaçu), a Casa de Campo do Governador Hercílio Luz (em Rancho Queimado) e o Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras (em São Francisco do Sul).

Com a retomada da agenda cultural em todo o Estado e o interesse das pessoas em visitar mostras, exposições e outras atividades culturais, os espaços administrados pela FCC registraram presença expressiva de público nos eventos em 2023:

Espaços Administrados pela FCC	Público Presencial em 2023 (estimado)
Teatro Ademir Rosa	130.000
Teatro Álvaro de Carvalho	21.000
Teatro Pedro Ivo	45.000
Museu da Imagem e do Som (MIS/SC)	1.500
Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC)	41.000
Museu Etnográfico - Casa dos Açores	11.300
Casa de Campo do Governador Hercílio Luz	6.500
Cinema do CIC	13.000
Biblioteca Pública de Santa Catarina	90.000
Biblioteca de Arte & Cultura	1.800
Galeria do Artesanato	36.000
TOTAL	397.100

Fonte: FCC

DEFESA CIVIL

A população catarinense vem sofrendo com desastres naturais há algum tempo. Afetada ao longo de sua história por diversos tipos de eventos climáticos, Santa Catarina encontra-se no topo da lista entre os estados brasileiros quanto à frequência e aos impactos decorrentes de desastres. A Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (SDC) é o órgão central na coordenação do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC) e tem por objetivo planejar, articular e coordenar as ações de proteção e defesa civil em todo o território catarinense.

GESTÃO DE RISCOS

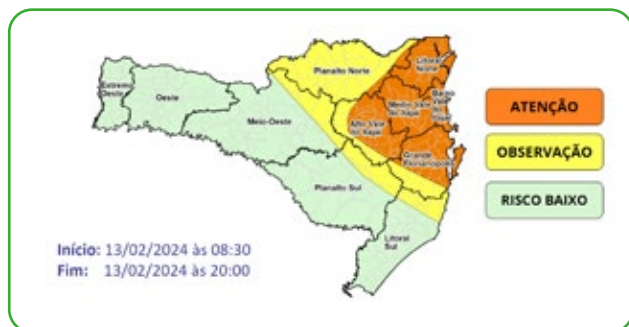
A gestão de riscos inicia com medidas de prevenção e mitigação, identificando ações para avaliar e reduzir o risco de desastre, bem como aprimorando a resposta do sistema de defesa civil aos desastres. A missão da Diretoria de Gestão de Riscos da SDC é proteger e preparar as comunidades catarinenses perante os riscos de desastres, através do mapeamento e da identificação de ameaças e de vulnerabilidades.

MONITORAMENTO E ALERTA

A Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil de Santa Catarina mantém o monitoramento das condições meteorológicas durante 24 horas por dia.

Em 2023 foram emitidos mais de 10 mil alertas por SMS aos cidadãos cadastrados no número 40199, sendo o alerta de chuvas intensas o mais enviado, seguido pelos de tempestades locais e convectivas/ chuvas intensas, de granizo, de deslizamentos, de inundações e de vendavais.

Avisos Meteorológicos



Alertas Hidrometeorológicos



Fonte: SDC

RADARES

Em 2023, a SDC concluiu a instalação do Radar Meteorológico do Litoral Norte no município de Joinville. O radar vai aperfeiçoar o sistema de monitoramento e alertas relacionados a eventos adversos. O investimento total do Estado foi de R\$ 5 milhões.

O equipamento trará ainda mais segurança e assertividade no que diz respeito às condições meteorológicas. Ele tem um raio de 80 quilômetros, abrangendo os municípios do Litoral Norte e alguns municípios do Baixo e Médio Vale do Itajaí.

Além disso, segue plenamente operacional a rede instalada, que é composta pelos radares meteorológicos já em funcionamento nos municípios de Chapecó, Lontras e Araranguá.



Instalação de radar meteorológico
Foto: ASCOM/SDC

BARRAGENS

Foram realizadas ações de manutenção e melhoria nas três barragens de contenção operadas pela SDC em Santa Catarina, visando modernizá-las e aumentar a segurança em sua operação. Destaca-se a contratação do serviço de instalação do stop log na barragem de Ituporanga, um equipamento metálico que atua como medida de proteção na substituição ou troca dos dutos. Foi também realizada a contratação dos serviços de limpeza mecanizada das barragens, fundamental para a segurança da operação da rede.

A operação das três barragens durante as chuvas de 2023, calcada em critérios técnicos e de segurança, revelou a importância das estruturas na mitigação dos impactos adversos causados pelo alto volume das águas.

Barragem Sul - Ituporanga

Barragem Oeste - Taió

Barragem Norte - José Boiteux

EDUCAÇÃO EM DEFESA CIVIL

Em 2023, a SDC fortaleceu o Programa Defesa Civil na Escola (PDCE), iniciativa reconhecida nacionalmente pela sua excelência e pelo impacto na sensibilização da população acerca da importância da adesão dessa secretaria às iniciativas de proteção e defesa civil. O programa consiste na realização

de atividades educativas dirigidas às temáticas de redução de riscos, autoproteção, gestão de desastres e cuidados com o meio ambiente, e é voltado para todos os estudantes matriculados no 6º ou no 7º ano do ensino fundamental de escolas públicas e privadas do Estado.



Em comemoração aos 50 anos da Defesa Civil de Santa Catarina, em maio de 2023 foi realizada a Semana Estadual de Ações da Defesa Civil - 50 anos, com uma série de eventos e palestras relacionados ao tema. São cinco décadas dedicadas à população catarinense, ao desenvolvimento de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, destacando sempre capacidades como autoproteção, resiliência e comprometimento ao longo dos anos.

Em 2023 também aconteceram 175 eventos diversos referentes à educação em defesa civil, com destaque para 49 edições do "Escola na Defesa Civil", 5.762 alunos atendidos nos cursos EAD e mais de 60 palestras diversas.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

O Estado destinou mais de R\$ 28 milhões para a distribuição de 448.782 itens de assistência humanitária às populações atingidas por desastres em 95 municípios catarinenses. Foram distribuídos itens como água potável, cestas básicas, colchões de casal e de solteiro, cumeeiras para telhados de 4 e 6 mm, kit acomodação de casal e de solteiro (com travesseiro, fronha e cobertor), kits de higiene e de limpeza, e telhas de 4 mm e de 6 mm.



Itens de assistência humanitária
Foto: ASCOM/DSC

KITS DE TRANSPOSIÇÃO DE OBSTÁCULOS

Ao longo de 2023, a SDC forneceu mais de 100 kits de transposição de obstáculos de concreto. O valor total investido foi de quase R\$ 15 milhões.



Instalação de kit de transposição
Foto: ASCOM/DSC

EDUCAÇÃO

Na educação, o ano de 2023 foi evidenciado pela criação e execução de projetos voltados à segurança pública estadual nas escolas e ao acesso de jovens e adultos ao ensino superior de qualidade.

PROGRAMA UNIVERSIDADE GRATUITA

O Programa Universidade Gratuita, criado por meio da Lei Complementar nº 831/2023 e regulamentado pelo Decreto nº 219/2023, é destinado ao fomento da educação superior, em nível de graduação, prestado pelas fundações e autarquias municipais universitárias e por entidades sem fins lucrativos de assistência social que cumprirem os requisitos legais e regulamentares (instituições universitárias).

Os recursos distribuídos sob a forma de assistência financeira às instituições universitárias são por elas destinados ao pagamento das mensalidades dos cursos de graduação, até a sua conclusão, dos estudantes que cumprirem os requisitos legais e regulamentares.

No segundo semestre de 2023, mais de 4,5 mil estudantes foram beneficiados pelo Programa Universidade Gratuita. Outros 3,4 mil estudantes receberam bolsas custeadas pelo FUMDES no período.

Além disso, também houve a continuidade da assistência estudantil fornecida pelo UNIEDU aos estudantes de graduação e de pós-graduação, sendo concedidas 32.415 bolsas de graduação no primeiro semestre, 21.219 bolsas de graduação no segundo semestre e 1.560 bolsas anuais de pós-graduação.



Para mais informações,
acesse o QR Code.



Assistência Estudantil para o Ensino Superior em 2023

Graduação:

Mais de 4,5 mil novas bolsas concedidas pelo **Programa Universidade Gratuita** no segundo semestre de 2023 (Lei Complementar nº 831/2023)

Mais de 3,4 mil novas bolsas custeadas pelo **FUMDES no segundo semestre de 2023** (Lei nº 18.672/2023)

UNIEDU:	1º sem.	2º sem.
Bolsas Concedidas - art. 170	20.851	15.903
Bolsas Concedidas - art. 171	11.564	5.316

Pós-Graduação: 1.560 bolsas anuais concedidas pelo UNIEDU

Fonte: Diretoria de Finanças/SED - Apuração em novembro de 2023

FUNDO ESTADUAL DE APOIO À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (FUMDES)

O FUMDES é uma assistência financeira estudantil prestada pelo Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 18.672/2023 e regulamentado pelo Decreto nº 220/2023. Essa assistência estudantil é destinada a dar efetivas condições para o cumprimento do disposto nos arts. 170 e 171 da Constituição catarinense, tendo como objetivos fomentar o ensino superior bem como o desenvolvimento e as potencialidades regionais do Estado.

O programa de assistência financeira para os alunos de instituições de ensino superior privadas teve início no segundo semestre do ano de 2023.

O valor da assistência financeira concedida aos estudantes é de pelo menos 25% do valor da mensalidade.

PROGRAMA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Santa Catarina, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), desenvolveu o projeto para promover a ampliação do acesso dos estudantes da rede estadual ao eixo do ensino profissionalizante do novo ensino médio. O projeto teve início em abril de 2023, e o Estado investiu cerca de R\$ 1,60 milhão.

PLANO DE OFERTAS EDUCACIONAIS

O Plano de Ofertas Educacionais (POE) tem como objetivo articular a oferta educacional da educação básica da rede estadual de ensino em parceria com as redes municipais de ensino do território catarinense. Isso facilita o acesso e a permanência dos estudantes, otimiza as estruturas físicas, pedagógicas, tecnológicas, administrativas e os recursos financeiros, elevando a qualidade da educação no território catarinense. Foram cinco escolas municipalizadas.

PROGRAMA ESTADUAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Este plano é gerenciado em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, e de início, nove escolas adotaram a metodologia cívico-militar. O Programa Estadual das Escolas Cívico-Militares foi criado com o objetivo de substituir o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares estabelecido em 2020. O novo programa visa atender o desejo da comunidade escolar, que solicita a expansão dessa iniciativa no Estado de Santa Catarina. Foi planejado para a execução desse programa o investimento de R\$ 8,79 milhões.

PROCESSO DE SELEÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE ENSINO

O Plano de Gestão Escolar (PGE) é um processo que auxilia a seleção de novos diretores para as unidades escolares do Estado. O PGE organiza e acrescenta novas ideias no âmbito escolar, que são colocadas em prática a cada quatro anos, na troca de diretor.

A partir do ano de 2023, esse processo passou por uma modernização, com mudanças como:

- *descentralização para as coordenadorias validarem os Planos de Gestão de suas unidades escolares, tornando a análise mais próxima da realidade e da especificidade de cada escola;*
- *aproximação das escolas com cada família e comunidade escolar, exigindo um quórum mínimo que resulta na necessidade de todos os segmentos da comunidade escolar atuarem na unidade escolar, exercendo o seu papel de cidadão a partir do voto; e*
- *criação de indicadores obrigatórios para a avaliação do PGE no decorrer da atuação do servidor na condição de diretor de unidade escolar, intensificando e resultando na melhora da aprendizagem dos estudantes.*

ENSINO MÉDIO

A matriz curricular foi reorganizada com o intuito de preparar os alunos para uma carga horária 20% não presencial, como é permitido na legislação vigente. Com a inclusão de uma grade curricular 80% presencial, os estudantes têm mais tempo para realizar outras formações, assim como para se inserir no mercado de trabalho e conviver mais com os seus familiares. Foi incrementado um investimento por volta de R\$ 2,70 milhões na educação de ensino médio do Estado. Atualmente, as unidades escolares estaduais atendem cerca de 217 mil jovens matriculados, contabilizando mais de 8 mil turmas entre 1º, 2º e 3º anos do ensino médio.

REDE ESTADUAL DE ENSINO

Quantidade de Escolas da Rede Estadual de Ensino	2023	2022
Total de unidades escolares¹	1.053	1.054
Escolas novas abertas que iniciaram o atendimento no ano de referência	1	3

Fonte: SED/SISGESC/ Data referência para o total de escolas ativas: 30/10/2022 e 30/09/2023

Número de Vínculos de Servidores da Rede Estadual de Ensino	2023	2022
Professores efetivos	13.788	14.031
Professores ACTs	33.735	29.311
Demais servidores efetivos	4.807	5.197
TOTAL	52.330	48.539

Fonte: SED/Painel Servidores da Educação, com base na folha de pagamento de setembro/SIGRH/2022 e setembro/SIGRH/2023. Contagem por matrícula

Matrículas na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino	2023	2022
Anos iniciais do ensino fundamental	112.124	114.170
Anos finais do ensino fundamental	173.246	178.576
Ensino médio²	217.953	218.104
Educação profissional concomitante e subsequente ao ensino médio	4.663	4.954
Educação de jovens e adultos (EJA)	21.885	21.684
TOTAL³	529.871	537.488

Fonte: SED/SISGESC / Data de referência: 31/5 do ano observado

- 1 Não foram contabilizadas as unidades descentralizadas da educação de jovens e adultos, pois são vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos, computados como unidades escolares.
- 2 O ensino médio inclui matrículas do ensino médio propedêutico, do magistério e do ensino médio integrado à educação profissional.
- 3 Não foram contabilizadas as unidades descentralizadas da educação de jovens e adultos, pois são vinculadas aos Centros de Educação de Jovens e Adultos, computados como unidades escolares.
Não inclui matrículas de turmas de Atividade Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Quantidade de Turmas na Educação Básica da Rede Estadual de Ensino	2023	2022
Anos iniciais do ensino fundamental	5.161	5.224
Anos finais do ensino fundamental	7.119	7.191
Ensino médio	8.507	8.552
Educação profissional concomitante e subsequente ao ensino médio	265	283
Educação de jovens e adultos (EJA)	4.816	3.870
TOTAL	25.868	25.120

Fonte: SED/SISGESC / Data de referência: 31/5 do ano observado

Ensino Superior	Graduação	Mestrado	Doutorado
Quantidade de alunos	10.506	1.059	770
Quantidade de cursos	60	34	15

Fonte: Udesc/Dados referentes ao dia 14/10/2023

AUMENTO DE MATRÍCULAS NA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL



O número de alunos da Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) sofreu uma variação de 8,6%, sendo uma diferença de mais de 2 mil alunos em comparação a 2022. A FCEE é uma organização de caráter beneficente, instrutivo e científico, sem fins lucrativos, que leciona para alunos incluídos no plano de educação especial em interface com a saúde, o ensino e a assistência social.

O crescimento de matrículas na FCEE foi motivado pelos seguintes fatores:

- aumento da procura à FCEE para avaliação diagnóstica multiprofissional;
- chamada de servidores do concurso público (fonoaudiólogos, fisioterapeutas, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais), o que possibilitou o aumento da capacidade de atendimento;
- reforma e melhorias estruturais, o que também auxilia na capacidade dos atendimentos;
- aumento significativo da prevalência das pessoas com deficiência;
- aumento geral do número da população dos municípios da Grande Florianópolis;
- divulgação dos serviços ofertados pela FCEE;
- investimento na capacitação dos servidores da FCEE;
- fomento realizado pelas formações aos profissionais da educação especial realizadas pelos docentes da FCEE.

Quantidade de Matrículas e Profissionais na FCEE	2023	2022
Matrículas	29.088	26.796
Professores Efetivos	1.033	1.043
Professores ACTs	1.676	1.834

Fonte: FCEE

AUMENTO DE MATRÍCULAS NAS UNIDADES ESCOLARES VOLTADAS À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação entre os jovens e adultos apresentou um aumento nas inscrições. São mais de 4 mil turmas, um crescimento de 24% em relação ao ano de 2022. Em 2023 foram repassados por volta de R\$ 126,37 milhões para os Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) de Santa Catarina. Esse valor foi investido em novas contratações dos professores e no incremento de tecnologia nas salas de aula, como lousas digitais, laptops para os educadores e laboratórios de informática.

INFRAESTRUTURA ESCOLAR

No ano de 2023, Santa Catarina investiu mais de R\$ 168 milhões na manutenção escolar em 730 unidades. São mais de 118 obras em andamento em escolas por todo o Estado. Foram entregues 29 obras de melhorias e reformas, 29 quadras poliesportivas e 9 obras de recuperação elétrica. O investimento total em obras foi de R\$ 182,99 milhões.

BOLSA-ESTUDANTE

O Estado oferece o Programa Bolsa-Estudante, conforme o disposto na Lei nº 18.338/2022, com o objetivo de combater a evasão escolar. O valor do auxílio é de R\$ 6.250 por ano por estudante, e para recebê-lo o aluno deve estar matriculado em uma das escolas da rede estadual e pertencer a

uma família inscrita no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal. Até dois integrantes de uma mesma família poderão receber o benefício.

Em 2023, cerca de 16 mil alunos foram beneficiados com as bolsas, o que totalizou um investimento de R\$ 51,47 milhões.

BENEFÍCIOS AOS ALUNOS

Ações beneficiárias como alimentação e transporte escolar também tiveram crescimento no ano de 2023. O setor de alimentos recebeu em torno de R\$ 367,19 milhões. Já para o setor de transporte foram repassados por volta de R\$ 259,43 milhões para a manutenção e melhoria dos transportes utilizados pelas unidades escolares.

Outras Ações	Alunos Beneficiados	
	2023	2022
Alimentação escolar⁴	285.600	220.468
Transporte escolar	152.780	155.000

Fontes: Alimentação escolar: SED/Diretoria de Ensino/Ge-rência de Alimentação Escolar/Dados do mês de agosto de 2022 e agosto de 2023.

Transporte escolar: SED/Assessoria de Articulação com os Municípios – data de referência: 13/10/2022 e 30/9/2023.

VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Para os profissionais da educação de Santa Catarina, o piso nacional foi ajustado em 14,95%, percentual que entrou em vigor em janeiro de 2023 e elevou o valor para R\$ 4.420,55, referente a uma carga horária de 40 horas semanais.

A partir do mês de agosto, houve a concessão do cumprimento de 100% da hora-atividade fora da unidade escolar (para os professores em atuação nas escolas).

4 A alimentação escolar é ofertada a todos os estudantes da rede estadual, sendo, portanto, um direito, e não uma obrigação.

ESPORTE

Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte), com o propósito de organizar e desenvolver o esporte amador do Estado, executa os programas, os projetos e as ações da Política Estadual do Esporte.

No exercício de 2023, a Fesporte transferiu mais de R\$ 25 milhões para que municípios e federações pudessem realizar suas ações e eventos, contribuindo para o desenvolvimento socioesportivo estadual.



Fonte: Diretoria de Administração e Finanças - Gerência de Planejamento (DIAD/GEPLA)

DESTAQUES DE 2023

BOLSA-ATLETA

O Programa Bolsa-A atleta Estadual foi instituído pela Lei nº 18.335, de 6 de janeiro de 2022. Esse programa é destinado aos atletas e paratletas praticantes do esporte educacional, aos atletas de alto rendimento em modalidades olímpicas e paralímpicas e aos atletas e paratletas praticantes das demais modalidades constantes do calendário anual da Fesporte.

Em 2023 855 atletas de Santa Catarina foram beneficiados com o Programa Bolsa-A atleta, totalizando R\$ 7,34 milhões pagos.



Imagem de divulgação Bolsa-A atleta 2023 - ASCOM/Fesporte

Bolsas-Atleta pagas em 2023

Categorias	Atletas Contemplados
Escolar Nacional	155
Escolar Internacional	3
Nacional Sub-18	194
Nacional 18+	416
Internacional Continental	64
Internacional Mundial	11
Olímpico ou Paralímpico	12



855
Atletas aprovados



Mais informações sobre o Bolsa-Atleta são disponibilizadas em
<http://www.fesporte.sc.gov.br>.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO DESPORTIVA

O Programa de Iniciação Desportiva Escolar (PIDE) tem por objeto ofertar práticas esportivas no contraturno escolar para crianças na faixa etária de 10 a 16 anos e que estejam regularmente matriculadas na rede de ensino pública (estadual e municipal), a fim de desenvolver e promover a iniciação esportiva no Estado de Santa Catarina.

Unidades Executoras - PIDE 2023

IES	Unidade Executora	Município
UNOESC - XANXERÊ	Município de Xanxerê	Xanxerê
	Município de Abelardo Luz	Abelardo Luz
UNOESC - SMO	Município de Guaraciaba	Guaraciaba
	Município de São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste
	Município de Anchieta	Anchieta
	Município de São João do Oeste	São João do Oeste
UNIDAVI	Município de Rio do Sul	Rio do Sul
FURB	FURB	Blumenau
UNOESC - JOAÇABA	Esporte Clube Beija-Flor de Linha Santa Bárbara	Lacerdópolis
	Município de Catanduvas	Catanduvas
UNOCHAPECÓ	Município de Chapecó	Chapecó
UNIBAVE	Município de Lauro Müller	Lauro Müller
UNESC	Município de Araranguá	Araranguá

IES	Unidade Executora	Município
IELUSC	IELUSC	Joinville
	APP EEB Madre Terezinha	Videira
	Município de Lebon Régis	Lebon Régis
UNOESC - VIDEIRA	Associação Videirense de Basquetebol	Videira
	FME Videira	Videira
	Município de Fraiburgo	Fraiburgo
UNOESC - CHAPECÓ	UNOESC	Chapecó

Programa de Iniciação Desportiva

10
Instituições de Ensino Superior (IES) através de credenciamento público

43
Unidades Executoras através de 2 chamamentos públicos

35
municípios alcançados

Aproximadamente **3.500 alunos** e **180 acadêmicos** contemplados mensalmente

R\$ 1,85 milhão repassados em 2023

JOGOS ABERTOS DA TERCEIRA IDADE

Os Jogos Abertos da Terceira Idade (JASTI) de Santa Catarina têm como finalidade estimular a participação do idoso em atividades esportivas e recreativas, visando ampliar as perspectivas de mais qualidade de vida. Em 2023 ocorreram 36 etapas microrregionais do evento. Ao todo foram 11 modalidades disputadas na etapa estadual, que aconteceu em São Bento do Sul e contou com a participação de 154 municípios e de aproximadamente 7 mil atletas, técnicos e dirigentes.



Disputa da modalidade de canastra, naipes feminino
Fotos: Divulgação



Torcida prestigiando a modalidade Beach Tennis no JASTI

PARAJESC

Nos Jogos Escolares Paradesportivos de Santa Catarina (Parajesc) de 2023 foram disputadas cinco modalidades: atletismo, natação, bocha paralímpica, tênis de mesa e basquete em cadeira de rodas. O evento, que ocorreu no município de Itajaí entre os dias 11 e 14 de maio, contou com a participação de aproximadamente 450 para-atletas, staffs, técnicos e dirigentes vindos de 33 municípios.



Para-atletas da modalidade de Basquete em Cadeira de Rodas
Foto: Divulgação

JOGUINHOS ABERTOS

Os Jogos Abertos de 2023 foram realizados em 12 etapas microrregionais e quatro etapas regionais, e contaram com 14.055 atletas, técnicos e dirigentes. A etapa estadual ocorreu em Curitiba, no período de 20 a 29 de julho, com a participação de 79 municípios. Estiveram em disputa 19 modalidades e 35 troféus. O campeão geral da competição foi o município de Joinville, com 129 pontos conquistados; em segundo, Jaraguá do Sul; e em terceiro, Blumenau.

OLIMPÍADA ESTUDANTIL CATARINENSE

A Olimpíada Estudantil Catarinense (OLESC) foi realizada em 12 etapas microrregionais e 4 etapas regionais, reunindo mais de 15 mil atletas, técnicos e dirigentes participantes. A etapa estadual ocorreu em Florianópolis, no período de 25 de setembro a 3 de outubro, e contou com a participação de 98 municípios. Estiveram em disputa 17 modalidades

e 31 troféus. O campeão geral da competição foi o município de Joinville, ficando os municípios de Jaraguá do Sul e Florianópolis com a segunda e a terceira posições, respectivamente.

JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA

Os Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC) tiveram suas etapas microrregionais realizadas no período de 1º a 10 de setembro. Duas etapas regionais foram concluídas, e outras duas etapas, que aconteceriam de 29 de novembro a 9 de dezembro, em Rio do Sul, onde seriam disputadas 27 modalidades, foram canceladas devido às fortes chuvas que afetaram diversos municípios de Santa Catarina durante o mês de novembro de 2023.

JOGOS ESCOLARES DE SANTA CATARINA (JESC)

JESC 15 a 17 ANOS

Os Jogos Escolares de Santa Catarina são realizados nas etapas microrregional, seletiva e estadual, contando com a participação de alunos das redes pública e privada de ensino do Estado. O evento oferece transporte e alimentação aos atletas classificados para as fases seletiva e estadual, além de hospedagem em hotel para a fase estadual.



Galeria dos Campeões do JESC Estadual 2023
Foto: Enio Parker/ASCOM Fesporte

Etapas Realizadas	JESC 12 a 14 ANOS		JESC 15 a 17 ANOS	
	Nº de Participantes	Nº de Municípios	Nº de Participantes	Nº de Municípios
Microrregional	14.720	232	16.313	232
Seletiva	4.268	105	3.200	142
Estadual	2.492	98	1.529	102

MOLEQUE BOM DE BOLA

11 a 14 ANOS - Campeonato Catarinense Escolar de Futebol (CCEF)



Na etapa microrregional o evento contou com a presença de 7 mil crianças na faixa etária da competição, entre meninos e meninas, classificando-se para a fase seletiva 3.800 crianças. A etapa final contou com a participação de 448 crianças e de 70 técnicos, divididos em 16 equipes masculinas perfazendo 308 pessoas e 16 equipes femininas perfazendo 270 pessoas. Ao todo, 20 árbitros e um coordenador geral participaram da arbitragem, sendo 15 do sexo masculino e 6 do sexo feminino.

O Estado forneceu transporte e alimentação para os atletas classificados nas etapas seletivas e estadual, e também hospedagem para os atletas da fase final.

Partidas bastante disputadas marcam essa edição da competição do CCEF
Foto: Cristiano Largura

15 a 17 ANOS - Campeonato Catarinense Escolar de Futebol (CCEF)

O evento é realizado nas etapas microrregional, seletiva e estadual, esta última composta por 16 equipes no naipe masculino (276 alunos) e 16 no naipe feminino (276 alunos), mais 70 técnicos, 20 árbitros e 1 coordenador de arbitragem, totalizando 643 pessoas. Conforme Nota Oficial divulgada pela Fesporte, o evento foi cancelado em sua fase final em função das fortes chuvas que atingiram o Estado.

DANÇA CATARINA

Em 2023, 3.788 alunos participaram do Festival Escolar Dança Catarina, envolvendo 190 escolas das redes pública e privada com 378 dirigentes esportivos de 90 cidades estaduais. O evento foi projetado para atender 20 mesorregionais e 4 regionais, sendo realizadas 19 mesorregionais nas seguintes cidades: Itapiranga, Serra Alta, Vargeão, São Lourenço do Oeste, Lindóia do Sul, Piratuba, Mirim Doce, Bom Retiro, Fraiburgo, José Boiteux, Indaial, São João do Itaperiú, Biguaçu, Campo Alegre, Ponte Alta do Norte, Itajaí, Orleans e Treze de Maio, não havendo a etapa de Ituporanga por não ter inscritos no evento.

O Estado, através da Fesporte, disponibilizou alimentação aos participantes de todas as etapas realizadas, além do transporte dos jurados. Foram cancelados os eventos regionais em razão das fortes chuvas que atingiram Santa Catarina em 2023. No total foram investidos quase R\$ 356 mil nas montagens de estrutura, com fornecimento de iluminação, sistema de som, gerador de energia e projeções.



Grupo da CEM, Profa. Nair Formentin Silva
Foto: Delamare de Oliveira Filho/ASCOM Fesporte

JOGOS DA JUVENTUDE 15 A 17 ANOS

Em 2023, 169 atletas catarinenses, 6 dirigentes e 28 técnicos representaram Santa Catarina nos Jogos da Juventude, realizados no período de 1º a 16 de setembro, em Ribeirão Preto/SP. A equipe participou de 18 modalidades e conquistou 72 medalhas, classificando o Estado no terceiro lugar geral da competição e garantindo a melhor campanha estadual nos referidos jogos.



Desempenho dos Atletas de SC nos Jogos da Juventude

3º lugar geral

22 medalhas de ouro

19 medalhas de prata

31 medalhas de bronze

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO

Criar políticas públicas para o empreendedor, a indústria e, principalmente, as micro e pequenas empresas, em conjunto com as entidades de classe, o cooperativismo e o associativismo, eis um dos principais objetivos da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço (SICOS). A SICOS surgiu do desmembramento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUDESC), o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e o Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO) integram a SICOS.

Importância da SICOS na Economia Catarinense



Na indústria, seu trabalho consiste em promover o desenvolvimento de setores estratégicos, apoiando a modernização das empresas, a inovação tecnológica e a capacitação da mão de obra, com vistas a impulsionar a produtividade, a qualidade dos produtos e a expansão dos mercados.



No setor de serviços, desempenha um papel crucial ao incentivar a inovação, a qualidade e a capacitação profissional, impulsionando todos os segmentos e contribuindo para a geração de empregos qualificados e para o aumento da produtividade e da competitividade global dos serviços.



No comércio, busca criar um ambiente propício aos negócios, estimulando o comércio justo e a concorrência saudável, fortalecendo o varejo e atacado, promovendo modernização, acesso a novos mercados e capacitação dos comerciantes, além de regulamentar e fiscalizar atividades para proteger os consumidores.

PRODEC

O Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) tem por finalidade conceder incentivo, postergação de impostos, implantação ou expansão de empreendimentos industriais que produzam renda e emprego para a sociedade catarinense. No ano de 2023 o PRODEC atendeu 17 empresas, habilitando mais de R\$ 600 milhões em investimentos privados em Santa Catarina, com a perspectiva de gerar mais de 1.400 empregos.

Está em desenvolvimento o PRODEC voltado para práticas de Environmental, Social and Governance (ESG), isto é, as empresas que estiverem alinhadas à sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa terão maiores incentivos fiscais.

JURO ZERO

O Programa Juro Zero tem por finalidade apoiar a base da economia catarinense com empréstimos de até R\$ 5 mil reais, limitados em até dois empréstimos por CNPJ, disponibilizados sem juros para o Microempreendedor Individual (MEI).

De janeiro a agosto de 2023, o Programa Juro Zero atendeu 11.498 MEIs.



Foto: Ricardo Wolffenbüttel/SECOM

SC BEM MAIS SIMPLES

O Programa SC Bem Mais Simples fomenta o empreendedorismo e facilita a abertura de novas empresas em Santa Catarina, em conjunto com a JUCESC e com a integração dos sistemas dos órgãos responsáveis pela emissão de alvarás com liberação de atividades econômicas de baixo e médio risco através da autodeclaração, ato este que torna o Estado cada vez mais atrativo e competitivo na captação de novos negócios. Em 2023, 109 municípios contaram com o programa. Iniciativas como o Simplifica SC vieram para tornar ainda mais descomplicados os novos negócios em Santa Catarina. O programa tem o objetivo de agilizar a consulta de viabilidade e diminuir ainda mais o tempo de abertura de novas empresas.

FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DOS MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

No exercício de 2023, o Fórum Estadual Permanente foi reativado, com nomeação e posse de 25 novas representações. Nas reuniões do ano, discutiram-se aspectos relativos à melhoria do ambiente de negócios para as empresas em Santa Catarina e à organização de agendas futuras e ingresso de novas representatividades.

Destaque para a importante parceria desenvolvida com a Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e dos Empreendedores Individuais (FAMPESC) e Associações de Micro e Pequenas Empresas (AMPEs), objetivando ampliar e interiorizar as agendas do Fórum.

EMPREGO E RENDA



Santa Catarina é o estado que mais tem trabalhadores com carteira assinada do País

Foto: Mauricio Vieira/Arquivo/SECOM

Em 2023, mais de 317 mil atendimentos para intermediação de mão de obra foram realizados pelo SINE/SC, impactando diretamente a qualidade de vida de muitas famílias e, também, a economia das regiões. Até outubro de 2023, o SINE/SC ofereceu mais de 199 mil vagas, colocou 6.580 pessoas no mercado de trabalho e encaminhou outras para vagas de emprego.

As estruturas físicas das unidades do SINE/SC foram melhoradas em todo o Estado. Também foi ampliado o número de unidades em parceria com os municípios - de 143 para 144 até outubro de

2023. O SINE inaugurou novas unidades em Biguaçu, Blumenau e São Miguel do Oeste, mais modernas e acessíveis.

Entre os projetos executados estão a Central Pública do Autônomo (CPA), a unidade de atendimento móvel (SINE móvel) e a supervisão da rede SINE. Além disso, estão em andamento outros três projetos: a Casa do Trabalhador; o Programa SINE/SC; e o Observatório de Assessoramento Estatístico do Trabalho.

ARTESANATO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

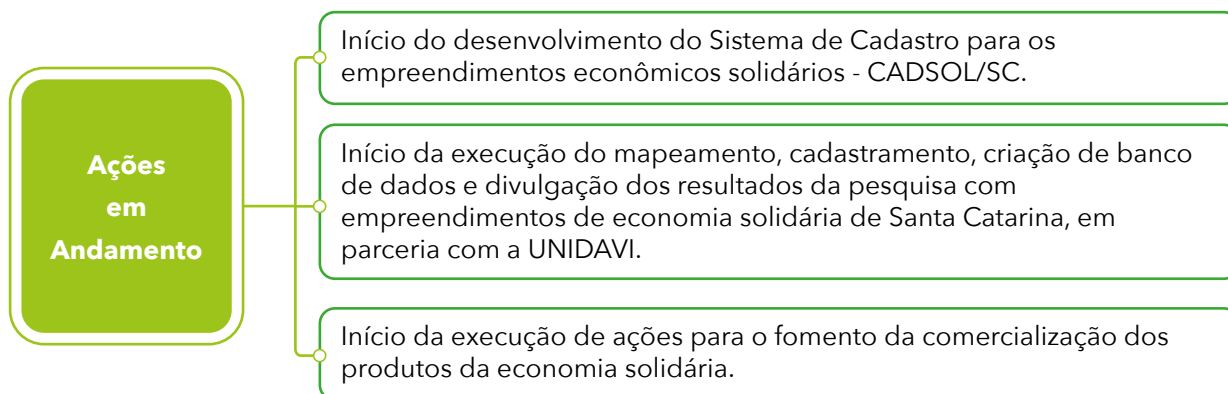
O setor da SICOS que gera renda para profissionais de artesanato e economia solidária emitiu 400 Carteiras Nacionais de Artesãos e realizou ações de avaliação em diversos municípios. A SICOS, por meio da Coordenação Estadual do Artesanato, participou em feiras nacionais de artesanato em 2023. Mais de 150 artesãos foram atendidos diretamente, com faturamento em torno de R\$ 300 mil.

Destaque para a Feira Internacional de Artesanato e Decoração realizada em Florianópolis, que proporcionou um espaço de comercialização para mais de 60 artesãos catarinenses selecionados mediante licitação. Cerca de R\$ 80 mil em vendas realizadas pelos artesãos foram registrados somente nessa feira. A SICOS também participou da Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENEARTE), em Olinda/PE, com a participação de 35 artesãos catarinenses (1.248 peças vendidas, no valor total de R\$ 94 mil).

Outra oportunidade nessa área foi a Feira Nacional de Artesanato e Cultura (FENACCE), realizada em Fortaleza/CE. O evento proporcionou espaço de comercialização para mais de 30 artesãos catarinenses, tendo como volume de vendas R\$ 78 mil. No total 1.015 peças foram vendidas.



Estande da Feincartes, realizada em maio de 2023, em Florianópolis
Foto: Arquivo/Divulgação SICOS



PROCON

Em 2023, o PROCON/SC registrou 75.572 atendimentos. Esses números refletem a diversidade de serviços de atendimento disponibilizados, abrangendo o atendimento presencial, o portal consumidor.gov.br, o número 151 e as atividades de fiscalização, reclamações no órgão de consumidores em todo o Estado.

75.572 atendimentos

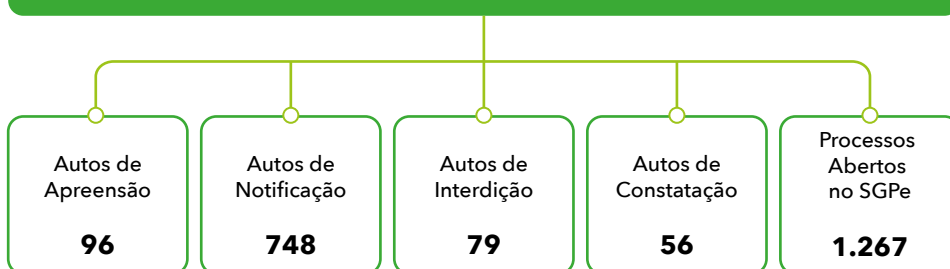
PROCON/SC em 2023

O atendimento presencial recebeu mais de 50 mil consumidores catarinenses, que se dirigiram à sede do PROCON/SC em busca de orientações e de assistência, iniciando processos administrativos.

O portal consumidor.gov.br é uma ferramenta vital na resolução de conflitos de consumo. Em 2023 houve um aumento no registro de reclamações. Foram mais de 14.384 reclamações, das quais 80% tiveram resolução satisfatória.

O atendimento telefônico conhecido como "151" foi implementado com o objetivo de ampliar o alcance geográfico, complementando o atendimento presencial e proporcionando maior comodidade e agilidade no processo de abertura de reclamações. Em 2023, esse serviço atendeu 4.703 consumidores.

Fiscalizações



O Índice de Resolutividade do Procon de Santa Catarina permanece excelente, alcançando a marca de 91%.

ÓRGÃOS VINCULADOS

JUCESC

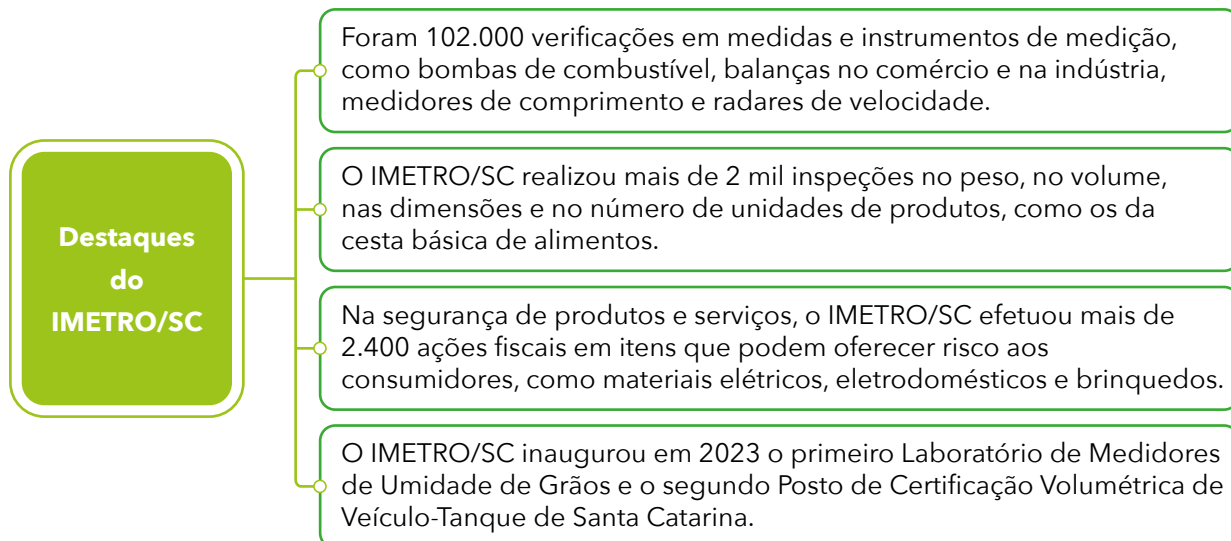
A JUCESC é um órgão vinculado à SICOS. Em 2023, implantou o projeto Simplifica SC, que reduzirá de 1.740 para 40 minutos o tempo de análise de viabilidade na constituição de empresas. Esse projeto aumentou a adesão de municípios ao Programa SC Bem Mais Simples, garantindo menos burocracia para as pequenas empresas com atividades de baixo risco. A integração de dados entre os órgãos de licenciamento está em fase avançada de implantação, e o objetivo é uma entrada única de dados no momento da constituição da empresa, garantindo mais agilidade e simplicidade para quem pretende empreender em Santa Catarina. O Estado encerrou o ano de 2023 com 1.333.550 empresas ativas.



Foto: Arquivo/JUCESC

IMETRO

O controle metrológico e a vigilância da segurança de produtos vêm sendo realizados pelo IMETRO/SC em todo o Estado e propiciam o comércio justo, a concorrência leal e a proteção dos consumidores catarinenses.

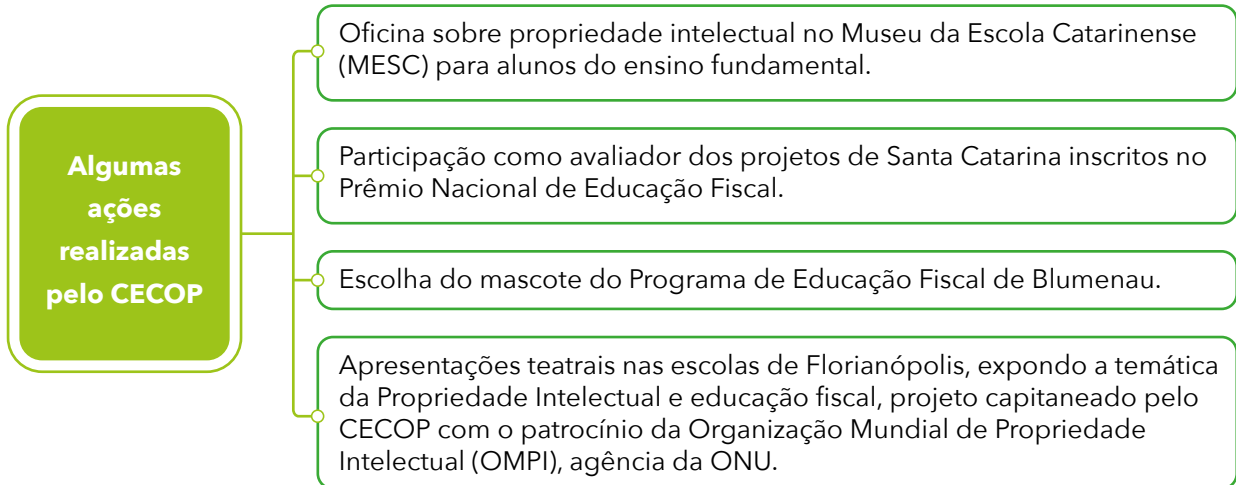


Os recursos investidos nas verificações e nas inspeções metrológicas, bem como nas ações fiscais de segurança realizadas pelo IMETRO/SC, somam aproximadamente R\$ 14 milhões e são oriundos do convênio com o INMETRO (federal).

CONSELHO ESTADUAL DE COMBATE À PIRATARIA

O ano de 2023 foi marcado por uma série de iniciativas e esforços do Conselho Estadual de Combate à Pirataria (CECOP) para cumprir sua atribuição legal de atuar em defesa da propriedade intelectual. O CECOP agiu combatendo a pirataria e a sonegação fiscal dela decorrente, com destaque para as campanhas de conscientização.

Também organizou, realizou e implementou diversas atividades em escolas, destacando a importância de respeitar as criações e ideias originais, os impostos para o cidadão e para a manutenção da cidade, e os riscos associados à compra e ao uso de produtos falsificados.



CENTROS DE INOVAÇÃO

Os Centros de Inovação do Estado, que pertenciam à Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável, ficaram sob responsabilidade da SICOS, com participação institucional da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação. Atualmente, há centros nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Caçador e Videira.



Centro Regional de Inovação – ELUME de Itajaí, inaugurado em novembro de 2023
Foto: Jonatã Rocha/SECOM

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), busca disponibilizar infraestrutura de transportes, de mobilidade e de obras hidráulicas e civis que atendam os cidadãos.

Em 2023, a SIE desenvolveu programas estruturantes para recuperação da malha rodoviária estadual, assim como realizou o repasse de recursos aos municípios catarinenses, garantindo importantes investimentos para trazer mais qualidade de vida à população.

PROGRAMA ESTRADA BOA

Em agosto de 2023, foi criado o Programa Estrada Boa, iniciativa da SIE que visa melhorar as condições das estradas catarinenses. O programa tem como objetivo restaurar, implantar e revitalizar 1.504 km de estradas estaduais. Desse total, 504 km são de implantação e restauração, e 1.000 km são de revitalização. Em 2023 foram investidos R\$ 331,15 milhões nessa ação.

A iniciativa é de grande importância para a população do Estado, uma vez que Santa Catarina possui uma extensa malha rodoviária, fundamental para o escoamento da produção agrícola e industrial, o transporte de mercadorias e o acesso a diversas regiões. Com o programa, foram realizados investimentos em pavimentação, restauração de rodovias, manutenção preventiva, sinalização viária e outras ações que objetivam aprimorar a infraestrutura rodoviária do Estado.

A seguir é apresentado um quadro com as principais obras do Programa Estrada Boa nas diferentes regiões estaduais.

Região	Obra
Extremo-Oeste	Restauração com aumento de capacidade da Rodovia SC-305, trecho São Lourenço do Oeste (entroncamento SC-157)-Campo Erê
Litoral Centro	Implantação e pavimentação da SC-281, trecho São Pedro de Alcântara-Angelina (ponte sobre os rios Maruim e Rocinha)
Meio-Oeste	Restauração com aumento de capacidade da Rodovia SC-120, trecho Lebon Régis-Curitibanos (entroncamento SC-451) e contorno Oeste de Curitibanos
Região Norte	Restauração com aumento de capacidade da Rodovia SC-477, trecho Canoinhas (entroncamento BR-280)-Monte Castelo (entroncamento BR-116)
Região Oeste	Implantação e pavimentação da SC-156, trecho São Domingos-Divisa PR/SC e Contorno de São Domingos
Região Planalto	Pavimentação da Rodovia SC-281, trecho Ituporanga-Atalanta
Região Sul	Implantação e pavimentação do Anel Viário Criciúma (Finalização do Segmento 3)
Região do Vale do Itajaí	Implantação e pavimentação da SC-414, trecho Luiz Alves-SC-108

Fonte: Superintendência de Infraestrutura

Em novembro de 2023 foi autorizada uma linha de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de R\$ 631 milhões para o Programa Estrada Boa. Esse valor refere-se a uma segunda etapa do financiamento, que, somando-se à primeira etapa (já em andamento), no valor de R\$ 382 milhões, abrange 13 obras do programa.

Na sequência estão listadas algumas obras contempladas:

Implantação e pavimentação da SC-465, trecho Macieira-entroncamento SC-464 (para Arroio Trinta)

Restauração com aumento de capacidade da SC-355, trecho entroncamento BR-282 (Catanduvas)-Jaborá

Pavimentação da SC-108 trecho Jacinto Machado-Praia Grande

Fonte: Diretoria de Planejamento

MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL

Santa Catarina possui 131 rodovias estaduais, com 615 segmentos de trecho de interligações, acessos, contornos e pontes, totalizando 6.288,7 quilômetros de malha rodoviária.

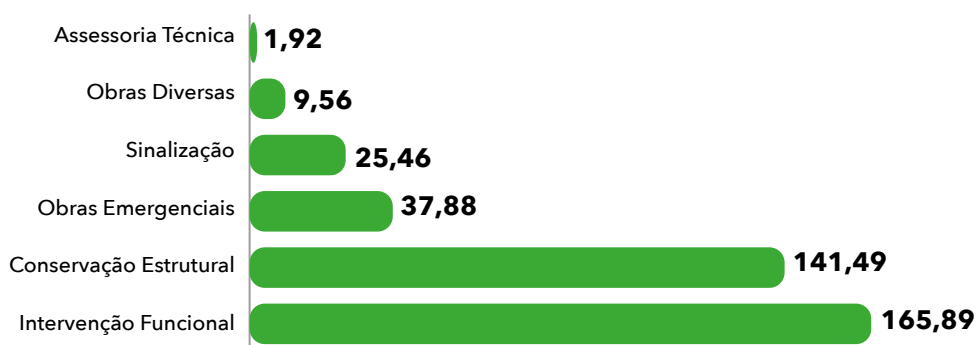
Malhas viárias	Extensão (Km)		
	2023	2022	Variação
Pavimentadas	5.151,2	5.139,2	12,0
Não pavimentadas	1.137,5	1.150,0	-12,5
TOTAL	6.288,7	6.289,2	

Fonte: Sistema Rodoviário Estadual de Santa Catarina

MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA

Em 2023, a SIE investiu mais de R\$ 381 milhões em conservação e manutenção de rodovias estaduais.

Investimentos em Manutenção e Conservação Rodoviária em 2023 (R\$ milhões)



Fonte: SIE



Limpeza de drenagem na Rodovia SC-350, em Rio do Sul



Obras emergenciais na Rodovia SC-390 (Serra do Rio do Rastro), em Lauro Müller



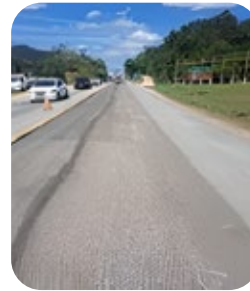
Intervenção funcional na Rodovia SC-464, entre Salto Veloso e Arroio Trinta



Intervenção funcional na Rodovia SC-465, entre Treze Tílias e Ibicaré



Intervenção funcional na Rodovia SC-281, entre Atalanta e Agrolândia



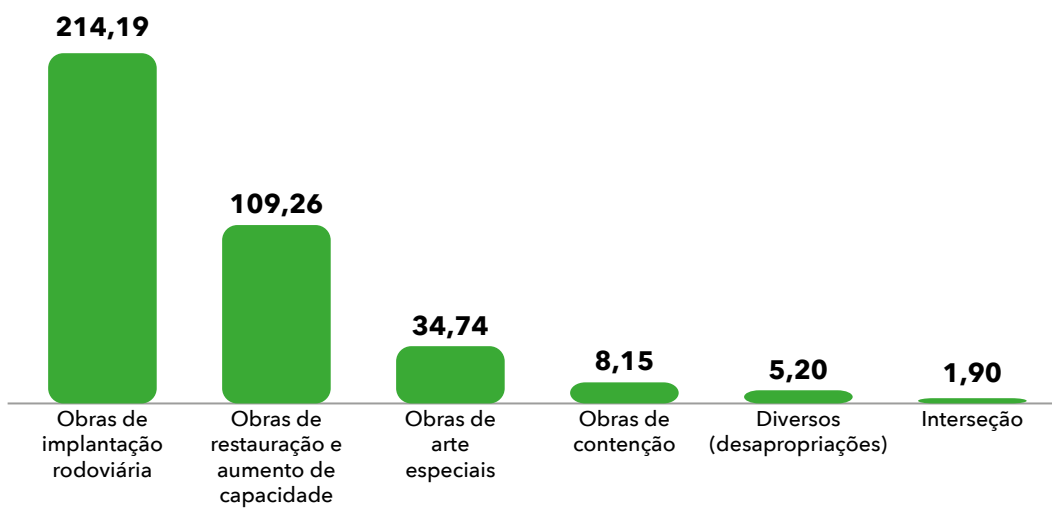
Intervenção funcional na Rodovia SC-108, entre Gaspar e Brusque

Fotos: Coordenadorias Regionais da SIE

IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS

A seguir são apresentados os números que resumem as ações em obras estruturantes, resultando em um investimento de mais de R\$ 372 milhões em 2023.

Investimentos em Implantação, Ampliação e Restauração de Rodovias (R\$ milhões)



Fonte: Diretoria de Obras e Fiscalização



Obras de implantação entre Caxambu do Sul e Guatambu (SC-484)



Obras do elevado de Joinville (Distrito Industrial)



Obras de implantação entre Ituporanga e Atalanta (SC-281)

Fotos: Coordenadorias Regionais da SIE

Execução de obras de infraestrutura	Obras iniciadas	Obras em andamento	Obras concluídas
Obras de Implantação Rodoviária	14	22	1
Obras de Restauração e Aumento de Capacidade	5	19	6
Obras de Artes Especiais	7	7	4
Interseção	2	2	3
Pontos Críticos e Passivos Ambientais	2	1	4
Obras de Contenção	4	1	4
Ciclofaixa	2	1	0
TOTAL	36	53	22

Fonte: Superintendência de Infraestrutura

OBRAS CIVIS

A SIE atua como uma ferramenta fundamental no desenvolvimento de diferentes regiões de Santa Catarina, pois planeja, coordena e executa obras civis em todo o território catarinense. Promovendo o crescimento econômico local e regional, a SIE desempenha um papel crucial na execução e na gestão de obras civis em diversos órgãos estaduais.

Em 2023 foram desembolsados mais de R\$ 77 milhões em obras civis e hidráulicas dos órgãos e das entidades do Estado. A seguir, alguns exemplos dessas obras:

Nº Projeto	Obra	Desembolso em 2023 (R\$ milhões)
652/2019	7BBM - Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar em Araquari	0,54
534/2022	Construção de um novo prédio para 7 Centros de Atendimento FCEE	7,78
376/2014	Construção de Novas Instalações da Polícia Científica (PCI) em Florianópolis	3,10
848/2019	Reforma da sede da PCI de Porto União	0,31
22/2015	Construção do Quartel da Polícia Militar em Indaial - DALF	0,54
333/2019	Projeto e obra de ampliação da Unidade Prisional Avançada (UPA) de Canoinhas	2,89
389/2014	Projeto e obra de nova unidade de Penitenciária Masculina Industrial de São Bento do Sul	6,48
471/2020	Projeto e obra de instalação de pátio de compostagem nas unidades prisionais de Chapecó e São Cristóvão do Sul	1,10
352/2017	Casa de Acolhimento de Guaramirim	0,19
132/2021	DIAF - Projeto e Execução da Reforma Bloco I do Centro Administrativo do Governo do Estado	2,61
15/2015	Reforma e ampliação do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	1,07
518/2020	Mirante Farol do Morro dos Conventos, em Araranguá	0,80

Fonte: Dados do Portal Projeta SC, dashboard de desembolso (https://www.projeta.sc.gov.br/tela_dashboards.html - dezembro/2023)

Investimentos em Obras Civas em 2023 pela SIE

Em 2023 foram desembolsados em torno de R\$ 6 milhões em obras civis das quais a SIE participa:

Nº Projeto	Obra	Desembolso em 2023 (R\$ milhões)
3145/2022	Implantação e construção de rede de coleta de esgoto para interligação de edificação da Costeira do Pirajubaé, em Florianópolis	2,29
1424/2022	Execução da iluminação viária da BR-280 (Trecho Km 51+600 a Km 58+800), em Guaramirim	1,63
979/2020	Revitalização do Edifício das Diretorias da SIE	1,16
1663/2021	Construção da nova sede da Coordenadoria Regional de Infraestrutura Norte (CRNOR - SIE)	0,47
1977/2021	Iluminação pública da Serra do Rio do Rastro, na Rodovia SC-390/418	0,23
675/2021	Iluminação cênica da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis	0,04
266/2021	Reestruturação e regularização do Terminal Rodoviário Rita Maria, em Florianópolis	0,15
520/2021	Demolição das comportas das pontes sobre os rios Papaquara e Ratones, em Florianópolis	0,28
TOTAL		6,25

Fonte: Dados do Portal ProjetaSC, dashboard de desembolso (https://www.projeta.sc.gov.br/tela_dashboards.html - dezembro/2023)

MAPA RODOVIÁRIO SC 2023



O Mapa Rodoviário do Estado de Santa Catarina mostra geograficamente todas as rodovias do Estado e outras informações relevantes para navegação rodoviária.



Para acessar o Mapa Rodoviário do Estado de Santa Catarina, acesse o QR Code.



TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS

Com a aprovação da Lei nº 18.676/2023, que regulamentou as Transferências Especiais Voluntárias (TEVs), e com o Programa Santa Catarina Levada a Sério + Perto de Você, a SIE realizou repasse de recursos financeiros aos municípios. Esse repasse possibilitou a realização de obras e de investimentos importantes e, por consequência, melhorou a qualidade de vida do cidadão catarinense.

Além das TEVs, a SIE também repassou recursos aos municípios por meio de convênios e de emendas impositivas. O total transferido por esses três instrumentos somou mais de R\$ 500 milhões em 2023. Entre as obras que serão realizadas estão: o alargamento da praia de Jurerê, em Florianópolis; a pavimentação asfáltica do acesso ao Distrito de Nova Petrópolis, em Joaçaba; e a pavimentação das ruas Pedro Ivo Campos, Nereu Ramos e Otávio Pechebela, em Papanduva.

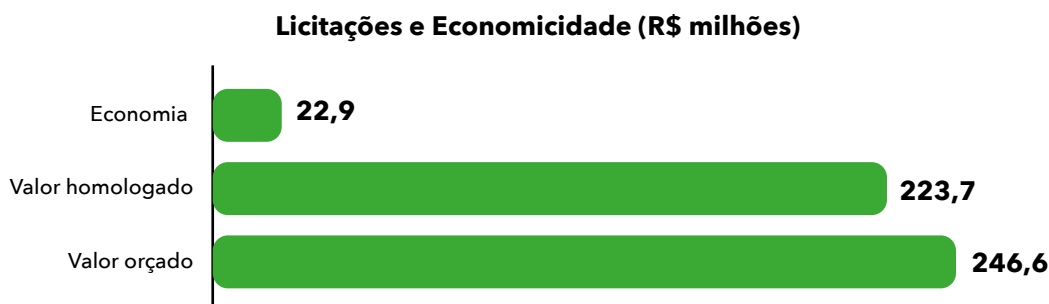
TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS

Na Gestão do Transporte Intermunicipal de Passageiros também foram realizados importantes avanços. Após a publicação do Edital nº CC-231/2022, que trata da licitação para contratação do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Georreferenciamento (SBEG), o qual será implantado em toda a frota das empresas operadoras de Santa Catarina, ocorreu a assinatura do Contrato e Ordem de Serviço para três empresas vencedoras de três lotes do referido processo licitatório. A fase agora é de acompanhamento das instalações dos SBEGs contratados, assim como a nova licitação para o lote 1 que restou deserto, com o Edital nº CC-85/2023 publicado. Com o novo sistema, os usuários poderão deixar de utilizar o método de pagamento em dinheiro, pois terão acesso ao cartão de ônibus para embarcar com muito mais agilidade e sem complicações. Com a implantação do SBEG, basta aproximar o cartão do leitor e aguardar alguns segundos para que a passagem seja liberada. Ainda em 2023, a SIE realizou o repasse de mais de R\$ 43 milhões às operadoras do transporte urbano intermunicipal de passageiros, recurso captado através da Emenda Constitucional nº 123/2022¹. Esse valor foi utilizado para auxiliar o custeio ao direito de gratuidade dos idosos no transporte coletivo.

LICITAÇÕES E ECONOMICIDADE

Em 2023 foram publicadas 89 licitações que apresentaram o valor total homologado de R\$ 223,7 milhões, relacionados principalmente a serviços de conservação de rodovias, manutenção preventiva e corretiva de edificações, além de obras rodoviárias emergenciais.

Os processos licitatórios concluídos resultaram em valores homologados em média 10% abaixo do valor orçado, gerando uma economia de R\$ 22,9 milhões.



¹ A Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022, em seu art. 5º, instituiu o auxílio para os entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.

MEIO AMBIENTE E ECONOMIA VERDE

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde (SEMAE), tem como um de seus objetivos a formulação de políticas e execução de programas, ações e projetos que promovam a preservação ambiental e o bem-estar social, alinhada ao desenvolvimento social e econômico do Estado.

PAGAMENTOS DE SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

A SEMAE disponibilizou apoio técnico, estudos e ferramentas (Calculadora PSA) desenvolvidas pelo Estado para a execução dos projetos classificados como PSA Hídrico. Esses projetos correspondem a serviços ambientais que têm como objetivo a melhoria da provisão de água para o abastecimento público. Os projetos são executados pelas concessionárias de abastecimento de água e têm os recursos financeiros em grande parte provenientes das próprias concessionárias.

O PSA é um mecanismo financeiro, de natureza voluntária, com a finalidade de remunerar produtores rurais, proprietários de terras, agricultores familiares e assentados pelos serviços ambientais prestados em suas propriedades que geram benefícios para toda a sociedade.

Em 2023 foi elaborada uma metodologia objetivando priorizar áreas para restauração e conservação em iniciativas de PSA. A metodologia foi aplicada na Bacia Hidrográfica do rio Cubatão.

A Calculadora PSA foi desenvolvida através de um convênio com a Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA), tendo sido aperfeiçoada em 2023 a partir do Programa de Apoio à Pesquisa Aplicada da FAPESC (Edital nº 041/2022).

A calculadora faz uma avaliação ambiental da propriedade rural com base nos recursos naturais, no uso da terra e no valor da servidão florestal.

Essa metodologia serviu como base para o Projeto de PSA Águas para Sempre, de Joinville. Também vem sendo customizada e adaptada por um grupo de trabalho no Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú, de forma que atenda as propriedades do projeto de PSA da região.

A SEMAE participa dos grupos gestores dos projetos e de iniciativas de PSA no Estado, como o do rio Camboriú, nos municípios de Balneário Camboriú e Camboriú, o do Rio Vermelho, em Campo Alegre e São Bento do Sul, e o Águas para Sempre, em Joinville.

PROGRAMA PROGESTÃO/PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS

O Programa Progestão tem como objetivos promover a efetiva articulação entre os processos de gestão das águas e de regulação do seu uso, conduzido nas esferas nacional e estadual, bem como fortalecer o modelo brasileiro de governança das águas, integrado, descentralizado e participativo.

Destaques:

- *Integração de dados de usuários de recursos hídricos do Sistema de Outorga de Água (SIOUT/SC) para o Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH).*
- *Capacitação em recursos hídricos - foram realizadas 32 capacitações para os Comitês de Bacias e demais interessados nos recursos hídricos.*
- *Prevenção de eventos hidrológicos críticos, com ações articuladas com a Epagri e a Secretaria da Defesa Civil para monitoramento hidrometeorológico, emissão de boletins hidrometeorológicos e estabelecimento de protocolos de ação.*
- *Atuação para segurança de barragens, com fiscalização dos empreendimentos quanto ao cumprimento da Política de Segurança de Barragens.*
- *Finalização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Canoinhas e afluentes catarinenses do rio Negro.*
- *Finalização das fases de diagnóstico e prognóstico para a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Canoas e afluentes catarinenses do rio Pelotas.*

- *Realização de capacitações em gestão de recursos hídricos. Exemplos: Mestrado Profissional no ProfÁgua, Especialização em Segurança de Barragens, Gestão de Conflitos, etc.*
- *Elaboração de projetos e ações relacionadas ao Plano Estadual de Recursos Hídricos e aos planos de bacias hidrográficas, tais como identificação dos conflitos sobre gestão de recursos hídricos, fortalecimento e apoio aos Comitês de Bacias do Estado e divulgação de informações por meio de mapas e painéis disponíveis no site aguas.sc.gov.br.*

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA

No monitoramento da qualidade das águas naturais são acompanhadas as alterações nas características físicas, químicas e biológicas da água, decorrentes de atividades antrópicas e de fenômenos naturais.

O monitoramento ocorre em 105 pontos pertencentes à Rede Nacional de Qualidade de Água (RNQA), em intervalos regulares de tempo (trimestral), e para 23 parâmetros de qualidade da água. Esses dados são compilados, sistematizados e disponibilizados para que possam ser utilizados na definição das condições atuais de qualidade da água e do seu comportamento ao longo do tempo.

OUTORGA E CONTROLE DOS RECURSOS HÍDRICOS

A missão da Gerência de Outorga e Controle dos Recursos Hídricos (GEORH) é assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e disciplinar o exercício dos direitos de acesso à água, bem como garantir a prioridade aos usos no abastecimento da população e a dessedentação de animais.

Em 2023, os procedimentos de regularização de usuários somaram 2.584 atos emitidos, totalizando mais de 17 mil atos regulatórios já emitidos, sendo 10.676 via Sistema de Outorga (SIOUT).

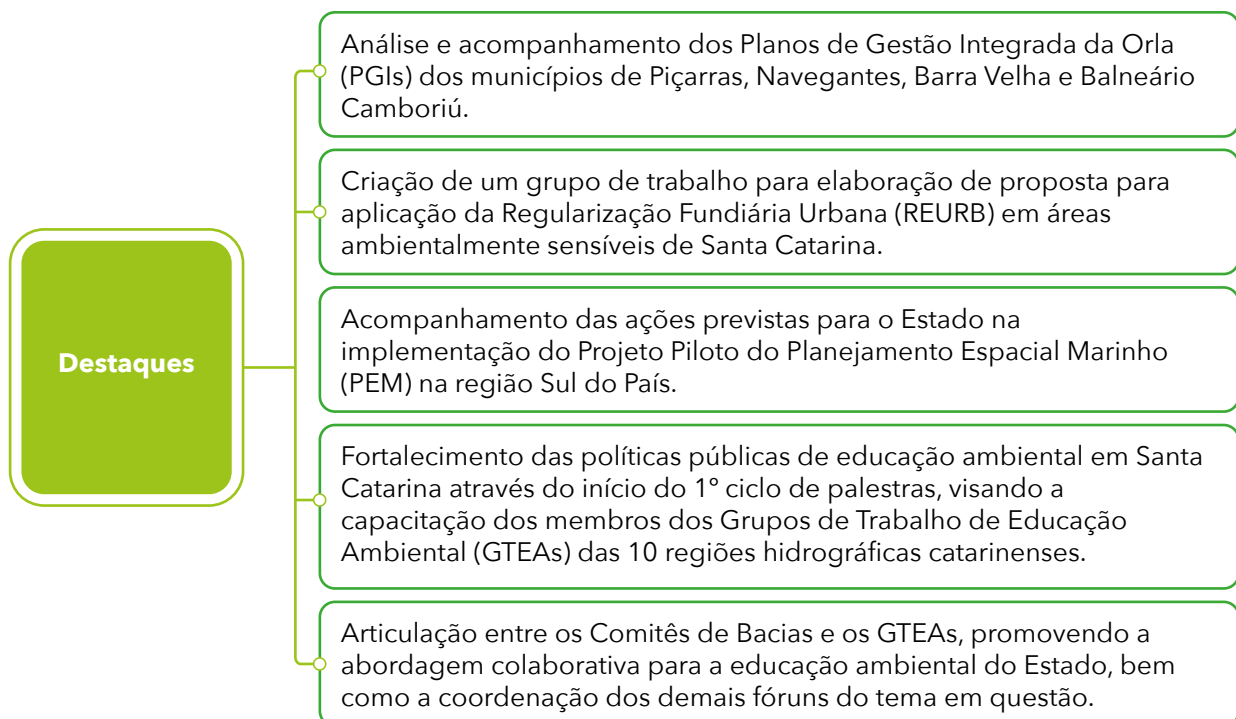


Para mais informações, acesse o link <https://www.aguas.sc.gov.br/outorga-inicial/outorga-home> ou utilize o QR Code.



INTEGRAÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

Santa Catarina efetua a coordenação e executa os programas e projetos de gestão voltados ao planejamento ambiental e ordenamento do território catarinense. Isso ocorre de forma integrada e articulada, o que permite ao Estado obter uma visão estratégica para um planejamento que considere as potencialidades e fragilidades econômicas e ecológicas de cada região, as políticas públicas existentes e os atores do território. Essa visão estratégica auxilia Santa Catarina na orientação das políticas públicas, nos investimentos e nas atividades econômicas fomentando a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais, incorporando a dimensão ambiental em todos os processos, e promovendo a educação ambiental.



CLIMA E ENERGIA

Por meio do Programa de Apoio à Pesquisa Aplicada foram elaborados estudos para subsidiar tomadas de decisão do Governo na mesorregião Sul catarinense, com metas e ações prioritárias objetivando:

- *aumentar a capacidade adaptativa e minimizar perdas e danos relacionados à mudança do clima mediante:*
 - a. *Estudo de Risco Climático e Adaptação: catálogo com 84 medidas de adaptação climática para ameaças e impactos correspondentes para setores estratégicos, como cidades, agricultura, indústria, transporte e logística, zonas costeiras e biodiversidade;*
 - b. *análises de risco climático de inundação por chuvas extremas, de inundação marinha e erosão costeira, e de deslizamentos com identificação dos principais municípios atingidos, dos fatores de vulnerabilidades e dos impactos potenciais.*
- *mitigar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) de acordo com os perfis de cada município da região;*
- *realizar a transição energética justa com ações propostas nos eixos temáticos energia/infraestrutura, emprego/renda/educação, desenvolvimento socioeconômico/vulnerabilidade social, meio ambiente/emergência climática e governança, levando em conta análises socioeconômicas.*

PROGRAMA CATARINENSE DE INOVAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Convênio com o Sebrae/SC que já atendeu mais de 70 micro e pequenas empresas, distribuídas em cerca de 30 municípios e 32 atividades diferentes, com 80 horas de consultorias individuais. Cada empresa avalia o seu desempenho em sustentabilidade, incluindo o inventário de emissões de gases de efeito estufa e o impacto nos serviços ecossistêmicos, e elabora seu plano de ação contendo inovações nas dimensões Environmental, Social and Corporate Governance (ESG). A partir da sua implementação e da demonstração de melhora dos indicadores de sustentabilidade, a empresa recebe o selo "Rumo ao ESG".

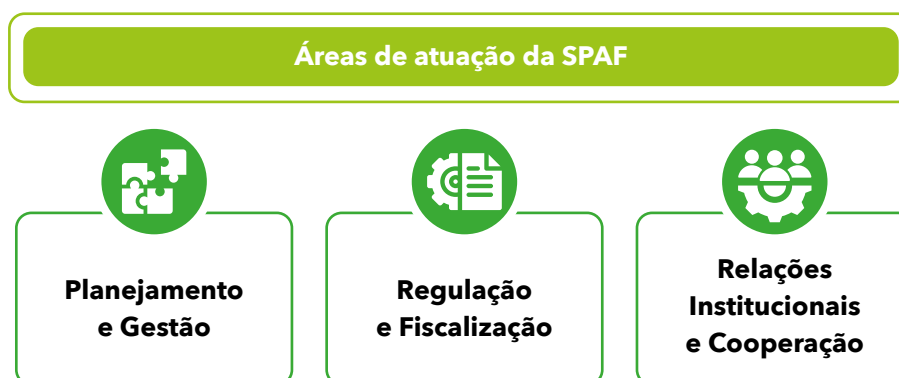
PROGRAMA QUALIDADE DO AR

Atualização dos inventários de emissões atmosféricas, elaboração de modelos de qualidade do ar com atualização de base de dados e planejamento de protótipo de sistema de gestão com medidas de controle e alerta de poluição atmosférica.

Atualmente a análise da qualidade do ar em Santa Catarina conta com três estações automáticas de monitoramento, sendo duas no município de Tubarão e uma em Capivari de Baixo.

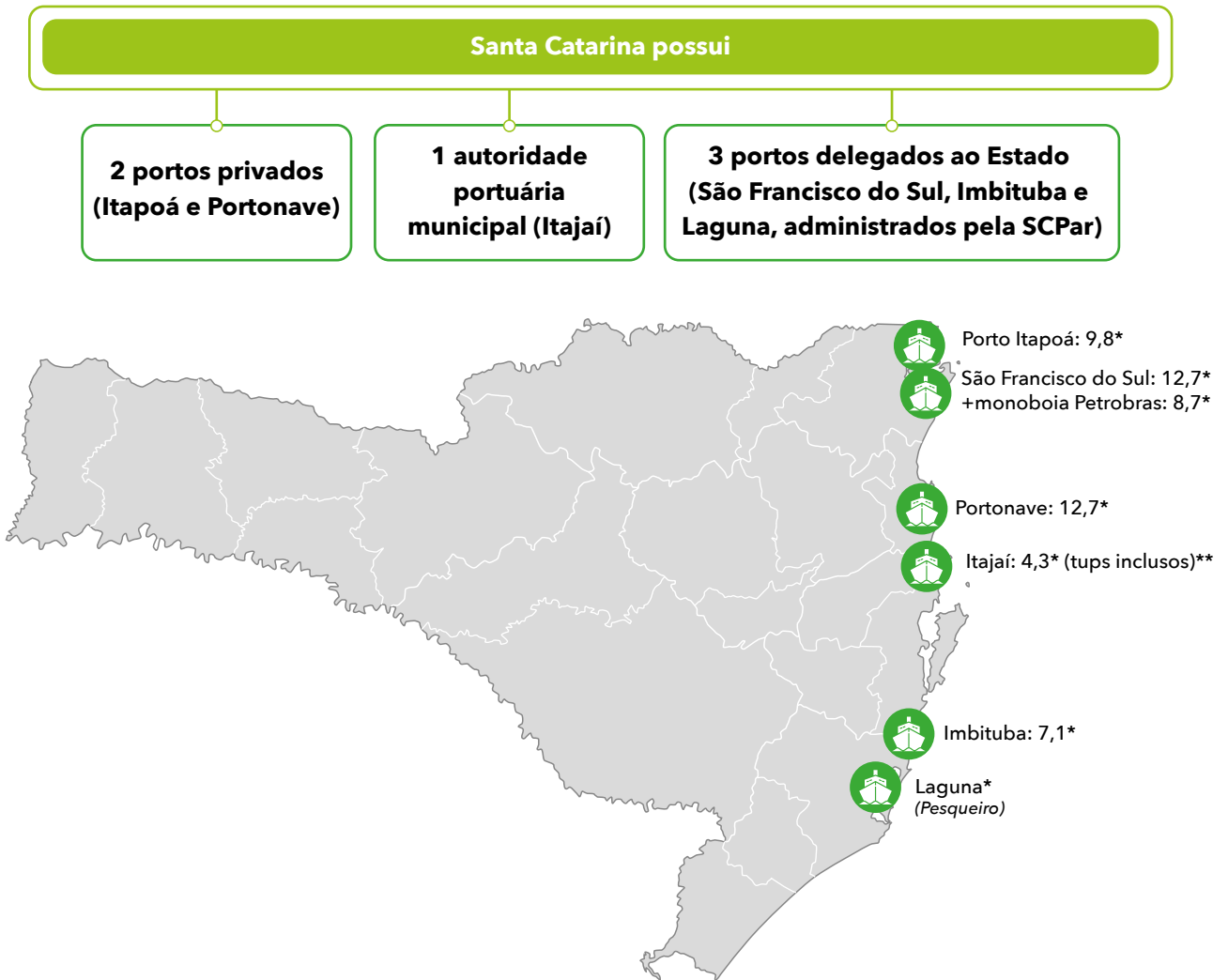
PORTOS, AEROPORTOS E FERROVIAS

A Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) tem como objetivo implementar políticas públicas estaduais que visam garantir a eficiência, a segurança e a modernização da infraestrutura de transporte, promovendo o desenvolvimento econômico, a integração regional e a melhoria dos serviços de transporte portuário, aeroportuário e ferroviário.



Para efeitos de supervisão, coordenação, orientação e fiscalização, vinculam-se à SPAF a SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar) e a Imituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (IAZPE).

PORTOS



* Movimentação do Porto em milhões de toneladas em 2023

** Terminais de uso privado (TUPs)

Fonte: SPAF



AEROPORTOS

Santa Catarina conta com 21 aeroportos, sendo:

- 16 outorgados para o Estado, dos quais 3 são administrados diretamente pela SPAF/Estado (Forquilha, Jaguaruna e Correia Pinto) e 13 subdelegados aos municípios que também fazem a administração direta do aeroporto;
- 3 concedidos à iniciativa privada (Florianópolis, Navegantes e Joinville);
- 2 outorgados/administrados pelos municípios (Caçador e Chapecó, sendo este último concedido pela Prefeitura à iniciativa privada).



Fonte: SPAF

**Destaques
2023
Aeroportos**

Atualização do Plano Aeroviário Estadual de Santa Catarina (PAESC), por meio da contratação do Laboratório de Transporte e Logística (Labtrans), vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que também elaborou o Plano Aeroviário Nacional (PAN).

Elaboração de lei para redução da alíquota de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre o combustível de aviação, buscando fomentar a aviação regional no Estado, garantindo sua competitividade e aumentando a disponibilidade de voos.

Reabertura do Aeroporto Diomício Freitas, localizado na cidade de Forquilha, que havia sido fechado para receber a recuperação asfáltica da pista de pousos e decolagens, taxiway, acesso aos hangares, readequação da faixa de pista, implantação de cerca patrimonial e via de inspeção. Investimentos por volta de R\$ 12 milhões realizados com recursos próprios.

A solicitação de abertura do Aeroporto Ismael Nunes, em São Joaquim, foi protocolada na Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), aguardando somente a finalização dos laudos pela contratada INFRAERO.

Foi realizada a cobertura em estrutura metálica da área de embarque de bagagens no Aeroporto Regional do Planalto Serrano, em Correia Pinto. Está em elaboração o projeto de engenharia para obras de restauração da via de serviço da seção de combate a incêndio, taxiway e transição do pátio de aeronaves.

Conclusão das obras de recuperação asfáltica e sinalização horizontal da pista de pouso e decolagem bem como pátio de estacionamento de aeronaves no Aeroporto de Dionísio Cerqueira. Os laudos técnicos foram encaminhados à ANAC para análise, aguardando autorização para a abertura ao tráfego aéreo.

Está em execução a implantação do auxílio visual, o Indicador de Percurso de Aproximação (PAPI), na cabeceira 35 do Aeroporto Federal Antônio Correia Pinto de Macedo, localizado em Lages, com recursos da União repassados por meio do Termo de Compromisso firmado com a Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) com contrapartida do Estado.

Recebimento de novos equipamentos de ar-condicionado, material técnico para o balizamento no Aeroporto Regional Sul, localizado em Jaguaruna, e conclusão do projeto básico e executivo do PAPI secundário. Destaca-se que investidores interessados participaram, em 1º de dezembro, do Roadshow para divulgação do edital, na Bolsa de Valores B3, em São Paulo.

O Aeroporto Santa Terezinha, localizado em Joaçaba, aguarda a liberação da implantação da Estação Prestadora de Serviço de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA-C) pelo Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II).

Formalização de convênio com o município de Caçador para que faça o reperfilamento da pista do Aeroporto Carlos Alberto da Costa Neves. O recurso de R\$ 5,5 milhões foi repassado em 2 parcelas.

FERROVIAS

Existem em Santa Catarina duas malhas ferroviárias operando com o transporte de carga: a Ferrovia Tronco Principal Sul, concedida à empresa Rumo, que corta o centro do Estado no sentido Norte-Sul e se liga ao Porto de São Francisco; e a Ferrovia Tereza Cristina, no Sul do Estado, que conecta Tubarão ao Porto de Imbituba.



Fonte: SPAF

Destaques 2023 Ferrovias

Criação do Grupo de Trabalho das Ferrovias, que vai construir, em conjunto com a sociedade, o planejamento da malha ferroviária catarinense.

Projeto Básico do Corredor Ferroviário de Santa Catarina, segmento Chapecó-Correia Pinto, com extensão aproximada de 319 km (lote 1), em fase de elaboração.

Projeto Executivo da Ferrovia dos Portos, segmento Araquari-Navegantes, com extensão aproximada de 60 km (lote 2).



Para mais informações sobre portos, aeroportos e ferrovias em SC, acesse o QR Code.



SAÚDE

O Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), realizou várias ações importantes no exercício de 2023. Entre elas destacam-se o Programa de Valorização dos Hospitais e a Tabela Catarinense de Cirurgias Eletivas, abertura e habilitações de novos leitos de UTI, ampliação dos serviços de alta complexidade hospitalar, Programa Estadual de Cirurgias Eletivas (Fila Zero), Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Câncer, habilitação e qualificação no serviço de atendimento móvel de urgência, Serviço SC Inter-Hospitalar, Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco, doação efetiva de órgãos e transplantes, Assistência Farmacêutica, enfrentamento no combate à endemias, adesão ao Programa de Integridade e Compliance, e investimentos na rede hospitalar própria.

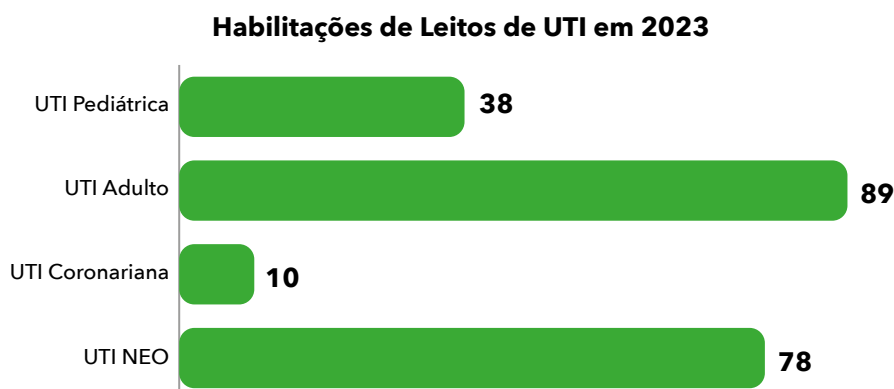
PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DOS HOSPITAIS E TABELA CATARINENSE DE CIRURGIAS ELETIVAS

Conforme a Portaria SES nº 277, de 5 de abril de 2023, a fim de ampliar a rede hospitalar catarinense e o acesso e a qualidade dos serviços ofertados à população por meio de uma remodelagem dos incentivos propostos, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) focou esforços na revisão da rede hospitalar catarinense. Para isso, realizou ações como o aprimoramento dos instrumentos contratuais, a definição de critérios de repasse de recursos às instituições prestadoras de serviços e a análise dos custos dos serviços hospitalares.

Essa revisão derivou do Programa de Valorização dos Hospitais e da Tabela Catarinense de Cirurgias Eletivas, com novos critérios para repasse de recursos financeiros estaduais aos hospitais, visando ampliar o acesso aos serviços ofertados e possibilitar, assim, a ampliação do quantitativo de cirurgias de média e alta complexidades, conforme o porte hospitalar e as necessidades regionais.

ABERTURA E HABILITAÇÕES DE NOVOS LEITOS DE UTI

Em razão da demanda de aumento da capacidade instalada de atendimento no Estado e após identificação dos maiores vazios assistenciais, foi verificada a necessidade de ampliação de leitos de UTIs para atendimento à população catarinense.



Fonte: GEARS/SES (12/2023)

A SES vem ampliando as habilitações de leitos de UTI adulto, neonatal e pediátricas na rede própria e contratualizada, com o objetivo de reduzir a busca na rede privada e garantir o atendimento dos pacientes em tempo oportuno. Conforme o gráfico, foram abertos e regularizados 150 novos leitos de UTI e regularizados 65 leitos que estavam sem habilitação, totalizando 215 leitos devidamente habilitados no Ministério da Saúde e em funcionamento.

AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR: HABILITAÇÃO CATARINENSE DE ALTA COMPLEXIDADE

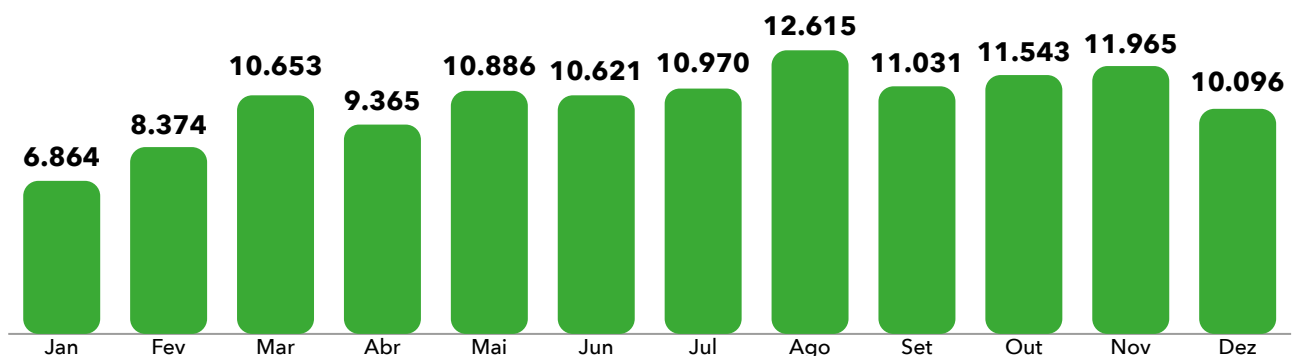
Foram habilitadas 13 Unidades de Alta Complexidade em Ortopedia, sete Centros de Alta Complexidade em Cardiologia e quatro novas Unidades de Alta Complexidade em Cardiologia, visando contemplar as regiões de saúde do Estado, ampliar os serviços de alta complexidade (cardiologia e ortopedia) e diminuir o tempo de espera por atendimentos dessas especialidades no território catarinense. Além da ortopedia e cardiologia, no fim de 2023 foi lançada a habilitação estadual em trombectomia (neurologia).

PROGRAMA ESTADUAL DE CIRURGIAS ELETIVAS (FILA ZERO)

A SES publicou a Portaria nº 23, de 13 de janeiro de 2023, que instituiu um grupo de trabalho com a finalidade de reduzir o tempo de espera por cirurgias eletivas no território catarinense. Foi realizado diagnóstico de capacidade instalada dos hospitais públicos, contratualizados e de gestão municipal, tendo sido identificada uma demanda de 105.340 pessoas aguardando cirurgia eletiva e 117.000 mil pessoas aguardando consulta pré-cirúrgica. Para melhor gestão da fila cirúrgica, foram realizados novos contratos e revisados contratos existentes, o que resultou na abertura de novos serviços.

Em março de 2023 a SES instituiu o Programa Estadual de Redução da Fila de Cirurgias Eletivas, aprovado em Comissão Intergestores Bipartite (CIB) nº 016/2023, com recursos provenientes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público do Estado, da Bancada Federal e do Ministério da Saúde. Em 2023 foram realizadas 124.983 cirurgias eletivas em pacientes internados, conforme o gráfico, além de mais de 76 mil procedimentos cirúrgicos oftalmológicos, totalizando mais de 200 mil cirurgias no ano.

Número de Cirurgias Realizadas (Pacientes internados)



Fonte: SISREG e Tabnet – DATASUS (12/2023)

REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS PESSOAS COM CÂNCER

Foi aprovada, no plano de ação da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Câncer em SC, a padronização de um protocolo único de acesso ao serviço de oncologia no Estado. Essa medida visa o cumprimento da Portaria SAES/MS nº 1.399, de 17 de dezembro de 2019, que redefine os critérios e parâmetros referenciais para a habilitação de estabelecimentos de saúde na alta complexidade em oncologia no âmbito do SUS e da Lei Federal nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início.

Visando ampliar os serviços de alta complexidade em oncologia e considerando o tempo sensível das cirurgias oncológicas, a SES vem trabalhando para as habilitações de novos serviços em Radioterapia como Unidades de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON) do Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON).

Com isso, objetiva aproximar o serviço aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em Santa Catarina, por meio da descentralização dos atendimentos em alta complexidade em oncologia, e assim diminuir o tempo de espera por atendimentos dessa especialidade em todo território catarinense.

HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

A SES é responsável pelas Centrais de Regulação das Urgências (CRU) e pelas Unidades de Suporte Avançado (USA) do SAMU. Atualmente a frota do SAMU é composta por 26 USAs terrestres, 3 aéreas e 8 centrais de regulação. No ano de 2023 essas unidades atingiram um total de 86% de qualificação entre renovação de qualificações já concedidas anteriormente e novas qualificações conquistadas.

Renovação das Qualificações do SAMU em 2023

Macrorregião	Renovação de qualificação	Novas qualificações conquistadas
Grande Florianópolis	Central de Regulação das Urgências	X
	USA São José	USA 1 Florianópolis
	USA Palhoça	USA 2 Florianópolis
	Arcanjo 1 (asa rotativa)	Arcanjo 2 (asa fixa)
Norte/Nordeste	Central de Regulação das Urgências	X
	USA Canoinhas	X
	USA Mafra	X
	USA Jaraguá do Sul	X
	USA 1 Joinville	X
Grande Oeste	Central de Regulação das Urgências	X
	USA Chapecó	X
	USA São Miguel do Oeste	USA Xanxerê
Foz do Itajaí	Central de Regulação das Urgências	X
	USA Balneário Camboriú	USA Itajaí
Meio-Oeste	Central de Regulação das Urgências	X
	USA Caçador	X
Sul	Central de Regulação das Urgências	USA Araranguá
	USA Criciúma	USA Tubarão
Vale do Itajaí	Central de Regulação das Urgências	USA Rio do Sul
	USA Blumenau	Arcanjo 3 (asa rotativa)
Serra Catarinense	Central de Regulação das Urgências	X
	USA Lages	X
	USA São Joaquim	X

Fonte: Diretoria de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel - DAPH-Móvel, 2023



Unidades de Suporte Avançado/Diretoria de Atendimento Pré-Hospitalar Móvel - DAPH-Móvel, 2023
Fotos: SES

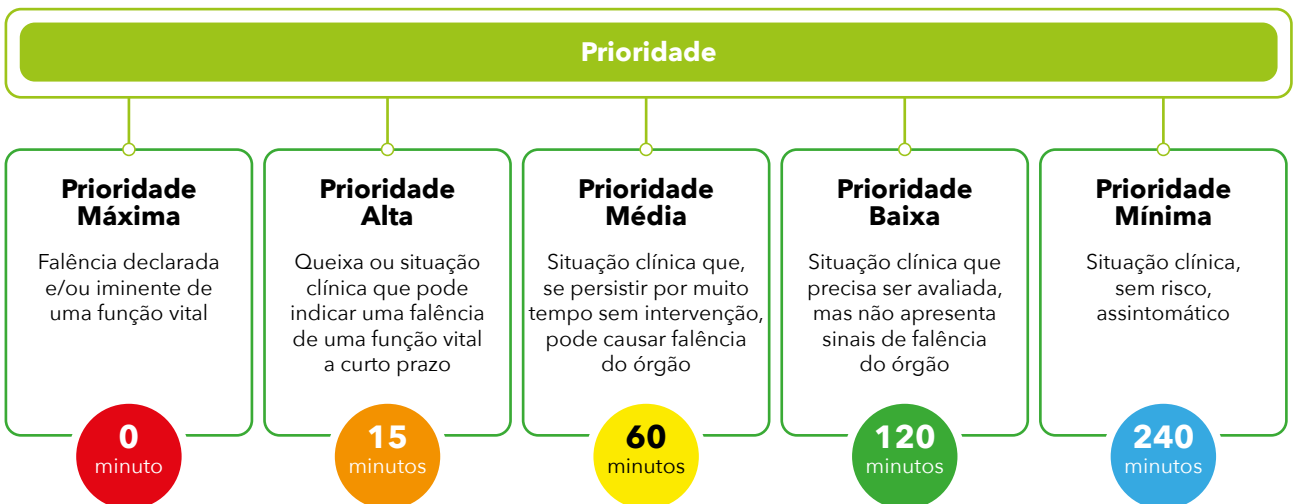
SERVIÇO SC INTER-HOSPITALAR

O Serviço SC Inter-Hospitalar, gerido pela SES, atingiu a marca histórica de 2.345 transferências em 2023, um aumento de 38% no número de transferências quando comparado às 1.456 feitas em 2022. Atendendo as macrorregiões, o serviço conta com cinco ambulâncias avançadas de UTI móvel, distribuídas nos municípios de Araranguá, Chapecó, Florianópolis, Joinville e Lages.

PROTOCOLO CATARINENSE DE ACOLHIMENTO COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

O Protocolo Catarinense de Acolhimento com Classificação de Risco (PCACR) foi criado para ser utilizado pelos Pontos de Atenção da Rede de Urgência e Emergência na identificação dos pacientes, classificando-os de acordo com o risco estabelecido (prioridade máxima, alta, média, baixa e mínima).

Permite um atendimento rápido e seguro, apoio ao enfermeiro da classificação de risco e ao médico da emergência. O PCACR foi implantado em cinco hospitais: Hospital Governador Celso Ramos, Hospital Infantil Joana de Gusmão, Hospital Regional de São José Dr. Homero de Miranda Gomes, Instituto de Cardiologia de Santa Catarina e Hospital Florianópolis.



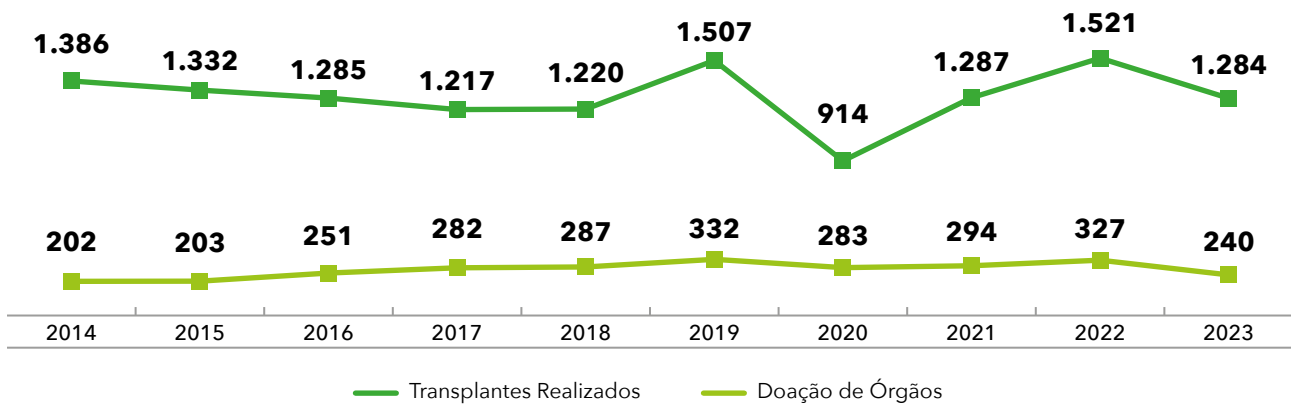
Classificação de Risco Protocolo Catarinense
Fonte: SAMU/SES

DOAÇÃO EFETIVA DE ÓRGÃOS E TRANSPLANTES REALIZADOS EM SANTA CATARINA

O Estado se consolida como referência nacional em doação de órgãos para transplantes. Também é destaque no cenário brasileiro como um dos melhores estados em doação de órgãos, recebendo reconhecimento da Organização Nacional de Transplantes (ONT) da Espanha, país que tem sido por quase três décadas modelo de coordenação de transplantes do mundo e que tem influência nas políticas de transplantes da OMS.

Santa Catarina utiliza as melhores práticas no Sistema Estadual de Transplantes em busca dos melhores resultados em doação e transplante de órgãos e tecidos, visando propiciar o menor tempo de espera possível para realização do procedimento.

Doação de Órgãos e Número de Transplantes Realizados



Fonte: Tabnet (até novembro de 2023)

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

A Assistência Farmacêutica fornece medicamentos do Componente Especializado, do Estratégico e do Básico, de forma descentralizada, nos 295 municípios catarinenses. Ela visa promover e recuperar a saúde dos usuários do SUS.

O tempo médio da abertura do processo de solicitação de medicamento até a avaliação é de 11,8 dias.



ENFRENTAMENTO NO COMBATE À ENDEMIAS

Em 2023 foram registrados 119.525 casos de dengue em 129 municípios do Estado, sendo que 37 atingiram o nível de epidemia, com mais de 300 casos a cada 100 mil habitantes. Em março, a SES repassou o incentivo financeiro excepcional e complementar aos municípios catarinenses, no valor de R\$ 10 milhões, para ações de enfrentamento da dengue. Entre essas ações estão supervisões e assessorias técnicas para as Secretarias Municipais de Saúde sobre a vigilância das arboviroses, distribuição de rolos de tela, inseticidas e capacitação de agentes de combate às endemias. Já em novembro foram repassados mais R\$ 5 milhões visando a preparação dos municípios para o enfrentamento da doença em 2024.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE

O Programa de Integridade na SES sintetiza uma série de ações de responsabilidade, voltadas para a melhoria da governança e demonstração do compromisso da alta gestão com o tema integridade pública. A adesão ao programa afirma a prioridade da gestão em lidar com incertezas e responder a eventos que representem risco à eficiência dos serviços públicos prestados ao cidadão e em promover uma cultura de ética e de transparência, bem como atualiza o mecanismo de prevenção e enfrentamento à fraude, à corrupção e a toda e qualquer quebra de integridade no âmbito da saúde. O Plano de Integridade e Compliance da SES considerou 45 medidas a serem trabalhadas no biênio 2023-2024 para mitigar os 21 riscos mapeados como prioritários para a SES/SC.



Mais informações: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/informacoes-gerais-documentos/programa-de-integridade-e-compliance-da-ses/22348-plano-de-integridade-e-compliance/file>

INVESTIMENTO NA REDE HOSPITALAR PRÓPRIA

Em 2023 foi declarada situação de emergência em saúde pública na rede dos hospitais próprios da SES: Maternidade Carmela Dutra, Hospital Governador Celso Ramos, Hospital Regional de São José, Hospital Infantil Joana de Gusmão, Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina e Hospital Santa Teresa.

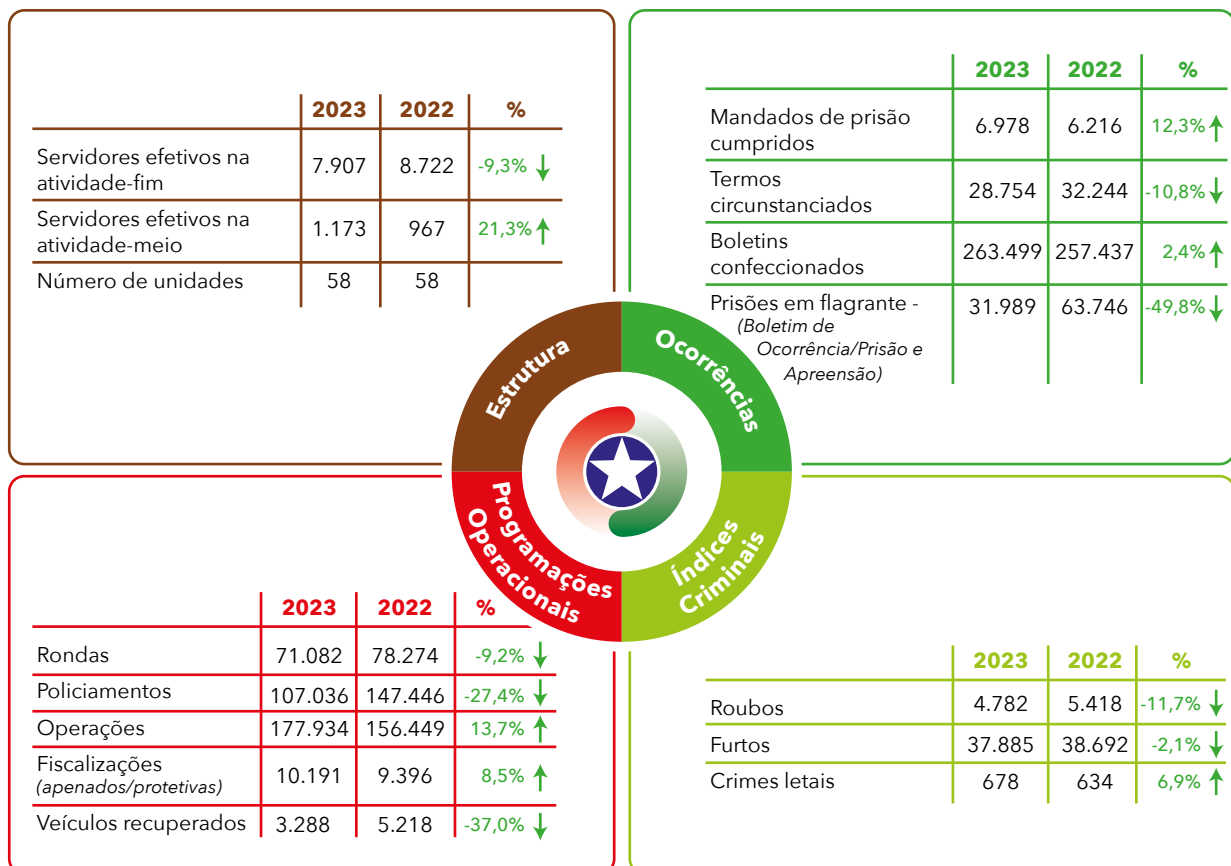
O Decreto nº 80/2023 teve como intuito solucionar com celeridade questões de infraestrutura que impactam a prestação de serviços à população. Foram realizadas 20 contratações para atendimento das situações prioritárias, totalizando o investimento de R\$ 4,75 milhões. Entre as melhorias foram feitas adequações nas infraestruturas prediais e nos sistemas das redes de gases medicinais, assim como reestruturação das instalações elétricas, hidrossanitárias e de climatização.

SEGURANÇA PÚBLICA

O Estado de Santa Catarina tem se destacado no cenário nacional pela sua atuação na área de segurança pública por meio de suas instituições: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) e Polícia Científica de Santa Catarina (PCISC).

Essas instituições têm implementado ações governamentais com o objetivo de aprimorar a segurança no Estado, obtendo resultados significativos. A seguir serão apresentados os dados de desempenho alcançados no ano de 2023.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA



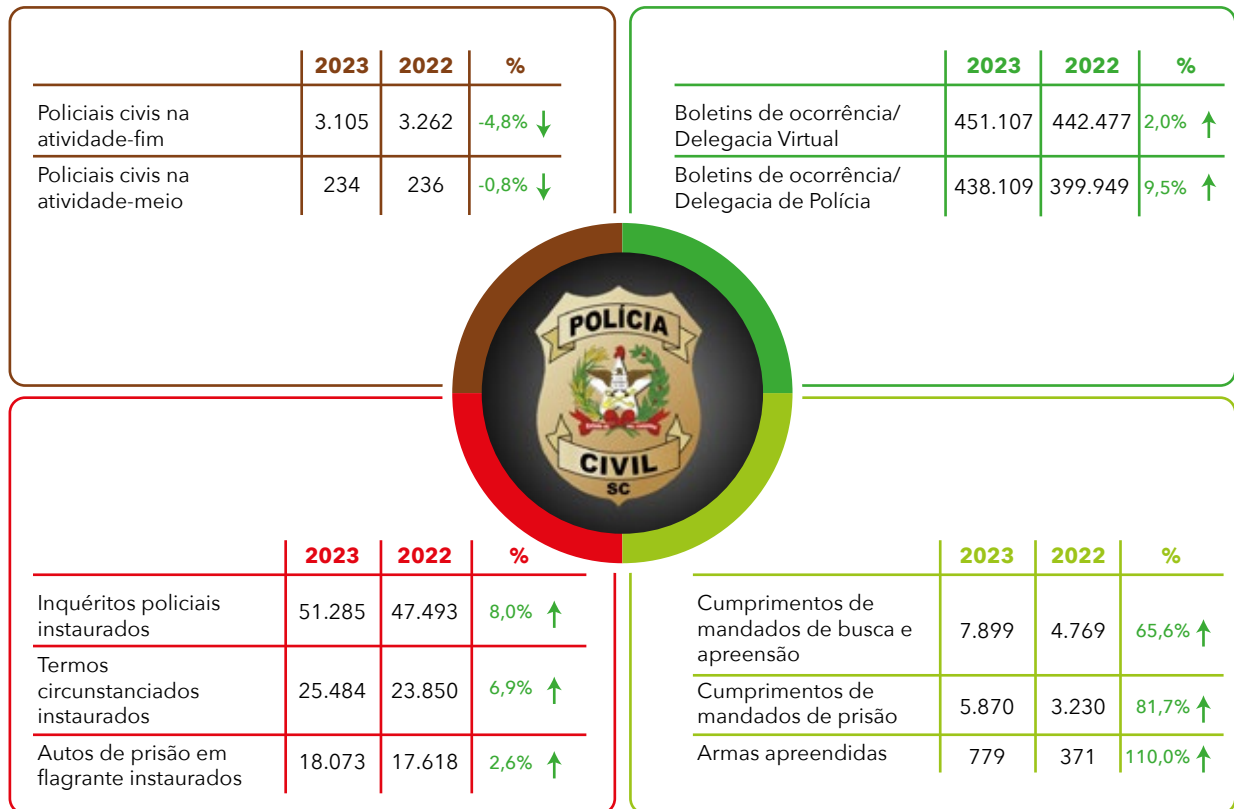
Fonte: BI-PMSC (Período 2022: 1º/1/2022 a 14/12/2022) / (Período 2023: 1º/1/2023 a 31/12/2023) / Agência de Inteligência da PMSC – ACI (Produção: ACI S205)

Número de Atendimentos em Outros Programas da Polícia Militar



Fonte: BI-PMSC (Período de 1º/1/2023 a 31/12/2023) / Agência de Inteligência da PMSC – ACI (Produção: ACI S205)

POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA



Fonte: PCSC

Outros Projetos de Destaque da Polícia Civil

Dados do Programa PC POR ELAS



**Mulheres
participantes**

12.286



**Municípios
abrangidos**

201



**Participantes
em palestras,
congressos e
reuniões**

1.429



Aquisição de 281 viaturas em 2023, totalizando uma frota de 2.003 veículos

Cadeia de valor PCSC

Levantamento, mapeamento e análise dos macroprocessos objetivando melhoria dos processos e serviços da PCSC.

Inquérito digital (etapa piloto)

Desenvolvimento de sistema de tecnologia mais moderno e ágil para os procedimentos de polícia judiciária.

Melhoria para atendimento ao público

Ações para melhoria no atendimento ao público com mapeamento e pesquisa de satisfação iniciados em delegacias da capital.

Fonte: PCSC

OBJETIVOS DO NOVO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PCSC 2024-2036

OE 1

Fortalecer a imagem institucional

OE 2

Buscar agilidade e efetividade na integralidade do atendimento policial

OE 3

Aprimorar a investigação policial por meios digitais

OE 4

Aperfeiçoar a governança institucional

OE 5

Aperfeiçoar a gestão do conhecimento do efetivo policial

OE 6

Valorizar o policial civil

OE 7

Institucionalizar a cultura de gestão orçamentária

OE 8

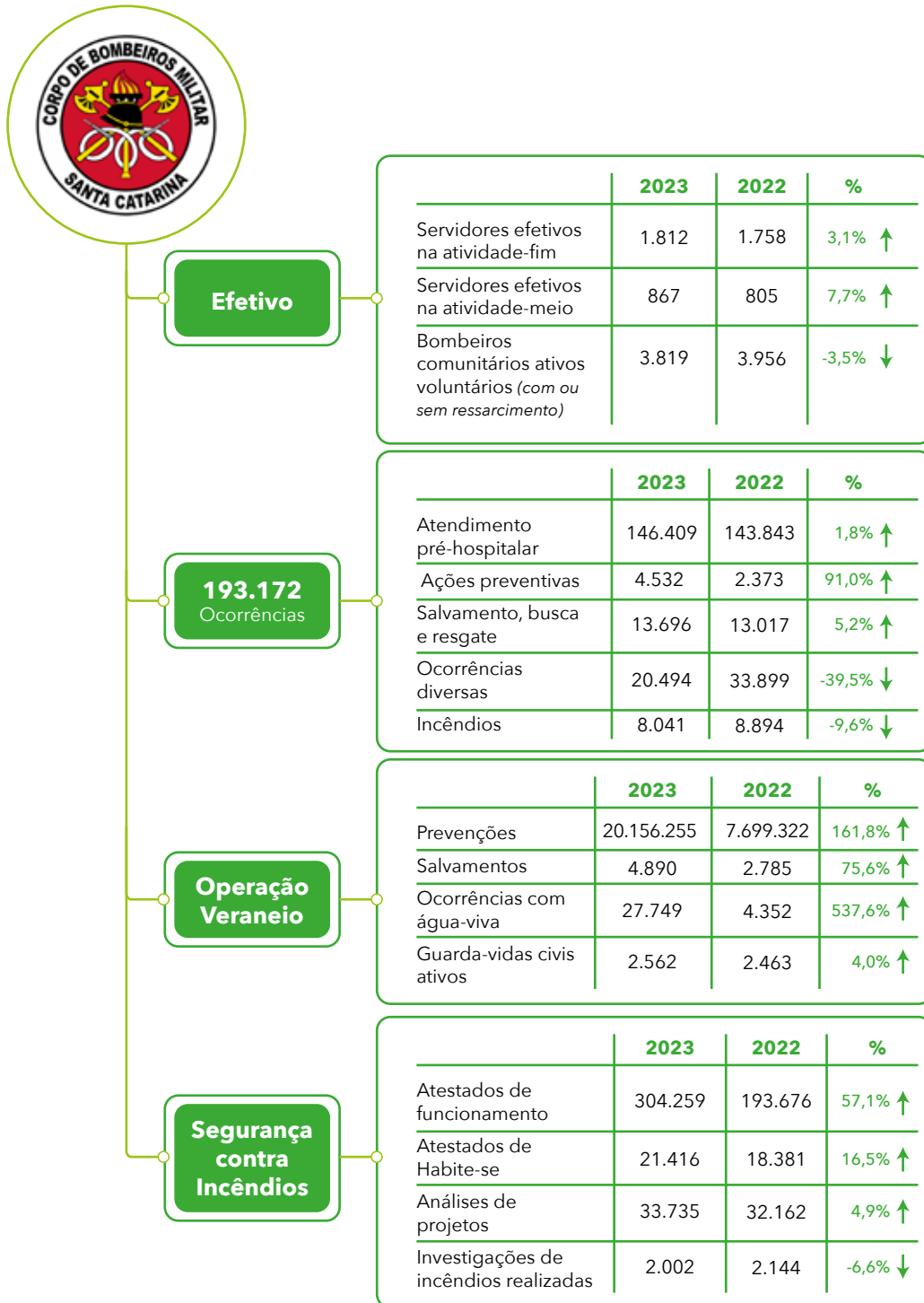
Aperfeiçoar a gestão de recurso financeiro

OE 9

Ampliar o uso de tecnologia para procedimentos policiais e administrativos

Fonte: PCSC

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA



Fonte: Business Intelligence - Analytics - CBMSC (Períodos 2022 e 2023: 1º/1 a 31/12)

Outros Destaques do Corpo de Bombeiros Militar



- *Maior operação de socorro já realizada pelo CBMSC em razão das fortes chuvas do mês de outubro de 2023. Foram mais de 2 mil atendimentos e mais de 1.600 bombeiros envolvidos. No mês de novembro as equipes foram novamente acionadas para os atendimentos decorrentes das chuvas, resultando em números semelhantes aos do mês de outubro.*



- *Principais investimentos: 2 autoescadas mecânicas, 19 kits para resgate veicular, 5 ferramentas combinadas para resgate veicular, 14 caminhões de combate a incêndio, 13 ambulâncias, 8 caminhonetes, 8 motos aquáticas, 8 pranchas de salvamento (SLED), 9 quadriciclos, 114 equipamentos de proteção respiratória, 316 equipamentos de proteção individual, 17 repetidoras digitais, 4 drones, equipamentos diversos, mobiliário, projetos e obras, entre outros.*



- *Inclusão de efetivo: 260 novos soldados e 16 cadetes.*
- *Realização de 544 cursos e treinamentos de educação continuada, totalizando mais de 20 mil horas de capacitação.*
- *Cursos presenciais e EaD ofertados à comunidade: 235 cursos realizados, atingindo um público de 16.531 pessoas.*

Fotos: 1. Soldado Eduardo de Souza/CBMSC; 2. Ricardo Wolfenbüttel/SECOM; 3. Melina Cauduro/CBMSC



- *Programas sociais: 152 pessoas formadas no Curso de Bombeiros Comunitários; 3.945 crianças formadas no Programa Bombeiro Mirim; 14.623 crianças formadas no Projeto Golfinho; 75 pessoas formadas no Projeto Bombeiro Melhor Idade; 58 formados no Projeto Bombeiro Juvenil; 1.266 atendimentos no Projeto Praia Acessível.*



- *Apoio operacional para o combate aos incêndios florestais no Canadá.*
- *Apoio operacional para o atendimento de ocorrências por conta das chuvas no Rio Grande do Sul. Busca por vítimas da enchente no Vale do Rio Taquari.*



- *Participação em eventos e cursos no exterior: Rescue Techniques (Japão); Fire Management and Disaster Risk Reduction (Japão); Exercício Internacional de Respostas a Terremotos (Argentina); Curso Básico de Armas Químicas e Substâncias Tóxicas Industriais (Equador); Curso Avançado Regional sobre Assistência e Proteção para Emergências Químicas (Argentina).*



- *Participação em eventos e cursos no Brasil: Seminário Internacional em Comemoração aos 50 anos de Investigação de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e do 2º Seminário Nacional de Perícia em Incêndios (Brasília/DF); Encontro Nacional de Bombeiros Militares (Belo Horizonte/MG); II Campeonato Catarinense de Salvamento Aquático em Piscina (Lages/SC); 22º Campeonato Brasileiro de Salvamento Aquático Desportivo (Sobrasa Rescue 2023).*

POLÍCIA CIENTÍFICA DE SANTA CATARINA

A Polícia Científica (PCI) é o órgão permanente de perícia oficial do Estado de Santa Catarina, responsável pela realização de perícias criminais, identificação humana e pesquisas na área forense.

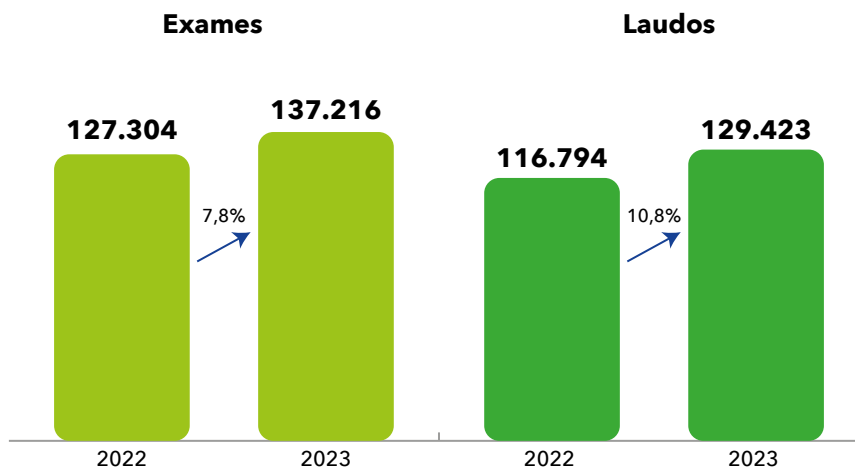


Fotos: Divulgação da Polícia Científica

LAUDOS PERICIAIS

Durante o ano de 2023, o Estado investiu na reorganização da estrutura de gestão, com foco em modernização e eficiência.

No período, contabilizou-se um aumento de 7,8% no número de exames realizados e 10,8% no número de laudos periciais emitidos.



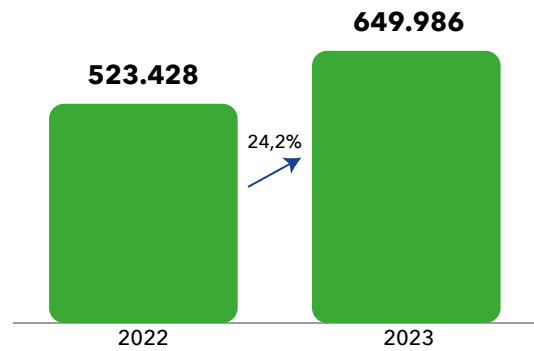
Fonte: Criminal Data (PCISC)

IDENTIFICAÇÃO HUMANA

Lançamento da Carteira de Identidade Nacional e estabelecimento de novo recorde anual de emissões.

Aumento de 24,2% no número de documentos de identificação civil emitidos em 2023 na comparação com o ano anterior.

Documentos Emitidos



Fonte: Criminal Data (PCISC)

PROJETOS SOCIAIS

PCI por Elas

- Atendimento especializado e humanizado a vítimas de violência.
- Priorização de casos envolvendo mulheres e crianças.
- Coleta e inserção de perfis genéticos no Banco Nacional.

PCI na Escola

- Projeto interdisciplinar direcionado a alunos de todas as idades, com o objetivo de aumentar a segurança nas escolas de Santa Catarina.

POLÍCIA CIENTÍFICA EM NÚMEROS

	2023	2022	%
Servidores efetivos*	746	779	-4,2% ↓
Carteiras de identidade confeccionadas	649.986	523.428	24,2% ↑
Perícias realizadas**	137.216	127.304	7,8% ↑

Fontes: * PCI/GEPES; **Criminal Data (PCISC) - Períodos 2022 e 2023: 1º/1 a 31/12

TURISMO

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), dá ênfase ao turismo como pilar econômico. As atividades da SETUR giram em torno do mapeamento e da promoção de produtos turísticos, do alcance internacional da promoção do Estado como destino de qualidade, e da governança e sustentabilidade dos atrativos e inovação no turismo catarinense.

Santa Catarina conta com 14 Instâncias de Governança Regional (regiões turísticas): Vale dos Imigrantes, Grande Oeste, Caminhos do Alto Vale, Grande Florianópolis, Alto Uruguai Catarinense, Caminhos da Fronteira, Caminho dos Príncipes, Caminho dos Canyons, Encantos do Sul, Vale Europeu, Costa Verde & Mar, Serra Catarinense, Vale das Águas e Caminhos do Contestado.

PROMOÇÃO TURÍSTICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Em 2023, visando a promoção turística de Santa Catarina, a SETUR participou de eventos nacionais e internacionais. O destaque foi para a Bolsa de Negócios Turísticos (BNT) Mercosul 2023, um dos principais eventos do calendário turístico do País, realizada em Balneário Camboriú, ocasião em que estiveram reunidos profissionais de turismo de todo o Brasil e da América do Sul. A SETUR também participou da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV), no Rio de Janeiro, e da Feira Internacional de Turismo (FIT), em Buenos Aires.

A SETUR promove o potencial turístico do Estado e apoia a comercialização de produtos turísticos catarinenses em âmbito nacional e internacional. Para tal, desenvolve ações de divulgação sobre atrativos e rotas, bem como promoção turística dos destinos catarinenses em eventos, feiras e Road Show de turismo, possibilitando futuros negócios e potencial geração de renda no setor.



ABAV Rio de Janeiro
Fotos: Eduardo Valente/SCC

DESENVOLVIMENTO DA MARCA PROMOCIONAL DO TURISMO DE SANTA CATARINA



Com o objetivo de despertar nos viajantes o desejo de conhecer o Estado e de desenvolver o turismo, a SETUR lançou a nova marca turística de Santa Catarina. Acompanhada do slogan “Viva um estado de alegria”, a nova marca busca apresentar a riqueza e a diversidade do potencial turístico que nosso Estado possui.

O projeto da nova marca turística foi idealizado para evidenciar a imagem de um estado com lugares a serem visitados em todas as épocas do ano.

Foram utilizados elementos visuais que remetem a Santa Catarina. A identidade está presente no “SC”, em que o “S” faz ondas, com referência aos mares do litoral catarinense, e o “C” faz alusão a uma gota d’água (natureza), a um prato (gastronomia) e ao relevo serrano.

DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE INTELIGÊNCIA TURÍSTICA - ALMANACH

O Almanach é uma ferramenta que disponibiliza aos gestores do turismo um panorama do setor e auxilia na tomada de decisões mais embasadas e assertivas para desenvolvimento e qualificação do setor turístico a partir de uma governança baseada em dados do turismo. O sistema reúne dados abertos de órgãos oficiais, como os Ministérios do Turismo e do Trabalho, a Secretaria da Fazenda, entre outros.

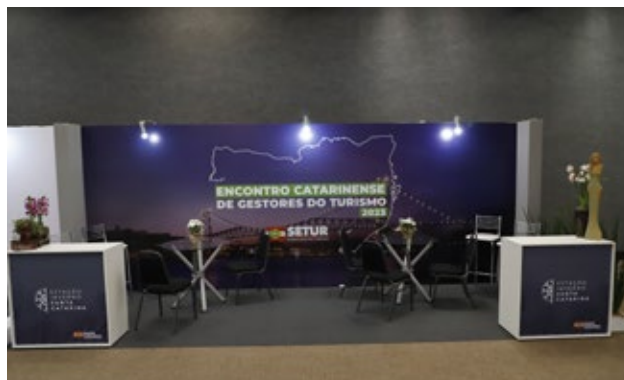
Desde a sua criação, o sistema é alimentado continuamente, de forma colaborativa, buscando transparência, qualidade e inovação no setor. Na atualidade, o sistema está em sua quarta versão, publicada em agosto de 2023.



Tela da plataforma Almanach
Disponível em: www.setur.sc.gov.br/almanach

ENCONTRO CATARINENSE DE GESTORES DO TURISMO - SETUR 2023

O Encontro Catarinense de Gestores do Turismo, que ocorreu em agosto de 2023, foi uma oportunidade para a gestão pública do turismo, uma vez que Santa Catarina é responsável por promover a Governança Turística em seu território, segundo o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), do Ministério do Turismo. O evento proporcionou um espaço de discussão e de aprimoramento do turismo catarinense com os interlocutores do PRT/SC, representantes dos municípios e das regiões de Santa Catarina, bem como a aproximação da SETUR com os gestores municipais.



Disposição do Estande na Encatho 2023
Foto: ASCOM/SETUR SC

ENCONTRO DE EMBAIXADORES DIGITAIS DO TURISMO CATARINENSE

Encontro voltado ao reconhecimento de influenciadores que atuam na divulgação do turismo catarinense, além de gerar a aproximação entre o mundo digital e as autoridades presentes. O objetivo do encontro foi reconhecer oficialmente influenciadores digitais que promovem e divulgam o Estado de Santa Catarina por meio de seus conteúdos nas redes sociais.



Encontro de Embaixadores Digitais do Turismo Catarinense
Foto: ASCOM/SETUR SC

Gestão Orçamentária



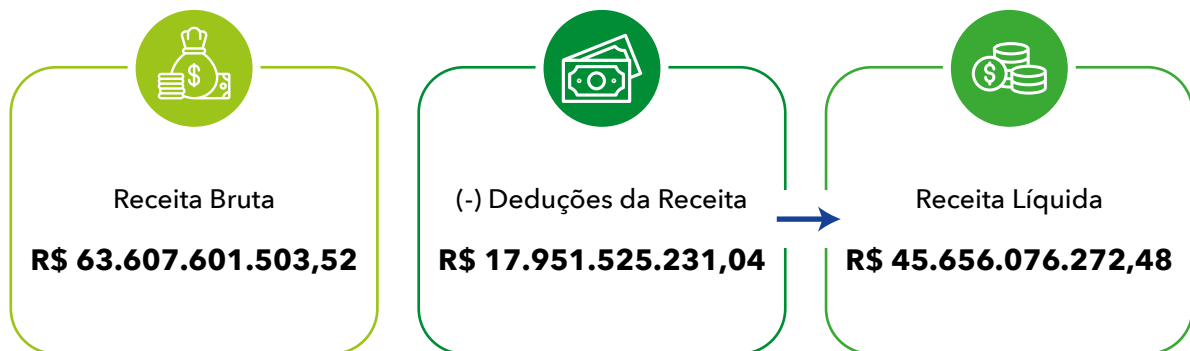
Balneário Camboriú
Foto: Eduardo Valente/SECOM

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Este capítulo apresenta os principais resultados da gestão orçamentária e financeira do Estado de Santa Catarina obtidos durante o ano de 2023.

A arrecadação da receita bruta total do Estado atingiu o valor de R\$ 63,61 bilhões em 2023. Comparado com o exercício anterior, esse valor representou um aumento de 7,9% em termos nominais. Já em termos reais, o aumento foi de 3,1%, considerando o valor atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que variou 4,62%¹ no período.

A partir da receita bruta devem ser descontados os valores das transferências obrigatórias aos municípios que estão previstas na Constituição Federal, os repasses ao Fundeb que vinculam os recursos a serem aplicados na educação e as restituições de tributos estaduais pagos pelos contribuintes. Dessa forma, chega-se ao valor da receita líquida, que foi R\$ de 45,66 bilhões em 2023 (R\$ 42,45 bilhões em 2022). A receita líquida é o montante que o Estado efetivamente poderá utilizar para pagar as despesas públicas.



A despesa total empenhada por todos os Poderes e órgãos estaduais em 2023 cresceu somente 0,7% em termos nominais quando comparada ao ano de 2022. No entanto, em termos reais, considerando-se o IPCA de 2023, houve uma redução de 3,7%.

¹ O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de janeiro a dezembro de 2023 foi de 4,621110%.

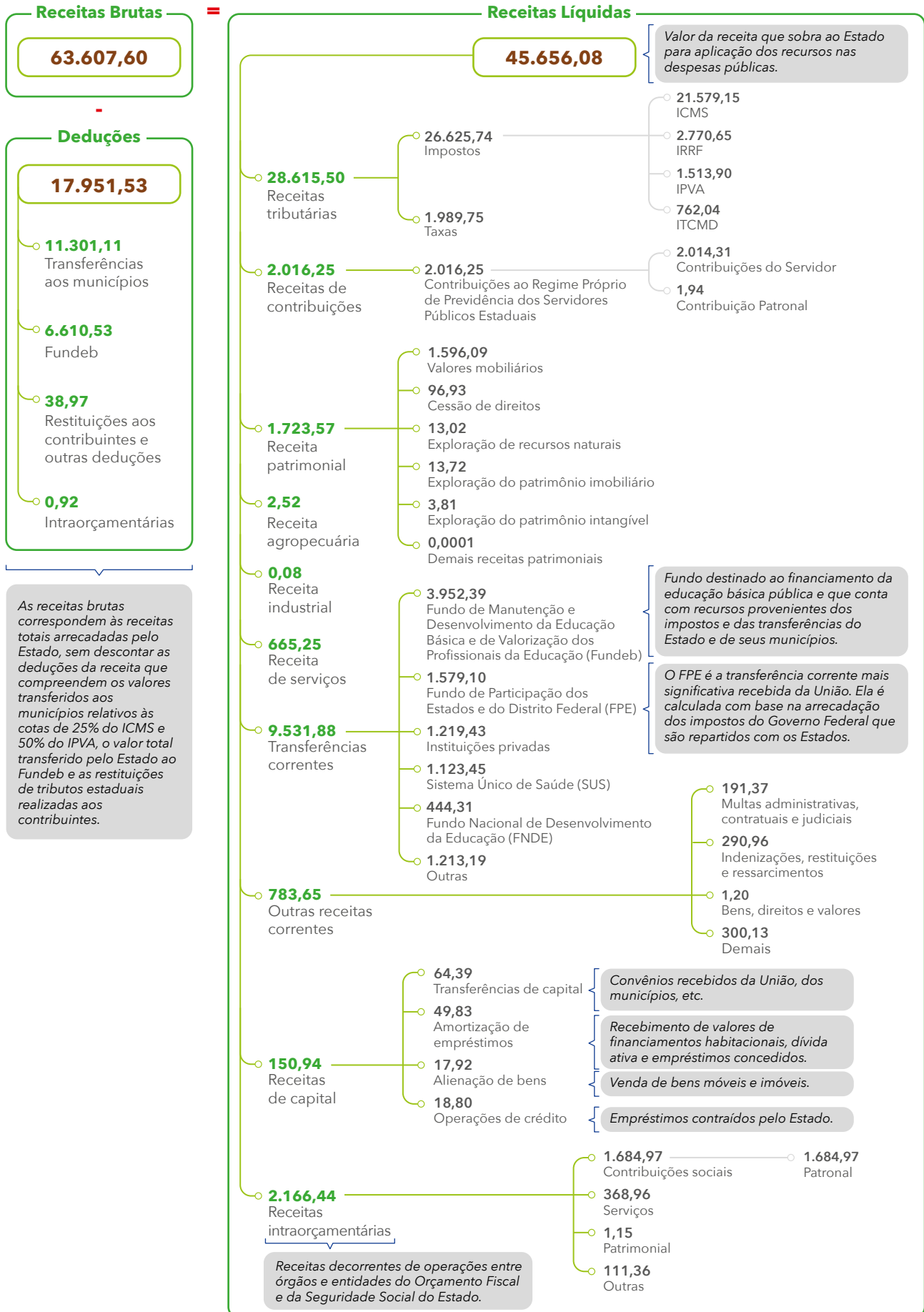


A diferença entre as receitas líquidas arrecadadas e as despesas reconhecidas no ano de 2023 gerou um resultado orçamentário superavitário de R\$ 1,73 bilhão, indicando que as receitas foram maiores do que as despesas.



Na sequência, apresenta-se um resumo das principais origens dos recursos arrecadados por Santa Catarina em 2023 e de como esses recursos foram aplicados. Salvo quando houver indicação de forma diversa, as informações constantes neste capítulo foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), contemplando os dados consolidados da execução orçamentária de todas as unidades gestoras do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

De Onde Vieram os Recursos Estaduais em 2023 (R\$ milhões)

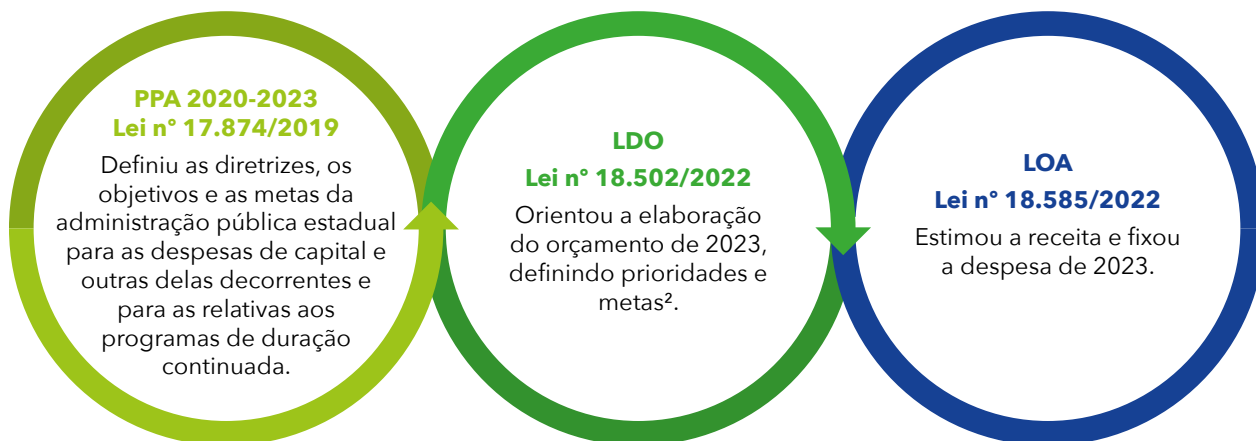


Onde Foram Aplicados os Recursos Estaduais em 2023 (R\$ milhões)



PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Para garantir a execução das políticas públicas e a disponibilização dos bens e serviços públicos à população catarinense, o Estado de Santa Catarina se baseou nos instrumentos de planejamento orçamentário previstos na Constituição Federal: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que foram estruturados da seguinte forma:



Os valores totais da previsão das receitas e da fixação das despesas nas diversas áreas de atuação governamental na Lei Orçamentária aprovada para o ano de 2023 foram os seguintes:

Receita Prevista	Despesa Fixada
Valor Bruto R\$ 61,83 bilhões	R\$ 44,12 bilhões
(-) Deduções R\$ 17,71 bilhões	
Valor Líquido R\$ 44,12 bilhões	

2 As metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias são apresentadas no capítulo Indicadores Fiscais deste Balanço.

RECEITAS

As receitas são os ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar os investimentos públicos. Elas provêm de diversas origens, como recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos do Governo Federal e de outros entes, exploração do patrimônio estadual ou, ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, por exemplo.

A receita bruta de 2023 estimada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de R\$ 61,83 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A receita bruta arrecadada foi de R\$ 63,61 bilhões em 2023, superando o previsto na LOA em R\$ 1,78 bilhão, 2,9% acima da previsão.

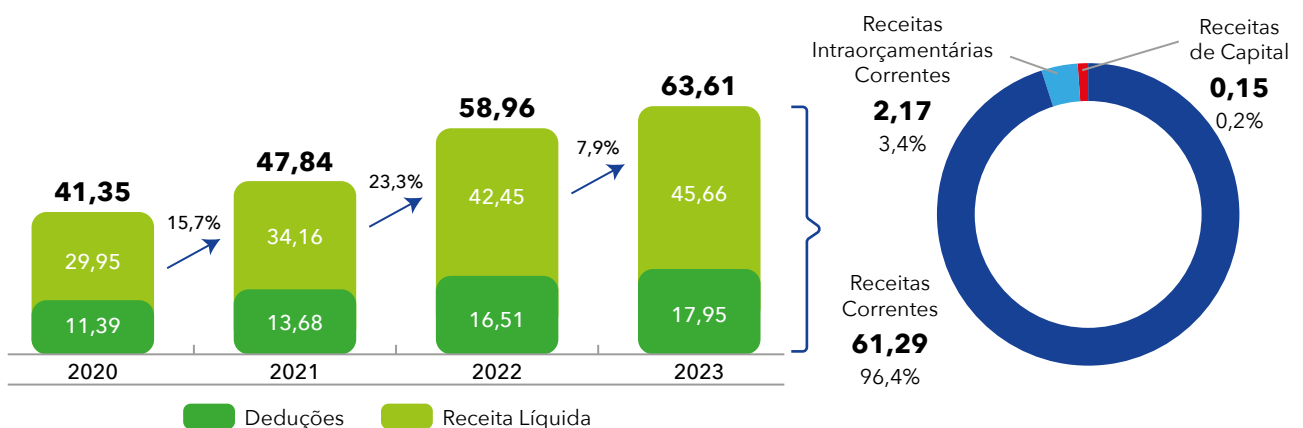
As deduções da receita arrecadada bruta somaram R\$ 17,95 bilhões em 2023 e compreendem as transferências constitucionais referentes à parcela dos impostos estaduais que pertencem aos municípios, os repasses ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e as restituições de tributos realizadas aos contribuintes.

A previsão da receita líquida na LOA, que é o valor da receita após as deduções, era de R\$ 44,12 bilhões. Porém, o valor da receita líquida efetivamente arrecadada em 2023 foi de R\$ 45,66 bilhões, atingindo 103,5% do previsto na LOA.

Receita Prevista x Receita Arrecadada em 2023 (R\$ bilhões)

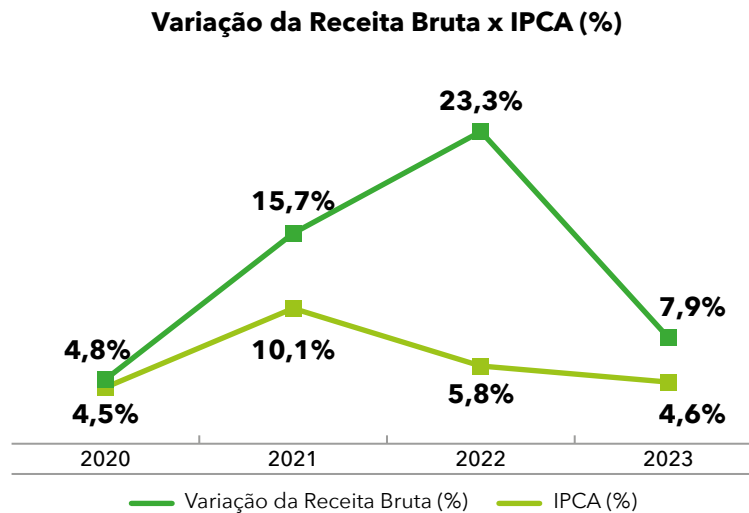
Descrição	Receita Prevista	Receita Arrecadada	% da Receita Arrecadada em Relação à Receita Prevista
RECEITA BRUTA	61,83	63,61	102,9%
Receitas Correntes	58,64	61,29	104,5%
Receitas de Capital	1,15	0,15	13,1%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	2,04	2,17	106,4%
(-) Deduções	(17,71)	(17,95)	101,4%
RECEITA LÍQUIDA	44,12	45,66	103,5%

Receita Bruta (R\$ bilhões)



Comparada ao ano anterior, em 2023 a receita bruta total teve um crescimento nominal de 7,9%, e a receita líquida cresceu 7,6%. Nesse período, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 4,6%. Em termos reais, a receita bruta cresceu 3,3%, e a receita líquida 3%.

O crescimento calculado considera o impacto do Decreto nº 1.528/2021, que postergou o recolhimento de R\$ 1,44 bilhão de ICMS dos combustíveis e da energia elétrica para o início de 2022. Se fosse desconsiderado o valor recebido em 2022 referente ao exercício de 2021, o crescimento nominal da receita bruta teria sido ainda maior (10,6%).



A tabela seguinte apresenta o comparativo das receitas arrecadadas dos anos de 2022 e 2023, classificadas por categoria econômica e por origem.

Receita Arrecadada por Categoria Econômica e Origem (R\$ milhões)

Receitas	2023		2022		Variação da Arrecadação Bruta
	Arrecadação Bruta	Arrecadação Líquida	Arrecadação Bruta	Arrecadação Líquida	
Receitas Correntes	61.289,27	43.338,70	56.768,17	40.255,70	8,0%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	45.774,63	28.615,50	42.690,18	26.772,91	7,2%
Contribuições	2.029,76	2.016,25	1.936,67	1.930,08	4,8%
Receita Agropecuária	2,52	2,52	1,95	1,95	29,1%
Receita de Serviços	665,35	665,25	629,52	629,46	5,7%
Receita Industrial	0,08	0,08	0,08	0,08	0,4%
Receita Patrimonial	1.725,83	1.723,57	1.704,82	1.700,58	1,2%
Transferências Correntes	10.302,99	9.531,88	9.062,28	8.485,80	13,7%
Outras Receitas Correntes	788,12	783,65	742,67	734,84	6,1%
Receitas de Capital	150,97	150,94	170,72	170,72	-11,6%
Alienação de Bens	17,92	17,92	23,74	23,74	-24,5%
Amortização de Empréstimos	49,83	49,83	34,73	34,73	43,5%
Operações de Crédito	18,80	18,80	38,89	38,89	100,0%
Transferências de Capital	64,42	64,39	73,36	73,36	-12,2%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	2.167,36	2.166,44	2.015,00	2.014,60	7,6%
Receita de Contribuições	1.685,89	1.684,97	1.599,50	1.599,10	5,4%
Receita de Serviços	368,96	368,96	345,51	345,51	6,8%
Receita Patrimonial	1,15	1,15	1,08	1,08	5,8%
Outras Receitas Correntes	111,36	111,36	68,91	68,91	61,6%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	-	-	6,80	6,80	-100,0%
Outras Receitas de Capital	-	-	6,80	6,80	-100,0%
TOTAL	63.607,60	45.656,08	58.960,69	42.447,82	7,9%

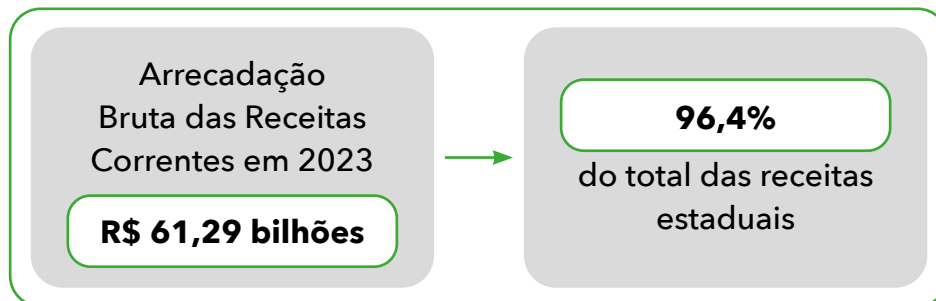
A Receita Tributária corresponde a 72% da receita bruta total

As Transferências Correntes equivalem a 16,2% da receita bruta total

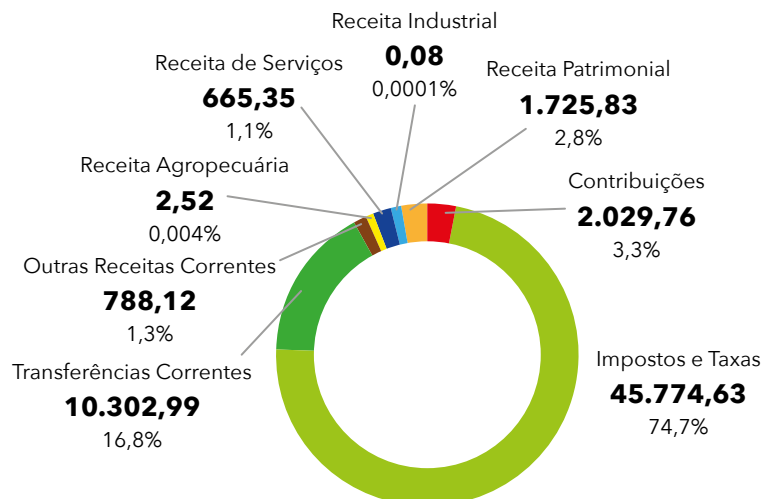
Do valor arrecadado, as receitas tributárias correspondem a 72% da receita bruta total, e as transferências correntes equivalem a 16,2%, sendo, portanto, as principais fontes de receitas do Estado.

RECEITAS CORRENTES

São consideradas receitas correntes as provenientes de: tributos de competência estadual; contribuições ao Regime de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais; exploração do patrimônio estatal; exploração de atividades agropecuárias, industriais e de serviços; transferências de recursos do Governo Federal e de outras pessoas de direito público ou privado, destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes, chamadas de transferências correntes; e demais receitas, chamadas de outras receitas correntes, que não se enquadram nos itens anteriores nem no conceito de receita de capital. As receitas correntes aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são utilizadas no financiamento dos objetivos definidos em programas e ações orçamentários, a fim de satisfazer as necessidades da população.



Composição das Receitas Correntes Brutas de 2023 (R\$ milhões)

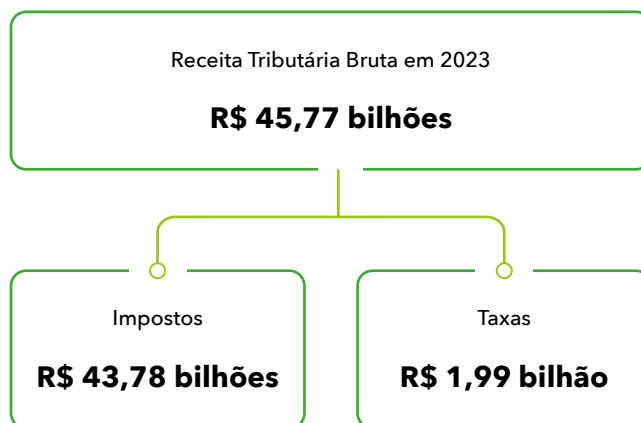
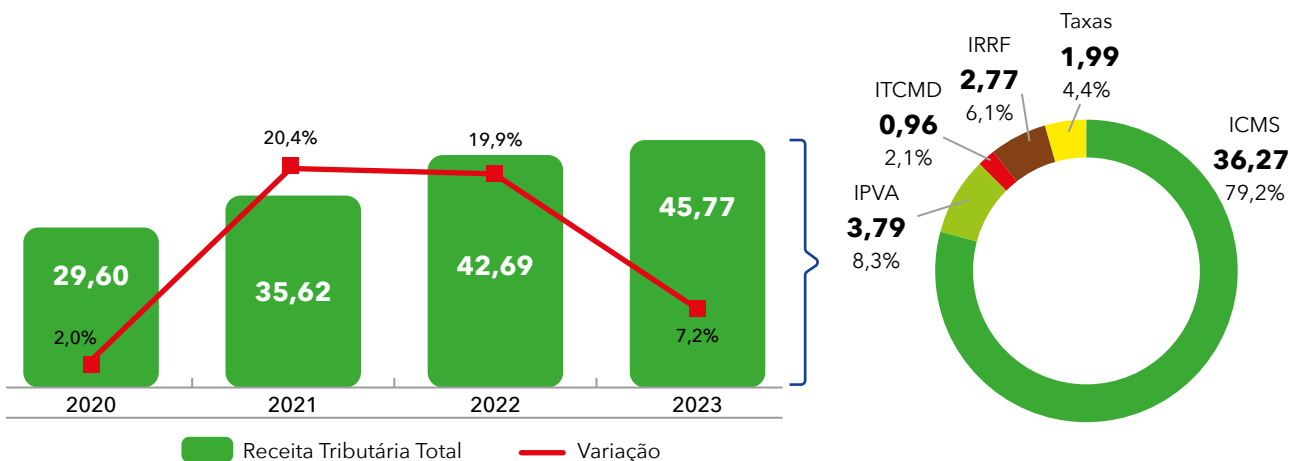


Entre as receitas correntes do Estado, as principais origens são as receitas tributárias (impostos e taxas) e as transferências correntes.

Receitas Tributárias

A maior arrecadação estadual é de origem tributária (72%), sendo composta por impostos (ICMS³, IPVA⁴, IRRF⁵ e ITCMD⁶) e taxas.

Receita Tributária Bruta (R\$ bilhões)



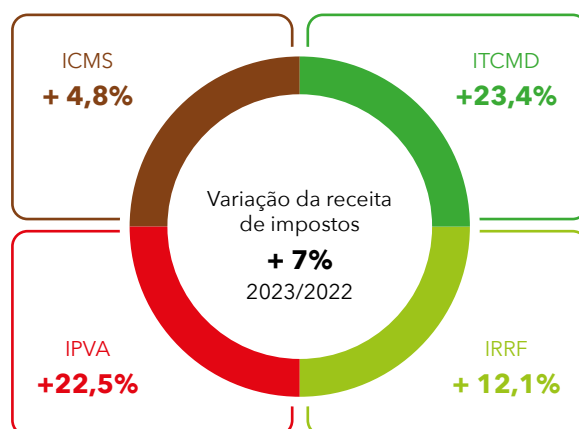
3 Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

4 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

5 Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

6 Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

Comparando-se a receita tributária bruta de 2023 com a de 2022 (R\$ 42,69 bilhões), verifica-se um crescimento de 7,2%, sendo as principais variações nos impostos apresentadas a seguir:



Em 2023, algumas medidas foram realizadas para aumentar a arrecadação, sem, no entanto, aumentar as alíquotas dos impostos cobrados. A maioria delas consta no escopo do Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc). No âmbito da receita, o plano sustenta três pilares: 1) revisão de benefícios fiscais; 2) adoção de medidas que promovam o ingresso de novas receitas no Tesouro Estadual e otimizem a arrecadação; e 3) desburocratização das obrigações acessórias por parte dos contribuintes, a fim de facilitar o empreendedorismo. Além das medidas previstas no Pafisc, contribuíram para o aumento da arrecadação o esforço fiscal, a inflação e o crescimento do PIB.

Após todas as deduções da receita, a receita tributária líquida foi de R\$ 28,62 bilhões em 2023 (R\$ 26,77 bilhões em 2022).

Composição da Receita Tributária, incluindo Multas, Juros e Dívida Ativa (R\$ milhões)

Receita Tributária	2023		2022		Variação da Receita Bruta 2023/2022	Variação da Receita Líquida 2023/2022
	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta	Receita Líquida		
Impostos	43.782,45	26.625,74	40.937,00	25.023,59	7,0%	6,4%
ICMS	36.269,95	21.579,15	34.599,94	20.698,56	4,8%	4,3%
IRRF	2.770,85	2.770,65	2.472,18	2.472,08	12,1%	12,1%
IPVA	3.786,28	1.513,90	3.090,71	1.235,77	22,5%	22,5%
ITCMD	955,38	762,04	774,17	617,19	23,4%	23,5%
Demais	0,001	-			100,0%	-
Taxas	1.992,18	1.989,75	1.753,19	1.749,32	13,6%	13,7%
Exercício do Poder de Polícia	1.168,76	1.168,55	1.171,57	1.171,33	-0,2%	-0,2%
Prestação de Serviços	823,42	821,20	581,62	577,99	41,6%	42,1%
TOTAL	45.774,63	28.615,50	42.690,18	26.772,91	7,2%	6,9%

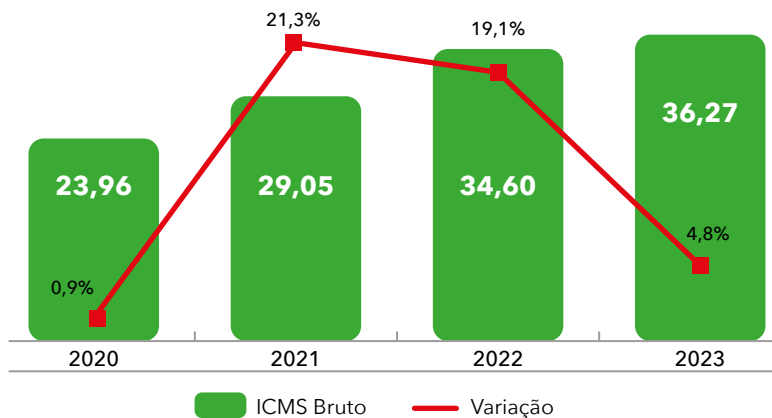
ICMS

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), somada à arrecadação com multas, juros e dívida ativa desse imposto, atingiu o montante de R\$ 36,27 bilhões em 2023.

Houve um incremento de R\$ 1,67 bilhão na arrecadação bruta de ICMS (4,8%) na comparação com o ano de 2022. Considerando a inflação do período, o acréscimo real foi de R\$ 71,48 milhões (0,2%). O crescimento calculado leva em conta o impacto do Decreto nº 1.528/2021, que postergou o recolhimento de R\$ 1,44 bilhão de ICMS dos combustíveis e da energia elétrica para o início de 2022. Se fosse desconsiderado o valor recebido em 2022, referente ao exercício de 2021, a diferença entre 2023 e 2022 seria positiva no valor de R\$ 3,11 bilhões (receita 9,4% superior à de 2022).

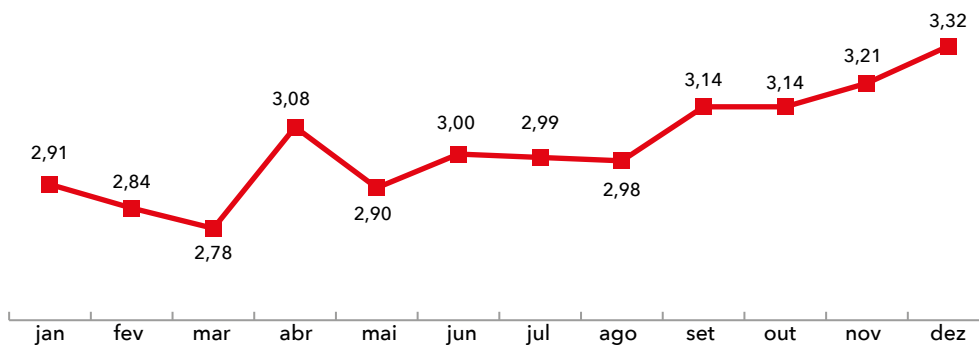
O resultado do desempenho da arrecadação do ICMS do ano teve também grande participação dos setores metalmeccânico (alta nominal de 25,6%), redes de estabelecimentos (20,8%), automotivo (18,7%), agroindústria (17,9%), transporte (14,3%) e medicamentos (14,2%).

Receita Bruta de ICMS (R\$ bilhões)



Após um primeiro trimestre pouco expressivo e com queda na arrecadação de ICMS entre janeiro e março, o desempenho nos nove meses seguintes garantiu uma curva de crescimento à receita estadual.

Arrecadação Bruta Mensal de ICMS em 2023 (R\$ bilhões)



A recuperação da economia catarinense também contou com o apoio do Governo do Estado em momentos de dificuldade, a exemplo do pacote de ações do Programa Recupera Santa Catarina, voltado a famílias e empreendedores mais prejudicados pelas chuvas de outubro e novembro.

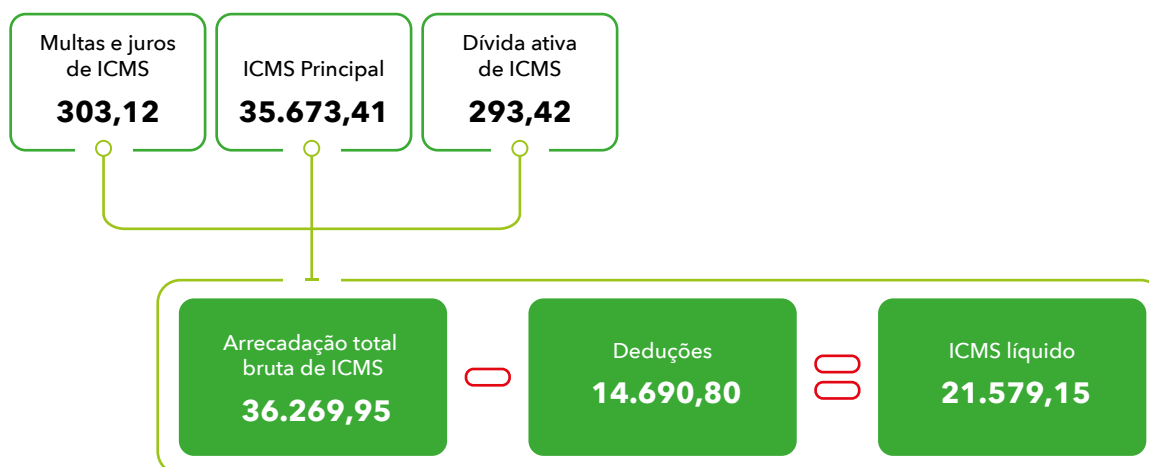
Após as receitas de outubro e novembro serem impactadas pelos desastres climáticos, que atingiram mais da metade da população e praticamente metade do PIB catarinense, o mês de dezembro mostrou o poder de recuperação do setor produtivo com a participação efetiva do Estado no enfrentamento da crise.

Os contribuintes que comprovadamente foram prejudicados pelas chuvas puderam postergar o recolhimento do ICMS de 2023 para o ano de 2024. Para os contribuintes do regime de apuração normal, o imposto relativo às competências de outubro e novembro de 2023, que deveria ser recolhido em novembro e dezembro de 2023, foi postergado para o ano de 2024 através dos Decretos nºs 341, de 10 de novembro de 2023, e 387, de 8 de dezembro de 2023. Já para os contribuintes optantes do Simples Nacional, a parcela relativa ao ICMS dos períodos de apuração outubro e novembro de 2023 foi postergada para maio e junho de 2024, nos termos das Portarias CGSN/SE nº 102, de 7 de novembro de 2023, e 103, de 1º de dezembro de 2023.

A postergação do ICMS do regime normal relativa às competências outubro e novembro de 2023 totalizou R\$ 15,37 milhões. Já a postergação relativa ao ICMS do Simples Nacional somou R\$ 16,06 milhões.

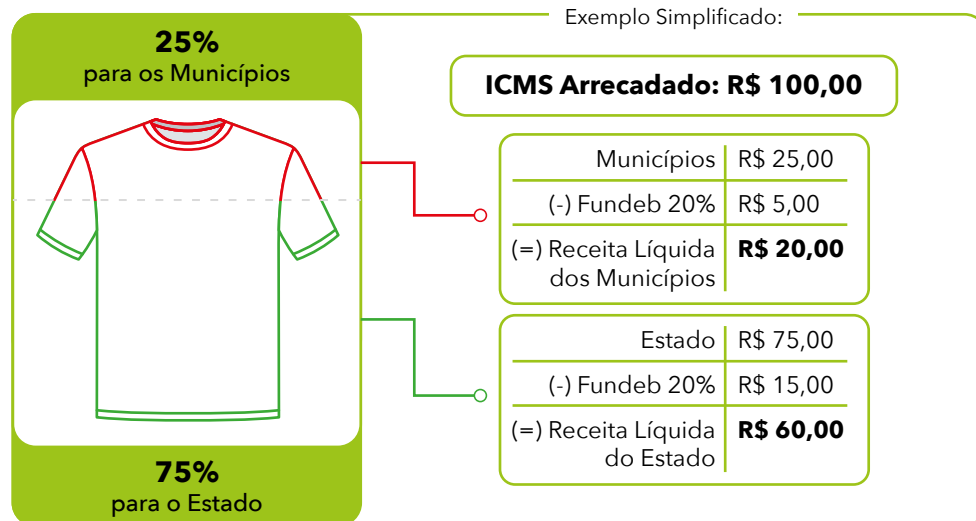
Do valor total arrecadado com ICMS, 1,6% refere-se à arrecadação de multas, juros e dívida ativa (R\$ 596,54 milhões).

Arrecadação de ICMS em 2023 (R\$ milhões)



Do valor total de ICMS arrecadado, 75% pertencem ao Estado e 25% pertencem aos municípios catarinenses. Do que compete a cada ente (Estado e município), 20% vão diretamente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e são redistribuídos para esses entes aplicarem no atendimento à educação básica, que abrange tanto a rede estadual quanto a rede municipal de ensino.

ICMS



IPVA

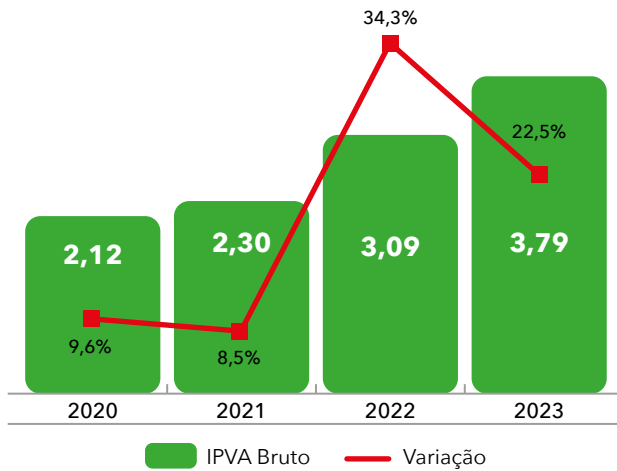
O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) foi o segundo imposto com a maior arrecadação bruta no ano de 2023 e totalizou R\$ 3,79 bilhões. Quando comparada ao ano anterior, a receita de IPVA de Santa Catarina, considerando a arrecadação principal, multas, juros e dívida ativa, teve um acréscimo nominal de 22,5%.

O crescimento significativo da arrecadação do IPVA em 2023 se deve principalmente ao aumento da frota e à valorização dos veículos.

As alíquotas aplicadas em Santa Catarina são de 2% para carros e utilitários nacionais ou estrangeiros e de 1% para motocicletas e similares, veículos usados no transporte de carga/passageiros e os destinados à locação, calculados sobre o valor de mercado do veículo, que é apontado pela tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Destaca-se ainda que há diversas modalidades de isenção, incluindo veículos de propriedade de pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autista, ou de seu responsável legal, para uso da pessoa com deficiência ou autista, ainda que conduzido por terceiro; táxis; veículos de propriedade das sociedades corpos de bombeiros voluntários; de consulados; de instituições religiosas, de educação e de assistência social (imunidade); de partidos políticos (imunidade); e de consulados credenciados junto ao Governo brasileiro. Existe isenção de pagamento de IPVA também para veículos com 30 anos ou mais de fabricação.

Receita Bruta de IPVA (R\$ bilhões)



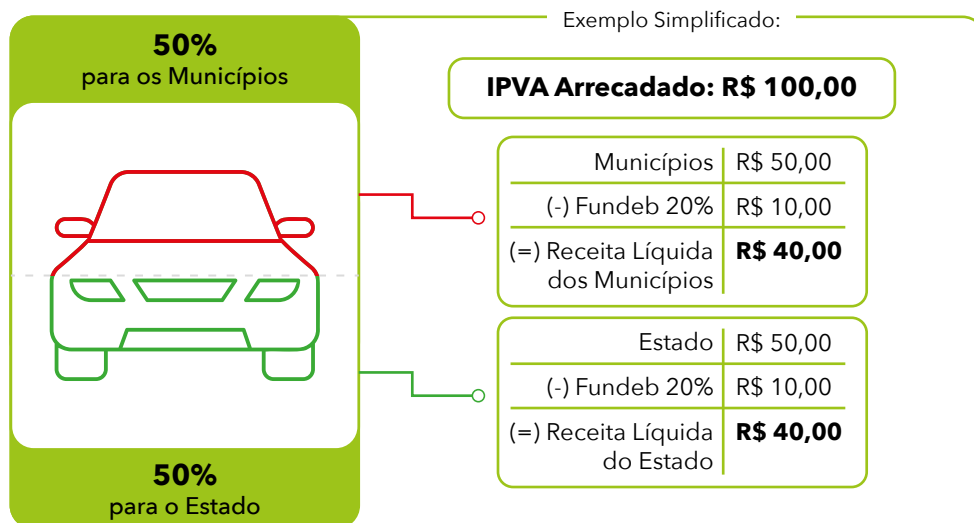
A alíquota do IPVA de Santa Catarina varia entre 1% e 2% do preço de mercado do veículo e é uma das mais baixas do País. Em 2023 a frota de veículos registrados no Estado era de 5.964.395 veículos (3,4% a mais que em 2022).

Veículos	Registrados em 2023	Registrados em 2022
Automóvel	4.157.727	4.030.282
Motocicleta	1.249.067	1.207.688
Reboque	267.732	249.342
Caminhão	244.970	238.113
Ônibus	33.845	33.526
Motor-casa	6.805	5.703
Trator	3.829	3.714
Outros	420	419
Total	5.964.395	5.768.787

<https://www.detran.sc.gov.br/transparencia/estatisticas/historico-de-frota/>

Do valor total arrecadado com IPVA, metade pertence ao Estado, e a outra metade pertence ao município onde o veículo está licenciado. Do valor que compete a cada ente (Estado e município), 20% vão diretamente para o Fundeb, que financia a educação básica.

IPVA



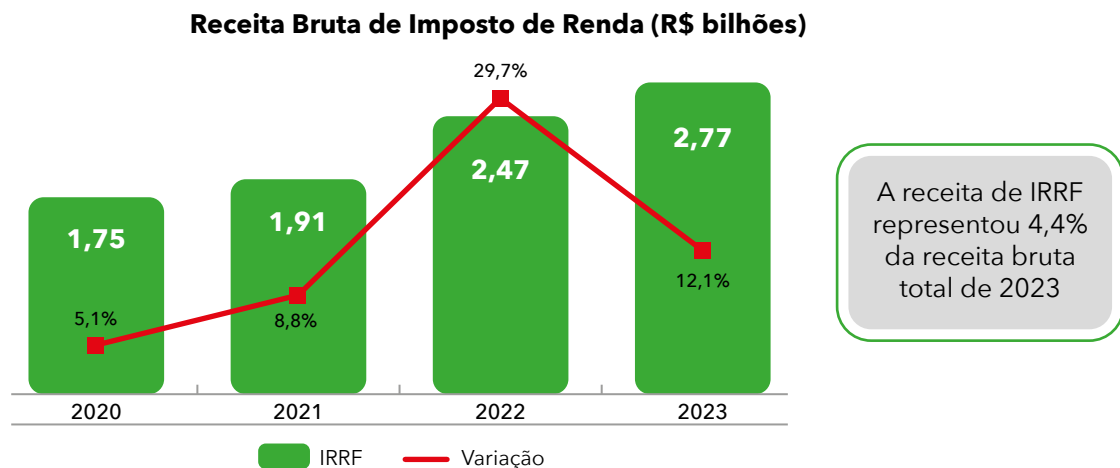
IRRF

O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente na fonte sobre rendimentos pagos pelo Estado, suas autarquias e suas fundações é contabilizado como receita tributária, conforme previsto no art. 157, inciso I, da Constituição Federal.

A arrecadação bruta do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) teve um crescimento de 12,1% em 2023, totalizando R\$ 2,77 bilhões.

Contribuiu com o aumento da arrecadação do IRRF a aplicação das novas regras de retenção do imposto de renda sobre os pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços à administração estadual.

Conforme detalhado no Capítulo Gestão Administrativa, a partir do mês de junho houve a ampliação das hipóteses de retenção de imposto de renda no Estado, de maneira análoga às aplicadas pela União, em observância ao princípio da isonomia. Esse novo entendimento foi firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que considerou que os estados e os municípios têm o direito de se apropriar do IR retido sobre os rendimentos pagos a qualquer título, nas mesmas hipóteses de retenção adotadas pela União e observando as alíquotas aplicáveis aos órgãos da administração pública federal, com base na Instrução Normativa Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012.



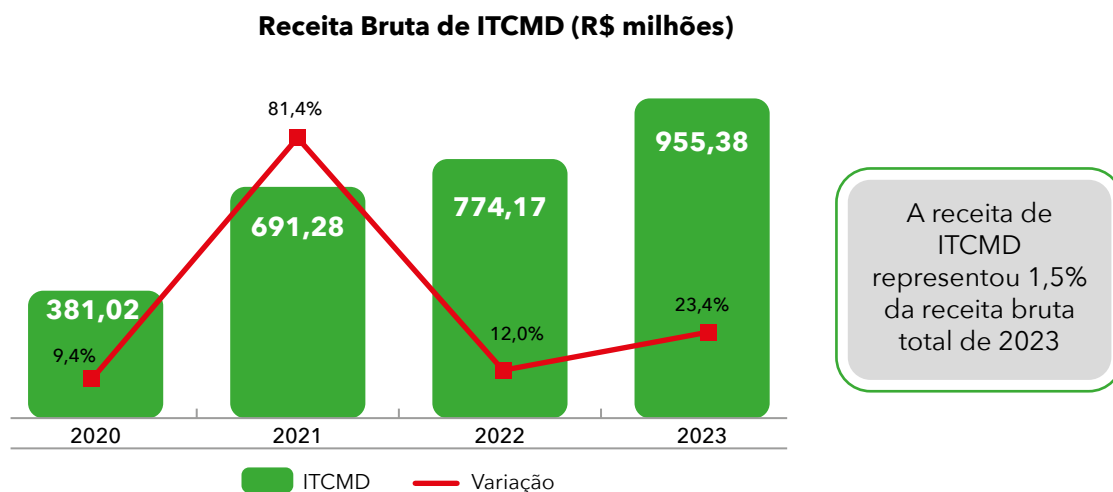
ITCMD

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações, herança ou diferença de partilha. No caso de bens imóveis (e respectivos direitos), o ITCMD é pago para Santa Catarina quando esses bens são situados no Estado. Já no caso de bens móveis, títulos, direitos e créditos, o imposto é pago quando o inventário ou arrolamento se processar aqui no Estado ou quando o doador ou o donatário (quem recebe a doação) tiver domicílio em Santa Catarina.

Para esse imposto, a Lei nº 13.136, de 25 de novembro de 2004, prevê alíquotas de 1% a 8% sobre a base de cálculo. Em 2023, o ITCMD atingiu o montante de R\$ 955,38 milhões de arrecadação bruta, incluídos nesse valor as multas, os juros e a cobrança de dívida ativa. O valor arrecadado nesse ano foi 23,4% superior a 2022.

No ano de 2023, a Secretaria de Estado da Fazenda instaurou 1.405 processos administrativos fiscais voltados à fiscalização de 2.215 contribuintes do ITCMD.

O trabalho garantiu a constituição de R\$ 18,57 milhões em créditos tributários, dos quais R\$ 10,83 milhões foram pagos à vista e R\$ 7,74 milhões parcelados.



Taxas

Em 2023, a arrecadação bruta com as taxas, considerando a cobrança também de multas, juros e dívida ativa, foi de R\$ 1,99 bilhão (R\$ 1,75 bilhão em 2022), o equivalente a 4,4% da receita tributária bruta e 3,1% da receita bruta total. Em relação ao ano de 2022, a arrecadação com taxas cresceu 13,6%.

As principais taxas da arrecadação estadual são provenientes do exercício do poder de polícia, como taxas de inspeção, controle e fiscalização, e da prestação de serviços públicos, como as taxas judiciárias.

Entre os serviços pelos quais o contribuinte paga taxas estão, por exemplo, licenciamentos, alvarás e certidões. A transferência de veículos também requer o pagamento de taxa. A cobrança de taxa serve para remunerar atendimentos que o Estado presta ou coloca à disposição do cidadão, seja em serviços diretos, seja em serviços de fiscalização.

Composição da Receita Bruta Arrecadada com Taxas em 2023 (R\$ milhões)

Taxa	Valor	%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.168,76	58,7%
Atos da Segurança Pública	1.076,51	54,0%
Taxa de Fiscalização Ambiental	26,04	1,3%
Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Gás Canalizado	17,50	0,9%
Taxa de Fiscalização do Transporte Intermunicipal de Passageiros	11,85	0,6%
Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Saneamento Básico	8,94	0,4%
Selos de Fiscalização de Atos Registrais	8,68	0,4%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	4,20	0,2%
Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	15,03	0,8%
Taxas pela Prestação de Serviços	823,42	41,3%
Taxas Judiciais	366,58	18,4%
Taxas Extrajudiciais	231,25	11,6%
Taxa de Registro de Contrato de Veículo	61,76	3,1%
Taxa de Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental	37,99	1,9%
Outras Taxas de Prestação de Serviços	125,84	6,3%
TOTAL	1.992,18	100,0%

Em 2023, as taxas representaram 3,1% da receita bruta estadual

Do valor total das taxas cobradas em 2023, 63,5% referem-se ao Poder Executivo e 36,5% referem-se ao Poder Judiciário (taxas judiciais, extrajudiciais e selos de fiscalização de atos registrais).

Transferências Correntes

As transferências correntes⁷ brutas representaram 16,2% da receita bruta de 2023, totalizando R\$ 10,30 bilhões.

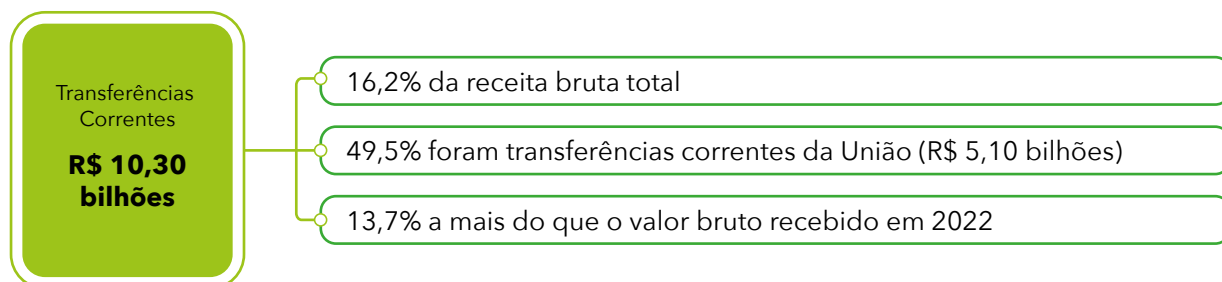
As transferências correntes da União representaram 49,5% do valor total recebido a título de transferências correntes, o que resultou em R\$ 5,10 bilhões. Esse valor foi 27,2% maior do que o valor bruto recebido em 2022 (R\$ 4,01 bilhões).

Transferências Correntes (R\$ milhões)

Transferências Correntes	2023		2022		Variação Bruta 2023/2022
	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido	
INTERGOVERNAMENTAIS	9.083,37	8.312,31	7.891,07	7.314,67	15,1%
União	5.100,48	4.329,42	4.011,31	3.434,92	27,2%
Cota-parte FPE	1.973,88	1.579,10	2.119,65	1.695,72	-6,9%
Cota-parte IPI	339,89	203,94	341,33	204,80	-0,4%
Cota-parte CIDE	5,29	3,97	25,88	19,41	-79,6%
Compensação Financeira para Exploração de Recursos Naturais	38,60	38,60	136,64	136,64	-71,8%
Transferências de Recursos - Sistema Único de Saúde (SUS)	1.123,45	1.123,45	740,96	737,34	51,6%
Transferências de Recursos - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	444,31	444,31	445,33	445,33	-0,2%
Transferências de Recursos - Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	2,23	2,23	0,20	0,20	1025,7%
Convênios	33,14	33,14	33,86	33,05	-2,1%
Outras Transferências	1.139,68	900,68	166,46	160,63	584,7%
Municípios	30,50	30,50	35,67	35,67	-14,5%
Convênios - Municípios	30,50	30,50	35,58	35,58	-14,3%
Outras Transferências - Municípios	-	-	0,09	0,09	-100,0%
Multigovernamentais	3.952,39	3.952,39	3.844,08	3.844,08	2,8%
Fundeb	3.952,39	3.952,39	3.843,76	3.843,76	2,8%
Outras Instituições Públicas	-	-	0,33	0,33	-100,0%
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.219,49	1.219,43	1.171,04	1.170,96	4,1%
Transferências - Instituições Privadas	1.219,49	1.219,43	1.171,04	1.170,96	4,1%
PESSOAS	0,14	0,14	0,17	0,17	-19,9%
TOTAL	10.302,99	9.531,88	9.062,28	8.485,80	13,7%

⁷ As transferências correntes são os recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

Do valor total recebido das transferências correntes (FPE, CIDE, IPI e ICMS - desoneração), uma parte (R\$ 532,06 milhões) é destinada aos municípios e ao Fundeb.



Destaques das Transferências Correntes de 2023 comparadas com 2022:



O maior valor registrado em transferências correntes pelo Estado em 2023 (R\$ 3,95 bilhões) é proveniente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Fundeb é um fundo de natureza contábil de âmbito estadual que, para cumprir a sua finalidade, conta com recursos provenientes dos impostos e das transferências do Estado e de seus municípios. Santa Catarina e seus municípios contribuem para a composição do Fundeb no montante equivalente ao percentual de 20% das receitas dos seguintes impostos e transferências constitucionais e legais: FPE, Fundo de Participação dos Municípios (FPM); ICMS, IPI Exportação, ITCMD, IPVA, Cota-parte de 50% do Imposto Territorial Rural (ITR) devida aos municípios e receita da dívida ativa tributária, juros e multas relativas aos impostos relacionados. Esse valor depositado para o Fundeb é dividido entre o Estado e os municípios na proporção do número de alunos atendidos na educação básica das respectivas redes. Os municípios recebem recursos do Fundeb com base no número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental. Já o Estado recebe esses recursos considerando o número de alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio.

O valor de R\$ 3,95 bilhões registrado em transferências correntes em 2023 representa o retorno que Santa Catarina recebeu do Fundeb e ficou acima do valor recebido em 2022 em 2,8%. Mesmo assim,

o Estado recebeu R\$ 2,64 bilhões a menos do que o valor de suas transferências ao Fundeb em 2023. Essa diferença que não retornou ao Tesouro Estadual foi distribuída entre os municípios catarinenses para desenvolvimento das crianças e dos jovens que vivem em Santa Catarina.

A cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) é a transferência corrente mais significativa recebida da União. Ela é calculada com base na arrecadação do Governo Federal e teve uma queda de 6,9% em 2023, totalizando R\$ 1,97 bilhão recebido no ano. Parte dessa queda foi compensada por outras transferências da União (R\$ 59,92 milhões).

Entre as transferências correntes da União que tiveram acréscimo em 2023 destacam-se as Transferências de Recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2023, foi recebido R\$ 1,12 bilhão (R\$ 382,50 milhões a mais que em 2022) o que representa um acréscimo de 51,6%, resultado dos recursos recebidos, por exemplo, para habilitação de novos leitos e incremento para os serviços de média e alta complexidade - MAC.

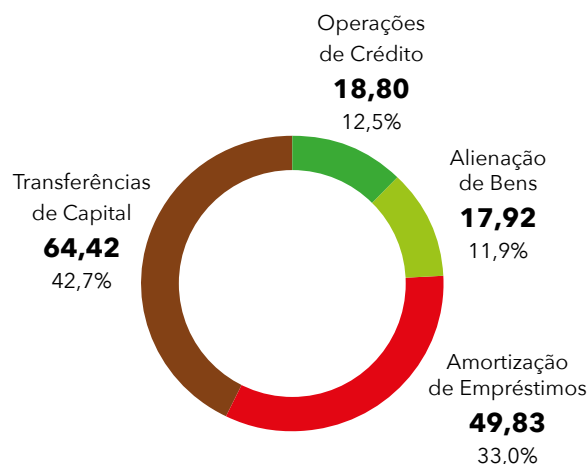
Destaque também para outras transferências de recursos da União, no valor de R\$ 1,14 bilhão. Do total, a conta de Transferência da Compensação Financeira das Perdas com Arrecadação ICMS - Art. 3, § 4º, LC nº 194/2022 contabiliza o valor de R\$ 896,25 milhões no ano, sendo que R\$ 298,75 milhões foram compensados com o pagamento da dívida pública e R\$ 597,50 milhões foram recebidos por transferência da União. Essa receita refere-se à compensação da perda de receitas dos entes estaduais com a desoneração do ICMS sobre combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, oriunda da Lei Complementar Federal nº 194, de 23 de junho de 2022. Do total previsto a ser compensado pelo Estado (R\$ 1,195 bilhão) entre os anos de 2023 e 2025, os valores de 2023 e 2024 já foram recebidos em 2023, restando R\$ 298,75 milhões a receber em 2025.

Quanto às transferências correntes de instituições privadas, no total de R\$ 1,22 bilhão, destacam-se R\$ 820,85 milhões das receitas do Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza, R\$ 264,50 milhões do Fundo de Manutenção do Ensino Superior e R\$ 29,39 milhões da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

RECEITAS DE CAPITAL

As receitas orçamentárias de capital totalizaram R\$ 150,97 milhões em 2023, o que representa 0,2% do total da receita bruta realizada pelo Estado (R\$ 63,61 bilhões).

Receita Bruta de Capital de 2023 por Origem (R\$ milhões)



As receitas de capital mais representativas em 2023 foram as Transferências de Capital e a Amortização de Empréstimos. A maior parte das Transferências de Capital refere-se aos Convênios da União e suas Entidades, no valor de R\$ 54,71 milhões (84,9%), seguida pelas Transferências de Convênios dos Municípios e suas Entidades, no total de R\$ 5,22 milhões (8,1%).

As receitas com Amortização de Empréstimos são provenientes da amortização de financiamentos (financiamento habitacional, dívida ativa, etc.) e de empréstimos contratuais concedidos pelo Estado.

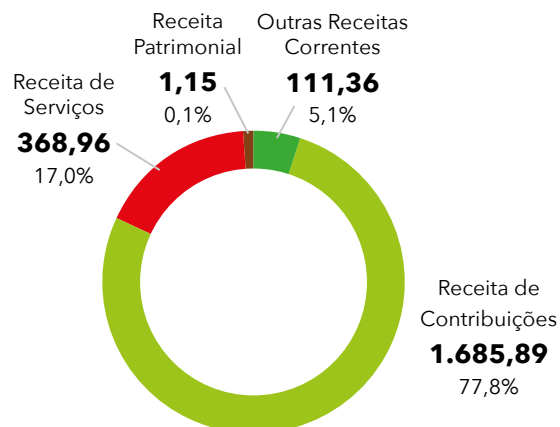
Destaca-se ainda o valor de R\$ 18,80 milhões, recebido de Operações de Crédito referentes ao Contrato nº 21.2.0395.1 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre o Programa Novos Rumos, autorizado pela Lei nº 17.186, de 3 de julho de 2017, e que deve ser destinado à implantação, pavimentação ou restauração de rodovias estaduais⁸.

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

As receitas intraorçamentárias são aquelas que resultam do pagamento de despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, ou seja, no âmbito da mesma esfera de governo. Decorrem da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições quando o recebedor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos.

Em 2023, as receitas intraorçamentárias somaram R\$ 2,17 bilhões, sendo sua totalidade receitas intraorçamentárias correntes e representando 3,4% da receita bruta total.

Receita Intraorçamentária Bruta de 2023 (R\$ milhões)



8 Mais informações são apresentadas no capítulo Gestão Administrativa deste Balanço.

A parte mais representativa delas (79,1%) refere-se à receita proveniente de contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público civil ativo, no valor de R\$ 1,69 bilhão, assim distribuída:

Receita de Contribuição Patronal (R\$ milhões)

Poder/Órgão	Valor
Executivo	1.226,74
Tribunal de Justiça	304,81
Ministério Público	88,42
Tribunal de Contas	37,17
Assembleia Legislativa	28,76
TOTAL	1.685,89

As receitas intraorçamentárias de serviços totalizaram R\$ 368,96 milhões e agregam as receitas decorrentes da contribuição dos servidores públicos destinadas ao custeio da assistência à saúde suplementar do servidor. Outras receitas também foram registradas nas receitas intraorçamentárias correntes, como indenizações, restituições e ressarcimentos, assim como as receitas patrimoniais.

Desconsiderando as receitas intraorçamentárias, o valor bruto arrecadado pelo Estado em 2023 foi de R\$ 61,44 bilhões.

PARTICIPAÇÃO DOS PODERES E ÓRGÃOS NAS RECEITAS DO ESTADO

Antes de analisar as despesas públicas, destaca-se que parte da receita arrecadada pelo Poder Executivo deve ser repassada aos Poderes e órgãos autônomos. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estadual - Lei nº 18.502/2022 - estabeleceu limites percentuais para a fixação de despesas em relação à Receita Líquida Disponível (RLD)⁹ para a elaboração e execução do orçamento de 2023 dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

Além disso, o Poder Executivo também deve efetuar repasses em montante equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) da RLD ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina.

O valor repassado aos Poderes e órgãos no ano de 2023 totalizou R\$ 6,25 bilhões com base na RLD apurada de dezembro de 2022 a novembro de 2023, valor 7,6% superior ao repassado em 2022.

⁹ A RLD é o total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de: taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; transferências voluntárias ou doações recebidas; compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores; cota-parte do Salário-Educação; cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE); e cota-parte da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos e dos recursos recebidos do Fundeb.

Entidade	Percentuais de Distribuição da Receita Líquida Disponível	Repasse (R\$ milhões)	
		2023	2022
Tribunal de Justiça	9,41%	2.665,29	2.476,12
Assembleia Legislativa	4,34%	1.229,26	1.142,01
Ministério Público	3,98%	1.127,30	1.047,28
Udesc	2,49%	705,27	655,21
Tribunal de Contas	1,66%	470,18	436,81
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	0,17%	48,15	44,73
TOTAL	22,05%	6.245,45	5.802,16

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Lei nº 18.502/2022.

DESPESAS

O valor total autorizado para a execução das despesas de todos os Poderes e órgãos do Estado em 2023 foi de R\$ 49,73 bilhões, conforme as leis e os instrumentos que apoiam a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Esse montante é composto pela despesa fixada inicialmente na LOA, no total de R\$ 44,12 bilhões, acrescidos dos créditos adicionais¹⁰ ao orçamento, no valor de R\$ 5,61 bilhões.

10 Os créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses créditos podem ser:

- I. suplementares: constituem o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente e que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;
- II. especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou
- III. extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, que poderão ser provenientes de:

- I. superávit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;
- II. excesso de arrecadação;
- III. operações de crédito; ou
- IV. anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

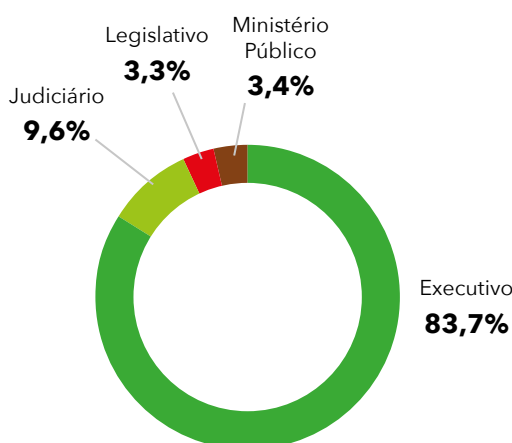
Despesa Autorizada x Despesa Executada em 2023 (R\$ milhões)

Despesas	Fixada a	Créditos Adicionais b	Autorizada c = (a + b)	Execução d	% Executado d/c	% Composição da Despesa Total Executada
Correntes	36.615,41	5.953,49	42.568,90	39.800,05	93,5%	90,6%
Pessoal e Encargos Sociais	24.139,52	2.668,15	26.807,67	25.878,71	96,5%	58,9%
Juros e Encargos da Dívida	670,87	514,57	1.185,45	1.124,21	94,8%	2,6%
Outras Despesas Correntes	11.805,01	2.770,77	14.575,79	12.797,13	87,8%	29,1%
Capital	7.503,45	(340,09)	7.163,36	4.127,25	57,6%	9,4%
Investimentos	5.681,76	(16,47)	5.665,29	2.717,13	48,0%	6,2%
Inversões Financeiras	410,58	17,73	428,32	393,94	92,0%	0,9%
Amortização da Dívida	1.411,10	(341,36)	1.069,75	1.016,17	95,0%	2,3%
Reserva de Contingência	1,00	-	1,00	-	0,0%	-
TOTAL	44.119,86	5.613,40	49.733,26	43.927,30	88,3%	100,0%

Do total das despesas autorizadas, no valor de R\$ 49,73 bilhões, foram executados R\$ 43,93 bilhões (88,3%), sendo que o Poder Executivo aplicou o valor de R\$ 36,78 bilhões em diversas áreas de atuação, como saúde, educação, segurança pública, defesa e proteção civil, desenvolvimento social, agricultura, esporte e outras.

Despesas por Poder e Órgão Constitucional (R\$ milhões)

Despesa	Executivo	Judiciário	Legislativo	Ministério Público
Pessoal e Encargos Sociais	20.637,69	3.087,16	1.044,27	1.109,59
Outras Despesas Correntes	11.098,85	1.033,26	369,83	295,18
Investimentos e Inversões Financeiras	2.902,99	98,98	23,76	85,35
Amortização e Encargos da Dívida	2.140,38	-	-	-
TOTAL	36.779,90	4.219,41	1.437,86	1.490,12



As despesas intraorçamentárias, que são despesas decorrentes de operações entre órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado, totalizaram R\$ 2,18 bilhões em 2023, o equivalente a 5% das despesas do ano. A parte mais representativa delas (81,9%) refere-se a despesas com pessoal e encargos sociais, que engloba a contribuição patronal ao Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais.

Despesas Intraorçamentárias de 2023 (R\$ milhões)

Despesa Intraorçamentária	Valor	Análise Vertical
Investimentos	3,63	0,2%
Outras Despesas Correntes	391,75	18,0%
Pessoal e Encargos Sociais	1.786,62	81,9%
TOTAL	2.182,00	100,0%

Despesa Total Executada

Considerando-se todos os Poderes e órgãos do Estado, houve um crescimento de 0,7% da despesa total do ano de 2023 (R\$ 43,93 bilhões) quando comparada a 2022 (R\$ 43,63 bilhões). Levando-se em conta somente o Poder Executivo, verificou-se uma redução de 2,7% nas despesas em relação ao ano de 2022.

As Despesas Correntes destinam-se à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos, incluindo, por exemplo, a folha de pagamento e seus encargos, os materiais de consumo e os serviços contratados, assim como os encargos e juros da dívida pública, e em 2023 somaram R\$ 39,80 bilhões. Quando comparadas a 2022 (R\$ 36,20 bilhões), as despesas correntes totais cresceram 10%, sendo a despesa de Pessoal e Encargos Sociais o valor mais representativo (R\$ 25,88 bilhões em 2023 e R\$ 23,72 bilhões em 2022).

De forma inversa, houve uma redução de 44,5% nas Despesas de Capital, que passaram de R\$ 7,43 bilhões em 2022 para R\$ 4,13 bilhões em 2023. Essas despesas contribuem diretamente para a construção ou aquisição de prédios, veículos e outros bens duráveis, para a realização de obras públicas ou para o pagamento do principal da dívida pública. A redução nessas despesas em 2023 decorreu, principalmente, da queda de 50,4% nos investimentos e de 34,6% na amortização da dívida.

Despesa Total Executada (R\$ milhões)

Despesas	2023	2022	Varição da Despesa
Correntes	39.800,05	36.197,84	10,0%
Pessoal e Encargos Sociais	25.878,71	23.721,65	9,1%
Juros e Encargos da Dívida	1.124,21	1.018,82	10,3%
Outras Despesas Correntes	12.797,13	11.457,38	11,7%
Capital	4.127,25	7.431,18	-44,5%
Investimentos	2.717,13	5.474,72	-50,4%
Inversões Financeiras	393,94	402,03	-2,0%
Amortização da Dívida	1.016,17	1.554,44	-34,6%
TOTAL	43.927,30	43.629,03	0,7%

Do total da despesa de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com verbas remuneratórias dos servidores ativos, inativos e pensionistas de todos os Poderes e órgãos do Estado (R\$ 25,88 bilhões), 79,7% referem-se às despesas do Poder Executivo. Quando comparadas a 2022, verificou-se um acréscimo de 9,1% considerando todos os Poderes e órgãos, e no Poder Executivo o acréscimo foi de apenas 6,6%.

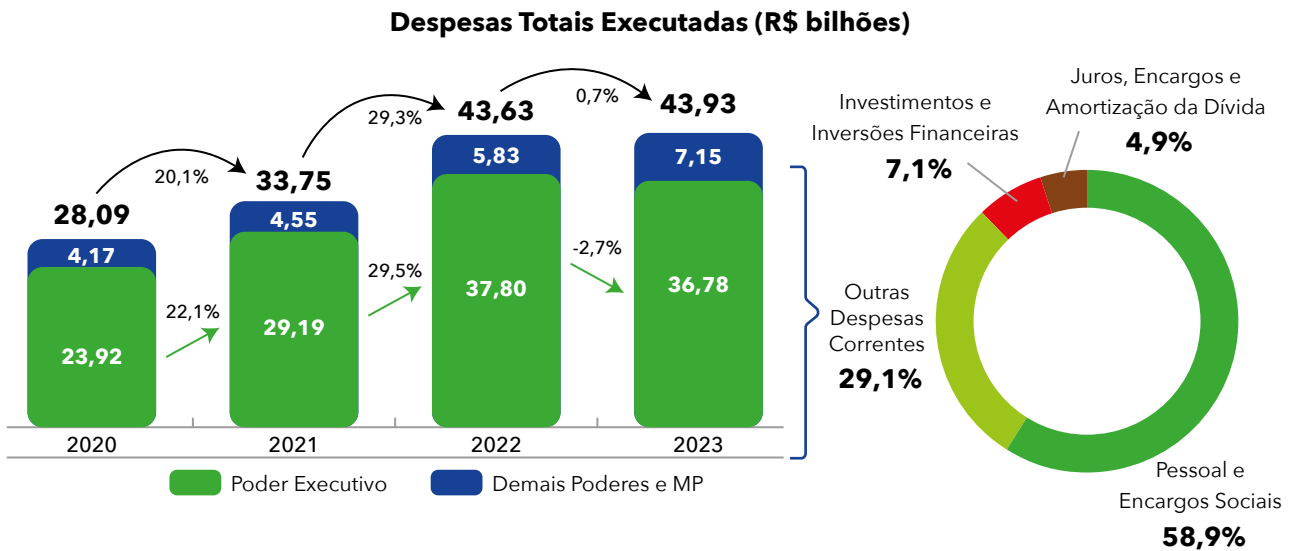
Para as despesas com a manutenção e o custeio dos serviços públicos (outras despesas correntes) foram destinados em 2023 R\$ 12,80 bilhões por todos os Poderes e órgãos (11,7% a mais que em 2022). No Poder Executivo, essas despesas somaram R\$ 11,10 bilhões, representando um acréscimo de 9,6% em relação a 2022.

Os investimentos públicos¹¹ de todos os Poderes e órgãos somaram R\$ 3,11 bilhões em 2023 (R\$ 2,77 bilhões a menos que em 2022). O valor dos investimentos do Poder Executivo foi de R\$ 2,90 bilhões e apresentou uma redução de 49,4% em relação a 2022.

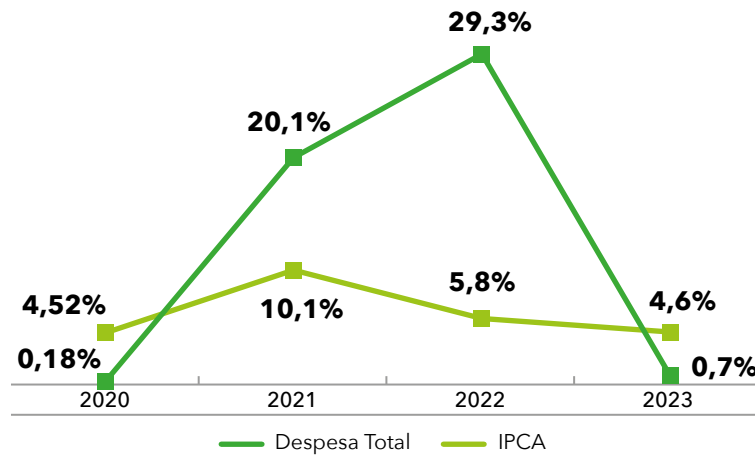
11 Investimentos mais inversões financeiras.

O valor da despesa total com os serviços da dívida pública chegou a R\$ 2,14 bilhões, sendo 47,5% referentes à amortização do valor principal e 52,5% referentes a juros e encargos de empréstimos tomados pelo Estado. Os serviços da dívida representaram 4,9% do total das despesas de Santa Catarina no ano.

Os valores aplicados nesses grupos estão detalhados mais adiante em tópico específico.



Variação da Despesa Total x IPCA (%)



Do total empenhado pelo Estado em 2023, R\$ 3,27 bilhões foram transferidos para serem aplicados por outros entes e entidades. O valor mais significativo destinou-se às entidades sem fins lucrativos (R\$ 1,61 bilhão). Desse valor, 80,6% foram aplicados na área da saúde, em assistência hospitalar e ambulatorial, atendendo hospitais, fundações, institutos, associações hospitalares, entre outras entidades.

Destaque também para os recursos destinados em 2023 aos municípios catarinenses, no valor de R\$ 968,52 milhões, dos quais 65,7% foram para a função Transporte - o equivalente a R\$ 635,91 milhões. Esses recursos destinaram-se, por exemplo, à construção de rodovias, aos investimentos na melhoria da mobilidade urbana, à aquisição de equipamentos rodoviários, à recuperação de pontes destruídas pelas chuvas que atingiram o Estado em 2023, etc. Comparando-se com o exercício de 2022 (R\$ 2,32 bilhões), houve uma redução de 58,3% do valor transferido aos municípios.

Parte significativa do valor transferido aos municípios foi realizada por meio do instrumento chamado Transferências Especiais Voluntárias (TEVs), regulamentadas pela Lei Estadual nº 18.676/2023. No exercício de 2023, o Estado repassou R\$ 537,25 milhões por meio das TEVs para 228 municípios catarinenses, conforme já detalhado anteriormente no capítulo Gestão Administrativa.

As transferências aos municípios na modalidade fundo a fundo, para o financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde, cresceram 22,7% em 2023 e totalizaram R\$ 343,09 milhões.

Transferências por Modalidade (R\$ milhões)

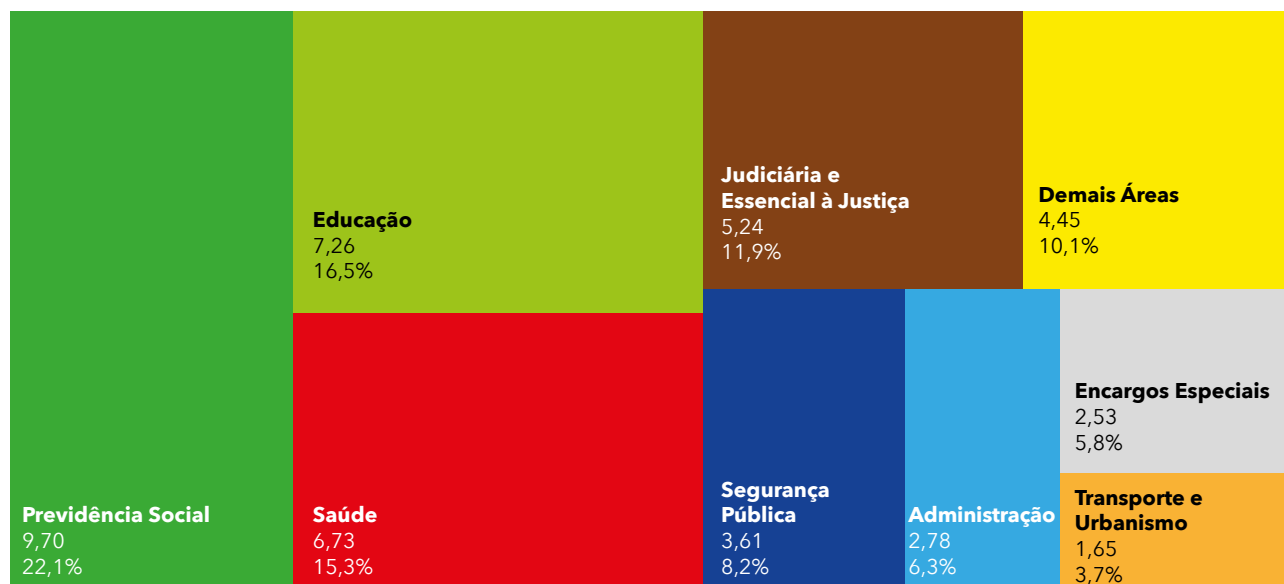
Modalidade	2023	2022	Varição 2023/2022
20 - Transferências à União	0,61	0,25	141,7%
40 - Transferências a Municípios	968,52	2.321,98	-58,3%
41 - Transferências a Municípios Fundo a Fundo	343,09	279,61	22,7%
42 - Execução Orçamentária Delegada aos Municípios	246,44	193,54	27,3%
50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	1.611,00	1.708,28	-5,7%
60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	87,90	90,22	-2,6%
70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,32	7,00	-95,5%
72 - Execução Orçamentária Delegada aos Consórcios Públicos	11,95	40,92	-70,8%
TOTAL	3.269,83	4.641,80	-29,6%

A análise seguinte das despesas por função apresenta quanto o Governo do Estado aplicou em suas áreas de atuação, como educação, saúde, segurança pública, entre outras, assim como na previdência social de seus servidores.

Despesa Executada por Área de Atuação Governamental

Despesa Total: R\$ 43,93 bilhões

R\$ bilhões



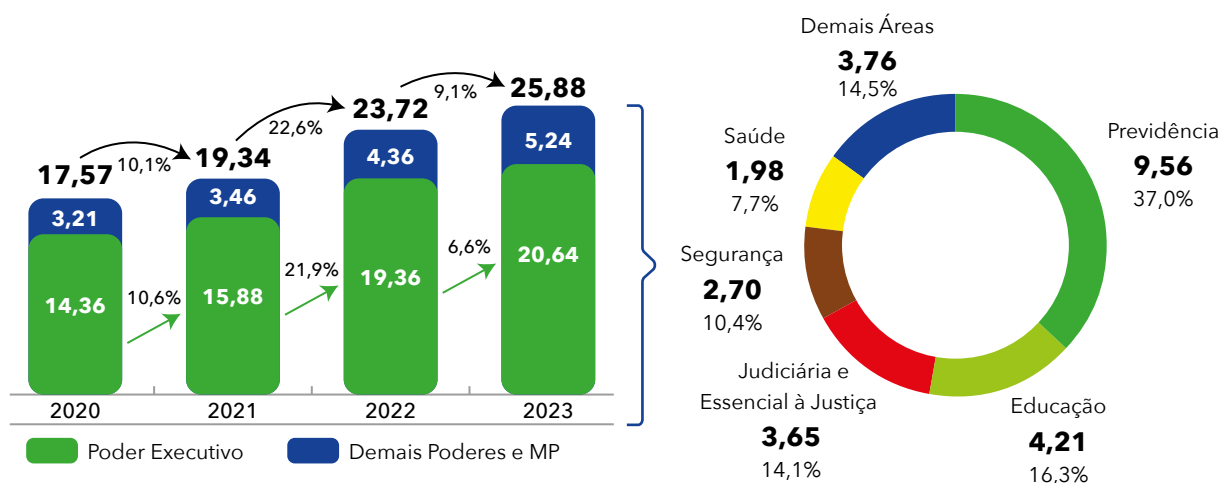
Pessoal e Encargos Sociais

Tendo em vista as atividades inerentes ao poder público relacionadas ao atendimento e à disponibilização de serviços aos cidadãos em áreas como saúde, educação, segurança, direitos da cidadania, desenvolvimento social, agricultura, infraestrutura e mobilidade, arrecadação e controle dos recursos públicos, entre outras, a maior despesa do Estado é com pessoal¹².

O servidor público é o canal entre o Governo e a sociedade, tornando-se parte fundamental para a organização política estadual e para a execução das políticas públicas, e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

No ano de 2023, as despesas com pessoal e encargos de todos os Poderes e órgãos estaduais representaram 58,9% das despesas executadas, totalizando R\$ 25,88 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 9,1% em relação a 2022. Considerando-se somente as despesas do Poder Executivo, verificou-se um crescimento de 6,6%, impactado principalmente pelo crescimento vegetativo da folha de pagamento. Tal resultado é oriundo de algumas ações estabelecidas no Plano de Ajuste Fiscal (Pafisc), que objetivaram minimizar o aumento da despesa de pessoal do Poder Executivo. Entre as ações estão: suspensão das nomeações de aprovados em concursos públicos realizados pelo Governo do Estado, com exceções analisadas pontualmente pelo Grupo Gestor; suspensão de aumentos, reajustes ou adequações salariais por 12 meses; e vedação do pagamento de valores retroativos ao funcionalismo, com exceção dos já implantados e com parcelamento na folha de pagamento.

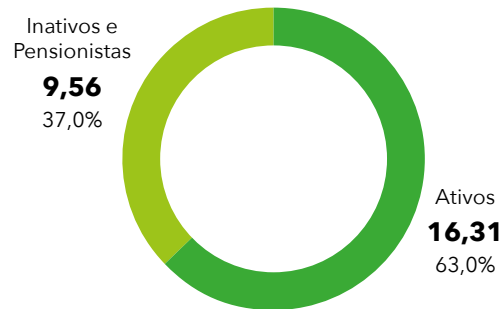
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais (R\$ bilhões)



As despesas com pessoal inativo e pensionistas, classificadas na função Previdência, representam 37% dos gastos com pessoal do Estado. Devido à grande representatividade dessas despesas e à elevada insuficiência financeira do Regime Previdenciário dos Servidores (RPPS), o impacto nas contas públicas de Santa Catarina e também nas dos demais entes federativos é preocupante. Isso porque os recursos arrecadados pelo regime, que provêm das contribuições dos servidores e patronal, são insuficientes para cobrir todos os benefícios previdenciários pagos aos servidores inativos e pensionistas. Por isso, o Regime de Previdência dos Servidores Públicos exige constantes monitoramento e avaliação, bem como a adoção de medidas que visem o equacionamento do déficit atuarial.

¹² São despesas com pessoal os gastos com ativos, inativos e pensionistas, classificados no grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais. Há ainda outros gastos relacionados à folha de pagamento, mas que, de acordo com as normas que regem a classificação da despesa no orçamento, enquadram-se como outras despesas correntes, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte próprio, plano de saúde, vale-transporte, etc.

Despesas com Ativos, Inativos e Pensionistas (R\$ bilhões)

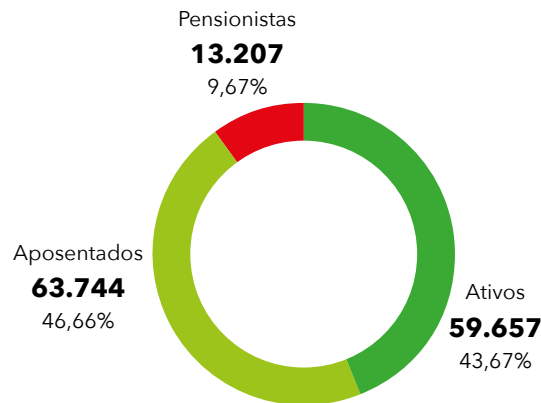


Com o objetivo de amenizar o impacto financeiro a longo prazo, em 2021 foi sancionada a Lei Complementar nº 773/2021, a qual trata da previdência dos servidores estaduais que integram o RPPS. As alterações visaram o equilíbrio financeiro do regime e a adequação das regras de concessão de benefícios previdenciários ao aumento da expectativa de vida, às relações de trabalho e à capacidade do Estado em honrar os pagamentos futuros dos servidores ativos e inativos.

Nesse sentido, em 2023 também foi sancionada a Lei Complementar nº 848/2023, que instituiu a segregação de massa de segurados do RPPS com vistas ao equacionamento do déficit financeiro e atuarial desse regime.

Ao final de 2023, o Estado possuía 0,78 servidor ativo para cada servidor aposentado, considerando também os pensionistas, conforme o relatório atuarial de 2023¹³.

Relação de Ativos para Inativos



No Estado existe menos de um servidor ativo (0,78) para cada servidor inativo (aposentado + pensionista)

Mais informações sobre esse tema bem como sobre os resultados do Regime de Previdência dos Servidores Estaduais são apresentadas no capítulo Indicadores Fiscais.

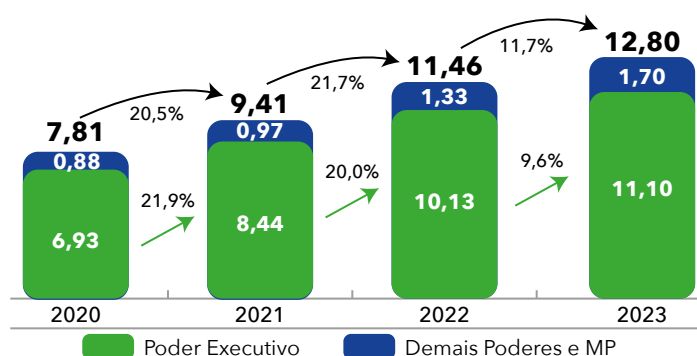
¹³ A avaliação apresentada no relatório atuarial considera como participantes do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) os servidores ativos, aposentados e pensionistas civis ou militares, titulares de cargo efetivo de todos os Poderes do Governo estadual e seus dependentes legais. O RPPS é gerido pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV). Os dados cadastrais fornecidos pelo RPPS, que serviram de base para a avaliação, correspondem aos meses de setembro de 2023.

Manutenção dos Serviços Públicos

Para a entrega de serviços à sociedade, além dos gastos com a remuneração dos servidores responsáveis pela prestação desses serviços, outras despesas são indispensáveis no atendimento às demandas e necessidades das diversas áreas de atuação estadual que ofertam bens e serviços à população. Essas despesas denominam-se Outras Despesas Correntes e compreendem o dispêndio com custeio e manutenção dos serviços públicos, como apoio administrativo, energia elétrica, água, comunicação, material de consumo, locação de imóveis, serviços contratados e outras. Podem ser executadas diretamente pelos órgãos e pelas entidades estaduais, ou por meio de transferências a outras instituições públicas e privadas.

Os gastos com a manutenção dos serviços públicos de todos os Poderes e órgãos em 2023 foram de R\$ 12,80 bilhões e representaram 29,1% das despesas totais executadas. Considerando apenas o Poder Executivo, o valor foi de R\$ 11,10 bilhões e representou 25,3% da despesa total.

Despesa de Manutenção dos Serviços Públicos (R\$ bilhões)



A maior aplicação de recursos na manutenção dos serviços foi na função Saúde, com 35,1% do valor dessa despesa, totalizando R\$ 4,49 bilhões. O total, comparado ao exercício anterior (R\$ 3,84 bilhões), apresentou um acréscimo de 17%.

O Programa Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar recebeu 62% desses recursos (R\$ 2,78 bilhões) para atender várias ações, como manutenções de unidades assistenciais, realização de procedimentos, manutenção do incentivo da política de atenção hospitalar, entre outras.

Os gastos na função Educação somaram R\$ 2,63 bilhões, os quais foram aplicados em programas como Educação Básica com Qualidade e Equidade (R\$ 1,33 bilhão), Acesso à Educação Superior (R\$ 553,72 milhões) e Inclusão Social (R\$ 253,96 milhões), entre outros.

Gastos com Manutenção dos Serviços Públicos por Função (R\$ milhões)

Função	2023	2022	Variação	Análise Vertical
Saúde	4.486,89	3.835,58	17,0%	35,1%
Educação	2.630,39	2.715,33	-3,1%	20,6%
Administração	1.647,32	1.450,35	13,6%	12,9%
Segurança Pública	771,88	741,19	4,1%	6,0%
Judiciária	967,83	743,96	30,1%	7,6%
Direitos da Cidadania	562,26	532,86	5,5%	4,4%
Essencial à Justiça	428,31	379,05	13,0%	3,3%
Legislativa	369,85	268,04	38,0%	2,9%
Agricultura	185,76	172,11	7,9%	1,5%
Demais Funções	746,65	618,90	20,6%	5,8%
TOTAL	12.797,13	11.457,38	11,7%	100,0%

A tabela a seguir apresenta os gastos com a manutenção dos serviços públicos por elementos de despesa, o que permite classificar de forma mais detalhada a execução da despesa, e tem a finalidade de identificar os objetos de gastos do Governo, como, por exemplo, diárias, material de consumo, serviços de terceiros, entre outros.

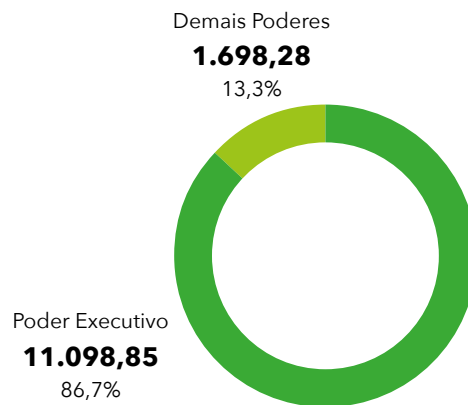
Gastos com Manutenção dos Serviços Públicos por Elemento de Despesa (R\$ milhões)

Elementos de Despesa	2023	2022	Variação 2023/2022
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	4.031,67	3.767,38	7,0%
Material de Consumo	1.084,04	963,27	12,5%
Contribuições	932,04	822,85	13,3%
Transferência por meio de Contrato de Gestão	776,75	694,57	11,8%
Indenizações e Restituições	764,07	554,25	37,9%
Sentenças Judiciais	726,71	540,05	34,6%
Locação de Mão de Obra	677,47	603,99	12,2%
Auxílio-Alimentação	582,63	553,56	5,3%
Outros Auxílios Financeiros de Pessoas Físicas	557,95	481,09	16,0%
Obrigações Tributárias e Contributivas	451,92	402,14	12,4%
Obrigações Patronais	386,07	365,59	5,6%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	383,22	371,41	3,2%
Subvenções Sociais	265,11	192,39	37,8%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	260,02	206,52	25,9%
Despesas de Exercícios Anteriores	201,07	189,30	6,2%
Auxílio Financeiro a Estudantes	120,84	316,62	-61,8%
Outros Benefícios Assistenciais	86,59	73,15	18,4%
Subvenções Econômicas	85,79	89,24	-3,9%
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	73,24	17,95	307,9%
Outras Despesas com Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	65,11	58,73	10,9%
Diárias - Civil	47,12	33,93	38,9%
Passagens e Despesas com Locomoção	42,83	31,13	37,6%
Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	40,08	29,38	36,4%
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	39,03	29,94	30,4%
Compensações a Regimes de Previdência	37,82	0,36	10300,5%
Pensões Especiais	34,54	32,54	6,2%

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

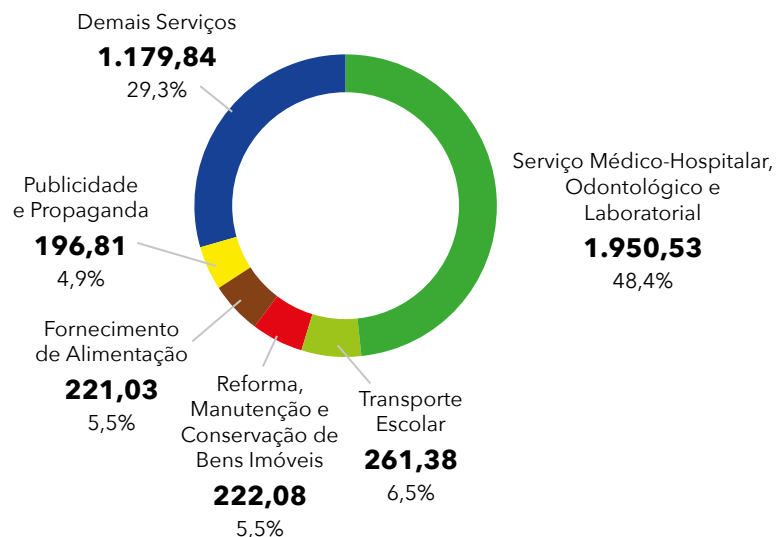
Elementos de Despesa	2023	2022	Varição 2023/2022
Serviços de Consultoria	17,84	12,73	40,1%
Diárias - Militar	16,81	15,97	5,3%
Auxílio-Transporte	8,23	7,24	13,8%
Depósitos Compulsórios	0,53	0,11	376,0%
TOTAL	12.797,13	11.457,38	11,7%



Os gastos com manutenção dos serviços cresceram 9,6% no Poder Executivo e 27,7% nos demais Poderes, totalizando um crescimento de 11,7% no Consolidado Geral

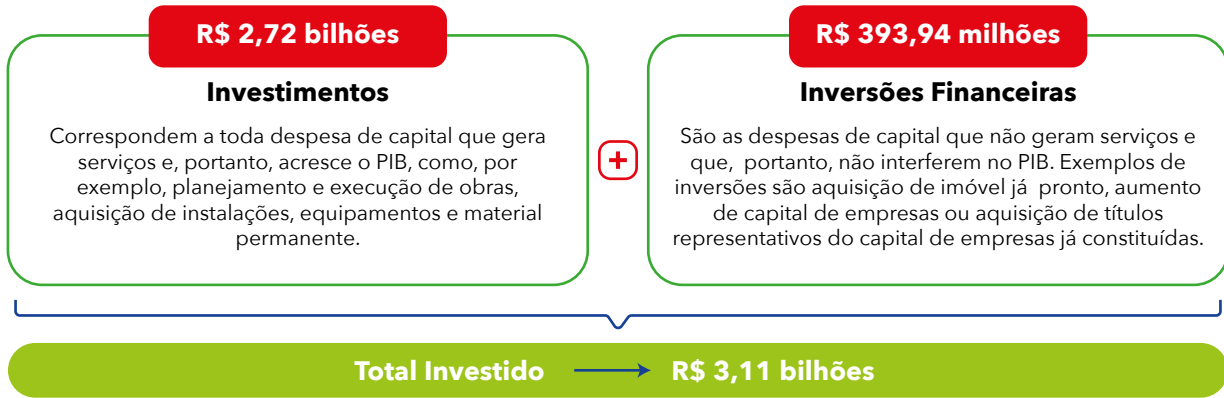
Do valor total da despesa referente à Manutenção dos Serviços Públicos, o maior percentual, com 31,5% (R\$ 4,03 bilhões), refere-se ao elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, que compreende as despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas, tais como serviço médico-hospitalar, transporte escolar, energia elétrica, água e esgoto, gás, serviços de comunicação, locação de imóveis, equipamentos e materiais permanentes, conservação de bens imóveis, entre outros.

Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica em 2023 (R\$ milhões)

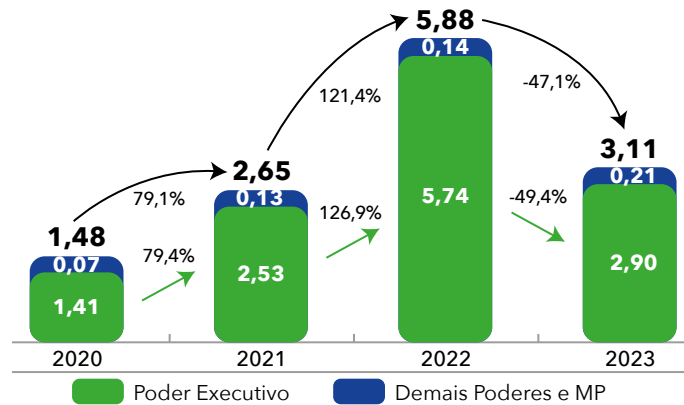


Investimentos

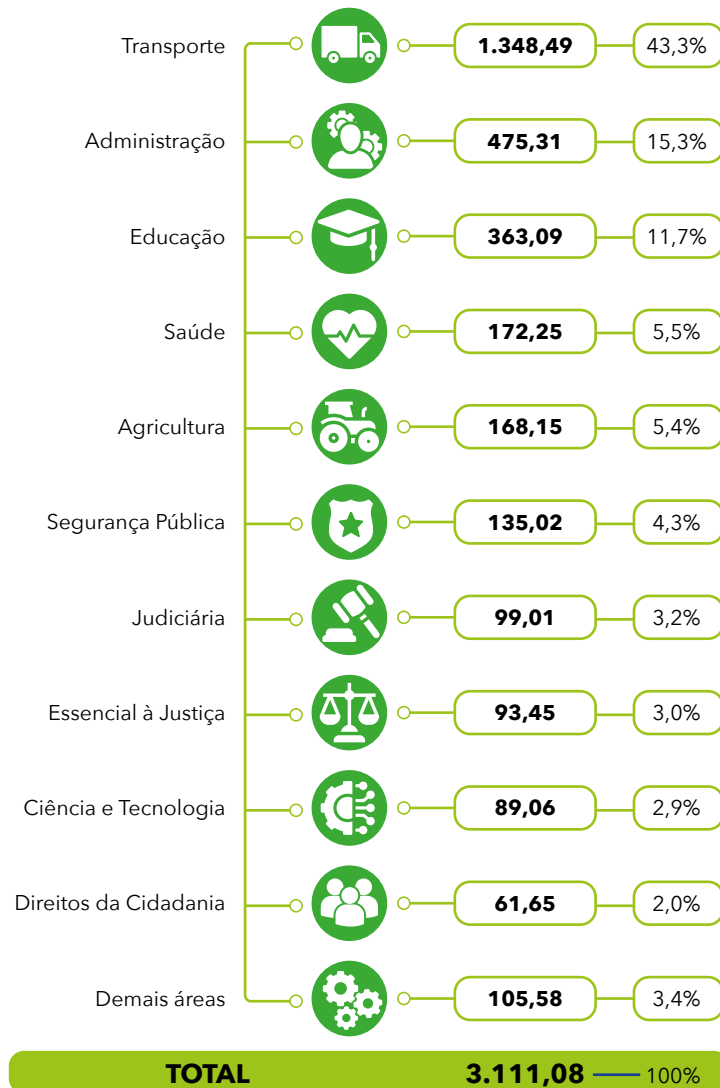
Em 2023, o valor de investimentos somado às inversões financeiras de todos os Poderes e órgãos do Estado foi de R\$ 3,11 bilhões, o que representa uma redução de 47,1% nos investimentos se comparados ao ano anterior.



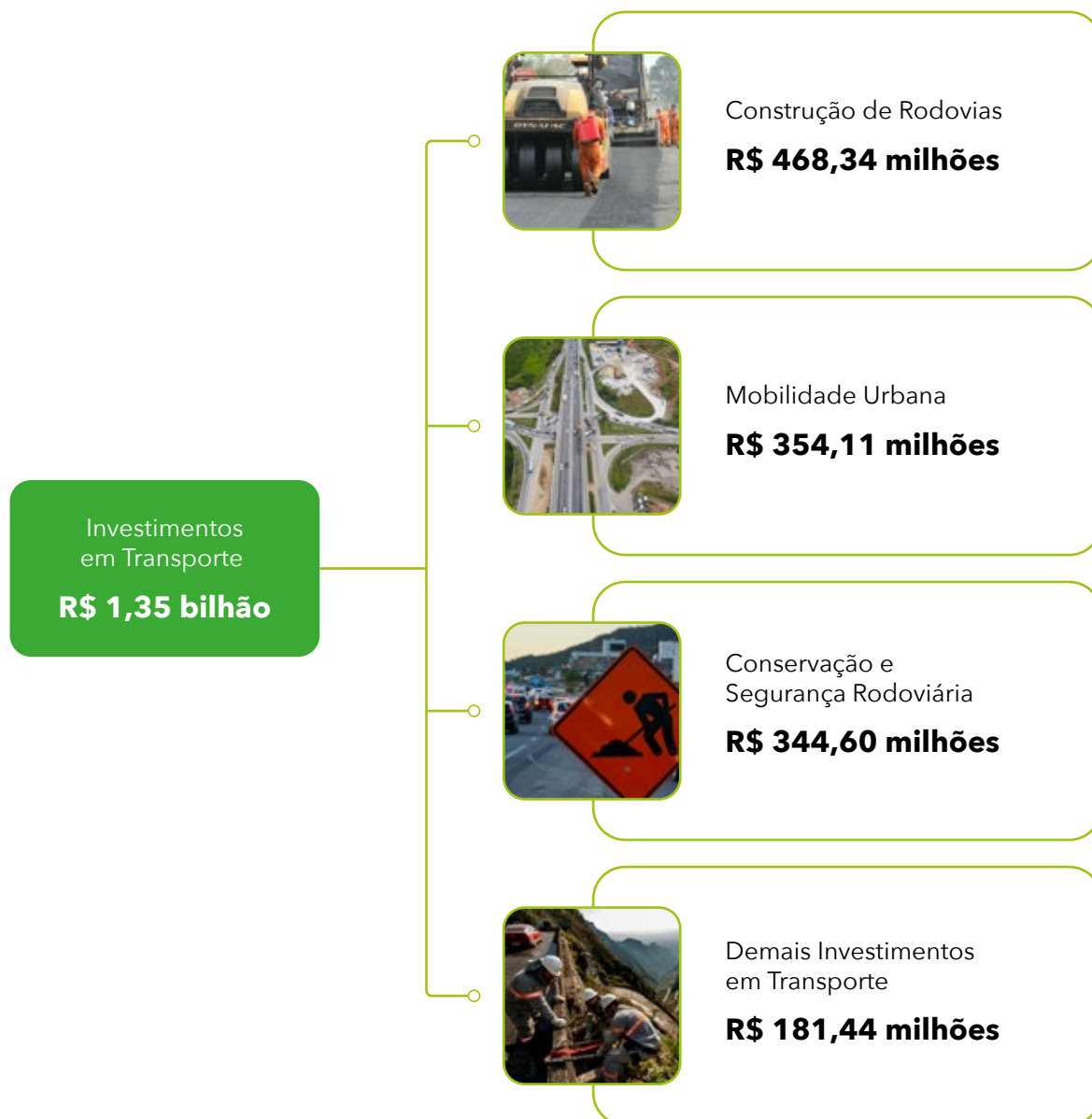
Investimentos de Santa Catarina (R\$ bilhões)



Investimentos por Área em 2023 (R\$ milhões)



Do valor total da despesa de investimentos de 2023, 43,3% foram alocados à área de transporte, que é responsável pela destinação de recursos para a infraestrutura do sistema de transporte do Estado em programas como mobilidade urbana, construção de rodovias, conservação e segurança rodoviária, reabilitação e aumento da capacidade de rodovias, entre outros.



A função Administração, que concentra as ações de gestão e manutenção dos órgãos do Governo, recebeu R\$ 475,31 milhões dos recursos investidos em 2023. Desse valor, R\$ 265,17 milhões (55,8%) foram utilizados na forma de participação no capital social das empresas públicas estaduais, tendo em vista que o Estado é o principal acionista nessas empresas.

Os demais recursos aplicados em investimentos na função Administração foram utilizados em outros programas, a saber: Gestão de Arrecadação, Fiscalização e Combate à Sonegação Fiscal; Aquisição, Construção, Reforma ou Manutenção; Emendas Parlamentares, entre outros.

Outra importante função de Governo que reuniu uma significativa monta dos investimentos foi a Educação, concentrando 11,7% do valor total investido (R\$ 363,09 milhões). A aplicação desses recursos foi realizada em programas como Construção, Ampliação ou Reforma de Unidades Escolares (R\$ 171,38 milhões), Emendas Parlamentares (R\$ 45,07 milhões), Aquisição de Equipamentos (R\$ 32,76 milhões) e outros.

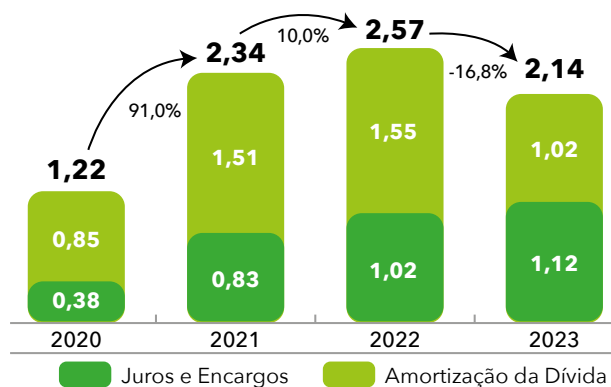
No capítulo Desempenho das Principais Áreas de Governo deste Balanço apresenta-se o detalhamento de mais investimentos estaduais realizados em 2023 nas áreas de atuação governamental.

Dívida Pública

Em 2023, o valor da dívida pública empenhado foi de R\$ 2,14 bilhões (R\$ 2,57 bilhões em 2022), apresentando uma redução de 16,8%. Desse valor, R\$ 1,02 bilhão (47,5%) refere-se à amortização da dívida, e R\$ 1,12 bilhão (52,5%) aos juros e encargos.

Um dos fatores que contribuiu para a redução do valor da dívida pública foi a quitação, em dezembro de 2022, da dívida externa com o Bank of America. Essa dívida foi contraída em 2012 para a quitação do resíduo do empréstimo junto à União referente à Lei Federal nº 9.496/1997. Outro fator foi a quitação do empréstimo BID IV 1390, contratado em 2002 como parte do programa de pavimentação e reabilitação de rodovias para o desenvolvimento da infraestrutura rodoviária de Santa Catarina, e quitado em maio de 2022.

Despesa com a Dívida Pública (R\$ bilhões)



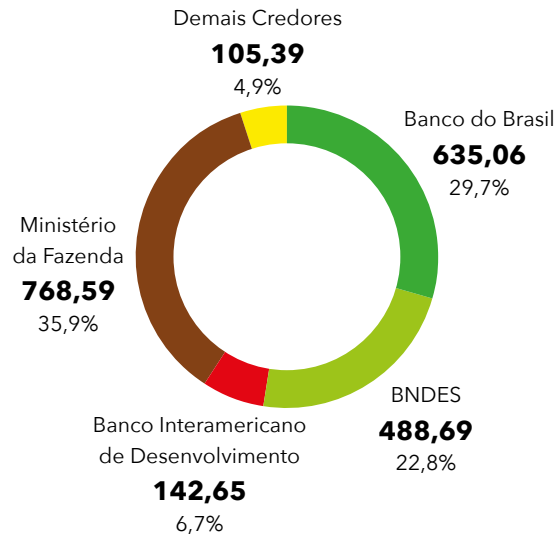
Em 2023 foram empenhados R\$ 2,14 bilhões de dívida pública.

O valor correspondeu a 4,9% da despesa total do Estado no ano e foi 16,8% menor do que em 2022.

O maior credor da dívida pública em 2023 foi a União (Ministério da Fazenda), para a qual foi pago o equivalente a R\$ 768,59 milhões considerando-se o valor principal, os juros e os encargos. Isso se deve, principalmente, ao volume da dívida relativa à Lei Federal nº 9.496/1997, que instituiu o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, e autorizou a União a assumir a dívida pública dos estados e do Distrito Federal, refinanciando o seu saldo. Do valor devido à União no ano de 2023, o Estado compensou R\$ 298,75 milhões com a receita de Transferência Financeira das Compensações Financeiras do ICMS - art. 3º da LC 194/2022, abatendo do valor a pagar.

O Banco do Brasil foi o segundo maior credor da dívida pública de 2023, recebendo R\$ 635,06 milhões (29,7% da dívida paga). Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram pagos R\$ 488,69 milhões, e para o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) R\$ 142,65 milhões. Os demais credores representaram 4,9% do total da dívida pública paga.

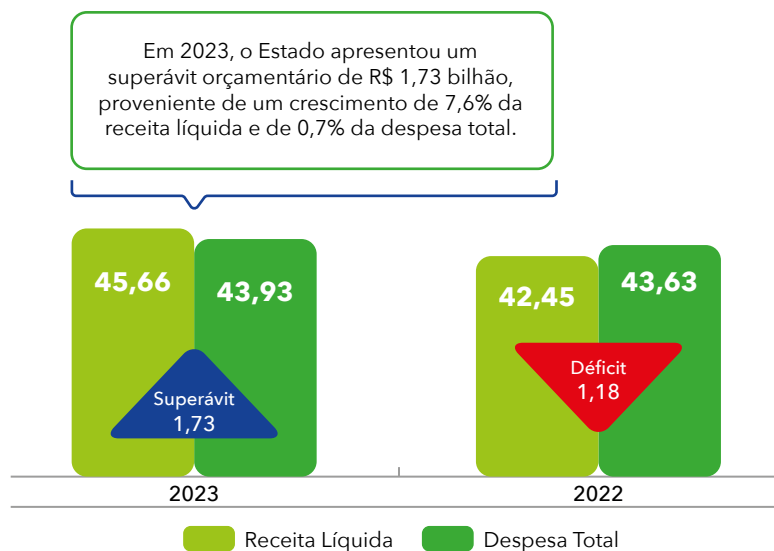
Pagamento da Dívida Pública em 2023 (R\$ milhões)



RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando-se as receitas líquidas¹⁴ realizadas no exercício de 2023 deduzidas das despesas empenhadas no mesmo período, chega-se a um resultado da execução orçamentária superavitário no valor de R\$ 1,73 bilhão. Isso indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram superiores às despesas orçamentárias executadas no mesmo período.

Resultado Orçamentário (R\$ bilhões)

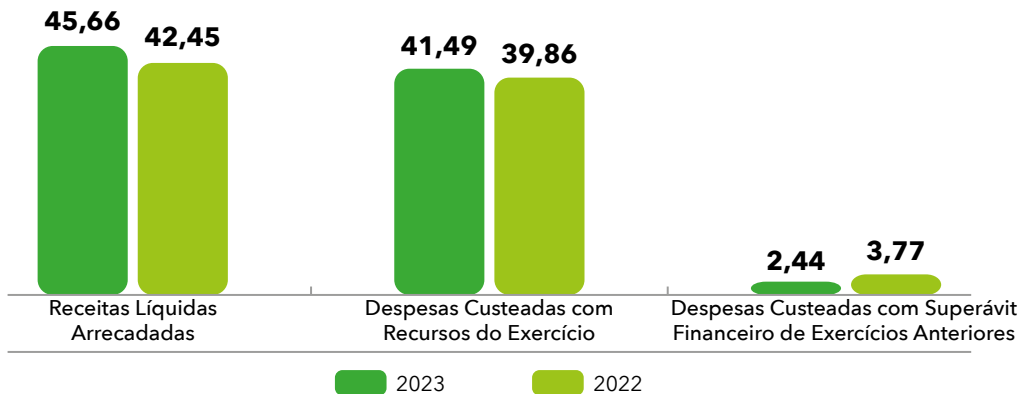


¹⁴ Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

No exercício de 2023, R\$ 2,44 bilhões do valor das despesas realizadas foram financiados com recursos do superávit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas no exercício financeiro de 2023 foi custeada com recursos que sobraram em caixa de exercícios passados. Essas sobras de caixa servem como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento estadual.

Despesas Custeadas com Recursos de Exercícios Anteriores e do Exercício de 2023 (R\$ bilhões)

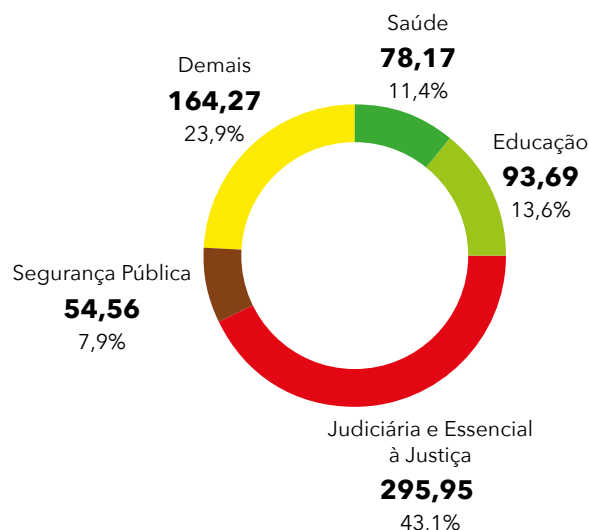


Despesas de Exercícios Anteriores

Ao contrário da situação anterior, ocorre a necessidade de utilização do orçamento vigente para arcar com compromissos assumidos em exercícios anteriores mas que, por algum motivo, as despesas não foram empenhadas à época ou tiveram os seus empenhos anulados ou cancelados. As despesas de exercícios anteriores não se confundem, portanto, com os restos a pagar, os quais correspondem às despesas empenhadas no exercício anterior, porém sem a despesa ter completado todos os estágios (liquidação e/ou pagamento).

Em 2023, as despesas de exercícios anteriores totalizaram R\$ 686,63 milhões, 1,6% do orçamento do ano.

Despesas de Exercícios Anteriores por Função (R\$ milhões)



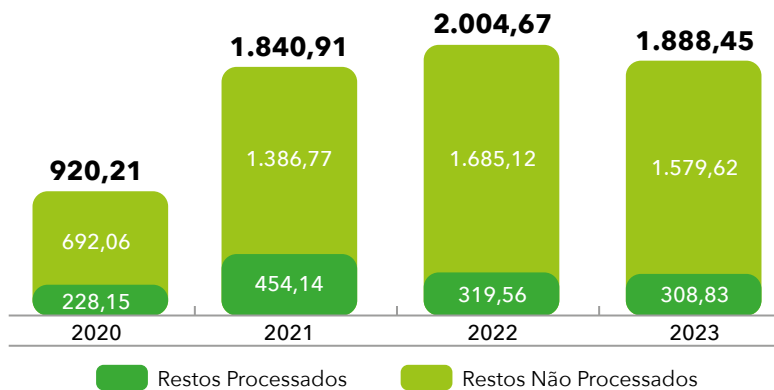
Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2023

Ao final do exercício de 2023, os Poderes e órgãos do Estado inscreveram R\$ 1,89 bilhão em restos a pagar. Desse montante, R\$ 1,58 bilhão (83,6%) enquadra-se como restos não processados (despesas empenhadas e não liquidadas), e R\$ 308,83 milhões (16,4%) são restos processados (despesas empenhadas, liquidadas e não pagas).

Os restos a pagar inscritos em 2023 correspondem a 4,3% da soma total das despesas empenhadas no ano.

Considerando apenas o Poder Executivo, a inscrição de restos a pagar foi de R\$ 1,67 bilhão, sendo R\$ 305,74 milhões de restos processados e R\$ 1,37 bilhão inscrito em restos não processados.

Despesas não Pagas e Inscritas em Restos a Pagar¹⁵ (R\$ milhões)



Além dos valores inscritos em 2023, o Estado possui ainda um saldo de R\$ 9,91 milhões de restos a pagar referentes a exercícios anteriores (2018, 2020, 2021 e 2022).

Composição do Saldo Total de Restos a Pagar por Ano de Inscrição (R\$ milhões)



Outras informações sobre a verificação de limites e condições referentes à inscrição de restos a pagar são apresentadas no capítulo Indicadores Fiscais deste Balanço.

15 O valor das despesas não pagas e inscritas em restos a pagar não considera os restos a pagar de anos anteriores.

Execução dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - 2017 a 2022

Ao findar o exercício de 2022, o Estado inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 2.004,67 milhões, sendo R\$ 319,56 milhões processados (despesas liquidadas e não pagas no exercício) e R\$ 1.685,12 milhões não processados (despesas não liquidadas no exercício). Esse valor, somado ao saldo de restos a pagar processados inscritos nos anos de 2017 (R\$ 2,02 milhões), 2018 (R\$ 0,01 milhão), 2020 (R\$ 0,03 milhão) e 2021 (R\$ 0,91 milhão), totalizou R\$ 2.007,64 milhões.

Do valor total de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e executados no exercício de 2023, foram pagos R\$ 1.277,62 milhões e cancelados R\$ 720,11 milhões, restando R\$ 9,91 milhões a pagar.



Mais informações sobre a execução dos restos a pagar em 2023 estão disponíveis no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Anexo 7, que integra o Volume 2 deste Balanço e demonstra os valores por Poder e órgão.

Indicadores Fiscais



Foto: Ricardo Wolffenbüttel/SECOM

INDICADORES FISCAIS

Os indicadores fiscais apurados em 2023 refletiram a política fiscal adotada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que manteve ao longo do ano a constante preocupação com a manutenção do equilíbrio das contas públicas, o cumprimento dos limites constitucionais e legais, bem como o alcance das metas fiscais.

Nesse sentido, é importante destacar as medidas que foram adotadas pelo Governo após o diagnóstico da situação das contas estaduais, realizado no início do ano de 2023 e que culminou no lançamento do Plano de Ajuste Fiscal de Santa Catarina (Pafisc). Esse plano estabeleceu uma série de ações para garantir o equilíbrio das finanças estaduais, definiu diretrizes na busca de novas receitas, sem aumentar impostos, e na atração de investimentos para Santa Catarina.

A redução do custo da máquina pública programada no Pafisc entrou em vigor em maio, após a publicação de duas resoluções que colocaram em prática, por exemplo, o corte de gastos com custeio, material permanente e equipamentos. Também foi definida a suspensão das nomeações de aprovados em concursos públicos do Estado, com exceções de algumas situações pontuais assentidas pelo Grupo Gestor do Governo (GGG).

Em relação às receitas, o destaque vai para o ICMS, principal fonte de arrecadação própria do Estado, que cresceu 4,8% no comparativo com 2022. Ressalta-se, porém, que a arrecadação em 2022 foi majorada pelo recolhimento postergado do ICMS de 2021¹. O valor bruto postergado de 2021 para 2022 foi de R\$ 1,44 bilhão, arrecadado nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. Se desconsiderarmos esses valores arrecadados em 2022 e compararmos com a receita arrecadada de 2023, observamos um crescimento nominal de 9,4% na arrecadação. Já a arrecadação dos demais impostos estaduais (IPVA, ITCMD e IRRF) cresceu 18,5% no comparativo 2023/2022.

A Receita Corrente Líquida (RCL), parâmetro para avaliação de diversos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal², alcançou R\$ 41,18 bilhões, 7,6% a mais que o valor arrecadado em 2022.

Além do crescimento na arrecadação dos impostos estaduais, contribuíram para o aumento da RCL as transferências recebidas da União relativas à compensação pelas perdas com a desoneração do ICMS ocorridas em 2022 por conta da Lei Complementar Federal nº 194/2022, no valor líquido de R\$ 537,75 milhões, e as transferências para o SUS, no valor de R\$ 386,34 milhões.

Quanto à aplicação dos recursos arrecadados, observa-se que em 2023 a despesa consolidada de todos os Poderes e órgãos do Estado cresceu 0,7% no comparativo com o ano de 2022. Quando se segrega a análise em despesas correntes e de capital, verifica-se que em 2023 as despesas correntes cresceram

1 Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

2 Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2020.

R\$ 3,60 bilhões, representando 10% a mais do que em 2022. Já as despesas de capital, que se referem aos investimentos e à amortização da dívida, tiveram o comportamento inverso, com redução de 44,5%, ou R\$ 3,30 bilhões a menos do que em 2022.

Em relação aos indicadores e às metas fiscais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, em 2023 Santa Catarina cumpriu os limites e as condições no que tange à despesa com pessoal, à Dívida Consolidada Líquida (DCL), às operações de crédito, à concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar. As metas fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para os resultados primário e nominal também foram cumpridas.

Do mesmo modo, foram cumpridos os mínimos constitucionais de aplicação em saúde e educação, bem como o limite máximo de 95% da relação entre despesas e receitas correntes. Cumpriram-se também os mínimos constitucionais estaduais de educação superior, ciência e tecnologia e emendas individuais parlamentares.

No que diz respeito às metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF) para 2023, Santa Catarina cumpriu as metas estabelecidas e manteve nota B no indicador Capacidade de Pagamento (CAPAG³), o que torna o Estado elegível para contratar operações de crédito com a garantia da União. O espaço fiscal⁴ previsto para contratações de operações de crédito pelo Estado em 2024 é de R\$ 2,67 bilhões. A avaliação e o resultado definitivo do PAF para 2023 serão apresentados em outubro de 2024.

Por fim, destaca-se que no Volume 2 deste Balanço Geral são apresentados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, que reúnem os demonstrativos e indicadores apresentados neste capítulo, permitindo acompanhar, de forma mais detalhada, o cumprimento dos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Também estão disponíveis no Volume 2 os demonstrativos específicos de acompanhamento dos mínimos constitucionais e legais do Estado.

INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Os indicadores fiscais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foram instituídos com o objetivo principal de manter o equilíbrio das contas públicas, prezando pela responsabilidade na gestão fiscal. Para isso, foram definidos limites a serem respeitados e metas a serem cumpridas.

Para a verificação dos limites de despesas com pessoal, dívida, operações de créditos e garantias definidos pela LRF o parâmetro é a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL é composta pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas entregues aos municípios decorrentes de determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao Fundeb, as contribuições dos servidores públicos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas.

Para a verificação do cumprimento dos limites, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) determinou alguns ajustes: no cálculo dos limites de endividamento devem ser deduzidos os valores relativos às emendas individuais⁵; e no cálculo do limite da despesa com pessoal devem ser deduzidos os valores relativos às emendas individuais e de bancada⁶.

3 A Capacidade de Pagamento (CAPAG) é um indicador criado pela Secretaria do Tesouro Nacional e tem como objetivo padronizar os critérios de avaliação dos entes federados que pleiteiam garantia ou aval da União, além de definir os níveis de exposição creditícia do Governo Federal a cada ente de acordo com sua situação fiscal e com uma estimativa de sua capacidade de honrar compromissos futuros. São três os indicadores econômico-financeiros considerados no cálculo da CAPAG: endividamento (Dívida Consolidada Bruta/RCL), poupança corrente (Despesa Corrente/Receita Corrente ajustada) e liquidez (obrigações financeiras/disponibilidade de caixa bruta).

4 Espaço Fiscal é o valor-limite de contratação de operações de crédito. A existência de espaço fiscal não significa anuência prévia da STN ao pleito de contratação de operação de crédito ou de concessão de garantias da União.

5 Constituição Federal, art. 166-A, § 1º.

6 Constituição Federal, art. 166, § 16.

Em 2023, a RCL total, sem os ajustes, somou R\$ 41,18 bilhões, 7,6% a mais do que em 2022, correspondendo a R\$ 2,92 bilhões em valores nominais. Já a RCL ajustada para fins de limite de endividamento totalizou R\$ 41,09 bilhões, e a RCL ajustada para fins de limite de pessoal R\$ 41 bilhões.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2023

As receitas que mais contribuíram para o crescimento da RCL em 2023 foram as receitas de impostos e taxas estaduais (+R\$ 1,96 bilhão, ou 7,3% a mais) e as transferências correntes recebidas da União, em especial as decorrentes da compensação das perdas com a desoneração do ICMS ocorrida em 2022 (+R\$ 537,75 milhões), e as transferências ao SUS provenientes principalmente das emendas parlamentares apresentadas ao orçamento da União (+R\$ 386,34 milhões, ou 52,4% a mais).

Por outro lado, observou-se a redução de R\$ 116,62 milhões na arrecadação líquida da cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) em relação ao valor recebido em 2022. Porém, ressalta-se que parte dessa perda foi parcialmente compensada com a transferência de R\$ 59,92 milhões a título de outras transferências da União, realizada ao final de 2023.

Ainda na análise do comparativo dos valores de 2023 com o ano de 2022, destaca-se a postergação da arrecadação do ICMS de competência do ano de 2021 arrecadado em 2022. O valor bruto da receita de ICMS postergada foi de R\$ 1,44 bilhão, arrecadado nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. Desse valor foram deduzidos os repasses para municípios e para o Fundeb, o que resultou em um montante líquido de R\$ 863 milhões e que impactou a RCL daquele ano. Posto isso, ao se desconsiderarem esses valores da RCL de 2022, comparando-os com a RCL de 2023, nota-se um aumento nominal de R\$ 3,78 bilhões, o que representa 10% de aumento da RCL.

Por fim, ao se levar em conta a inflação do período (4,62%), observa-se que o crescimento real da RCL em 2023 foi de 5,3%.

Despesa com Pessoal

Com o propósito de estabelecer um limite máximo para as despesas com pessoal dos entes públicos, a LRF conceituou a despesa total com pessoal como o somatório dos gastos com quaisquer espécies remuneratórias de ativos, inativos e pensionistas, os contratos de terceirização⁷ relacionados à substituição de servidores ou empregados públicos, relativos ao mês em referência, bem como o somatório dos onze meses imediatamente anteriores, deduzidas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração.

⁷ Inclui, desde 2022, as despesas com pessoal das organizações sociais que atuam na atividade-fim do Estado, conforme estabelecido no MDF e na Portaria STN nº 377, de 2020.

Dessa forma, embora integrem o contracheque dos servidores e empregados públicos, não são consideradas, para fins de verificação de limite da LRF, as despesas de natureza indenizatória, as quais têm como característica compensar dano ou ressarcir gastos do servidor ou empregado público em razão do seu ofício, e os benefícios assistenciais, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte, plano de saúde, vale-transporte, etc.

Outro importante ponto a destacar na verificação do limite das despesas com pessoal é em relação aos benefícios assistenciais, como plano de saúde, auxílio-alimentação e demais, concedidos aos profissionais das áreas de saúde e educação. Segundo o disposto na 13ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o qual padroniza a apresentação das informações fiscais da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, caso esses benefícios sejam considerados como despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) e Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), esses valores integrarão também a despesa com pessoal para fins de verificação dos limites.

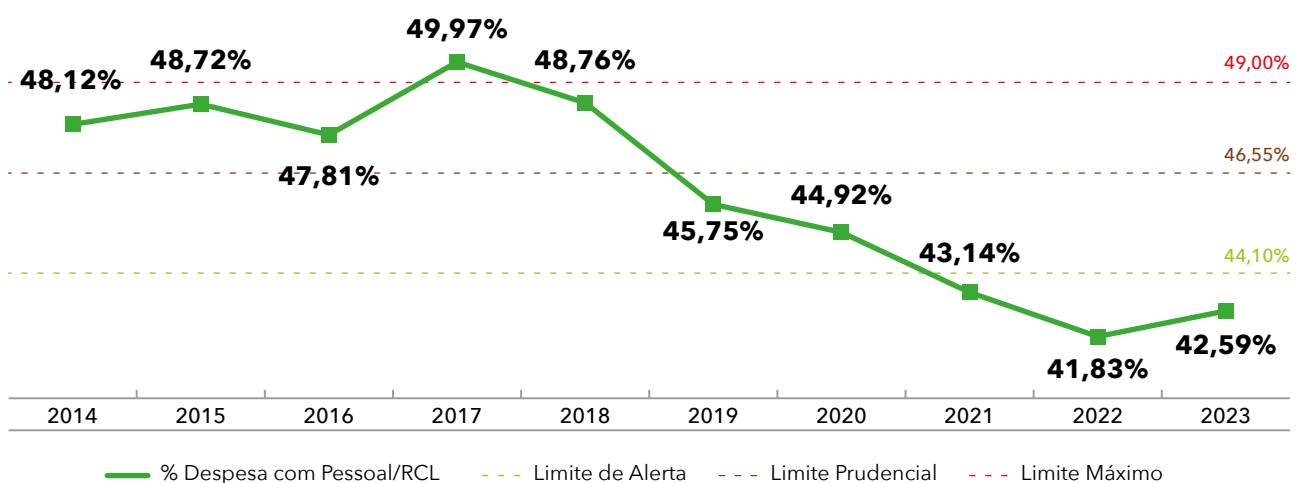
Nesse sentido, Santa Catarina considerou as despesas com os benefícios concedidos aos profissionais das áreas de saúde e educação na apuração do limite da despesa com pessoal do Poder Executivo no valor de R\$ 339,75 milhões.

Dessa forma, a despesa com pessoal do Poder Executivo comprometeu 42,59% da RCL em 2023, permanecendo abaixo do limite de alerta, que é de 44,10% da RCL.

No comparativo dos valores apurados ao final dos exercícios de 2022 e 2023, observou-se um aumento de 9,2% (R\$ 1,47 bilhão) das despesas com pessoal do Poder Executivo, enquanto a RCL Ajustada cresceu 7,3% (R\$ 2,78 bilhões) no mesmo período.

A partir de 2019, com o crescimento da RCL acima da inflação combinado com as proibições de aumento da despesa impostas pela LC nº 173/2020, observa-se a redução do percentual de comprometimento da RCL com a despesa com pessoal, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Comprometimento da Receita Corrente Líquida com as Despesas de Pessoal do Poder Executivo (%)



Com o indicador abaixo do limite prudencial e o fim das proibições de aumento da despesa impostas pela LC nº 173/2020, em 2022 foi concedido aumento salarial para praticamente todas as categorias de servidores e empregados públicos do Poder Executivo.

Na verificação da despesa com pessoal consolidada de todos os Poderes e órgãos do Estado, o percentual de comprometimento da RCL passou de 49,98% em 2022 para 51,05% em 2023, permanecendo também abaixo do limite de alerta de 54%.

Em uma análise mais detalhada é possível verificar, ao longo dos quatro últimos anos, a representatividade da despesa com pessoal em relação à RCL em cada Poder e órgão com poder de autogoverno do Estado:

Despesa com Pessoal em Relação à RCL

Especificação	2023	2022	2021	2020	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo	42,59%	41,83%	43,14%	44,92%	49,00%	46,55%	44,10%
Defensoria Pública	0,20%	0,18%	0,20%	0,23%	-	-	-
Demais Órgãos	42,39%	41,65%	42,94%	44,69%	-	-	-
Poder Legislativo	2,14%	1,98%	2,19%	2,51%	3,00%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	1,33%	1,32%	1,46%	1,70%	1,90%	1,81%	1,71%
Tribunal de Contas	0,81%	0,66%	0,73%	0,81%	1,10%	1,04%	0,99%
Poder Judiciário	4,77%	4,68%	4,54%	5,16%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,55%	1,49%	1,67%	1,65%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	51,05%	49,98%	51,54%	54,24%	60,00%	57,00%	54,00%

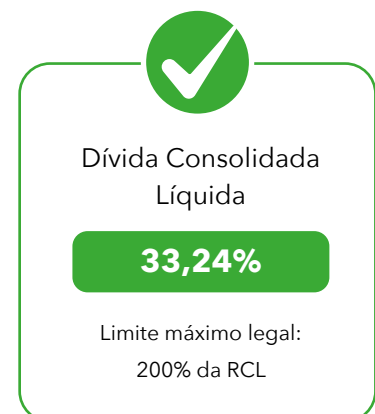
Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

O limite legal e, por conseguinte, os limites prudencial e de alerta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas foram alterados em 2023, conforme o Termo de Compromisso nº 01/2022, publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas (DOTC-e) nº 3527 em 16 de janeiro de 2023. Até 2022 o limite legal da Assembleia Legislativa era de 2,10% da RCL, e o do Tribunal de Contas era de 0,90%.

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde ao valor da Dívida Consolidada (DC) menos as disponibilidades de caixa bruta e equivalentes de caixa, que são valores a receber líquidos e certos, representados pelo somatório de caixa e por bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e demais haveres financeiros.

A DC do Estado corresponde basicamente às dívidas de empréstimos e financiamentos e aos precatórios. No comparativo com dezembro de 2022, a DC cresceu R\$ 73 milhões em 2023 no mesmo mês. O valor da dívida contratual de empréstimos e financiamento diminuiu R\$ 825 milhões, enquanto a Reestruturação da Dívida do Estado (dívida com a União) aumentou R\$ 578 milhões e a dívida de precatórios aumentou R\$ 400 milhões.



A dívida com a União (R\$ 10,98 bilhões) representou 49% da DC em dezembro de 2023, e os precatórios a pagar (R\$ 3,35 bilhões) corresponderam a 15% da DC.

A disponibilidade de caixa em dezembro de 2023 foi de R\$ 8,12 bilhões, R\$ 2,43 bilhões a mais do que em dezembro de 2022. Dos R\$ 8,12 bilhões, R\$ 5,82 bilhões pertencem ao Poder Executivo, R\$ 1,68 bilhão ao Poder Judiciário, R\$ 307 milhões ao Poder Legislativo e R\$ 311 milhões ao Ministério Público.

Em dezembro de 2023 o indicador da DCL correspondeu a 33,24% da RCL, ficando bem abaixo do limite fixado pelo Senado Federal, que é de 200%.

Além do crescimento da RCL em 2023, o aumento das disponibilidades de caixa fez com que o indicador da DCL diminuísse em relação a 2022, quando foi de 42,45%.

A Lei de Responsabilidade Fiscal também determinou que o Estado deve estabelecer no Anexo de Metas Fiscais⁸, integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), meta fiscal para o montante da dívida pública. Em 2023, a meta para a DC e para a DCL era de R\$ 23,95 bilhões e de R\$ 22,14 bilhões, respectivamente.

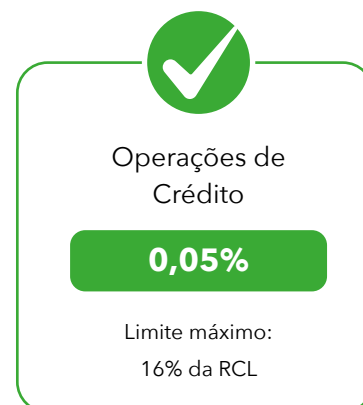
O valor apurado no encerramento do exercício para a DC foi de R\$ 22,39 bilhões e para a DCL foi de R\$ 13,66 bilhões, cumprindo, portanto, as metas estabelecidas na LDO.

Operações de Crédito

As operações de crédito tradicionais são aquelas captações de recursos realizadas através de financiamento, empréstimo ou mútuo. Todavia, para fins de verificação de limites, o conceito de operações de crédito trazido pela LRF é mais amplo, englobando as operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações de derivativos financeiros, inclusive as operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras.

A Resolução do Senado Federal nº 43/2001 definiu o limite máximo de 16% da RCL para as operações de crédito internas e externas. Em 2023, Santa Catarina captou recursos por meio de operações de crédito no montante de R\$ 18,8 milhões, que representaram 0,05% do limite legal. Em 2022 o valor captado foi de R\$ 38,89 milhões (0,10%).

As operações de crédito contraídas em 2023 referem-se ao contrato de empréstimo com o BNDES para o Programa Novos Rumos, destinado à implantação, pavimentação ou restauração de rodovias, com serviços associados de supervisão e gerenciamento que contribuam para a melhoria da infraestrutura rodoviária do Estado de Santa Catarina.



Garantias e Contragarantias

As garantias e contragarantias são instrumentos concedidos pelo Estado de Santa Catarina na contratação de operações de créditos pelos garantidos, no caso, as empresas estatais.

A Resolução do Senado nº 43/2001 definiu o limite máximo de 22% da RCL para as garantias concedidas. O saldo de garantias concedidas pelo Estado ao final de 2023 foi de R\$ 1,67 bilhão, representando 4,05% da RCL. As contragarantias recebidas totalizaram R\$ 1,78 bilhão ao final de 2023.



8 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 4º, § 1º.

Essas garantias e contragarantias decorrem de contratos de financiamento firmados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a Agence Française de Développement (AFD). Esses contratos se referem a financiamentos para a realização de intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios de Santa Catarina. Inclui-se também um contrato de financiamento entre as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinado a múltiplas obras para garantir a eficiência dos serviços prestados pela Celesc.

Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar

Visando dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de recursos em caixa, bem como verificar a suficiência de disponibilidade para a inscrição em restos a pagar não processados, a LRF⁹ determinou a elaboração de demonstrativo específico no último quadrimestre. As informações são apresentadas no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, Anexo 5 do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), por todos os Poderes e órgãos com poder de autogoverno, além do demonstrativo consolidado, que inclui todos esses órgãos.

O demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras, os restos a pagar processados e não processados, as eventuais despesas executadas sem prévio empenho, a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como os recursos não vinculados.

A disponibilidade de caixa bruta é composta por ativos de alta liquidez, como caixa, bancos e aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa. Dessa forma, nesse cálculo as aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) não são consideradas.

Ao final de 2023, a disponibilidade bruta do Poder Executivo foi de R\$ 6,45 bilhões. As obrigações financeiras somaram R\$ 2,15 bilhões, incluindo as despesas não empenhadas (R\$ 24,66 milhões) e os restos a pagar não processados inscritos ao final do exercício (R\$ 1,36 bilhão). Assim, verificou-se uma suficiência financeira após a inscrição de restos a pagar não processados de R\$ 4,30 bilhões: R\$ 2,78 bilhões de recursos não vinculados e R\$ 1,52 bilhão em recursos vinculados.

Averiguou-se ainda que todas as fontes de recursos apresentaram suficiência financeira após a inscrição dos restos a pagar não processados ao final de 2023. A suficiência financeira dos Recursos Não Vinculados de Impostos, a chamada fonte 500 (antiga fonte 100) foi de R\$ 594,32 milhões. Em 2022, a mesma fonte apresentou insuficiência financeira de R\$ 159,78 milhões.

No consolidado de todos os Poderes e órgãos, a disponibilidade bruta ao final de 2023 foi de R\$ 16,43 bilhões. As obrigações financeiras somaram R\$ 10,07 bilhões, incluindo as despesas não empenhadas (R\$ 24,66 milhões), os restos a pagar não processados inscritos ao final do exercício (R\$ 1,58 bilhão) e os valores vinculados aos depósitos judiciais e precatórios contabilizados no Tribunal de Justiça (R\$ 7,62 bilhões). Assim, verificou-se uma suficiência financeira após a inscrição de restos a pagar não processados de R\$ 6,37 bilhões: R\$ 3,41 bilhões de recursos não vinculados e R\$ 2,96 bilhões em recursos vinculados. Constatou-se também suficiência financeira em todas as fontes de recursos.

9 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 55, III.

Apuração da Disponibilidade de Caixa Líquida (R\$ milhões)

	2023		2022	
	Consolidado	Poder Executivo	Consolidado	Poder Executivo
Disponibilidade de Caixa Bruta	16.433,73	6.447,53	13.397,67	4.176,93
(-) Restos a Pagar	1.898,36	1.672,33	2.007,64	1.771,10
Processados inscritos	308,83	305,00	319,56	314,97
Não processados inscritos	1.579,62	1.357,42	1.685,11	1.453,17
Processados de anos anteriores	9,91	9,91	2,97	2,96
(-) Obrigações Financeiras	8.169,07	477,91	7.462,93	426,01
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida	6.366,30	4.297,28	3.927,10	1.979,82
Recursos não vinculados	3.408,21	2.778,39	1.299,13	570,64
Recursos vinculados	2.958,09	1.518,89	2.627,97	1.409,18

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do 3º do quadrimestre de 2022 e 2023

Resultado Nominal

O resultado nominal é um indicador fiscal que mede a variação da Dívida Consolidada Líquida (DCL) nos períodos de referências, metodologia conhecida como “abaixo da linha”. Por sua vez, a DCL é afetada tanto pela variação da Dívida Consolidada (DC) quanto pelo saldo da disponibilidade de caixa consolidado de todos os Poderes e órgãos.

Para 2023, a meta estabelecida utilizou a metodologia abaixo da linha e previu uma redução da DCL de R\$ 441,28 milhões. O valor apurado ao final do exercício foi de redução da DCL em R\$ 2,58 bilhões, motivada principalmente pelo aumento da disponibilidade de caixa de todos os Poderes e órgãos (R\$ 2,43 bilhões).



Resultado Nominal

**Redução da DCL de
R\$ 2,58 bilhões**

Meta estabelecida: redução da DCL de R\$ 441,28 milhões

Resultado Primário

O resultado primário é um indicador fiscal que mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida. Trata-se do resultado obtido a partir do cotejo entre as receitas e despesas orçamentárias não financeiras pagas em um dado período, que impactam efetivamente a dívida do Estado.

A LRF reforçou a importância do resultado primário para o controle do endividamento do ente, definindo que caso seja ultrapassado o respectivo limite de endividamento ao final de um bimestre, entre outras restrições, deverão ser obtidos resultados primários necessários à recondução da dívida ao limite.



Resultado Primário

R\$ 2,98 bilhões

Meta estabelecida na LDO: R\$ 652,51 milhões

A meta do resultado primário é estabelecida anualmente na LDO e utiliza, desde 2018, a metodologia “acima da linha”, a qual se baseia no comportamento das receitas primárias e despesas primárias pagas, incluindo restos a pagar pagos. A partir de 2023, as receitas e despesas primárias vinculadas ao RPPS (fontes de recursos 800 e 802) deixaram de ser computadas na meta do resultado primário, conforme orientação da STN.

Em 2023, a meta do resultado primário estabelecida na LDO era de R\$ 652,51 milhões, e o valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 2,98 bilhões, superando a meta estabelecida em R\$ 2,32 bilhões.

Receitas e Despesas

Além das metas de resultado primário e nominal, e do montante da dívida pública, a LRF¹⁰ também impôs a definição, na LDO, de metas para receitas e despesas.

Em 2023, a meta estabelecida na LDO para a receita líquida total era de R\$ 44,12 bilhões e para a despesa de todos os Poderes e órgãos era de R\$ 47,51 bilhões.

Seguindo a metodologia de cálculo estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a partir de 2023, a verificação das metas fiscais de receitas e despesas não deve considerar as fontes de recursos do RPPS. Ressalta-se ainda que, em relação às despesas, deve ser considerado o total das despesas pagas, incluindo o pagamento dos restos a pagar.

Sendo assim, o valor apurado ao final do exercício das metas fiscais de receitas e despesas foi de R\$ 42,10 bilhões para as receitas arrecadadas líquidas e de R\$ 39,79 bilhões para as despesas pagas.

Receitas e Despesas Previdenciárias

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que as receitas e despesas previdenciárias deverão ser apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos¹¹, além de incluir um demonstrativo próprio¹² no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, com publicação bimestral.

O demonstrativo tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do Regime Próprio de Previdência, e de evidenciar os repasses recebidos para cobertura de insuficiência financeira e de déficit atuarial, quando houver.

Santa Catarina instituiu em 2008¹³ o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS/SC), de caráter contributivo, solidário e de filiação obrigatória a todos os servidores de cargo efetivo, neles incluídos os militares¹⁴, os magistrados, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e os inativos.

Em dezembro de 2019 foi criado nacionalmente o Sistema de Proteção Social dos Militares¹⁵ (SPSM), ao qual não se aplica a legislação do RPPS. No entanto, a unidade gestora do RPPS/SC continuou a se responsabilizar pela gestão do SPSM, mantendo as receitas e as despesas segregadas conforme os vínculos¹⁶.

10 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 4º, § 1º.

11 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 50, inciso IV.

12 Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 53, inciso II.

13 Lei Complementar nº 412/2008.

14 Lei Complementar nº 412/2008, art. 92.

15 Lei Federal nº 6.880/1980, art. 50-A, incluído pela Lei nº 13.954/2019.

16 Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 05/2020, art. 18, § 2º.

Posto isso, o resultado previdenciário corresponde à diferença entre as receitas previdenciárias (contribuições do servidor e patronal) e as despesas previdenciárias (aposentadorias e pensões) dos servidores públicos civis.

O resultado previdenciário do Fundo em Capitalização do RPPS em 2023 foi negativo no valor de R\$ 3,99 bilhões, 11,2% a mais quando comparado com 2022.

Indicadores Previdenciários - Fundo em Capitalização (R\$ milhões)

Indicadores	2023	2022	Variação 2023/2022	
	Executado	Executado	Valor	%
Receita Previdenciária	3.418,98	3.296,60	122,38	3,7%
Despesa Previdenciária	7.409,12	6.884,76	524,36	7,6%
Resultado Previdenciário	(3.990,14)	(3.588,16)	(401,98)	11,2%

Já o resultado previdenciário do SPSM em 2023 foi negativo em R\$ 1,72 bilhão, 9,8% a mais do que no mesmo período de 2022.

Indicadores Previdenciários - Sistema de Proteção Social dos Militares (R\$ milhões)

Indicadores	2023	2022	Variação 2023/2022	
	Executado	Executado	Valor	%
Receita de Contribuição dos Militares	361,71	367,06	(5,35)	-1,5%
Despesa com Inativos e Pensionistas Militares	2.084,76	1.936,55	148,21	7,7%
Resultado do SPSM	(1.723,05)	(1.569,49)	(153,56)	9,8%

Os resultados negativos do RPPS e do SPSM são cobertos com recursos do Tesouro Estadual no caso de inativos e pensionistas do Poder Executivo e pelos demais Poderes e órgãos, conforme a vinculação do cargo de origem.

Considerando-se todas as receitas e despesas previdenciárias, em 2023 foi preciso um aporte de R\$ 5,69 bilhões no Instituto de Previdência do Estado para cobrir os valores das aposentadorias e pensões civis e militares que não possuem cobertura das receitas de contribuições. Além disso, foram pagas despesas previdenciárias executadas fora do Instituto de Previdência do Estado, tais como precatórios e pensões especiais, no valor de R\$ 95 milhões.

Além das despesas previdenciárias, as despesas necessárias à organização e ao funcionamento da unidade responsável pela gestão do RPPS devem ser custeadas pela taxa de administração. Em Santa Catarina, a taxa de administração não poderá exceder 2% do valor total das remunerações de contribuições dos servidores ativos vinculados ao RPPS/SC¹⁷. Em 2023, o resultado da administração do RPPS/SC (receitas arrecadadas menos despesas empenhadas) foi de R\$ 20,95 milhões.

17 Lei Complementar Estadual nº 412, de 2008, art. 30.

Acrescenta-se ainda que, em dezembro de 2023, com vistas ao equacionamento do déficit financeiro e atuarial do RPPS/SC, foi instituída, por meio da Lei Complementar nº 848/2023, a segregação de massa de segurados do RPPS/SC em dois grupos distintos, os quais integrarão o Fundo em Repartição (SC SEGURO), destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual até 31 de dezembro de 2023 e aos seus dependentes, e o Fundo em Capitalização (SC FUTURO), destinado ao pagamento de benefícios previdenciários aos segurados que ingressaram no serviço público estadual a partir do dia 1º de janeiro de 2024 e aos seus dependentes.

A LC nº 848, de 2023, também alterou a faixa de isenção de um salário mínimo nacional para aplicação da alíquota de 14% da contribuição dos servidores inativos e dos pensionistas para três salários mínimos a partir de 2026. A ampliação da faixa de isenção será escalonada com efeitos a partir de 1º janeiro de 2024, com o aumento da faixa de isenção para dois salários mínimos e dois salários mínimos e meio a partir de 1º de janeiro de 2025.

LIMITES CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal determina aplicações mínimas de recursos para saúde¹⁸ (12%), educação¹⁹ (25%), remuneração dos profissionais da educação básica²⁰ (70%) e limite máximo para a relação entre despesas e receitas correntes (95%)²¹.

Saúde

Para a verificação do mínimo constitucional em saúde são consideradas apenas as despesas executadas com recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais da União, deduzidas aquelas despesas inscritas em restos a pagar não processados sem suficiente disponibilidade de caixa. Dessa forma, os recursos recebidos do SUS e demais recursos vinculados à saúde não são considerados para fins de verificação do cumprimento do mínimo constitucional.

Para a análise da aplicação do mínimo constitucional de 12%, utiliza-se como parâmetro a Receita Resultante de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (RRI-saúde).

ARRI-saúde soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais, sejam oriundas da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União, com exceção do IOF-Ouro. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas. Em 2023, a RRI-saúde foi de R\$ 35,71 bilhões.

O valor de despesas consideradas para fins de verificação da aplicação do mínimo constitucional em Saúde foi de R\$ 5,28 bilhões, R\$ 996 milhões a mais que o mínimo exigido, correspondendo a 14,79% da RRI-saúde. Em 2022, o valor considerado para fins de cumprimento do mínimo constitucional foi de R\$ 5,13 bilhões, já deduzidos R\$ 109,96 milhões de restos a pagar não processados inscritos sem suficiente disponibilidade de caixa (15,51% da RRI-saúde). As demais despesas da função Saúde custeadas com outros recursos (R\$ 1,45 bilhão) não foram consideradas para fins de verificação do mínimo constitucional.



18 Constituição Federal, art. 198, § 3º.

19 Constituição Federal, art. 212.

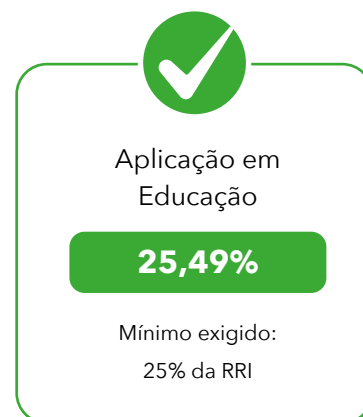
20 Constituição Federal, art. 212-A, XI.

21 Constituição Federal, art. 167-A.

Todas as despesas executadas na função Saúde em 2023 e não pagas no exercício foram inscritas em restos a pagar com suficiente disponibilidade de caixa para tal.

Educação

Para fins de verificação do mínimo constitucional em educação são consideradas as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União e o valor total repassado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Por outro lado, os recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e demais recursos vinculados à educação, embora aplicados na área, não contam para fins de cumprimento do mínimo constitucional.



Para análise da aplicação dos mínimos constitucionais em educação (25%), utiliza-se como parâmetro a Receita Resultante de Impostos (RRI).

A RRI soma todas as receitas resultantes de impostos, sendo elas provenientes dos impostos estaduais como também da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão dos impostos da União. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas. Em 2023, a RRI foi de R\$ 35,71 bilhões.

O valor considerado para fins de verificação da aplicação do mínimo constitucional em educação foi de R\$ 9,10 bilhões, R\$ 175 milhões a mais que o mínimo exigido, correspondendo a 25,49% da RRI. Em 2022, o valor aplicado foi de R\$ 9,11 bilhões (27,51% da RRI).

Aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) por Fonte de Recursos (R\$ milhões)

Fonte de Recursos	Valor
Despesas empenhadas na fonte Tesouro (FR 500)	2.494,20
Valor repassado ao Fundeb	6.587,49
Superávit Fundeb de 2022 aplicado até o 1º quadrimestre 2023	20,59
Despesas Consideradas em MDE	9.102,29
% da RRI	25,49%

Além dos valores considerados para fins de verificação da aplicação do mínimo constitucional, foram aplicados mais R\$ 783,38 milhões na função Educação custeados por outros recursos.

Todas as despesas executadas na função Educação em 2023 não pagas no exercício foram inscritas em restos a pagar com suficiente disponibilidade de caixa para tal.

Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

Além da aplicação mínima de 25% da RRI em educação, a Constituição Federal, no art. 212-A, também estabeleceu a aplicação do limite mínimo de 70% dos recursos recebidos do Fundeb em remuneração dos profissionais da educação básica. Em 2023 o percentual de aplicação foi de 78,91%.

Acrescenta-se que os demais recursos do Fundeb financiaram as despesas com transporte escolar dos alunos (R\$ 259 milhões), apoio financeiro às APAES (R\$ 91 milhões), auxílio-alimentação (R\$ 103 milhões) e contribuição patronal do plano de saúde (R\$ 44 milhões) dos servidores da educação, entre outras.

Por fim, destaca-se que a legislação determina ainda que o Estado deve aplicar no mínimo 90% dos valores recebidos do Fundeb no exercício do recebimento. Ao final de 2023, o percentual de aplicação foi de 98,07%, restando R\$ 77,20 milhões a aplicar em 2024.



Remuneração dos Profissionais da Educação Básica

78,91%

Mínimo exigido: 70% dos recursos recebidos do Fundeb

Relação entre Despesas e Receitas Correntes

Instituído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021, este indicador mede a relação entre despesas e receitas correntes, a qual não deve ser superior a 95%. Constitui-se, portanto, em uma regra fiscal à medida que incentiva o controle dos gastos públicos.

Ao final de 2023 a relação entre despesas correntes e receitas correntes dos últimos doze meses estava em 87,46%, abaixo, portanto, do limite máximo de 95%.

Para o acompanhamento bimestral do limite máximo são consideradas as despesas correntes liquidadas nos últimos 12 meses e aquelas empenhadas e não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, de todos os Poderes e órgãos referentes ao mês de dezembro que integra esses 12 meses.



Relação entre Despesas e Receitas Correntes

87,46%

Máximo: 95%

LIMITES DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A Constituição do Estado de Santa Catarina (CE/1989), além de confirmar os limites mínimos para saúde e educação estabelecidos pela Constituição Federal, determinou mínimos para a educação superior²² (5% do mínimo constitucional para educação), ciência e tecnologia²³ (2% das receitas correntes) e emendas individuais parlamentares²⁴ (1% da Receita Corrente Líquida prevista).

22 Constituição Estadual, art. 170.

23 Constituição Estadual, art. 193.

24 Constituição Estadual, art. 120, §§ 9º e 10º.

Educação Superior

O parâmetro para aplicação do mínimo constitucional estadual na educação superior é o mesmo do mínimo federal para a educação, ou seja, a Receita Resultante de Impostos (RRI). Assim, o Estado deve prestar assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar em Santa Catarina em um montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino, ou seja, 1,25% da RRI.



A regulamentação do art. 170 da Constituição Estadual foi alterada em 2023 com a edição da Lei Complementar nº 831/2023, que criou o Programa Universidade Gratuita. Além disso, foi editada a Lei nº 18.672/2023, que instituiu o Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) a fim de proporcionar o cumprimento dos arts. 170 e 171 da Constituição catarinense.

O valor considerado para fins de verificação da aplicação no ensino superior (art. 170) foi de R\$ 553,72 milhões, R\$ 107 milhões a mais do que o mínimo exigido, correspondendo a 1,55% da RRI. Em 2022, o valor aplicado foi de R\$ 497,67 milhões (1,50% da RRI).

Recursos Destinados à Assistência Financeira dos Alunos de Educação Superior - art. 170 da CE (R\$ milhões)

Fonte de Recurso	Valor Empenhado
Despesas na fonte Tesouro	357,26
Despesas na fonte FUMDES	196,46
Despesas Consideradas (art. 170 CE)	553,72
% da RRI	1,55%

O art. 171 da Constituição Estadual determina que as empresas privadas que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do poder público estadual deverão apoiar a manutenção e o desenvolvimento do ensino superior na forma da lei²⁵.

Em 2023, o FUMDES recebeu das empresas privadas R\$ 264,48 milhões, executou despesas no valor de R\$ 196,46 milhões, inscrevendo R\$ 48,50 milhões em restos a pagar não processados, e pagou R\$ 15,36 milhões de restos a pagar inscritos em 2022, fechando o ano com R\$ 163,68 milhões de saldo na conta Caixa e Equivalente de Caixa.

25 Lei Complementar Estadual nº 407/2008, revogada em julho de 2023 pela Lei Estadual nº 18.672/2023.

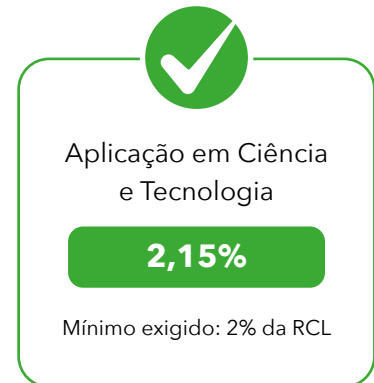
Ciência e Tecnologia

No mínimo 2% das receitas correntes líquidas arrecadadas pelo Estado devem ser aplicados em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta²⁶, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional foram considerados os valores executados na integralidade pela FAPESC, e na Epagri somente os valores executados nas funções 19 - Ciência e Tecnologia e 20 - Agricultura da Epagri, incluindo também os valores descentralizados por essas unidades.

A base para apuração do mínimo constitucional é a receita corrente arrecadada líquida com dedução de 30% da Desvinculação das Receitas Estaduais e Municipais (DREM). Em 2023, essa base correspondeu a R\$ 30,34 bilhões.

O valor considerado para fins de verificação da aplicação em Ciência e Tecnologia foi de R\$ 653 milhões, R\$ 46,42 milhões a mais do que o mínimo exigido, correspondendo a 2,15% das receitas correntes líquidas arrecadadas. Em 2022 o valor aplicado foi de R\$ 549,83 milhões (1,95%).



Recursos Destinados à Ciência e Tecnologia - art. 193 da CE (R\$ milhões)

Unidades Gestoras	Valor Empenhado
Epagri	471,92
FAPESC	181,24
Despesas Consideradas (art. 193 CE)	653,16
% das Receitas Correntes Líquidas	2,15%

Emendas Individuais de Parlamentares (CE, art. 120, § 9º, e art. 120-C)

As emendas individuais de parlamentares ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA), também chamadas de emendas impositivas, são aprovadas no limite de 1% da Receita Corrente Líquida (RCL) prevista no projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, conforme estabelecido no art. 120, § 9º, da Constituição catarinense.

A RCL prevista no projeto da LOA 2023 foi de R\$ 38,86 bilhões. Logo, para 2023, foram consignados²⁷ R\$ 388,64 milhões em emendas parlamentares distribuídas em três modalidades: R\$ 297,83 milhões em transferências especiais, R\$ 58,99 milhões em convênios (entidades) e R\$ 31,81 milhões para execução direta pelos órgãos estaduais.

A modalidade Transferências Especiais, regrada no art. 120-C, da Constituição Estadual, refere-se ao pagamento das emendas parlamentares impositivas destinadas aos municípios catarinenses, as quais

26 Lei Complementar Estadual nº 741/2019, art. 66, § 1º, e art. 81, § 3º.

27 Em seis subações orçamentárias: 15.382 - Emendas parlamentares impositivas do Fundo Social; 14.227 - Emendas parlamentares impositivas da Educação; 14.240 - Emendas parlamentares impositivas da Saúde; 15.097 - Emendas parlamentares impositivas da Agricultura; 15.098 - Emendas parlamentares impositivas da Infraestrutura e Mobilidade e 15.100 - Emendas parlamentares impositivas da Segurança Pública.

estão dispensadas de celebração de convênio e de apresentação de plano de trabalho ou de instrumento congênere, devendo ser pagas diretamente aos municípios até o final de cada exercício financeiro.

Além do valor previsto inicialmente na Lei Orçamentária Anual (LOA), caso seja constatada a realização de valores superiores de Receita Corrente Líquida (RCL) em relação aos valores estimados na LOA, da diferença positiva deverá ser destinado 1% para atendimento das emendas parlamentares impositivas que atendam objetos relacionados à função Saúde.

Nesses termos, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) apresentou ao Poder Executivo as emendas parlamentares impositivas adicionais no valor de R\$ 9,10 milhões: R\$ 6,89 milhões em transferências especiais, R\$ 2,09 milhões em convênios (entidades) e R\$ 120 mil para execução direta pelos órgãos estaduais.

Em 2023, o Poder Executivo pagou R\$ 222 milhões de emendas parlamentares impositivas, R\$ 202,35 milhões relativos às emendas parlamentares de 2023 e R\$ 19,67 milhões de emendas parlamentares de anos anteriores, incluindo R\$ 7,03 milhões relativos aos restos a pagar de 2022.

Emendas Parlamentares Impositivas de 2023 (R\$ milhões)

Modalidade	Valores Pagos	Quantidade de emendas atendidas
Transferências Especiais	200,42	1.037
Convênios (entidades)	1,73	7
Execução direta	0,2	1
TOTAL	202,35	1.045

Como forma de assegurar a execução das emendas parlamentares impositivas do ano de 2023, foi editado o Decreto nº 430/2023 para excetuar o cancelamento das despesas decorrentes dessas emendas inscritas em restos a pagar e assim viabilizar que sejam liquidadas e pagas ao longo de 2024.

Educação Especial (Lei nº 18.334/2022, art. 5, XVIII)

O Estado deve transferir às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Catarina (APAEs) valor não inferior à média dos valores repassados nos anos de 2019, 2020 e 2021, e, caso a receita do Fundo Social seja inexistente ou insuficiente, o Tesouro do Estado integralizará ou complementarará o valor do repasse, que deverá ser atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)²⁸.

28 Lei Estadual nº 18.334/2022, art. 5º, XVIII

Valores Repassados às APAEs (R\$ milhões)

Ano	Valores Repassados
2019	36,55
2020	52,83
2021	65,24
TOTAL REPASSADO	154,62
Média dos Valores Repassados nos 3 Anos	51,54

A média dos valores repassados (empenhos pagos) nos anos de 2019, 2020 e 2021 corresponde ao valor nominal de R\$ 51,54 milhões, que atualizado para dezembro de 2023 passa para R\$ 57,04 milhões.

O valor repassado²⁹ às APAEs em 2023 foi de R\$ 243,88 milhões, R\$ 186,84 milhões a mais do que o mínimo legal exigido.

²⁹ Conforme as subações orçamentárias nº 11.097 - Apoio financeiro às APAEs e nº 14.118 - Cooperação Técnico-Pedagógica com APAEs.

Demonstrações Contábeis



Florianópolis
Foto: Eduardo Valente/SECOM

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2023

R\$ milhares

Receitas Orçamentárias	Nota Explicativa	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)		42.965.110	42.965.110	45.505.136	2.540.027
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		28.810.838	28.810.838	28.615.498	(195.340)
Receitas de Contribuições		3.672.120	3.672.120	3.701.215	29.095
Receita Patrimonial		878.755	878.754	1.724.716	845.962
Receita Agropecuária		2.971	2.971	2.520	(451)
Receita Industrial		32	32	78	46
Receita de Serviços		938.252	938.252	1.034.217	95.965
Transferências Correntes		8.140.672	8.140.672	9.531.881	1.391.210
Outras Receitas Correntes		521.470	521.470	895.010	373.540
RECEITAS DE CAPITAL (II)		1.154.746	1.154.746	150.940	(1.003.806)
Operações de Crédito		1.050.000	1.050.000	18.800	(1.031.200)
Alienação de Bens		26.506	26.506	17.920	(8.586)
Amortização de Empréstimos		47.148	47.148	49.827	2.679
Transferências de Capital		31.092	31.092	64.393	33.301
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		44.119.856	44.119.856	45.656.076	1.536.220
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Receitas Orçamentárias	Nota Explicativa	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		44.119.856	44.119.856	45.656.076	1.536.220
DÉFICIT (VI)		-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)		44.119.856	44.119.856	45.656.076	1.536.220
Saldos de Exercícios Anteriores		-	3.887.657	2.442.411	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Superávit Financeiro	43		3.887.657	2.442.411	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

Balanco Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2023

R\$ milhares

Despesas Orçamentárias	Nota Explicativa	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)		36.615.409	42.568.900	39.800.049	38.529.683	38.232.822	2.768.851
Pessoal e Encargos Sociais		24.139.521	26.807.668	25.878.708	25.836.309	25.769.751	928.960
Juros e Encargos da Dívida		670.873	1.185.446	1.124.211	1.124.161	1.124.161	61.235
Outras Despesas Correntes		11.805.014	14.575.786	12.797.131	11.569.213	11.338.910	1.778.655
Despesas de Capital (IX)		7.503.447	7.163.355	4.127.246	3.817.991	3.806.019	3.036.109
Investimentos		5.681.760	5.665.291	2.717.134	2.407.945	2.395.973	2.948.157
Inversões Financeiras		410.583	428.315	393.943	393.943	393.943	34.373
Amortização da Dívida		1.411.105	1.069.749	1.016.170	1.016.103	1.016.103	53.579
Reserva de Contingência (X)		1.000	1.000	-	-	-	1.000
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		44.119.856	49.733.255	43.927.296	42.347.674	42.038.842	5.805.960
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)		44.119.856	49.733.255	43.927.296	42.347.674	42.038.842	5.805.960
SUPERÁVIT (XIV)	44	-	-	1.728.781	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)		44.119.856	49.733.255	45.656.076	42.347.674	42.038.842	5.805.960
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2023

Execução dos Restos a Pagar não Processados

R\$ milhares

Restos a Pagar não Processados	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar (f) = (a + b - d - e)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)				
Despesas Correntes	-	1.121.753	712.990	710.632	408.764	2.357
Pessoal e Encargos Sociais	-	67.596	45.258	45.258	22.338	-
Juros e Encargos da Dívida	-	56	56	56	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.054.102	667.676	665.319	386.426	2.357
Despesas de Capital	-	563.363	266.680	260.480	296.683	6.200
Investimentos	-	563.216	266.533	260.333	296.683	6.200
Inversões Financeiras	-	80	80	80	-	-
Amortização da Dívida	-	67	67	67	-	-
TOTAL	-	1.685.116	979.670	971.112	705.447	8.557

Balanço Orçamentário

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/1964

Período: janeiro a dezembro de 2023

Execução dos Restos a Pagar Processados

R\$ milhares

Restos a Pagar Processados	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo a Pagar (e) = (a + b - c - d)
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2022 (b)			
Despesas Correntes	2.950	295.765	290.326	7.990	399
Pessoal e Encargos Sociais	632	63.038	62.843	826	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.319	232.727	227.482	7.164	399
Despesas de Capital	16	23.794	16.179	6.673	957
Investimentos	16	23.794	16.179	6.673	957
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.966	319.558	306.505	14.663	1.356

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

Ingressos	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
Receita Orçamentária (I)		45.656.076	42.447.824
Ordinária		32.888.413	30.015.464
Vinculada		12.767.663	12.432.360
Recursos Vinculados à Educação		4.693.426	4.588.056
Recursos Vinculados à Saúde		1.172.218	746.935
Recursos Vinculados à Previdência Social		3.921.758	3.649.980
Recursos Vinculados à Assistência Social		3.765	781.879
Recursos Vinculados à Segurança Pública		949.218	820.130
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		104.695	-
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		15.902	28.105
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		6.950	413.206
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		17.920	23.738
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		19.963	65.512
Outras Vinculações de Recursos		1.861.847	1.314.819
Transferências Financeiras Recebidas (II)		128.062.477	124.308.696
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		33.081.299	34.239.461
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		89.292.857	84.700.446
Transferências Recebidas - Aportes RPPS		3.993.313	3.777.118
Transferências Recebidas - Aportes de Pensões Militares		1.695.008	1.591.671
Recebimentos Extraorçamentários (III)		43.851.821	31.891.406
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		1.579.622	1.685.116
Inscrição de Restos a Pagar Processados		308.832	319.558
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		38.090.036	26.395.071
Aplicações do RPPS		3.873.331	3.491.659
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1	2
Saldo do Exercício Anterior (IV)		13.397.672	13.363.674
Caixa e Equivalentes de Caixa	37-45	13.397.672	13.363.674
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		230.968.047	212.011.600

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

Dispêndios	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
Despesa Orçamentária (VI)		43.927.296	43.629.026
Ordinária		31.379.133	30.817.991
Vinculada		12.548.162	12.811.035
Recursos Vinculados à Educação		4.746.779	4.823.064
Recursos Vinculados à Saúde		1.334.854	780.762
Recursos Vinculados à Previdência Social		3.893.326	3.572.867
Recursos Vinculados à Assistência Social		882	914.744
Recursos Vinculados à Segurança Pública		880.226	851.078
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		55.179	1.447
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		11.622	20.058
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		1.405	445.432
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		-	2.825
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		4.690	12.934
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		96.244	229.549
Outras Vinculações de Recursos		1.522.955	1.156.274
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		128.062.477	124.308.696
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		33.081.299	34.239.461
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		89.292.857	84.700.446
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		3.993.313	3.777.118
Transferências Concedidas para Aportes de Pensões Militares		1.695.008	1.591.671
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		42.544.540	30.676.206
Pagamento de Restos a Pagar não Processados		971.112	828.662
Pagamento de Restos a Pagar Processados		306.505	282.396
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		37.375.710	25.967.866
Aplicações do RPPS		3.891.212	3.597.282
Perdas - Aplicação Financeira RPPS		-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		16.433.735	13.397.672
Caixa e Equivalentes de Caixa	37-45	16.433.735	13.397.672
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		230.968.047	212.011.600

Balanço Financeiro

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

Especificação	Janeiro a dezembro/2023			Janeiro a dezembro/2022		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	50.817.355	17.928.942	32.888.413	46.496.182	16.480.718	30.015.464
Vinculada	12.790.247	22.584	12.767.663	12.464.511	32.151	12.432.360
Recursos Vinculados à Educação	4.693.465	39	4.693.426	4.588.068	12	4.588.056
Recursos Vinculados à Saúde	1.172.351	133	1.172.218	750.561	3.626	746.935
Recursos Vinculados à Previdência Social	3.936.627	14.869	3.921.758	3.657.397	7.416	3.649.980
Recursos Vinculados à Assistência Social	3.765	-	3.765	781.941	61	781.879
Recursos Vinculados à Segurança Pública	952.872	3.654	949.218	820.463	334	820.130
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte	104.695	-	104.695	-	-	-
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	15.902	-	15.902	28.120	15	28.105
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	8.278	1.328	6.950	423.835	10.629	413.206
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	17.920	-	17.920	23.738	-	23.738
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	19.963	-	19.963	65.512	-	65.512
Outras Vinculações de Recursos	1.864.407	2.561	1.861.847	1.324.877	10.058	1.314.819
TOTAL	63.607.602	17.951.525	45.656.076	58.960.693	16.512.869	42.447.824

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Balço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

Ativo	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	16.433.735	13.397.672
Créditos a Curto Prazo		5.825.846	5.392.498
Créditos Tributários a Receber	11	4.848.242	4.672.879
Clientes	12	5.965	8.516
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	13.231	19.277
Dívida Ativa Tributária	14	963.349	712.499
Dívida Ativa não Tributária	15	67.645	50.660
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	16	(72.586)	(71.333)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	10.116.085	7.817.213
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	18	750.204	732.322
Estoques	19	502.544	554.315
VPDs Pagas Antecipadamente	20	24.513	21.032
Total do Ativo Circulante		33.652.926	27.915.052
Ativo não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		4.073.645	3.122.869
Créditos a Longo Prazo		2.695.716	2.011.524
Créditos Tributários a Receber	11	2.257.226	1.619.383
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	380.677	346.015
Dívida Ativa Tributária	14	25.711.361	23.167.141
Dívida Ativa não Tributária	15	773.386	842.537
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	16	(26.426.933)	(23.963.553)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17	1.138.409	854.683
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	18	42	49
VPDs Pagas Antecipadamente	20	239.478	256.613
Investimentos	21	5.257.400	4.839.987
Imobilizado	22	40.302.307	39.028.626
Intangível	23	503.922	436.779
Total do Ativo não Circulante		50.137.274	47.428.261
TOTAL DO ATIVO		83.790.200	75.343.313

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	1.169.415	1.338.747
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	1.150.465	1.057.057
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	236.047	462.918
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	22.608	13.524
Transferências Fiscais a Curto Prazo	29	120.054	108.752
Provisões a Curto Prazo	28	4.910.867	5.621.568
Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	30	8.382.557	7.635.987
Total do Passivo Circulante		15.992.014	16.238.553
Passivo não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	2.282.457	1.845.968
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	17.194.991	17.530.419
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	749.118	399.215
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	186.910	198.607
Transferências Fiscais a Longo Prazo	29	82.868	80.370
Provisões a Longo Prazo	28	133.225.382	113.404.978
Demais Obrigações a Longo Prazo	30	994.284	1.071.156
Resultado Diferido	31	2.169.715	2.058.263
Total do Passivo não Circulante		156.885.725	136.588.976
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		5.395	5.395
Reservas de Capital		368	368
Demais Reservas		6.006.297	4.843.574
Resultados Acumulados	32	(95.099.599)	(82.333.554)
Total do Patrimônio Líquido		(89.087.539)	(77.484.216)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		83.790.200	75.343.313

Balanco Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

Especificação	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo Financeiro	17.878.910	14.553.467
Ativo Permanente	65.911.290	60.789.846
Total do Ativo (I)	83.790.200	75.343.313
PASSIVO		
Passivo Financeiro	10.322.088	9.444.342
Passivo Permanente	164.128.028	145.068.235
Total do Passivo (II)	174.450.117	154.512.578
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	(90.659.917)	(79.169.265)

Balanço Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro das Contas de Compensação

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas		8.213.825	7.226.241
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		592	592
Direitos Contratuais em Execução		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		24.082	24.082
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		8.238.499	7.250.915
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas		1.665.973	1.599.336
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		1.490.285	1.569.969
Obrigações Contratuais		30.116.384	203.485.754
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	33	1.411.035	782.926
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		34.683.676	207.437.985

Balanco Patrimonial

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
0.100 - Recursos ordinários - recursos do Tesouro - RLD	-	362.130
0.101 - Recursos ordinários - diversos	-	16.722
0.103 - Recursos ordinários - Desvinculação de Receitas do Estado (DREM)	-	6.895
0.111 - Taxas de segurança pública - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	5.956
0.119 - Outras taxas vinculadas - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	4.724
0.120 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	11.136
0.121 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE estadual - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	1.212
0.122 - Cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	8.961
0.124 - Convênio - programas de educação - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	67.909
0.125 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	-
0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	2.420
0.129 - Outras transferências - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	51.382
0.131 - Recursos do Fundeb - transferências da União	-	3.957
0.132 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	-
0.135 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	-
0.140 - Outros serviços - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	1.783
0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	4.189
0.162 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	6
0.169 - Outros recursos primários - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	21.778
0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	9.431
0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	41.457
0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	-	18.821

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	-	2.307
0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	-	274
0.191 - Operações de crédito internas - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	4.649
0.198 - Receita de alienação de bens - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	-
0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	1.012
0.212 - Selos de fiscalização de atos notariais e registrais - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	2.787
0.219 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	211.229
0.223 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	123.435
0.224 - Convênio - programas de educação - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	435
0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	180
0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	13.901
0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	47.715
0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	-	-
0.233 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (SUS)	-	6.042
0.234 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com Poderes	-	2.912
0.235 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios	-	27.542
0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	287.338
0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	218.028
0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	16.405
0.261 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	219.951
0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	-	-
0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	-	109.463
0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	-	919
0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	236.856
0.280 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	706
0.281 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	-	47.372

Continua na próxima página

Continuação da página anterior
R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
0.282 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	116.013
0.283 - Remuneração de depósitos bancários da conta única do Tribunal de Justiça	-	291.920
0.284 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	50.406
0.285 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	126.835
0.289 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	-	53.845
0.298 - Receita de alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	22.172
0.299 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	2.834
0.300 - Recursos ordinários - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	116.947
0.301 - Recursos ordinários diversos - fonte do Tesouro - exercícios anteriores	-	7.506
0.309 - Superávit financeiro - recursos convertidos - recursos do Tesouro - receitas primárias	-	655
0.310 - Taxa judiciária - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	2.588
0.311 - Taxas de segurança pública - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	1.669
0.319 - Outras taxas vinculadas - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	592
0.320 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	14.383
0.321 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE estadual	-	482
0.322 - Cota-parte da compensação dos recursos hídricos - recursos do Tesouro - exercício anterior	-	170
0.324 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	-	54.165
0.325 - Convênio - Programa de Assistência Social - exercícios anteriores	-	1
0.326 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	-	89
0.328 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	-	5.708
0.329 - Outras transferências - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	4.202
0.335 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	5.709
0.340 - Outros serviços - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	2.627
0.360 - Recursos patrimoniais - primários	-	1.897
0.361 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
0.362 - Receitas diversas - SEITEC	-	-
0.369 - Outros recursos primários - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	3.296
0.380 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	0,8
0.381 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	-	0,1
0.383 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - exercícios anteriores	-	71.900
0.385 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	-	51.626
0.387 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	-	1.010
0.388 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	202
0.391 - Operações de crédito internas - recursos do Tesouro - exercícios anteriores - superávit	-	44.431
0.392 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	-	-
0.398 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	-	319
0.610 - Recursos de outras fontes - exercício anterior - taxa judiciária	-	1.868
0.612 - Recursos de outras fontes - exercício anterior - selos de fiscalização de atos notariais e registrais	-	-
0.619 - Recursos de outras fontes - outras taxas vinculadas	-	505.750
0.623 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	104.093
0.625 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	2.693
0.628 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	29.442
0.629 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	-	54.717
0.632 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores	-	189
0.633 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (SUS)	-	9.211
0.634 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com Poderes - demais receitas de fontes detalhadas - exercício anterior	-	961
0.635 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - exercício anterior	-	172
0.640 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	17.662
0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	174
0.650 - Contribuição previdenciária	-	134.828

Continua na próxima página

Continuação da página anterior
R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	-	27.154
0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	95.594
0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior - exercícios anteriores	-	27.369
0.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - exercícios anteriores	-	2.122
0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	251.461
0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	550
0.681 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Legislativo	-	12.619
0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário	-	69.304
0.683 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário	-	88.364
0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	-	25.352
0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores	-	157.851
0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores	-	152.629
0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	-	7.364
0.699 - Não primárias - outras receitas	-	8.989
7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	1.252
7.111 - Contrapartida de convênios - taxa de segurança pública - recursos do Tesouro - exercício corrente	-	1.280
7.219 - Contrapartida de convênios - outras taxas vinculadas - exercício corrente	-	624
7.235 - Acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - contrapartida de convênios	-	135
7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do Tesouro - exercício anterior	-	2.788
7.311 - Contrapartida de convênios - taxas de segurança pública - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	2.967
7.319 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício anterior - demais receitas	-	162
7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do Tesouro - exercícios anteriores	-	67
7.619 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - exercício anterior	-	934

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
7.628 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - exercício anterior - outros convênios, ajustes e acordos administrativos	-	464
7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - receitas de outras fontes	-	35
7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores	-	62
7.661 - Contrapartida de convênios - Fundo Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	-	181
7.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - contrapartida de convênios - exercícios anteriores	-	76
7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - receitas de outras fontes - exercícios anteriores	-	886
7.685 - Contrapartida de convênios - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - exercício anterior	-	4
1.500.100.000 - Recursos não vinculados de impostos - Receita Líquida Disponível (RLD) - fonte do Tesouro - (EC)	987.620	-
1.501.101.000 - Outros recursos não vinculados - recursos ordinários diversos - fonte do Tesouro - (EC)	66.239	-
1.501.103.000 - Outros recursos não vinculados - DREM - fonte do Tesouro - (EC)	35.452	-
1.501.129.000 - Outros recursos não vinculados - outros recursos de transferências - fonte do Tesouro - (EC)	7.742	-
1.501.140.000 - Outros recursos não vinculados - recursos de serviços - fonte do Tesouro - (EC)	3.840	-
1.501.160.000 - Outros recursos não vinculados - recursos patrimoniais primários - fonte do Tesouro - (EC)	65.080	-
1.501.169.000 - Outros recursos não vinculados - outros recursos primários - recursos do Tesouro - (EC)	95.307	-
1.501.180.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do Tesouro - (EC)	117.685	-
1.501.199.000 - Outros recursos não vinculados - outras receitas diversas - recursos do Tesouro - (EC)	2.910	-
1.501.229.000 - Outros recursos não vinculados - outros recursos de transferências - outras fontes - (EC)	4.634	-
1.501.240.000 - Outros recursos não vinculados - recursos de serviços - recursos de outras fontes - (EC)	244.127	-
1.501.260.000 - Outros recursos não vinculados - recursos patrimoniais - recursos de outras fontes - (EC)	15.515	-
1.501.261.000 - Outros recursos não vinculados - receitas diversas - Fundo Social - (EC)	621.834	-
1.501.269.000 - Outros recursos não vinculados - outros recursos - (EC)	25.878	-
1.501.280.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - outras fontes - (EC)	831	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior
R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
1.501.281.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - outras fontes - (EC)	43.815	-
1.501.282.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Fundo TJ - outras fontes - (EC)	29.104	-
1.501.284.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária MP - outras fontes - (EC)	38.494	-
1.501.299.000 - Outros recursos não vinculados - outras receitas diversas - outras fontes - (EC)	23.955	-
1.502.129.000 - Outros recursos não vinculados - recursos não vinculados da compensação de impostos - fonte do Tesouro - (EC)	354.019	-
1.540.131.000 - Transferências do Fundeb - fonte do Tesouro - (EC)	68.956	-
1.540.186.000 - Transferências do Fundeb - remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb - fonte do Tesouro - (EC)	8.245	-
1.550.120.000 - Transferências do salário-educação - fonte do Tesouro - (EC)	12.857	-
1.550.187.000 - Transferências do salário-educação - remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação - fonte do Tesouro - (EC)	391	-
1.551.124.000 - Transferências FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - fonte do Tesouro - (EC)	0,3	-
1.552.124.000 - Transferências FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - fonte do Tesouro - (EC)	558	-
1.569.124.000 - Outras transferências FNDE - demais transferências - fonte do Tesouro - (EC)	10.092	-
1.570.128.000 - Transferências do Governo Federal referentes a convênios e outros repasses vinculados à educação - fonte do Tesouro - (EC)	2	-
1.570.228.000 - Transferências do Governo Federal referentes a convênios e instrumentos congêneres vinculados à educação - fonte do Tesouro - (EC)	5.244	-
1.572.235.000 - Transferências de municípios referentes a convênios e outros repasses vinculados à educação - outras fontes - (EC)	28	-
1.599.185.000 - Outros recursos vinculados à educação - remuneração de disponibilidade bancária - fonte do Tesouro - (EC)	16.455	-
1.599.240.000 - Outros recursos vinculados à educação - Poderes e administração indireta - (EC)	1.294	-
1.599.260.000 - Outros recursos vinculados à educação - aluguéis de salas - Poderes e administração indireta - (EC)	213	-
1.599.265.000 - Outros recursos vinculados à educação - receitas diversas - manutenção do ensino superior - outras fontes - (EC)	86.003	-
1.599.285.000 - Outros recursos vinculados à educação - remuneração de disponibilidade bancária - outras fontes - (EC)	4.757	-
1.600.223.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do SUS - provenientes do Governo Federal - convênio manutenção - outras fontes - (EC)	87.450	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
1.601.233.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do SUS - provenientes do Governo Federal - convênio investimento - outras fontes - (EC)	794	-
1.602.223.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do SUS - Covid-19 - manutenção - outras fontes - (EC)	101	-
1.605.223.000 - assistência financeira complementar - piso salarial enfermagem - EC nº 127/2022	513	-
1.631.223.000 - transferências do Governo Federal referente a convênios e instrumentos congêneres vinculados à saúde - manutenção - outras fontes - (EC)	61	-
1.659.119.000 - Outros recursos vinculados à saúde - vigilância em saúde - fonte do Tesouro - (EC)	133	-
1.659.269.000 - Outros recursos vinculados à saúde - receita de prêmios de seguros - outras fontes - (EC)	328	-
1.659.285.000 - Outros recursos vinculados à saúde - remuneração de disponibilidade bancária - outras fontes - (EC)	12.614	-
1.660.225.000 - Transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - outras fontes - (EC)	2.234	-
1.665.128.000 - Transferências de recursos da União destinados a programas de assistência social - administração direta - recursos do Tesouro (EC)	1.470	-
1.669.185.000 - Outros recursos vinculados à assistência social - remuneração de disponibilidade bancária - (EC)	63	-
1.700.128.000 - Outras transferências de convênios ou repasses da União - outros convênios, ajustes e acordos administrativos - fonte do Tesouro - (EC)	8.408	-
1.700.228.000 - Outras transferências de convênios ou repasses da União - outros convênios, ajustes e acordos administrativos - outras fontes - (EC)	19.764	-
1.700.232.000 - Outras transferências de convênios ou repasses da União - situação de emergência e de calamidade pública - outras fontes - (EC)	1.374	-
1.702.235.000 - Outras transferências de convênios ou repasses dos municípios - acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - outras fontes - (EC)	3.308	-
1.703.228.000 - Outras transferências de convênios ou contribuições de repasses de outras entidades - convênios - outras fontes - (EC)	6.693	-
1.704.129.000 - Transferências da União referentes à compensação financeira pela exploração de recursos naturais - outras transferências - fonte do Tesouro - (EC)	2.854	-
1.706.229.000 - Transferências Especiais da União - outras transferências - outras fontes - (EC)	611	-
1.708.129.000 - Transferências da União referentes à compensação financeira pela exploração de recursos minerais - CFEM - outras transferências - fonte do Tesouro - (EC)	3.555	-
1.709.122.000 - Transferências da União referentes à compensação financeira de recursos hídricos - fonte do Tesouro - (EC)	13.411	-
1.711.129.000 - Demais transferências obrigatórias não decorrentes de repartições de receitas - (EC)	59.320	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior
R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
1.712.229.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) - outras fontes - (EC)	2.581	-
1.713.229.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do Fundo de Segurança Pública (FSP) - outras fontes - (EC)	1.451	-
1.715.229.000 - Transferências destinadas ao setor cultural - LC nº 195/2022 - art. 5º - audiovisual - (EC)	4.573	-
1.716.229.000 - Transferências destinadas ao setor cultural - LC nº 195/2022 - art. 8º - demais setores da cultura - (EC)	440	-
1.719.229.000 - Transferência da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento Cultura - Lei nº 14.399/2022 - (EC)	44.502	-
1.749.129.000 - Outras vinculações de transferências - outras transferências - fonte do Tesouro - (EC)	900	-
1.749.169.000 - Outras vinculações de transferências - outros recursos - fonte do Tesouro - (EC)	0,02	-
1.749.229.000 - Outras vinculações de transferências - outras transferências - outras fontes - (EC)	1	-
1.749.234.000 - Outras vinculações de transferências - acordos administrativos, ajustes e convênios com Poderes - outras fontes - (EC)	4.003	-
1.749.269.000 - Outras vinculações de transferências - outros recursos - outras fontes - (EC)	536	-
1.749.285.000 - Outras vinculações de transferências - remuneração de disponibilidade bancária - outras fontes - (EC)	2	-
1.750.121.000 - Recursos da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE - cota-parte - fonte do Tesouro - (EC)	3.928	-
1.750.188.000 - Recursos da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE - remuneração de disponibilidade bancária - fonte do Tesouro - (EC)	405	-
1.752.169.000 - Recursos vinculados ao trânsito - outros recursos - fonte do Tesouro - (EC)	43.664	-
1.752.235.000 - Recursos vinculados ao trânsito - acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - outras fontes - (EC)	26.014	-
1.752.269.000 - Recursos vinculados ao trânsito - outros recursos - outras fontes - (EC)	2.005	-
1.753.111.000 - Recursos de taxas, contribuições e preços públicos - taxas de segurança pública e defesa do cidadão - fonte do Tesouro - (EC)	52.299	-
1.753.119.000 - Recursos de taxas, contribuições e preços públicos - outras taxas - fonte do Tesouro - (EC)	7.554	-
1.753.219.000 - Recursos de taxas, contribuições e preços públicos - outras taxas - outras fontes - (EC)	138.575	-
1.754.191.000 - Recursos de operações de crédito - operações de crédito internas - (EC)	1.927	-
1.756.298.000 - Recursos de alienação de bens/ativos - administração indireta - receita de alienação de bens - (EC)	13.481	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
1.759.266.000 - Recursos vinculados a fundos - receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - (EC)	4.277	-
1.759.269.000 - Recursos vinculados a fundos - outros recursos - outras fontes - (EC)	2.426	-
1.760.212.000 - Recursos de emolumentos e taxas judiciais - selos de fiscalização de atos notariais e registros - outras fontes - (EC)	3.447	-
1.760.219.000 - Recursos de emolumentos e taxas judiciais - outras taxas - outras fontes - (EC)	226.014	-
1.760.282.000 - Recursos de emolumentos e taxas judiciais - remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - outras fontes - (EC)	72.502	-
1.799.269.000 - Outras vinculações legais - outros recursos - outras fontes - (EC)	113.842	-
1.799.282.000 - Outras vinculações legais - remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - (EC)	3.455	-
1.799.283.000 - Recursos vinculados a fundos - remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - outras fontes - (EC)	218.760	-
1.800.240.000 - Recursos vinculados ao RPPS - recursos de serviços - (EC)	2.824	-
1.800.250.000 - Recursos vinculados ao RPPS - fundo em capitalização (Plano Previdenciário) - contribuição previdenciária - (EC)	143.619	-
1.800.260.000 - Recursos vinculados ao RPPS - recursos patrimoniais - (EC)	118	-
1.800.289.000 - Recursos vinculados ao RPPS - fundo em capitalização (Plano Previdenciário) - remuneração de disponibilidade bancária - Fundos IPREV - (EC)	77.292	-
1.802.240.000 - Recursos vinculados ao RPPS - taxa de administração - recursos de serviços - (EC)	77	-
1.802.250.000 - Recursos vinculados ao RPPS - taxa de administração - (EC)	20.294	-
1.802.285.000 - Recursos vinculados ao RPPS - taxa de administração - remuneração de disponibilidade bancária - (EC)	4.530	-
1.803.250.000 - Recursos vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) - (EC)	711	-
1.899.160.000 - Outros recursos vinculados - recursos patrimoniais - fonte do Tesouro - (EC)	89	-
1.899.185.000 - Outros recursos vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - fonte do Tesouro - (EC)	13.212	-
1.899.269.000 - Outros recursos vinculados - outros recursos - outras fontes - (EC)	34	-
1.899.285.000 - Outros recursos vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - outras fontes - (EC)	108.014	-
2.500.100.000 - Recursos não vinculados de impostos - Receita Líquida Disponível (RLD) - fonte do Tesouro - (EA)	177.268	-
2.501.101.000 - Outros recursos não vinculados - recursos ordinários diversos - fonte do Tesouro - (EA)	13.976	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior
R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
2.501.109.000 - Outros recursos não vinculados - superávit financeiro - receitas primárias - recursos convertidos - fonte do Tesouro - (EA)	1.899	-
2.501.129.000 - Outros recursos não vinculados - outros recursos de transferências - fonte do Tesouro - (EA)	4.392	-
2.501.140.000 - Outros recursos não vinculados - recursos de serviços - fonte do Tesouro - (EA)	2.350	-
2.501.160.000 - Outros recursos não vinculados - recursos patrimoniais primários - fonte do Tesouro - (EA)	2.147	-
2.501.169.000 - Outros recursos não vinculados - outros recursos primários - fonte do Tesouro - (EA)	5.611	-
2.501.180.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - fonte do Tesouro - (EA)	2.226	-
2.501.197.000 - Outros recursos não vinculados - superávit financeiro receitas não primárias - recursos convertidos - fonte do Tesouro - (EA)	9.294	-
2.501.199.000 - Outros recursos não vinculados - outras receitas diversas - fonte do Tesouro - (EA)	1.012	-
2.501.229.000 - Outros recursos não vinculados - outros recursos de transferências - outras fontes - (EA)	10.725	-
2.501.240.000 - Outros recursos não vinculados - recursos de serviços - outras fontes - (EA)	20.824	-
2.501.260.000 - Outros recursos não vinculados - recursos patrimoniais - outras fontes - (EA)	26.031	-
2.501.261.000 - Outros recursos não vinculados - receitas diversas - Fundo Social - (EA)	247.568	-
2.501.269.000 - Outros recursos não vinculados - outros recursos - outras fontes - (EA)	265.267	-
2.501.280.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - outras fontes - (EA)	1.248	-
2.501.281.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo - outras fontes - (EA)	44.373	-
2.501.282.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Fundo TJ - outras fontes - (EA)	37.086	-
2.501.284.000 - Outros recursos não vinculados - remuneração de disponibilidade bancária MP - outras fontes - (EA)	20.561	-
2.501.299.000 - Outros recursos não vinculados - outras receitas diversas - outras fontes (EA)	404	-
2.550.120.000 - Transferências do salário-educação - fonte do Tesouro - (EA)	5.321	-
2.550.187.000 - Transferências do salário-educação - remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação - fonte do Tesouro - (EA)	1.931	-
2.551.124.000 - Transferências FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - fonte do Tesouro - (EA)	10	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
2.552.124.000 - Transferências FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - fonte do Tesouro - (EA)	0,05	-
2.570.124.000 - Transferências do Governo Federal referentes a convênios e outros repasses vinculados à educação - fonte do Tesouro - (EA)	115.189	-
2.570.224.000 - Transferências do Governo Federal referentes a convênios e outros repasses vinculados à educação - fonte do Tesouro - (EA)	315	-
2.572.235.000 - Transferências de municípios referentes a convênios e outros repasses vinculados à educação - outras fontes - (EA)	35	-
2.599.185.000 - Outros recursos vinculados à educação - remuneração de disponibilidade bancária - fonte do Tesouro - (EA)	37.586	-
2.599.265.000 - Outros recursos vinculados à educação - receitas diversas - manutenção do ensino superior - outras fontes - (EA)	33.981	-
2.599.285.000 - Outros recursos vinculados à educação - remuneração de disponibilidade bancária - outras fontes - (EA)	23.781	-
2.600.223.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal - convênio manutenção - Outras Fontes - (EA)	36.242	-
2.601.233.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal - convênio investimento - outras fontes - (EA)	4.829	-
2.602.223.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do SUS - Covid-19 - manutenção - outras fontes - (EA)	209	-
2.603.233.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do SUS - Covid-19 - capital - outras fontes - (EA)	2.624	-
2.659.119.000 - Outros recursos vinculados à saúde - vigilância em saúde - outras fontes - (EA)	710	-
2.659.229.000 - Outros recursos vinculados à saúde - outras transferências - outras fontes - (EA)	24	-
2.659.285.000 - Outros recursos vinculados à saúde - remuneração de disponibilidade bancária - outras fontes - (EA)	14.289	-
2.660.125.000 - Transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) - outras fontes - (EA)	1	-
2.660.225.000 - Transferências de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) - outras fontes - (EA)	1.992	-
2.700.128.000 - Outras transferências de convênios ou repasses da União - outros convênios, ajustes e acordos administrativos - fonte do Tesouro - (EA)	5.016	-
2.700.228.000 - Outras transferências de convênios ou repasses da União - outros convênios, ajustes e acordos administrativos - outras Fontes - (EA)	21.786	-
2.700.232.000 - Outras transferências de convênios ou repasses da União - situação de emergência e de calamidade pública - outras fontes - (EA)	181	-
2.702.235.000 - Outras transferências de convênios ou repasses dos municípios - acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - outras fontes - (EA)	818	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior
R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
2.704.129.000 - Transferências da União referentes à compensação financeira pela exploração de recursos naturais - outras transferências - fonte do Tesouro - (EA)	89	-
2.706.229.000 - Transferências especiais da União - outras transferências - outras fontes - (EA)	1.276	-
2.708.129.000 - Transferências da União referentes à compensação financeira pela exploração de recursos minerais - outras transferências - fonte do Tesouro - (EA)	65	-
2.709.122.000 - Transferências da União referentes à compensação financeira de recursos hídricos - fonte do Tesouro - (EA)	354	-
2.712.229.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do Fundo Penitenciário (FUNPEN) - outras fontes - (EA)	3.788	-
2.713.229.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do Fundo de Segurança Pública (FSP) - outras fontes - (EA)	63.860	-
2.749.129.000 - Outras vinculações de transferências - outras transferências - fonte do Tesouro - (EA)	933	-
2.749.169.000 - Outras vinculações de transferências - outros recursos - fonte do Tesouro - (EA)	10	-
2.749.234.000 - Outras vinculações de transferências - acordos administrativos, ajustes e convênios com Poderes - outras fontes - (EA)	2.564	-
2.750.121.000 - Recursos da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE - cota-parte - fonte do Tesouro - (EA)	1.723	-
2.750.188.000 - Recursos da contrapartida de intervenção no domínio econômico - CIDE - remuneração de disponibilidade bancária - fonte do Tesouro - (EA)	723	-
2.752.169.000 - Recursos vinculados ao trânsito - outros recursos - fonte do Tesouro - (EA)	3.544	-
2.752.235.000 - Recursos vinculados ao trânsito - acordos administrativos, ajustes e convênios com municípios - outras fontes - (EA)	15.085	-
2.752.269.000 - Recursos vinculados ao trânsito - outros recursos - outras fontes - (EA)	527	-
2.753.111.000 - Recursos de taxas, contribuições e preços públicos - taxas de segurança pública e defesa do cidadão - fonte do Tesouro - (EA)	13.428	-
2.753.119.000 - Recursos de Taxas, contribuições e preços públicos - outras taxas - fonte do Tesouro - (EA)	3.579	-
2.753.219.000 - Recursos de taxas, contribuições e preços públicos - outras taxas - outras fontes - (EA)	5.848	-
2.754.191.000 - Recursos de operações de crédito - operações de crédito internas - (EA)	18.045	-
2.755.198.000 - Recursos de alienação de bens/ativos - administração direta - receita de alienação de bens - (EA)	319	-
2.756.298.000 - Recursos de alienação de bens/ativos - administração indireta - receita de alienação de bens - (EA)	6.050	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
2.759.266.000 - Recursos vinculados a fundos - receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - (EA)	671	-
2.759.269.000 - Recursos vinculados a fundos - outros recursos - outras fontes - (EA)	130.618	-
2.760.212.000 - Recursos de emolumentos e taxas judiciais - selos de fiscalização de atos notariais e registros - outras fontes - (EA)	4.630	-
2.760.219.000 - Recursos de emolumentos e taxas judiciais - outras taxas - outras fontes - (EA)	429.710	-
2.760.282.000 - Recursos de emolumentos e taxas judiciais - remuneração de disponibilidade bancária - selo de fiscalização - outras fontes - (EA)	130.606	-
2.761.164.000 - Recursos vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza - receitas diversas - fonte do Tesouro - (EA)	89	-
2.799.269.000 - Outras vinculações legais - outros recursos - outras fontes - (EA)	40.165	-
2.799.282.000 - Outras vinculações legais - remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - (EA)	6.165	-
2.799.283.000 - Recursos vinculados a fundos - remuneração de disponibilidade bancária Conta Única Judiciário - outras fontes - (EA)	262.650	-
2.800.250.000 - Recursos vinculados ao RPPS - fundo em capitalização (Plano Previdenciário) - contribuição previdenciária - (EA)	140.229	-
2.800.260.000 - Recursos vinculados ao RPPS - recursos patrimoniais - (EA)	8.987	-
2.800.289.000 - Recursos vinculados ao RPPS - fundo em capitalização (Plano Previdenciário) - remuneração de disponibilidade bancária - Fundos IPREV - (EA)	291.673	-
2.800.298.000 - Recursos vinculados ao RPPS - alienação de bens móveis e semoventes - (EA)	1.827	-
2.800.299.000 - Recursos vinculados ao RPPS - outras receitas diversas - (EA)	7.890	-
2.802.240.000 - Recursos vinculados ao RPPS - taxa de administração - recursos de serviços - (EA)	1.316	-
2.802.250.000 - Recursos vinculados ao RPPS - taxa de administração - (EA)	12.249	-
2.802.269.000 - Recursos vinculados ao RPPS - taxa de administração - outros recursos - (EA)	464	-
2.802.285.000 - Recursos vinculados ao RPPS - taxa de administração - remuneração de disponibilidade bancária - (EA)	3.530	-
2.802.299.000 - Recursos vinculados ao RPPS - taxa de administração - outras receitas diversas - (EA)	0,03	-
2.899.160.000 - Outros recursos vinculados - recursos patrimoniais - fonte do Tesouro - (EA)	295	-
2.899.185.000 - Outros recursos vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - fonte do Tesouro - (EA)	25.262	-
2.899.285.000 - Outros recursos vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - outras fontes - (EA)	82.737	-

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Fontes de Recursos	31/12/2023	31/12/2022
7.500.100.000 - Contrapartida de recursos não vinculados de impostos - Receita Líquida Disponível (RLD) - fonte do Tesouro - (Ct. EC)	745	-
7.753.111.000 - Contrapartida de recursos de taxas, contribuições e preços públicos - taxas de segurança pública e defesa do cidadão - fonte do Tesouro - (EC)	3.894	-
7.753.219.000 - Contrapartida de convênios - recursos de taxas, contribuições e preços públicos - outras taxas - outras fontes - (EC)	108	-
7.760.219.000 - Contrapartida de recursos de emolumentos e taxas judiciais - outras taxas vinculadas - outras fontes - (EC)	116	-
8.500.100.000 - Contrapartida de recursos não vinculados de impostos - Receita Líquida Disponível (RLD) - fonte do Tesouro - (EA)	3.199	-
8.501.129.000 - Contrapartida de recursos de emolumentos e taxas judiciais - demais receitas detalhadas - outras fontes - (EA)	3	-
8.501.229.000 - Outros recursos não vinculados - outros recursos - transferências - outras fontes - (EA)	35	-
8.501.240.000 - Contrapartida de outros recursos não vinculados - recursos de serviços - recursos de outras fontes - (EA)	40	-
8.501.261.000 - Contrapartida de outros recursos não vinculados - receitas diversas - FundoSocial - (EA)	165	-
8.501.269.000 - Contrapartida de outros recursos não vinculados - outros recursos - (EA)	1.246	-
8.700.228.000 - Contrapartida de outras transferências de convênios ou repasses da União - demais convênios - outras fontes - (EA)	498	-
8.702.235.000 - Contrapartida de outras transferências de convênios ou repasses dos municípios - convênios diversos - outras fontes - (EA)	232	-
8.753.111.000 - Contrapartida de recursos de taxas, contribuições e preços públicos - taxas de segurança pública e defesa do cidadão - fonte do Tesouro - (EA)	3.228	-
8.753.219.000 - Contrapartida de recursos de taxas, contribuições e preços públicos - Fundo de Melhoria da Perícia Oficial - fonte do Tesouro - (EA)	162	-
8.759.266.000 - Contrapartida de recursos vinculados a fundos - receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - (EA)	24	-
8.760.219.000 - Contrapartida de recursos de emolumentos e taxas judiciais - outras taxas vinculadas - outras fontes - (EA)	797	-
8.899.285.000 - Contrapartida de outros recursos vinculados - remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - outras fontes - (EA)	4	-
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	7.527.815	5.078.924

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração das Variações Patrimoniais

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34	46.565.669	42.919.414
Impostos		44.563.973	41.155.662
Taxas		2.001.695	1.763.751
Contribuições		2.014.536	1.928.428
Contribuições Sociais		2.014.536	1.928.428
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		759.314	1.333.317
Venda de Mercadorias		5.494	7.995
Venda de Produtos		2.502	2.177
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		751.319	1.323.145
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		4.694.236	4.785.121
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		1.628	3.717
Juros e Encargos de Mora		2.574.313	2.255.989
Variações Monetárias e Cambiais		576.924	1.058.911
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.541.371	1.466.505
Transferências e Delegações Recebidas		11.964.505	10.621.329
Transferências Intergovernamentais		9.445.973	7.960.141
Transferências das Instituições Privadas		1.219.941	1.171.290
Transferências de Pessoas Físicas		139	174
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.298.452	1.489.724
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		1.252.366	2.996.806
Reavaliação de Ativos		149.140	101.196
Ganhos com Alienação		3.835	2.880
Ganhos com Incorporação de Ativos		703.223	2.134.871
Ganhos com Desincorporação de Passivos		396.167	757.859

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		6.023.950	12.052.769
Resultado Positivo de Participações		617.576	847.194
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		4.490.742	10.157.014
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		915.631	1.048.561
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		73.274.576	76.637.184
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos		14.784.532	13.395.387
Remuneração a Pessoal	35	12.228.447	11.375.399
Encargos Patronais	35	834.279	753.930
Benefícios a Pessoal	35	681.802	644.246
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	35	1.040.004	621.813
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	35	9.585.808	9.001.068
Aposentadorias e Reformas		8.016.321	7.519.583
Pensões		1.509.188	1.426.998
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		60.299	54.487
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		8.733.377	8.237.176
Uso de Material de Consumo		2.373.410	2.195.109
Serviços		5.003.465	4.737.895
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.356.503	1.304.172
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.533.735	3.967.471
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		1.126.298	1.108.651
Juros e Encargos de Mora		3.898	11.271
Variações Monetárias e Cambiais		2.388.445	2.842.340
Descontos Financeiros Concedidos		15.093	2.455
Remuneração Negativa de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	2.754
Transferências e Delegações Concedidas		20.282.011	18.707.398
Transferências Intergovernamentais		19.488.147	17.986.629
Transferências a Instituições Privadas		247.147	159.484
Execução Orçamentária Delegada		246.439	193.603
Outras Transferências e Delegações Concedidas		300.278	367.682

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.282.535	3.088.836
Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		3.315.657	2.320.581
Perdas com Alienação		43	700
Perdas Involuntárias		131	70
Incorporação de Passivos		64.542	93.986
Desincorporação de Ativos		902.161	673.500
Tributárias		460.386	393.261
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.887	6.626
Contribuições		453.499	386.635
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		814	81
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV		814	81
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		24.536.731	39.621.785
Premiações		12.704	28.205
Resultado Negativo de Participações		284.569	239.135
Incentivos		178.060	342.140
Subvenções Econômicas		85.641	93.497
VPD de Constituição de Provisões		22.416.991	37.843.062
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.558.765	1.075.746
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		86.199.929	96.412.464
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	36	(12.925.353)	(19.775.280)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		175.810.168	168.437.996
Receita Tributária		28.615.498	26.772.907
Receita de Contribuições		3.701.215	3.529.181
Receita Patrimonial		183.469	237.909
Receita Agropecuária		2.520	1.952
Receita Industrial		78	78
Receita de Serviços		1.034.217	974.971
Remuneração das Disponibilidades		1.541.248	1.463.751
Outras Receitas Derivadas e Originárias		895.010	803.747
Transferências Recebidas		9.596.274	8.559.168
Outros Ingressos Operacionais	38	130.240.639	126.094.332
Desembolsos		170.495.421	164.341.921
Pessoal e Demais Despesas		33.609.430	30.585.237
Juros e Encargos da Dívida		1.124.216	1.018.760
Transferências Concedidas		5.443.642	6.549.128
Outros Desembolsos Operacionais	38	130.318.133	126.188.795
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		5.314.747	4.096.075
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		67.747	58.470
Alienação de Bens		17.920	23.738
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		49.827	34.732
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		2.100.750	3.012.523
Aquisição de Ativo não Circulante		1.760.871	2.694.631
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		89.630	127.032
Outros Desembolsos de Investimentos		250.249	190.859
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(2.033.003)	(2.954.053)

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		18.800	45.690
Operações de Crédito		18.800	38.890
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		-	6.800
Outros Ingressos de Financiamentos		-	-
Desembolsos		1.016.170	1.554.369
Amortização/Refinanciamento da Dívida		1.016.170	1.554.369
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		(997.370)	(1.508.679)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)	37-38-39	2.284.374	(366.657)
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		6.888.296	7.254.953
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		9.172.670	6.888.296

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

R\$ milhares

	Nota Explicativa	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		4.423.775	3.543.621
da União		4.388.085	3.504.451
de Estados e Distrito Federal		-	-
de Municípios		35.690	39.170
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Recebidas		5.172.499	5.015.547
Total das Transferências Recebidas		9.596.274	8.559.168
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		1.548.835	2.765.347
à União		609	80
a Estados e Distrito Federal		-	-
a Municípios		1.548.225	2.765.267
Intragovernamentais		2.173.075	2.036.494
Outras Transferências Concedidas		1.721.732	1.747.287
Total das Transferências Concedidas		5.443.642	6.549.128

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

R\$ milhares

	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
Legislativa	922.985	648.078
Judiciária	3.120.481	2.569.617
Essencial à Justiça	1.444.740	1.245.839
Administração	2.094.436	1.894.778
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	3.099.005	2.958.520
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	59.824	52.182
Previdência Social	9.676.855	9.001.264
Saúde	4.420.943	3.770.531
Trabalho	4.786	6.235
Educação	5.558.484	5.429.897
Cultura	32.189	66.692
Direitos da Cidadania	1.402.562	1.268.553
Urbanismo	-	-
Habitação	9.808	7.994
Saneamento	219	167
Gestão Ambiental	89.863	93.153
Ciência e Tecnologia	54.040	24.029
Agricultura	793.052	771.402
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	40.845	42.028
Comunicações	-	-
Energia	65	43
Transporte	252.091	216.484
Desporto e Lazer	8.332	10.702
Encargos Especiais	523.826	507.047
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	33.609.430	30.585.237

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Consolidado Geral

Quadro de Juros e Encargos da Dívida

R\$ milhares

	Janeiro a dezembro/2023	Janeiro a dezembro/2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	1.004.250	948.799
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	99.077	53.347
Outros Encargos da Dívida	20.890	16.615
TOTAL DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.124.216	1.018.760

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/1964

Valores em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2023

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	40	5.395	-	368	92.036	-	2.274	(62.569.217)	-	(62.469.144)
Ajustes de Exercícios Anteriores	32	-	-	-	-	-	-	10.942	-	10.942
Redução do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	36	-	-	-	-	-	-	(19.775.280)	-	(19.775.280)
Constituição/ Reversão de Reservas		-	-	-	4.749.265	-	-	-	-	4.749.265
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	40	5.395	-	368	4.841.301	-	2.274	(82.333.554)	-	(77.484.216)

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL										
Ajustes de Exercícios Anteriores	32	-	-	-	-	-	-	159.308	-	159.308
Redução do Capital Social		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	36	-	-	-	-	-	-	(12.925.353)	-	(12.925.353)
Constituição/ Reversão de Reservas		-	-	-	1.162.723	-	-	-	-	1.162.723
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	40	5.395	-	368	6.004.023	-	2.274	(95.099.599)	-	(89.087.539)

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis



Serra do Rio do Rastro
Foto: Ricardo Wolffenbüttel/SECOM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS		Página
BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		231
1.	Contexto Operacional	231
2.	Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina	232
3.	Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual 2023	233
3.1.	Relação Nominal dos Órgãos, das Entidades e dos Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo	234
3.2.	Unidades Administrativas	237
4.	Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações	237
5.	Base para a Elaboração	237
5.1.	Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	238
6.	Moeda Funcional e de Apresentação	243
7.	Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas	243
8.	Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis	244
9.	Resumo das Principais Políticas Contábeis	244
BALANÇO PATRIMONIAL		252
10.	Caixa e Equivalentes de Caixa	252
11.	Créditos Tributários a Receber	254
12.	Clientes	258
13.	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	259
14.	Dívida Ativa Tributária	261
15.	Dívida Ativa não Tributária	263
16.	Ajuste de Perdas de Créditos	264
17.	Demais Créditos e Valores	265
18.	Investimentos e Aplicações Temporárias	275
19.	Estoques	276
20.	Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente	278

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS		Página
21.	Investimentos	279
22.	Imobilizado	282
23.	Intangível	288
24.	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	291
25.	Empréstimos e Financiamentos	294
26.	Fornecedores e Contas a Pagar	294
27.	Obrigações Fiscais	297
28.	Provisões	298
29.	Transferências Fiscais	303
30.	Demais Obrigações	305
31.	Resultado Diferido	309
32.	Ajustes de Exercícios Anteriores	310
33.	Passivos Contingentes	312
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		314
34.	Tributos	314
35.	Benefícios a Empregados	316
36.	Resultado Patrimonial	317
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		318
37.	Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações	318
38.	Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais	319
39.	Resultado Orçamentário e Geração Líquida de Caixa	319
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		321
40.	Variação do Patrimônio Líquido no Período	321
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		322
41.	Despesas Demonstradas na LOA e Dotação Inicial	322
42.	Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias	323
43.	Superávit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	324
44.	Resultado Orçamentário	324
BALANÇO FINANCEIRO		325
45.	Resultado Financeiro	325
OUTRAS NOTAS RELEVANTES		326
46.	Renúncia de Receita	326
47.	Transações entre Partes Relacionadas	328
48.	Eventos Subsequentes	331

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Governo do Estado de Santa Catarina é uma pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na Rodovia SC-401, Km 15, nº 4.600.

As despesas decorrentes das atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2023 foram amparadas pela Lei Estadual nº 18.585, de 30 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual - LOA), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante esse exercício. As competências inerentes a cada órgão ou entidade do Poder Executivo podem ser obtidas na Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, e em suas alterações posteriores.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2023 foram agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria nº 42/1999 do então Ministério de Estado do Orçamento e Gestão: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais¹.

As demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas. Nesse sentido, destaca-se que as informações registradas no SIGEF são de inteira responsabilidade dos gestores dos órgãos, autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes da administração pública estadual, cabendo à Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) a consolidação das informações contábeis para fins de emissão das demonstrações contábeis e da elaboração desta prestação de contas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

1 Na função Encargos Especiais foram realizadas as despesas de Precatórios e do Serviço da Dívida Interna e Externa.

2. RELAÇÃO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO DE SANTA CATARINA

São controladas diretamente por Santa Catarina as empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, aquelas ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes² e não dependentes. No exercício de 2023 são elas:

a. **Empresas Estatais Dependentes:**

Em funcionamento:

- I. *Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)*
- II. *Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)*

Em processo de liquidação³:

- I. *Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)*
- II. *Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)*

b. **Empresas não Dependentes⁴:**

Em funcionamento:

- I. *Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC)*
- II. *Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)⁵*
- III. *Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)*
- IV. *Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz (Hidrocaldas)⁶*
- V. *Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (CEASA/SC)*
- VI. *Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)*
- VII. *Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)*
- VIII. *Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)⁷*
- IX. *Sapiens Parque S.A.⁸*
- X. *SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)*
- XI. *Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (Iazpe)*

Em processo de liquidação⁹:

- I. *BESC S.A. Corretora de Seguros (BESCOR)*

2 Empresa Estatal Dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (art. 2º, III, da Lei Complementar Federal nº 101/2000).

3 Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

4 As demonstrações contábeis das empresas não dependentes não estão consolidadas neste Balanço.

5 Controle conjunto com Paraná e Rio Grande do Sul.

6 O Estado passou a ter o controle direto da Hidrocaldas durante o processo de liquidação da CODESC.

7 A INVESC não possui atividades operacionais e cumpre apenas as obrigações acessórias previstas na legislação vigente para sua existência, em virtude da impossibilidade de baixa decorrente de demandas judiciais.

8 O Estado passou a ter o controle direto do Sapiens Parque S.A. durante o processo de liquidação da CODESC.

9 Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

3. RELAÇÃO DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES CONSOLIDADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2023

Poder Executivo

- Secretarias e Órgãos
 - Defensoria Pública
 - Procuradoria-Geral do Estado
 - Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas
 - Fundações
 - Autarquias
 - Empresas Estatais Dependentes
- Fundos Especiais

Poder Judiciário

- Tribunal de Justiça do Estado
- Fundo de Reparelhamento da Justiça

Poder Legislativo

- Assembleia Legislativa do Estado
- Tribunal de Contas do Estado

Ministério Público do Estado

- Procuradoria-Geral de Justiça
 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados
 - Fundo Especial do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
 - Fundo Especial de Modernização e Reparelhamento

3.1. Relação Nominal dos Órgãos, das Entidades e dos Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo

a. Secretarias e Órgãos

Controladoria-Geral do Estado
Gabinete do Vice-Governador
Secretaria de Estado da Administração
Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa
Secretaria de Estado da Agricultura
 Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca
Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família
Secretaria de Estado da Casa Civil
 Secretaria Executiva da Casa Militar
 Secretaria Executiva de Articulação Nacional
 Secretaria Executiva de Articulação Internacional
Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
Secretaria de Estado da Comunicação
Secretaria de Estado da Educação
Secretaria de Estado da Fazenda
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde
Secretaria de Estado do Planejamento
Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias
Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil
Secretaria de Estado da Saúde
Secretaria de Estado da Segurança Pública
 Corpo de Bombeiros Militar
 Polícia Científica
 Polícia Civil
 Polícia Militar
Secretaria de Estado do Turismo

b. Defensoria Pública

c. Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas

d. Procuradoria-Geral do Estado

e. Fundações

Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)
Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte)
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)
Fundação Escola de Governo (ENA)
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

f. Autarquias

Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (Santur)¹⁰
Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)
Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)
Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)
Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)
Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUDESC)
Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC)¹¹

g. Empresas Estatais Dependentes¹²

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB) - Em liquidação
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
Santa Catarina Turismo S.A. (Santur) - Em liquidação

h. Fundos Especiais

Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas (FMUC)
Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (InvestSaúde)
Fundo de Acesso à Justiça (FAJ)
Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (FADEP-SC)
Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC)
Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)
Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais (FMPIO)
Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF)
Fundo de Melhoria da Polícia Civil (FUMPC)
Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM)
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (FUMCBM)

10 Extinta pelo art. 104-A da Lei Complementar nº 18.646/2023.

11 Nome alterado pela Lei Complementar nº 18.646/2023 - de Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF) para Superintendência de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas de Santa Catarina (SUDESC).

12 Somente as empresas estatais dependentes estão consolidadas na prestação de contas do exercício de 2023. A participação do Estado nas empresas não dependentes é incorporada neste Balanço Geral pelo método da equivalência patrimonial.

Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina (Fundo de Terras)
 Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais
 Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento (FUNJURE)
 Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA)
 Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais
 Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)
 Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR)
 Fundo Estadual de Educação (Feduc)
 Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (Fundo Social)
 Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC)
 Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
 Fundo Estadual de Sanidade Animal (FUNDESA)
 Fundo Estadual de Saúde (FES)
 Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP-SC)
 Fundo Estadual do Idoso (FEI)
 Fundo Estadual do Trabalho (FET-SC)
 Fundo Financeiro
 Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)
 Fundo para Melhoria da Segurança Pública (FSP)
 Fundo Patrimonial
 Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)
 Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis¹³
 Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis (FR-01)¹⁴
 Fundo Rotativo Regional do Médio Vale do Itajaí (FR-07)¹⁵
 Fundo Rotativo Regional do Planalto Norte (FR-08)¹⁶
 Fundo Rotativo Regional do Vale do Itajaí (FR-04)¹⁷
 Fundo Rotativo Regional Norte (FR-03)¹⁸
 Fundo Rotativo Regional Oeste (FR-06)¹⁹
 Fundo Rotativo Regional Serrano (FR-05)²⁰
 Fundo Rotativo Regional Sul (FR-02)²¹

i. Unidades Gestoras Especiais

Diretoria do Tesouro Estadual
 Encargos Gerais do Estado

13 O Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis foi substituído pelo Fundo Rotativo da Penitenciária de São Pedro de Alcântara (FRSP), conforme a Lei Complementar nº 809/2022.

14 Substituiu o Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis, conforme a Lei Complementar nº 809/2022.

15 Fundo instituído pela Lei Complementar nº 809/2022.

16 Substituiu o Fundo Rotativo do Centro Educacional São Lucas, conforme a Lei Complementar nº 809/2022.

17 Substituiu o Fundo Rotativo do Centro Educacional Regional de Lages, conforme a Lei Complementar nº 809/2022.

18 Substituiu o Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville, conforme a Lei Complementar nº 809/2022.

19 Substituiu o Fundo Rotativo na Penitenciária de Chapecó, conforme a Lei Complementar nº 809/2022.

20 Substituiu o Fundo Rotativo na Penitenciária Regional de Curitibaanos, conforme a Lei Complementar nº 809/2022.

21 Substituiu o Fundo Rotativo da Penitenciária Sul, conforme a Lei Complementar nº 809/2022.

3.2. Unidades Administrativas

As unidades administrativas criadas conforme o art. 142, § 1º, III, da Lei Complementar nº 741/2019 estão consolidadas nas suas respectivas unidades gestoras. Ao final de 2023, a relação de unidades administrativas do Estado de Santa Catarina era a seguinte:

- a. **Assembleia Legislativa:**
 - » *Escola do Legislativo*
 - » *Diretoria de Comunicação Social*

- b. **Secretaria de Estado da Casa Civil:**
 - » *Secretaria Executiva da Casa Militar*

4. CISÕES, FUSÕES, EXTINÇÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E LIQUIDAÇÕES

Encontram-se em fase de liquidação: a BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESCOR); a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC); e a Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR).

5. BASE PARA A ELABORAÇÃO

As demonstrações contábeis constantes neste Balanço foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição. A Parte V do Manual é aprovada pela Portaria STN nº 1.131, de 4 de novembro de 2021, que observa os dispositivos legais reguladores do assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, denominadas intraorçamentárias. O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intraorçamentárias.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de natureza patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens relevantes para maior compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1. Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) apresentou como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida em 25 de agosto de 2008 pelo então Ministério da Fazenda, a qual ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado na implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), na uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs) e na implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem adotando uma série de providências para acompanhar todo o processo de convergência. Prova disso é que em 2013 o novo PCASP foi implantado, com base no PCASP estabelecido para os entes da Federação, e todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas ao novo padrão de contas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Em 2023, houve a adequação das seguintes contas contábeis do Estado à codificação prevista no PCASP Estendido, constante no Anexo III da IPC 00 (Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade).

PCASP SC 2022		PCASP SC 2023	
1.1.9.1.1.00.00.00	Prêmios de Seguros a Apropriar - Consolidação	1.1.9.1.1.99.00.00	Outros Prêmios de Seguros a Apropriar
1.1.9.8.1.02.00.00	Licença de Uso de Antivírus	1.1.9.3.1.00.00.00	Assinaturas e Anuidades a Apropriar - Consolidação
1.2.1.1.1.03.04.00	Financiamento Habitacional a Receber	1.2.1.1.1.03.02.01	Financiamento Habitacional a Receber
1.2.1.1.1.03.05.00	Financiamento Simples a Receber	1.2.1.1.1.03.02.02	Financiamento Simples a Receber
1.2.1.1.1.03.09.01	FINSOCIAL Infraestrutura - F. Terras	1.2.1.1.1.03.02.03	FINSOCIAL Infraestrutura - F. Terras
1.2.1.1.1.03.09.02	Crédito Fundiário - F. Terras	1.2.1.1.1.03.02.04	Crédito Fundiário - F. Terras
1.2.1.1.1.03.09.03	Infraestrutura - F. Terras	1.2.1.1.1.03.02.05	Infraestrutura - F. Terras
1.2.1.1.1.03.09.04	Fomento CM Geral - FDR	1.2.1.1.1.03.02.06	Fomento CM Geral - FDR
1.2.1.1.1.03.09.05	Crédito de Emergência - FDR	1.2.1.1.1.03.02.07	Crédito de Emergência - FDR
1.2.1.1.1.03.09.06	Projeto Terra Boa - Forrageiras - FDR	1.2.1.1.1.03.02.08	Projeto Terra Boa - Forrageiras - FDR
1.2.1.1.1.03.09.07	Projeto Florestal Geração de Trabalho e Renda - FDR	1.2.1.1.1.03.02.09	Projeto Florestal Geração de Trabalho e Renda - FDR
1.2.1.1.1.03.09.08	Projeto Água para o Campo - CISTERNAS - FDR	1.2.1.1.1.03.02.10	Projeto Água para o Campo - CISTERNAS - FDR
1.2.3.1.1.01.01.00	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.2.3.1.1.01.99.00	Outras Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas
1.2.3.1.1.02.00.00	Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.2.3.1.1.02.02.00	Equipamentos de Tecnologia da Informação
1.2.3.1.1.08.00.00	Armamentos	1.2.3.1.1.09.00.00	Armamentos

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

PCASP SC 2022		PCASP SC 2023	
1.2.3.1.1.09.00.00	Semoventes	1.2.3.1.1.10.00.00	Semoventes
1.2.3.1.1.10.00.00	Peças não Incorporáveis a Imóveis	1.2.3.1.1.99.99.01	Peças não Incorporáveis a Imóveis
1.2.3.1.1.99.01.00	Bens em Poder de Outra Unidade ou de Terceiros	1.2.3.1.1.99.02.00	Bens em Poder de Outra Unidade ou de Terceiros
1.2.3.1.1.99.06.00	Bens Móveis a Classificar	1.2.3.1.1.99.08.00	Bens Móveis a Classificar
1.2.3.1.1.99.07.00	Bens Móveis de Terceiros em Poder do Estado	1.2.3.1.1.99.99.02	Bens Móveis de Terceiros em Poder do Estado
1.2.3.1.1.99.08.00	Bens Móveis Decorrentes da extinção das ADRs - LC nº 741/2019	1.2.3.1.1.99.99.03	Bens Móveis Decorrentes da Extinção das ADRs - LC nº 741/2019
1.2.3.1.1.99.99.00	Outros Bens Móveis	1.2.3.1.1.99.99.99	Outros Bens Móveis
1.2.3.2.1.01.06.00	Aeroportos/Estações/Aeródromos	1.2.3.2.1.01.07.00	Aeroportos/Estações/Aeródromos
1.2.3.2.1.01.07.00	Imóveis de Uso Educacional	1.2.3.2.1.01.08.00	Imóveis de Uso Educacional
1.2.3.2.1.01.13.00	Hospitais	1.2.3.2.1.01.15.00	Hospitais e Unidades de Saúde
1.2.3.2.1.02.00.00	Bens Dominicais	1.2.3.2.1.04.00.00	Bens Dominicais
1.2.3.2.1.02.01.00	Edificações	1.2.3.2.1.04.01.00	Edifícios
1.2.3.2.1.02.02.00	Terrenos	1.2.3.2.1.04.13.00	Terrenos
1.2.3.2.1.02.99.00	Outros Bens Dominicais	1.2.3.2.1.04.99.00	Outros Bens Dominicais
1.2.3.2.1.03.00.00	Bens de Uso Comum do Povo	1.2.3.2.1.05.00.00	Bens de Uso Comum do Povo
1.2.3.2.1.03.01.00	Ruas/Estradas/Rodovias	1.2.3.2.1.05.03.00	Estradas
1.2.3.2.1.03.01.01	Rodovias Pavimentadas	1.2.3.2.1.05.03.01	Rodovias Pavimentadas
1.2.3.2.1.03.01.02	Rodovias não Pavimentadas	1.2.3.2.1.05.03.02	Rodovias não Pavimentadas
1.2.3.2.1.03.03.00	Pontes e Viadutos	1.2.3.2.1.05.04.00	Pontes
1.2.3.2.1.03.04.00	Túneis	1.2.3.2.1.05.10.00	Túneis
1.2.3.2.1.03.05.00	Barragens	1.2.3.2.1.05.11.00	Barragens
1.2.3.2.1.03.99.00	Outros Bens de Uso Comum do Povo	1.2.3.2.1.05.99.00	Outros Bens de Uso Comum do Povo
1.2.3.2.1.99.04.00	Bens Imóveis a Classificar	1.2.3.2.1.99.05.00	Bens Imóveis a Classificar
1.2.3.8.1.01.06.00	(-) Dep. Acum. Armamentos	1.2.3.8.1.01.09.00	(-) Dep. Acum. Armamentos
1.2.3.8.1.01.07.00	(-) Dep. Acum. Semoventes	1.2.3.8.1.01.10.00	(-) Dep. Acum. Semoventes
1.2.3.8.1.01.08.00	(-) Dep. Acum. Peças não Incorporáveis a Imóveis	1.2.3.8.1.01.99.01	(-) Dep. Acum. Peças não Incorporáveis a Imóveis
1.2.3.8.1.01.98.00	(-) Dep. Acum. Bens Móveis Decorrentes da Extinção das ADRs - LC nº 741/2019	1.2.3.8.1.01.99.02	(-) Dep. Acum. Bens Móveis Decorrentes da Extinção das ADRs - LC nº 741/2019
1.2.3.8.1.01.99.00	(-) Dep. Acum. Demais Bens Móveis	1.2.3.8.1.01.99.99	(-) Dep. Acum. Demais Bens Móveis
1.2.3.8.1.02.04.00	(-) Dep. Acum. Instalações	1.2.3.8.1.02.05.00	(-) Dep. Acum. Instalações

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

PCASP SC 2022		PCASP SC 2023	
1.2.3.8.1.02.05.00	(-) Dep. Acum. Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	1.2.3.8.1.02.06.00	(-) Dep. Acum. Benfeitorias em Propriedades de Terceiros
1.2.3.8.1.02.06.00	(-) Dep. Acum. Demais Bens Imóveis	1.2.3.8.1.02.99.00	(-) Dep. Acum. Demais Bens Imóveis
1.2.3.9.1.01.06.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Bens Móveis em Andamento	1.2.3.9.1.01.07.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Bens Móveis em Andamento
1.2.3.9.1.01.07.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Armamentos	1.2.3.9.1.01.09.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Armamentos
1.2.3.9.1.01.08.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Semoventes	1.2.3.9.1.01.10.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Semoventes
1.2.3.9.1.01.09.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Demais Bens Móveis	1.2.3.9.1.01.99.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Demais Bens Móveis
1.2.3.9.1.02.07.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Demais Bens Imóveis	1.2.3.9.1.02.99.00	(-) Redução Vlr. Recuperável - Demais Bens Imóveis
3.4.3.3.1.01.00.00	Variações Monetárias e Cambiais de Dívida Mobiliária	3.4.3.3.1.01.00.00	Variações Monetárias da Dívida Mobiliária
		3.4.3.3.1.02.00.00	Variações Cambiais da Dívida Mobiliária
3.9.9.9.2.01.00.00	VPD Reconhecimento de Passivo - Participação Receitas do Estado	3.9.9.9.2.90.00.00	VPD Reconhecimento de Passivo - Participação Receitas do Estado
3.9.9.9.2.02.00.00	VPD Desincorporação do Direito - Participação Receitas do Estado	3.9.9.9.2.91.00.00	VPD Desincorporação do Direito - Participação Receitas do Estado
4.4.1.1.1.00.00.00	Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Consolidação	4.4.1.1.1.01.00.00	Juros e Encargos de Empréstimos a Segurados do RPPS - Fundo em Capitalização
		4.4.1.1.1.99.00.00	Outros Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos
4.4.3.1.3.01.00.00	Variações Monetárias e Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos	4.4.3.1.3.01.00.00	Variações Monetárias de Empréstimos Internos Concedidos
		4.4.3.1.3.02.00.00	Variações Cambiais de Empréstimos Internos Concedidos
4.4.3.3.1.01.00.00	Variações Monetárias e Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos	4.4.3.3.1.01.00.00	Variações Monetárias de Financiamentos Internos Concedidos
		4.4.3.3.1.02.00.00	Variações Cambiais de Financiamentos Internos Concedidos
4.9.9.9.2.01.00.00	VPA Reconhecimento de Direito - Participação Receitas do Estado	4.9.9.9.2.90.00.00	VPA Reconhecimento de Direito - Participação Receitas do Estado
4.9.9.9.2.02.00.00	VPA Desincorporação de Passivo - Participação Receitas do Estado	4.9.9.9.2.91.00.00	VPA Desincorporação de Passivo - Participação Receitas do Estado
7.9.5.2.1.00.00.00	Controle de Créditos Tributários a Receber	7.9.9.4.3.00.00.00	Controle de Créditos Tributários a Receber
7.9.5.2.2.00.00.00	Controle de Créditos Não Tributários a Receber	7.9.9.4.4.00.00.00	Controle de Créditos Não Tributários a Receber

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

PCASP SC 2022		PCASP SC 2023	
7.9.5.4.1.00.00.00	Controle de Participações Permanentes	7.9.9.4.5.00.00.00	Controle de Participações Permanentes
8.9.5.2.1.00.00.00	Controle de Créditos Tributários a Receber	8.9.9.4.3.00.00.00	Controle de Créditos Tributários a Receber
8.9.5.2.1.01.00.00	Créditos em Notificações Fiscais	8.9.9.4.3.01.00.00	Créditos em Notificações Fiscais
8.9.5.2.1.02.00.00	Créditos em Contencioso Administrativo Tributário	8.9.9.4.3.02.00.00	Créditos em Contencioso Administrativo Tributário
8.9.5.2.1.02.01.00	Tempestivos	8.9.9.4.3.02.01.00	Tempestivos
8.9.5.2.1.02.02.00	Intempestivos	8.9.9.4.3.02.02.00	Intempestivos
8.9.5.2.1.02.03.00	Finalizado	8.9.9.4.3.02.03.00	Finalizado
8.9.5.2.2.00.00.00	Controle de Créditos Não Tributários a Receber	8.9.9.4.4.00.00.00	Controle de Créditos Não Tributários a Receber
8.9.5.2.2.01.00.00	Controle de Multas a Receber	8.9.9.4.4.01.00.00	Controle de Multas a Receber
8.9.5.2.2.01.01.00	Multas Emitidas	8.9.9.4.4.01.01.00	Multas Emitidas
8.9.5.2.2.01.02.00	Multas com Recurso	8.9.9.4.4.01.02.00	Multas com Recurso
8.9.5.2.2.01.03.00	Multas com Recurso Indeferido	8.9.9.4.4.01.03.00	Multas com Recurso Indeferido
8.9.5.2.2.01.04.00	Multas com Recurso Deferido	8.9.9.4.4.01.04.00	Multas com Recurso Deferido
8.9.5.2.2.01.05.00	Multas Recebidas Sem Recurso	8.9.9.4.4.01.05.00	Multas Recebidas Sem Recurso
8.9.5.2.2.01.06.00	Multas Recebidas Com Recurso	8.9.9.4.4.01.06.00	Multas Recebidas Com Recurso
8.9.5.2.2.01.07.00	Multas Recebidas Com Recurso Indeferido	8.9.9.4.4.01.07.00	Multas Recebidas Com Recurso Indeferido
8.9.5.4.0.00.00.00	Controle de Investimentos	8.9.9.4.5.00.00.00	Controle de Investimentos
8.9.5.4.1.00.00.00	Controle de Participações Permanentes	8.9.9.4.5.01.00.00	Controle de Participações Permanentes
8.9.5.4.1.01.00.00	Controle de Participações Permanentes Avaliadas pelo MEP	8.9.9.4.5.01.01.00	Controle de Participações Permanentes Avaliadas pelo MEP
8.9.5.4.1.01.01.00	Atualizações Negativas de Participações Avaliadas pelo MEP	8.9.9.4.5.01.01.01	Atualizações Negativas de Participações Avaliadas pelo MEP
8.9.5.4.1.01.02.00	Atualizações Positivas de Participações Avaliadas pelo MEP	8.9.9.4.5.01.01.02	Atualizações Positivas de Participações Avaliadas pelo MEP

Além da constante manutenção e evolução do PCASP, Santa Catarina também concentrou seus esforços na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCPs), que consiste em definir estratégias e prazos para implantar, de forma gradual, os procedimentos patrimoniais necessários à convergência.

Atendimento dos prazos dos PCPs determinados pela Portaria nº 548/2015

Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Estados e Distrito Federal	Santa Catarina
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas	2020	Implantado
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2020	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2017	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2019	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2019	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2019	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável	2022	Implantado
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBCs TSP e o MCASP)	A ser definido em ato normativo específico ²²	Não iniciado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias	2019	Implantado
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)	2017	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos civis e militares	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência	2016	Implantado
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais, amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável	2020	Implantado
16. Outros ativos intangíveis e eventuais, amortização e redução ao valor recuperável	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

22 Prazo suspenso pela Portaria ME/SEF/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022.

Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Estados e Distrito Federal	Santa Catarina
17. Reconhecimento, mensuração e evidência dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	2019	Implantado
18. Reconhecimento, mensuração e evidência dos estoques	2021	Implantado
19. Reconhecimento, mensuração e evidência dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBCs TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

6. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos das notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os totais poderão, eventualmente, divergir do somatório das partes em razão dos arredondamentos, que seguem a regra de arredondamento da ABNT 5891.

7. USO DE JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a. a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição;
- b. no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos dos últimos três anos para os valores de longo prazo. Para os valores inscritos em dívida ativa de curto prazo, o cálculo é realizado pela diferença entre o valor estimado de recebimento previsto na Lei Orçamentária Anual e o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF;
- c. na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/1/2010, adotou-se inicialmente para cálculo dos encargos de depreciação, amortização e exaustão o método das quotas constantes, bem como os critérios definidos pela Secretaria da Receita Federal, por meio da Instrução Normativa SRF nº 162, de 31 de dezembro de 1998, então revogada. A partir de 2021, conforme prevê o Decreto Estadual nº 1.479/2021, cabe à comissão técnica específica, constituída no âmbito da entidade, realizar procedimento de reavaliação no qual deverá ser determinada a vida útil remanescente do bem. No caso dos intangíveis, o Decreto Estadual nº 1.142/2021 instituiu a política de gestão dos ativos intangíveis e atribuiu ao órgão ou à entidade a

responsabilidade de avaliação da vida útil do ativo intangível, podendo ser definida ou indefinida (quando não existe um limite previsível para sua vida útil). No caso dos ativos de infraestrutura, a vida útil está definida no Anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001/2015;

- d. os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada data-base. A Nota Explicativa nº 28 detalha as principais premissas utilizadas na avaliação atuarial; e
- e. os riscos fiscais, tais como cíveis e trabalhistas, são reconhecidos de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificados como passivo contingente ou como provisão. A Portaria GAB/PGE nº 102/2021 estabelece os critérios e procedimentos a serem observados pela Procuradoria-Geral do Estado na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas em face do Estado de Santa Catarina e de suas autarquias ou fundações públicas que possam representar riscos fiscais. A classificação das ações quanto à probabilidade de perda deverá observar os seguintes critérios: risco provável; risco possível; e risco remoto.

8. DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia 29/2/2024 pelo Secretário de Estado da Fazenda.

9. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. **Caixa e Equivalentes de Caixa**

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b. **Estoques**

O Decreto nº 1.479/2021 estabelece a forma de mensuração dos estoques do Estado. A Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 05/2021, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, orienta quanto aos procedimentos contábeis relacionados ao reconhecimento, à mensuração e à evidenciação dos estoques do ativo circulante.

Os bens de almoxarifado são mensurados pelo preço médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III do art. 106 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Os

demais estoques são mensurados pelo valor de custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor, exceto:

- I. os estoques adquiridos por meio de transação sem contraprestação, que são mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição; e*
- II. materiais para distribuição gratuita ou por valor irrisório ou consumidos no processo de produção de materiais para distribuição gratuita ou por valor irrisório, que são mensurados pelo custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois o menor.*

c. Participações em Empresas

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo a data-base do último balanço de cada entidade especificada no Relatório de Participação Acionária do Estado, apresentado no Volume 2 desta prestação de contas governamental. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais, para fins de equivalência patrimonial, ocorre pela diferença de data de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas).

d. Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Plano em Capitalização

As aplicações em segmento de imóveis estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

e. Imobilizado

Em Santa Catarina, a gestão patrimonial está regulamentada atualmente pelo Decreto Estadual nº 1.479/2021, que instituiu a Política de Modernização da Gestão Patrimonial aplicável à administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado, inclusive seus fundos, e, no que couber, às empresas estatais dependentes. As Notas Técnicas de Procedimentos Contábeis nºs 04/2021 e 06/2021, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, orientam quanto ao reconhecimento, à mensuração, à evidenciação, à depreciação, à amortização ou à exaustão, à reavaliação, à redução ao valor recuperável e ao desconhecimento dos bens móveis e dos bens imóveis, respectivamente, do ativo imobilizado.

Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo, e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento tecnicamente válido ou no valor patrimonial definido nos termos da doação, quando esse último for representativo de seu valor justo.

No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial quanto aos bens de uso especial e aos dominicais. No que se refere aos bens de infraestrutura, a gestão e o controle patrimonial ficam a cargo da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

f. Intangível

A política de Gestão dos Ativos Intangíveis do Estado, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, foi instituída pelo Decreto nº 1.142/2021. A Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 002/2021, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, esclarece as formas de reconhecimento, de mensuração, de avaliação e de evidenciação dos ativos intangíveis.

Para fins deste Balanço e em consonância com o Decreto Estadual nº 1.142/2021, são considerados ativos intangíveis de Santa Catarina os bens que não possuam existência física ou financeira mas que constituam valor para a atividade pública, podendo ser reconhecidos contabilmente, e que representem benefício futuro, direto ou indireto para o Estado, sendo fundamentais para o bom desempenho gerencial e operacional da administração pública estadual.

No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis do Estado são mensurados pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta pela administração do órgão ou da entidade. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

g. Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Todos os bens adquiridos no período anterior a 1º/1/2010, segundo o disposto no Decreto Estadual nº 3.486/2010, revogado pelo Decreto nº 1.479/2021, necessariamente deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução ao valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal. A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução ao valor recuperável para os bens registrados no patrimônio em período anterior a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, visto tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender a norma contábil aplicável à matéria bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

Atualmente, o art. 32 do Decreto Estadual nº 1.479/2021 estabelece que o modelo de mensuração dos bens imóveis após o reconhecimento inicial no Estado de Santa Catarina é o de reavaliação²³.

23 O modelo da reavaliação estabelece que o item do ativo imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado confiavelmente deve ser apresentado pelo seu valor reavaliado, correspondente ao seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas subsequentes.

Para os bens móveis, após o reconhecimento inicial é aplicado o modelo do custo²⁴, conforme o art. 23 do Decreto nº 1.479/2021, admitindo-se o modelo da reavaliação para os grupos veículos, aeronaves e embarcações.

Em virtude da reavaliação, havendo aumento do valor contábil de uma classe do ativo, esse acréscimo será reconhecido à conta de reserva de reavaliação, salvo quando se tratar de uma reversão de decréscimo do valor contábil da classe anteriormente reconhecido no resultado. Havendo diminuição no valor contábil de uma classe do ativo, o reconhecimento se dará nas contas de resultado. Entretanto, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo deve ser debitada diretamente da reserva de reavaliação até o limite de qualquer saldo existente referente àquela classe de ativo.

Já os ativos intangíveis, após o seu reconhecimento inicial, são mensurados também pelo modelo de custo.

h. Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação/amortização/exaustão dos bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 e dos bens reavaliados foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 1.479/2021, a depreciação/amortização/exaustão dos bens adquiridos e postos em operação deve utilizar o método das cotas constantes²⁵, como determina o art. 46 do decreto.

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo estadual obedecem à NBC TSP nº 07/2017, a qual apresenta que, uma vez atendidos os critérios para reconhecimento, os ativos de infraestrutura devem ser mensurados pelo valor de custo.

O Estado de Santa Catarina adota o método linear para amortização de intangíveis quando for possível determinar a vida útil desses intangíveis. Os intangíveis com vida útil indefinida não serão amortizados.

i. Depósitos Judiciais

O Estado de Santa Catarina optou por registrar como outras receitas de capital os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também foi reconhecida uma obrigação do Estado pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial é feito no grupo Demais Obrigações a Longo Prazo.

Os depósitos judiciais dos quais Santa Catarina não é parte, previstos na Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e na Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de

24 O modelo do custo consiste na apresentação do ativo imobilizado pelo custo inicial menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

25 O método das cotas constantes utiliza taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo caso o seu valor residual não se altere.

2017, foram registrados como outras receitas de capital, com reconhecimento do passivo no grupo Demais Obrigações de Longo Prazo, e seguem a Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais.

Com base nos entendimentos e nas normas explanados, em 2020 a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais publicou a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 003/2020, que trata do roteiro da contabilização dos recursos repassados ao Estado, oriundos dos depósitos judiciais dos quais o ente seja parte bem como dos depósitos de terceiros.

j. Custos dos Empréstimos

Reconheceram-se os custos dos empréstimos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

k. Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício anterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar processados.

Em 2020, Santa Catarina passou a adotar a política de considerar as retenções de restos a pagar como pagas no momento da retenção, para fins dos controles contábeis orçamentários desses restos a pagar.

A partir de 2017, os restos a pagar processados inscritos que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício permanecem registrados no passivo financeiro.

l. Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

m. Registro da Receita Orçamentária

Santa Catarina adota como política contábil o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta do Poder Executivo na unidade gestora que representa o Tesouro do Estado. Também têm registro de receita orçamentária os Poderes e órgãos autônomos, os fundos especiais, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes.

n. Distinção entre Circulante e não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraordinários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados em sua maioria como circulante.

Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, que estende o prazo para quitação dos precatórios pendentes até 31/12/2029.

A reclassificação do saldo para as contas de precatórios de pessoal e de terceiros levou em conta a expectativa de desembolso no ano, considerando o histórico dos valores pagos pelo Tribunal de Justiça nos últimos anos.

o. Receita de Transações sem Contraprestação

O ICMS e o ITCMD lançados por homologação passaram a ser registrados pelo regime de competência a partir de 2018. O ICMS e o ITCMD, lançados de ofício e parcelados, são reconhecidos pelo regime de competência. Já o IPVA é integralmente registrado pelo regime de competência.

p. Receita de Transações com Contraprestação

As receitas de prestação de serviços e de vendas de mercadorias bem como dividendos e distribuições similares são reconhecidos pelo regime de competência. Royalties são reconhecidos pelo regime de caixa.

q. Desvinculação das Receitas Estaduais

O Estado de Santa Catarina aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que desvinculou 30% das receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2023, e outras receitas correntes.

Dessa forma, os decretos que aprovaram a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais estabeleceram a desvinculação das receitas aplicável aos recursos estaduais.

r. Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e registrados na natureza de informação típica de controle e, conforme o caso, na natureza de informação patrimonial. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando mensurados com segurança (vide Nota Explicativa nº 46). Os registros contábeis se baseiam na Instrução de Procedimento Contábil nº 16 (IPC 16 - Benefícios Fiscais) da Secretaria do Tesouro Nacional, no MCASP e na NTPC nº 004/2018, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais.

s. **Passivos sem Execução Orçamentária**

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência estabelecido no inciso II do caput do art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, às NBCs TSP e ao art. 31, parágrafo único, do Decreto nº 2.236/2022.

t. **Apuração do Resultado**

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

u. **Sequestros Judiciais**

Os registros contábeis dos sequestros judiciais tomam como base a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2018, que dispõe sobre o registro do ativo financeiro pelo sequestro.

Os valores sequestrados nas contas bancárias das quais o Estado de Santa Catarina é o titular são controlados e registrados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual. Já os valores sequestrados nas contas bancárias de titularidade dos órgãos e das entidades são registrados na respectiva unidade gestora.

Após a identificação da natureza do sequestro deve ser realizada a regularização orçamentária da despesa judicial no órgão de origem, com a consequente baixa do ativo financeiro.

v. **Provisão Matemática Previdenciária**

Em 2020, com a edição da Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2020, Santa Catarina passou a apresentar as Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) de acordo com o regramento e as contas contábeis aplicados ao Plano Previdenciário, sendo que o resultado atuarial passou a impactar o patrimônio do Estado.

w. **Aquisição Financiada de Bens**

Santa Catarina adota como política para o registro orçamentário das aquisições financiadas de bens a opção em que no momento da aquisição não há registro orçamentário, conforme admitido pelo MCASP. Desse modo, ao serem pagas as parcelas, há registro de despesa orçamentária com amortizações e encargos do financiamento, não sendo registradas receitas orçamentárias porque não há previsão de efetivo ingresso nos cofres públicos.

x. Remuneração de Depósitos Bancários

Santa Catarina adota como política reconhecer os rendimentos dos seus depósitos bancários, especialmente para identificar a vinculação de cada depósito, por meio do mecanismo da destinação, controlando as disponibilidades financeiras por fonte de recursos, de acordo com opção prevista no MCASP.

y. Fontes ou Destinação de Recursos

Entende-se por fonte ou destinação de recursos o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa. A estrutura de codificação da fonte de recursos, de utilização obrigatória para os entes da Federação, está definida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021, que estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de forma obrigatória a partir do exercício de 2023.

O Tesouro Nacional, em atenção ao § 4º do art. 1º da Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, editou a Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, com atualizações posteriores, que estabeleceu a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada para estados, Distrito Federal e municípios.

Em Santa Catarina, o Decreto nº 2.141, de 31 de agosto de 2022, aprovou a classificação das fontes ou destinações de recursos para o Estado, e a Portaria nº 003/2023, da Secretaria de Estado da Fazenda, apresentou a tabela de correlação entre as fontes ou destinações de recursos vigentes até 31 de dezembro de 2022 bem como o novo padrão de classificação, aprovado pelo Decreto nº 2.141/2022, vigente a partir do exercício financeiro de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS

10. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

R\$ milhares

Caixa e Equivalentes de Caixa	31/12/2023	31/12/2022
Conta Única - Tesouro	13	1
Banco do Brasil	5.106.840	3.033.556
Caixa Econômica Federal	0,06	0,75
(-) Aplicações Financeiras da Conta Única	(5.106.827)	(3.033.556)
Conta Única - RPPS	-	-
Bancos Conta Movimento - Fundo em Capitalização	695.134	701.056
Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	55.069	31.266
(-) Aplicações Financeiras - Fundo em Capitalização	(695.134)	(701.056)
(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração	(55.069)	(31.266)
Outras Contas	14.182	18.971
Banco do Brasil - Outras Contas	3.642.462	3.336.660
Caixa Econômica Federal	7.652.386	7.004.490
(-) Aplicações Financeiras - Outros Bancos	(11.280.666)	(10.322.179)
Arrecadação Indireta	32.046	22.965
Aplicações Financeiras	16.387.494	13.355.735
Poupança	44.362	43.440
Fundos	16.148.673	13.110.511
Outras Aplicações	194.459	201.784
TOTAL	16.433.735	13.397.672

Conta Única - Tesouro

A administração financeira do Estado observa o princípio da unidade de tesouraria e é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única, abrangendo todas as fontes de recursos dos órgãos e das entidades da administração pública estadual. São exceção os recursos vinculados ao Regime Próprio de Previdência, os arrecadados pelo Fundo para a Infância e Adolescência e pelo Fundo Estadual do Idoso, bem como aqueles com vinculação de aplicação junto ao agente financeiro atual (Banco do Brasil). A utilização do Sistema Financeiro de Conta Única tem o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da administração pública estadual poderão ser aplicadas em instituições financeiras oficiais, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos, sendo:

- a. *títulos públicos federais;*
- b. *operações compromissadas lastreadas em títulos da dívida pública federal;*
- c. *operações compromissadas lastreadas em títulos de responsabilidade de instituições financeiras oficiais que possuam classificação de risco equivalente aos títulos da dívida pública federal;*
- d. *demais títulos de renda fixa de emissão de instituição financeira oficial que possuam classificação de risco equivalente aos títulos da dívida pública federal; ou*
- e. *fundos de investimento com lastro predominante em títulos públicos federais, constituídos das demais modalidades de investimento previstas acima.*

Além disso, o Sistema Financeiro de Conta Única também tem como objetivo prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, com vistas ao atendimento dos Encargos Gerais do Estado, para utilizar eventual disponibilidade que garanta a liquidez de obrigações estaduais ou para reduzir o custo da dívida pública (art. 132, § 2º, da LC nº 741/2019).

Para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única e para evitar dupla contagem utilizam-se as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras da Conta Única”. O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo Aplicações Financeiras.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS) de todos os Poderes. Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras “(-) Aplicações Financeiras - Fundo em Capitalização” e “(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração” demonstram os recursos financeiros aplicados do RPPS. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS (1.1.4.0.0.00.00.00 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo) está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1.0.0.00.00.00), conforme a Nota Explicativa nº 18.

Outras Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios, de operações de crédito e de depósitos judiciais.

Arrecadação Indireta

A arrecadação indireta representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e ainda não recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. São os valores recolhidos pelos contribuintes e que ainda não foram repassados aos cofres públicos. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, e que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 132, § 4º, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e de operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras.

R\$ milhares

Aplicações Financeiras	31/12/2023			
	Poupança	Fundos	Outras Aplicações	Total
Executivo	43.946	6.363.057	0,001	6.407.003
Judiciário	416	9.354.158	-	9.354.574
Assembleia Legislativa do Estado	-	114.790	-	114.790
Tribunal de Contas do Estado	-	-	194.459	194.459
Ministério Público	-	316.667	-	316.667
TOTAL	44.362	16.148.673	194.459	16.387.494

Cabe ressaltar que, no Poder Judiciário, do valor de R\$ 9,35 bilhões aplicados em fundos, R\$ 7,14 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato. Trata-se de recursos de depósitos judiciais que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, devem ser aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide Nota Explicativa nº 30 - Depósitos Judiciais de Curto Prazo).

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

O crédito tributário é um direito do Estado decorrente da cobrança de tributos.

De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a conta contábil Créditos Tributários a Receber compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis em até 12 meses da data das demonstrações. Desse modo, a partir do momento em que se reconhece o fato gerador, procede-se ao registro contábil do direito dos créditos tributários a receber, em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, o que representa o registro da variação patrimonial aumentativa por competência.

Em 2023, o valor dos créditos tributários a receber, após o ajuste de perdas, totalizou R\$ 7,05 bilhões, registrando um aumento de 13,0% quando comparado a 2022. Esses créditos são predominantemente contabilizados no Tesouro Estadual.

R\$ milhares

Créditos Tributários a Receber	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos	4.162.994	-	4.162.994	3.553.357	-	3.553.357
Taxas	58.449	-	58.449	54.432	-	54.432
Créditos Tributários Parcelados	626.799	397.311	1.024.109	1.065.090	-	1.065.090
Créditos Tributários PRODEC	-	1.859.915	1.859.915	-	1.619.383	1.619.383
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	4.848.242	2.257.226	7.105.468	4.672.879	1.619.383	6.292.262
Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(56.868)	-	(56.868)	(53.218)	-	(53.218)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	4.791.374	2.257.226	7.048.600	4.619.660	1.619.383	6.239.044

Impostos

Os créditos tributários a receber de impostos são os valores a receber decorrentes de “transações sem contraprestação”, que se referem à obrigatoriedade de transferência de recursos pelos contribuintes ao Governo sem o devido retorno de forma direta e imediata.

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto, todavia, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelo Estado pertence aos municípios. Para refletir tal situação e em decorrência dos princípios contábeis, são provisionados os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo, que encerrou o exercício com o montante de R\$ 2,53 bilhões, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 28 - Provisões.

A conta Créditos Tributários a Receber de Impostos é detalhada conforme tabela a seguir.

R\$ milhares

Créditos Tributários a Receber de Impostos	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	3.594.496	-	3.594.496	2.879.397	-	2.879.397
IPVA	439.484	-	439.484	548.865	-	548.865
ITCMD	129.014	-	129.014	125.094	-	125.094
TOTAL	4.162.994	-	4.162.994	3.553.357	-	3.553.357

Taxas

Esta conta registra os valores a receber decorrentes de prestação de serviços que apresentam como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

O art. 78 do Código Tributário Nacional (CTN) define como poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Já as taxas cobradas pela prestação de serviços têm como fato gerador a utilização de determinados serviços públicos. A taxa poderá ser cobrada mesmo que o particular não utilize o serviço. Para tanto, basta que o poder público disponibilize o serviço ao contribuinte.

Na sequência apresenta-se o detalhamento da conta Créditos Tributários a Receber de Taxas.

R\$ milhares

Créditos Tributários a Receber de Taxas	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	15.913	-	15.913	13.364	-	13.364
Taxas pela Prestação de Serviços	42.536	-	42.536	41.068	-	41.068
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	58.449	-	58.449	54.432	-	54.432
Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(56.868)	-	(56.868)	(53.218)	-	(53.218)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	1.581	-	1.581	1.213	-	1.213

Em 2023, o valor registrado na conta Créditos Tributários a Receber de Taxas teve um aumento de 7,4% quando comparado a 2022. Ressalta-se que o saldo (R\$ 58,45 milhões) está registrado na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (97,4%) e na Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (2,6%).

No que se refere ao Ajuste de Perdas de Créditos Tributários, o saldo é decorrente de provisão para perdas dos valores registrados nas contas Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços, sendo este saldo registrado na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na unidade gestora do Tesouro Estadual. Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb são provisionados nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 - Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo.

R\$ milhares

Créditos Tributários Parcelados	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS Parcelamento	527.793	396.086	923.879	922.681	-	922.681
ITCMD Parcelamento	99.006	1.225	100.230	142.409	-	142.409
TOTAL	626.799	397.311	1.024.109	1.065.090	-	1.065.090

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas no Estado. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

Cabe destacar que o Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, que regulamenta a Lei nº 13.342, de 10 de março de 2005, e que dispõe sobre o PRODEC e o FADESC, estabelece que a formalização das operações dar-se-á por contrato, através de cláusulas adequadas, constantes de instrumento autônomo, para cada modalidade de operação, de acordo com as normas usuais para financiamento de longo prazo, conforme previsto no art. 25 do referido decreto.

O valor registrado na conta refere-se ao somatório das parcelas fruídas pelas empresas beneficiárias deduzidas pelo valor da receita das parcelas pagas após a carência contratual do PRODEC, observadas as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses já efetuados aos municípios. Os registros são feitos com base em relatórios mensais emitidos pelo FADESC. A Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 006/2008 estabelece que o registro contábil da fruição dos contratos deverá ser realizado na conta contábil 1.2.1.1.1.01.06 – Créditos Tributários PRODEC por meio de nota de lançamento.

12. CLIENTES

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas e prestação de serviços, ou seja, em geral receitas provenientes de transações e de eventos com contraprestação. Têm-se como exemplo de transação que contribui para o registro de valores na conta Clientes as receitas provenientes da agricultura, realizadas pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) e pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri).

R\$ milhares

Valores a Receber por Tipo de Receita	31/12/2023	31/12/2022
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Vendas	517	493
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Prestação de Serviços	5.447	8.023
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	5.965	8.516
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(1.910)	(4.073)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	4.055	4.442

Em 2023, do saldo registrado na conta Clientes antes do ajuste de perdas, 91,3% referiam-se a valores a receber sobre a prestação de serviços. Evidenciou-se uma redução de 30,0% no total de valores a receber antes do ajuste de perdas na comparação com 2022. Se for considerado o valor de ajuste de perdas de clientes, o saldo registrado na conta Clientes reduziu 8,7% quando comparado ao último exercício.

Na tabela a seguir a conta Clientes é detalhada por tipo de receita e unidade gestora.

R\$ milhares

Valores a Receber por Tipo de Receita e Unidade Gestora	31/12/2023	31/12/2022
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Vendas	517	493
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	477	453
Fundação Catarinense de Cultura	40	40
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Prestação de Serviços	5.447	8.023
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	2.192	3.177
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	1.028	341
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	1	1
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	245	326
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	-	246
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	-	0,4
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	-	106
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	14	75
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	1.596	3.730
Fundação Catarinense de Cultura	3	23
Fundo Rotativo Regional Oeste	93	-
Fundo Rotativo Regional Sul	30	-
Fundo Rotativo Regional Norte	247	-
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	5.965	8.516
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(1.910)	(4.073)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	4.055	4.442

Em 2023, o saldo da conta Ajuste de Perdas de Clientes teve uma redução de 53,1% quando comparado ao exercício de 2022. Destaque para a reversão do Ajuste para Perdas com Clientes efetuada pela Unidade Gestora Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade no valor de R\$ 2,53 milhões.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São registrados nesta conta os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos. O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos registrou um aumento de 8,2% após o ajuste de perdas quando comparado a 2022.

Na tabela a seguir são apresentadas as unidades gestoras estaduais que possuem saldo nesta conta contábil.

R\$ milhares

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	12.660	411	13.070	13.392	712	14.104
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	8.023	8.023	-	7.867	7.867
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	572	350.952	351.524	5.885	304.674	310.560
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493
Encargos Gerais do Estado	-	6.798	6.798	-	18.268	18.268
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	13.231	380.677	393.908	19.277	346.015	365.292
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(12.604)	-	(12.604)	(12.971)	-	(12.971)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	627	380.677	381.304	6.306	346.015	352.320

Destaque para a Unidade Gestora Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, da Secretaria de Estado da Agricultura, que é detentora de 89,2% do valor total registrado na conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos antes do ajuste de perdas, apresentando um saldo de R\$ 351,52 milhões, distribuídos nos projetos listados a seguir.

R\$ milhares

Empréstimos e Financiamentos Concedidos pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total
Projeto Terra Boa - Forrageiras - FDR	1	-	1
Projeto Água para o Campo - CISTERNAS - FDR	571	4.491	5.061
Fomento CM Geral - FDR	-	310.028	310.028
Crédito de Emergência - FDR	-	16.201	16.201
Projeto Florestal Geração de Trabalho e Renda - FDR	-	20.021	20.021
Empréstimos Concedidos a Receber	-	3	3
Financiamento Habitacional a Receber	-	208	208
TOTAL	572	350.952	351.524

Dos projetos listados, destaca-se o Fomento CM Geral - FDR, que engloba os valores relativos a financiamentos concedidos pelo Estado a produtores rurais, o que representa 88,2% do valor total de empréstimos e financiamentos disponibilizados pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR).

14. DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

R\$ milhares

Dívida Ativa Tributária	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	928.273	24.377.299	25.305.573	660.990	22.265.602	22.926.592
IPVA	14.681	954.313	968.994	27.270	599.305	626.575
ITCMD	19.410	244.768	264.178	22.433	176.133	198.567
Outros Créditos	985	134.982	135.966	1.806	126.101	127.906
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	963.349	25.711.361	26.674.711	712.499	23.167.141	23.879.641
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	-	(25.661.177)	(25.661.177)	-	(23.124.400)	(23.124.400)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	963.349	50.185	1.013.534	712.499	42.741	755.241

Em 2023, o saldo da dívida ativa tributária, que é composto pelos créditos tributários a receber com prazo de pagamento vencido e pelos créditos tributários inscritos em dívida ativa parcelados, foi de R\$ 26,67 bilhões, gerando um aumento de 11,7% quando comparado a 2022 (R\$ 23,88 bilhões). O ICMS, principal tributo que compõe esse saldo, representa 94,9% do total da dívida ativa tributária antes do ajuste de perdas, seguido pelo IPVA (3,6%), pelo ITCMD (1,0%) e por outros créditos (0,5%).

É importante ressaltar que em 2023 não houve ajustes para perdas no que se refere aos valores inscritos em dívida ativa tributária de curto prazo, pois o valor já representa a expectativa de recebimento para o exercício de 2024, tendo como base a Lei Orçamentária Anual (LOA) ou o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF. A estimativa estadual considera como ajustes a diferença entre o valor a arrecadar previsto na LOA na rubrica da dívida ativa e o total de dívida ativa a curto prazo a arrecadar estimado pela GERAR.

A metodologia empregada para o cálculo da conta Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária está detalhada na Nota Explicativa nº 16.

Evolução do Saldo do Estoque da Dívida Ativa Tributária

R\$ milhares

Estoque da Dívida Ativa Tributária	2023	2022	2021	2020
ICMS	25.305.573	22.926.592	20.865.484	19.954.672
IPVA	968.994	626.575	604.358	603.414
ITCMD	264.178	198.567	136.486	139.695
Outros Créditos	135.966	127.906	132.291	128.842
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	26.674.711	23.879.641	21.738.619	20.826.622
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(25.661.177)	(23.124.400)	(21.311.440)	(20.404.783)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	1.013.534	755.241	427.179	421.840

Outros Créditos

Em 2023, o saldo da conta Outros Créditos encerrou o exercício com o montante de R\$ 135,97 milhões. Estão registrados nesse grupo, no ativo não circulante, os valores a receber (R\$ 77,49 milhões) pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça referentes aos registros de custas judiciais - civis e penais.

Cobrança da Dívida Ativa Tributária

R\$ milhares

Cobrança da Dívida Ativa Tributária	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Estoque da Dívida Ativa Tributária	26.617.011	23.827.121	21.738.387
Cobrança no Exercício	440.519	485.046	603.283

Fonte: Gerência de Contabilidade do Tesouro do Estado/SEF

Cabe destacar que os valores informados são os controlados pela Gerência de Arrecadação (GERAR), que envia mensalmente, através de planilhas, as informações à Gerência de Contabilidade do Tesouro do Estado (GECOT) - ambas são gerências da SEF. São essas informações que subsidiam os registros contábeis. Outrossim, as unidades gestoras que mantêm sistema próprio para controle de dívida ativa não estão sendo consideradas no valor apresentado. Dessa forma, a diferença existente entre o valor do estoque da dívida constante na Nota Explicativa nº 14 (R\$ 26,67 bilhões) e o valor controlado pela GECOT (R\$ 26,62 bilhões) refere-se à Dívida Ativa - Taxas, registrada na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, que encerrou o ano de 2023 com o saldo total antes do ajuste de perdas no montante de R\$ 57,70 milhões.

A íntegra com as informações sobre a dívida ativa tributária está contida no Relatório de Dívida Ativa do Estado, acostado ao Volume 2 deste Balanço.

15. DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas, como a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, o Fundo de Reaparelhamento da Justiça, a CIDASC, entre outros, em razão de suas atividades-fim. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária (vide Nota Explicativa nº 16).

R\$ milhares

Dívida Ativa não Tributária	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Ativa não Tributária Antes do Ajuste de Perdas	67.645	773.386	841.031	50.660	842.537	893.197
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária	(1.204)	(765.757)	(766.961)	(1.070)	(839.152)	(840.222)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	66.441	7.629	74.071	49.590	3.385	52.975

Em 2023, evidenciou-se uma redução de 5,8% da dívida ativa não tributária em comparação com 2022. Do total dessa dívida antes do ajuste de perdas, 36,3% estão contabilizados na Unidade Gestora Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

Cobrança da Dívida Ativa não Tributária

R\$ milhares

Cobrança da Dívida Ativa não Tributária	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Estoque da Dívida Ativa não Tributária	766.409	828.592	761.444
Cobrança no Exercício	70.057	54.577	47.238

Fonte: Diretoria do Tesouro Estadual/SEF

Os valores informados na tabela Cobrança da Dívida Ativa não Tributária são os controlados pela Gerência de Arrecadação (GERAR). Desse modo, não estão sendo considerados os valores registrados nas UGs que mantêm sistema próprio para controle de dívida ativa. Entre essas UGs estão a Secretaria de Estado da Educação (R\$ 3,35 milhões) e a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (R\$ 71,28 milhões), totalizando R\$ 74,62 milhões antes do ajuste de perdas.

16. AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS

Detalhamento da conta Ajuste de Perdas de Créditos:

R\$ milhares

Ajuste de Perdas de Créditos	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	56.868	-	56.868	53.218	-	53.218
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	1.910	-	1.910	4.073	-	4.073
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	12.604	-	12.604	12.971	-	12.971
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	-	24.130.711	24.130.711	-	23.124.400	23.124.400
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária Parcelada	-	1.530.466	1.530.466	-	-	-
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária	1.204	765.757	766.961	1.070	839.152	840.222
TOTAL	72.586	26.426.933	26.499.520	71.333	23.963.553	24.034.886

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária e não Tributária

A 9ª edição do MCASP não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste de perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário:

1. média percentual de recebimentos passados; e
2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

No que tange à dívida ativa de longo prazo (não circulante), a metodologia emprega a média percentual dos recebimentos passados, sendo calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos, que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e o número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

No tocante à dívida ativa de curto prazo (circulante), o cálculo é realizado pela diferença entre o valor estimado de recebimento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF. Em 2023, não houve registro de ajuste de

perdas de dívida ativa tributária de curto prazo, pois o valor já representa a expectativa de recebimento para o exercício de 2024. Já a conta Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária de curto prazo encerrou o exercício de 2023 com um saldo de R\$ 1,2 milhão.

17. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES

R\$ milhares

Demais Créditos e Valores	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	2.748	-	2.748	11.056	-	11.056
Suprimento de Fundos/ Diárias	28.756	-	28.756	22.323	-	22.323
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	9.063.448	-	9.063.448	7.057.651	-	7.057.651
Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais	-	349.370	349.370	-	234.689	234.689
Adiantamentos a Fornecedores	37.950	-	37.950	-	-	-
Tributos a Recuperar/ Compensar	8.978	127	9.105	8.597	127	8.724
Créditos por Danos ao Patrimônio	356.555	81.603	438.158	249.206	48.781	297.986
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	345.595	23.180	368.775	187.105	103.404	290.509
Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo	15.290	-	15.290	27.812	-	27.812
Outros Créditos e Valores a Receber	353.449	685.175	1.038.625	384.412	469.625	854.037
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	10.212.769	1.139.456	11.352.225	7.948.163	856.626	8.804.789
(-) Ajuste de Perdas	(96.684)	(1.048)	(97.731)	130.950)	(1.943)	(132.893)
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	10.116.085	1.138.409	11.254.493	7.817.213	854.683	8.671.895

Adiantamentos Concedidos a Pessoal

Em 2023, o grupo Adiantamentos Concedidos a Pessoal encerrou o exercício com um saldo de R\$ 2,75 milhões na conta 1/3 de férias, o que representa uma redução de 75,1% quando comparado a 2022 (R\$ 11,06 milhões). As unidades gestoras que apresentaram saldo nesse grupo estão elencadas a seguir.

R\$ milhares

Adiantamentos Concedidos a Pessoal	31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total
Assembleia Legislativa do Estado	7	-	7
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	28	-	28
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	311	-	311
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	2.402	-	2.402
TOTAL	2.748	-	2.748

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação dos saldos por tipo de transferência.

R\$ milhares

Adiantamentos de Transferências Voluntárias	31/12/2023	31/12/2022
Convênios	3.740.356	3.177.519
Transferências Especiais	2.086.194	1.716.408
Contratos de Gestão	2.134.474	1.371.518
Termos de Fomento ou Colaboração	800.445	571.715
Contrato de Apoio à Pesquisa	191.548	100.579
Contrato de Apoio Financeiro - PF e PJ	90.946	91.079
Subvenções Econômicas	15.998	13.542
Termos de Parceria	1.000	12.250
Subvenções Sociais	2.486	3.041
TOTAL	9.063.448	7.057.651

Em 2023, as unidades gestoras com maiores saldos de convênios transferidos são as seguintes:

R\$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2023	31/12/2022
Fundo Estadual de Saúde	2.023.971	1.576.934
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	1.002.366	867.349
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza	336.178	352.640
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	117.747	117.747
Secretaria de Estado da Educação	48.069	69.316
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, Hemosc, Cepen e Hospitais Municipais	34.913	35.457
Fundação Catarinense de Esporte	27.543	25.795
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	23.305	23.379
Secretaria de Estado do Turismo	22.093	-
Secretaria de Estado da Agricultura	19.209	-
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	18.907	-
Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	14.114	-
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil	13.489	-
Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde	12.059	11.850
Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias	9.552	-
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	5.630	6.050
Fundação Catarinense de Educação Especial	3.042	3.042
Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina	-	21.156
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável	-	17.605
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	-	13.748
Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural	-	16.021
Fundo Estadual de Defesa Civil	-	11.803
Demais Unidades Gestoras	8.169	7.628
TOTAL	3.740.356	3.177.519

A conta Convênios, que registra os valores repassados às unidades gestoras, encerrou o exercício de 2023 com o saldo de R\$ 3,74 bilhões, 17,7% superior quando comparado ao exercício de 2022. O Fundo Estadual de Saúde é a unidade gestora que apresenta o maior saldo, com R\$ 2,02 bilhões, representando 54,1% na composição do saldo total.

Destaca-se que as unidades gestoras Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural e Fundo Estadual de Defesa Civil tiveram os seus nomes alterados pela Lei nº

18.646, de 5 de junho de 2023, para Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família, Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço, Secretaria de Estado da Agricultura e Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil, respectivamente.

Ressalta-se também a transferência, no mês de dezembro de 2023, do saldo da Unidade Gestora Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina, extinta pela Lei nº 18.646, de 5 de junho de 2023, para a Unidade Gestora Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, criada pela mesma lei.

Transferências Especiais

A Emenda Constitucional nº 81, de 1º de julho de 2021, instituiu o regime das transferências especiais nas transferências voluntárias do Estado de Santa Catarina aos municípios, sem a necessidade de celebração de convênio ou instrumento congênere, conforme disposto no § 3º do art. 123 da Constituição Estadual.

Visando viabilizar a retomada de obras e projetos importantes aos catarinenses, foi publicada no dia 10 de agosto de 2023 a Lei Estadual nº 18.676, que regulamentou as Transferências Especiais Voluntárias (TEVs) aos municípios, previstas no art. 123, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

As unidades gestoras que possuem saldos na conta contábil Transferências Especiais, relativos às prestações de contas pendentes de análise, são as seguintes:

R\$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2023
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	1.024.385
Secretaria de Estado da Educação	472.449
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza	253.912
Fundação Catarinense de Esporte	60.711
Secretaria de Estado da Agricultura	60.634
Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família	50.822
Fundo Estadual de Saúde	47.063
Secretaria de Estado do Turismo	41.710
Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço	23.143
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	11.948
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil	11.574
Fundação Catarinense de Cultura	9.711
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	9.015
Fundação Catarinense de Educação Especial	7.388
Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina	1.039
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	450
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	150
Secretaria Executiva da Aquicultura e Pesca	88
TOTAL	2.086.194

Em 2023, a conta contábil Transferências Especiais encerrou o exercício com um saldo de R\$ 2,09 bilhões, o que representa um aumento de 21,5% na comparação com 2022 (R\$ 1,72 bilhão).

Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais

Constam registrados nesta conta os valores referentes à antecipação de repasse constitucional do PRODEC aos municípios, conforme prevê a Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações posteriores. Em 2023, o saldo registrado foi de R\$ 349,37 milhões, 48,9% maior se comparado ao exercício de 2022 (R\$ 234,69 milhões).

Créditos por Danos ao Patrimônio

Esta conta registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para a apresentação da prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário, apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, bem como outros créditos oriundos de danos ao patrimônio.

R\$ milhares

Créditos por Danos ao Patrimônio	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE	28.236	21.480	49.716	61.524	11.923	73.447
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Illegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	35.593	25.708	61.300	39.174	24.527	63.701
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	2.023	497	2.520	28.378	496	28.875
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Illegal, Ilegítimo ou Antieconômico - TCE	49.829	7.076	56.905	53.708	-	53.708
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	210.356	1.970	212.327	51.955	1.995	53.950
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Illegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados - TCE	11.697	9.962	21.659	12.404	8.845	21.249
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Illegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados - com Decisão do TCE	-	1.335	1.335	-	983	983
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Illegal, Ilegítimo ou Antieconômico	18.507	11.755	30.262	-	-	-
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	-	-	-	1.652	-	1.652
Créditos a Receber Decorrentes de Danos de Terceiros Causados em Rodovias Estaduais	287	-	287	361	-	361
Demais Créditos por Danos ao Patrimônio	27	1.820	1.847	50	12	62
TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	356.555	81.603	438.158	249.206	48.781	297.986
(-) Ajuste de Perdas	(287)	(48)	(335)	(2.018)	(48)	(2.066)
TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO APÓS O AJUSTE DE PERDAS	356.269	81.554	437.823	247.188	48.732	295.920

Em 2023, o saldo total de créditos por danos ao patrimônio antes do ajuste de perdas (R\$ 438,16 milhões) teve um aumento de 47,0% quando comparado ao exercício de 2022 (R\$ 297,99 milhões). Destaque para a conta Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas (R\$ 212,33 milhões), que teve um acréscimo de 293,6% na comparação com 2022 (R\$ 53,95 milhões) em decorrência, principalmente, de transferências realizadas com base na Portaria SEF nº 321/2021 que aguardam as referidas prestações de contas. Destaca-se ainda o saldo do grupo Créditos por Danos ao Patrimônio não Circulante (R\$ 81,60 milhões), que teve um aumento de 67,3% quando comparado ao saldo de 2022 (R\$ 48,78 milhões).

Em relação ao saldo registrado na conta Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos, parte do valor foi transferida para a conta Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico, que correspondia ao registro da inscrição em responsabilidade na Unidade Gestora Fundo Estadual de Saúde, em virtude do procedimento adotado para a aquisição de 200 respiradores pulmonares destinados às ações contra a Covid-19 pelo Fundo Estadual de Saúde em 2020.

Visando apurar o ocorrido, foram abertos os seguintes processos:

- *Processo SES nº 57000/2020 - inscrição em responsabilidade e registro da doação de equipamentos;*
- *Processo SES nº 49615/2020 - apuração das supostas irregularidades;*
- *Processo CGE nº 306/2020 - avocação da sindicância pela CGE;*
- *Processo RLI nº 20/00179260 - autuação pelo TCE-SC;*
- *Processo SEF nº 13272/2020 - solicitação de informação sobre as ações de recuperação de valores dos respiradores;*
- *Processo SEF nº 16103/2022 - solicitação de informação sobre as ações de recuperação de valores dos respiradores;*
- *Processo SEF nº 16891/2023 - solicitação de informação sobre as ações de recuperação de valores dos respiradores.*

Cumpramos ressaltar que, de acordo com a Informação NAG/PGE nº 13/2023, de 12 de dezembro de 2023, a situação patrimonial relativa aos feitos envolvendo o tema não sofreu alterações substanciais desde o ano de 2022. O Estado de Santa Catarina autuou três ações em busca da reparação dos recursos relacionados à aquisição dos respiradores. A primeira ação foi proposta contra os atores diretamente envolvidos na transação - Processo nº 5034167-45.2020.8.24.0023. Com a autorização do Tribunal de Justiça, em decisão transitada em julgado e anuência do juízo criminal envolvido, foi transferido para o Fundo Estadual de Saúde em 2022 o montante de R\$ 14,49 milhões. Outras duas ações, de nºs 5090168-50.2020.8.24.0023 e 5077245-55.2021.8.24.0023, foram propostas contra diversas pessoas físicas e jurídicas envolvidas, tendo sido indisponibilizados R\$ 5,22 milhões em recursos financeiros, R\$ 12,95 milhões em bens imóveis, 26 veículos (não avaliados) e sub-rogados direitos creditórios no valor de R\$ 2,28 milhões. A soma dos bens avaliados e dos recursos financeiros recuperados até o final de 2022 supera R\$ 34 milhões.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Nesta conta, constam registrados os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias em virtude de litígios judiciais e de pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária após a confirmação do processo por parte da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

R\$ milhares

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores Apreendidos por Decisão Judicial - Fontes Orçamentárias	106.479	-	106.479	120.300	-	120.300
Conta Especial Precatórios	238.566	-	238.566	44.561	-	44.561
Depósitos e Cauções Relativos a Contratos, Convenções e Convênios	550	101	650	22.245	83.402	105.646
Depósitos Judiciais	-	21.997	21.997	-	18.826	18.826
Depósitos para Interposição de Recursos	-	1.076	1.076	-	1.156	1.156
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	-	7	7	-	15	15
Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-	-	6	6
TOTAL	345.595	23.180	368.775	187.105	103.404	290.509

Segue tabela com os valores por unidade gestora.

R\$ milhares

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados por Unidade Gestora	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	-	-	-	7	127	134
Fundo Estadual de Saúde	96.749	-	96.749	96.376	-	96.376
Diretoria do Tesouro Estadual (Setorial Financeira)	9.723	-	9.723	22.101	-	22.101
Encargos Gerais do Estado	233.471	33	233.503	44.561	83.429	127.990
Fundo Estadual de Promoção Social e Erradicação da Pobreza	-	9.925	9.925	40	9.925	9.965
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	550	-	550	22.245	-	22.245
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	-	7.937	7.937	-	5.105	5.105
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	-	4.313	4.313	1.700	4.059	5.759
Fundo Financeiro	5.096	-	5.096	-	-	-
Demais Unidades Gestoras	7	973	980	76	759	835
TOTAL	345.595	23.180	368.775	187.105	103.404	290.509

Em 2023, o saldo da conta Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados foi de R\$ 368,78 milhões, registrando um acréscimo de 26,9% quando comparado ao exercício de 2022 (R\$ 290,51 milhões). O somatório dos saldos do Fundo Estadual de Saúde, da Diretoria do Tesouro Estadual e dos Encargos Gerais do Estado representa 92,2% do valor total do Estado. Destaque para a Unidade Gestora Encargos Gerais, que encerrou o exercício de 2023 com o saldo de R\$ 233,50 milhões, registrando um aumento de 82,4% na comparação com 2022 (R\$ 127,99 milhões). A maior parte desse montante (99,99%) refere-se a precatórios (R\$ 233,47 milhões), inscritos no Ativo Circulante para possibilitar a execução orçamentária por essa unidade gestora, conforme estabelecido na ITC nº 13/2020 da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda.

Outros Créditos e Valores a Receber

R\$ milhares

Outros Créditos e Valores a Receber	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	32.669	-	32.669	32.669	-	32.669
Multas de Trânsito a Receber	112.205	-	112.205	122.355	-	122.355
Dividendos Propostos a Receber	31.960	-	31.960	31.987	-	31.987
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	17.221	1.158	18.380	43.933	6.521	50.454
Incentivos Fiscais	-	85.189	85.189	-	85.189	85.189
Créditos a Receber Decorrente de Cessão do Direito Operacionalização Folha Pagamento	90.111	268.412	358.523	90.431	358.523	448.954
Créditos a Receber de Empresas Estatais	18.000	-	18.000	18.000	-	18.000
Juros sobre o Capital Próprio a Receber	35.141	-	35.141	21.077	-	21.077
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais	211	-	211	6.217	-	6.217
Adiantamento de Contribuição Patronal à Previdência Privada - SCPREV	-	20.000	20.000	-	18.148	18.148
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	11.000	-	11.000	10.500	-	10.500
Créditos a Receber de Entidades Federais	-	298.750	298.750	-	-	-
Créditos a Receber Decorrentes da Adesão ao Plano de Saúde do Estado	-	7.950	7.950	-	-	-
Demais Créditos e Valores a Receber	4.931	3.715	8.647	7.244	1.243	8.487
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	353.449	685.175	1.038.625	384.412	469.625	854.037
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores	(96.397)	(999)	(97.396)	(128.932)	(1.895)	(130.827)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	257.052	684.176	941.229	255.480	467.730	723.210

Em 2023, o saldo antes do ajuste de perdas do grupo Outros Créditos e Valores a Receber (R\$ 1,04 bilhão) teve um aumento de 21,6% quando comparado a 2022 (R\$ 854,04 milhões). Destaque para a conta Créditos a Receber Decorrentes de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento (R\$ 358,52

milhões), com 34,5% do saldo total antes do ajuste de perdas e que traz registrado o Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras Avenças nº 038/2022, conforme o Processo SEF nº 13794/2022, celebrado entre o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil S.A., tendo por objeto a centralização dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Estado no referido banco. De acordo com a Cláusula 10ª, parágrafo primeiro, do contrato em epígrafe, o Banco do Brasil pagará ao Estado a importância de R\$ 559,19 milhões, sendo R\$ 111,84 milhões o equivalente a 20% do valor total do contrato à vista (valor já recebido pelo Estado) e R\$ 447,35 milhões divididos em 60 parcelas mensais, das quais, ao final de 2023, restavam 48 parcelas a receber.

Outro destaque é a conta Juros sobre o Capital Próprio a Receber, que encerrou o exercício com o saldo de R\$ 35,14 milhões, assinalando um aumento de 66,7% na comparação com 2022 (R\$ 21,08 milhões), registrado na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado. Uma pequena parcela (R\$ 1,24 mil) está registrada na Unidade Gestora Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

É importante destacar o saldo da conta contábil Créditos a Receber de Entidades Federais, que encerrou o exercício de 2023 com o montante de R\$ 298,75 milhões. O valor é decorrente da contabilização da compensação das perdas de arrecadação do ICMS com a dedução das dívidas administradas pelo Tesouro Nacional, conforme previsto na Lei Complementar nº 194/2022, realizada por meio da nota de lançamento nº 2023NL086431, na Unidade Gestora 520099 – Diretoria do Tesouro Estadual, conforme Informação Técnica Contábil nº 11, de 26 de abril de 2023.

Em relação ao saldo da conta Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens (R\$ 18,38 milhões), que são valores a receber pela utilização de faixas de domínio em rodovias, houve uma redução de 63,6% em 2023 se comparado a 2022 (R\$ 50,45 milhões), sendo motivada pela atualização de valores registrados na referida conta. A maior parte desse saldo está registrada na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, que é detentora de 99,8% do valor, conforme pode ser identificado a seguir:

R\$ milhares

Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundação Catarinense de Cultura	31	-	31	32	-	32
Assembleia Legislativa do Estado	4	-	4	4	-	4
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	17.186	1.158	18.345	43.897	6.521	50.419
TOTAL	17.221	1.158	18.380	43.933	6.521	50.454

18. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS

Os investimentos e as aplicações temporárias registrados no Ativo Circulante abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado (RPPS) e que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção da conta Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento, são considerados caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (vide Nota Explicativa nº 37).

R\$ milhares

Investimentos e Aplicações Temporárias	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundos de Investimento em Renda Fixa	695.134	-	695.134	701.056	-	701.056
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	55.069	-	55.069	31.266	-	31.266
Ações	-	53	53	-	58	58
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	750.204	53	750.257	732.322	58	732.380
(-) Ajuste de Perdas em Títulos, Valores Mobiliários e Imóveis	-	(11)	(11)	-	(9)	(9)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	750.204	42	750.246	732.322	49	732.371

Em 2023, os saldos registrados nas contas Fundos de Investimento em Renda Fixa e Ações apresentaram redução de 0,8% e de 8,3%, respectivamente, na comparação com o exercício de 2022. Já no tocante ao saldo registrado em Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS (R\$ 55,07 milhões), quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, houve um aumento de 76,1% antes do ajuste de perdas.

19. ESTOQUES

Conta que compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2023, o saldo registrado foi de R\$ 502,54 milhões, com redução de 9,3% se comparado a 2022 (R\$ 554,3 milhões).

R\$ milhares

Estoques	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Almoxarifado	455.634	514.534
Mercadorias para Revenda	1.396	1.070
Produtos e Serviços Acabados	697	755
Produtos e Serviços em Elaboração	485	717
Matérias-Primas	83	91
Outros Estoques	44.250	37.148
(-) Ajustes para Perdas de Estoques	(1)	(1)
TOTAL	502.544	554.315

Destaque para o saldo da conta Almoarifado, composto pelas contas Material de Consumo (R\$ 414,68 milhões), Equipamentos e Material Permanente (R\$ 39,26 milhões) e Material de Construção (R\$ 1,70 milhão), que em 2023 teve uma redução de 11,4% quando comparado ao exercício de 2022. Do montante registrado (R\$ 455,63 milhões), 69,8% pertencem à Unidade Gestora Fundo Estadual de Saúde (R\$ 350,94 milhões), como materiais farmacológicos, hospitalares, entre outros.

R\$ milhares

Estoque por Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2022	Varição Positiva em 2023	Varição Negativa em 2023	Saldo em 31/12/2023
Fundo Estadual de Saúde	338.183	2.006.266	1.993.504	350.944
Secretaria de Estado da Educação	113.082	376.336	460.653	28.766
Secretaria de Estado da Saúde	9.566	27.285	20.859	15.993
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	16.067	382	926	15.523
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	14.392	89.550	85.897	18.045
Tribunal de Justiça do Estado	13.385	41.359	37.862	16.882
Fundo Rotativo Regional Oeste	840	4.245	4.245	840
Fundo Rotativo Regional Norte	11.276	176	11.427	25
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	5.321	44.748	46.174	3.896
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar	2.673	12.034	12.026	2.681
Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis	4.751	1.199	5,3	5.945
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	3.298	15.611	15.636	3.273
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	2.637	13.429	13.276	2.791
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	2.777	8.901	8.778	2.900
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	2.016	7.711	8.145	1.582
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	2.343	512	7	2.848
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	2.079	14.765	14.117	2.726
Fundação Catarinense de Esporte	4.288	3.850	5.951	2.187
Demais Unidades Gestoras	5.341	122.319	102.963	24.697
TOTAL	554.315	2.790.678	2.842.450	502.544

Cabe ressaltar que a Lei Complementar nº 809, de 30 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os Fundos Rotativos do Sistema Penal do Estado e estabelece outras providências, em seu art. 3º, substituiu os Fundos Rotativos instituídos durante a vigência da Lei nº 5.455, de 29 de junho de 1978, entre os quais se destacam:

Unidade Gestora	Descrição Anterior	Descrição Atual
540091	Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	Fundo Rotativo Regional Norte (FR-03)
540092	Fundo Rotativo da Penitenciária Sul	Fundo Rotativo Regional Sul (FR-02)
540093	Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibaanos	Fundo Rotativo Regional Serrano (FR-05)
540094	Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	Fundo Rotativo Regional da Grande Florianópolis (FR01)
540095	Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	Fundo Rotativo Regional Oeste (FR-06)

Em 2023, a conta Mercadorias para Revenda teve um aumento de 38,9% na comparação com 2022. Apenas duas unidades gestoras encerraram o exercício com mercadorias em estoque para revenda. Do valor total registrado (R\$ 1,40 milhão), 99,3% pertencem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (R\$ 1,39 milhão).

R\$ milhares

Mercadorias para Revenda por Unidade Gestora	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	1.386	998
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	-	68
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	10	4
TOTAL	1.396	1.070

20. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPDS) PAGAS ANTECIPADAMENTE

Representam o valor de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes, de acordo com a ocorrência do seu fato gerador, segundo o regime de competência. Basicamente são os seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. As VPDs incluem no ativo não circulante os valores de subvenções econômicas realizadas com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidas orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R\$ milhares

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios de Seguros a Apropriar	971	-	971	2.697	-	2.697
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	23.515	-	23.515	18.288	-	18.288
Garantias Pagas a Apropriar	27	-	27	47	-	47
Subvenções Econômicas Concedidas	-	238.124	238.124	-	255.259	255.259
Ressarcimento de Despesas Concedidas	-	1.354	1.354	-	1.354	1.354
TOTAL	24.513	239.478	263.991	21.032	256.613	277.645

A conta Prêmios de Seguros a Apropriar (1.1.9.1.1.00.00.00) apresentou uma variação negativa de 64,0% em relação ao ano de 2022. Destaque para o Fundo de Melhoria da Polícia Militar (Unidade Gestora 160097), que apresentou uma redução de 77,6% na comparação com o exercício anterior e concluiu o ano com o saldo de R\$ 384,91 mil. Parte dessa redução refere-se à apropriação de prêmios de seguros para aeronaves.

A conta contábil Assinaturas e Anuidades a Apropriar (1.1.9.3.1.00.00.00) apresentou uma variação positiva de R\$ 5,23 milhões quando comparada ao ano de 2022. Do saldo final dessa conta em 2023, 76,2% (R\$ 17,93 milhões) são do Fundo de Reparelhamento da Justiça (Unidade Gestora 030091), sendo a maior parte do valor referente às despesas pagas antecipadamente para licença de software. Essa UG apresentou uma variação positiva de 61,4%, em relação a 2022.

21. INVESTIMENTOS

Os investimentos são as aplicações de longo prazo que devem produzir benefícios pela sua permanência no patrimônio do ente público. São representados principalmente pela participação do Estado no capital das empresas públicas e sociedades de economia mista, por meio de ações ou cotas dessas entidades.

R\$ milhares

Investimentos	31/12/2023	31/12/2022
Participações Societárias - Método da Equivalência Patrimonial	5.193.324	4.775.911
Participações em Empresas	4.896.814	4.476.546
Adiantamento para Aumento de Capital	296.510	299.365
Participação - Método do Custo	637	637
Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo²⁶ em Capitalização	63.439	63.439
TOTAL	5.257.400	4.839.897

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais não dependentes quanto em empresas estatais dependentes²⁷, além das participações em outras empresas.

O Método da Equivalência Patrimonial (MEP) reflete o percentual de participação da investidora no capital social da investida, e sobre o patrimônio líquido desta é calculada a proporção do investimento.

Na sequência são apresentadas as participações societárias de Santa Catarina pelo MEP nos capitais sociais das respectivas empresas investidas.

R\$ milhares

Participações em Empresas	31/12/2023	31/12/2022
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)	1.700.160	1.552.963
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	1.350.717	1.208.315
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC)	853.135	785.318
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (Celesc)	646.619	592.515
Sapiens Parque S.A.	257.805	248.719
Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. (CIASC)	56.232	59.670
SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)	20.248	18.631
Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A. (CEASA/SC)	11.648	10.414
Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S. A. (IAZPE)	251	-
TOTAL	4.896.814	4.476.546

26 Alteração do nome da conta contábil com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) - Estendido. Por meio da Portaria nº 1.568, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aprovou o PCASP Estendido (constante do Anexo III da IPC 00), de adoção facultativa, para os entes que precisem de uma referência para desenvolvimento de suas rotinas e sistemas. Alteração do nome da Conta Contábil 1.2.2.3.1.02.00.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Capitalização.

27 Epagri, Santur, COHAB e CIDASC (os valores de participações nas empresas estatais dependentes são classificados como intraorçamentários e computados de forma consolidada, ou seja, não são considerados nessa nota).

Em 2023, a conta Participações em Empresas apresentou um aumento de 9,4% em relação a 2022, sendo essa variação resultante, em sua maior parte, dos registros na CASAN, no BRDE e no BADESC.

Cabe destacar que houve uma diminuição de 5,8% no saldo que representa as participações do Estado no CIASC, totalizando o valor de R\$ 56,23 milhões em 2023. Essa redução é reflexo do registro negativo de equivalência patrimonial, Processo SEF nº 17839/2019.

Para mais detalhes referentes à participação acionária do Estado, consultar o Volume 2 deste Balanço Geral.

Adiantamento para Aumento de Capital

A conta Adiantamento para Aumento de Capital (1.2.2.1.1.01.03.00) representa os recursos recebidos pela entidade, de seus acionistas ou cotistas, destinados a serem utilizados para aumento de capital. Em 2023, registrou-se uma variação negativa de 1,0% em relação ao exercício de 2022.

As maiores variações diminutivas desse grupo decorreram dos registros das integralizações de capital no BADESC e na SCPAr. No primeiro caso, o saldo de Adiantamento para Aumento de Capital foi zerado em 2023 (em 2022 era de R\$ 34,17 milhões). Já no segundo caso, o saldo em 2023 foi reduzido para R\$ 56,88 milhões (em 2022 era de R\$ 167,21 milhões), conforme os processos SEF nº 17834/2019 e SEF nº 10699/2021, respectivamente.

Destaque também para o aumento em adiantamento de capital no Sapiens Parque S.A. e na CASAN, nos valores de R\$ 20,25 milhões e R\$ 120,00 milhões, respectivamente.

Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Capitalização

Estão registrados na conta Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Capitalização os imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado. Alguns desses imóveis são mantidos para aluguel a órgãos do próprio Estado e estão sendo utilizados nas atividades-fim dos órgãos locatários, o que os caracteriza como ativo imobilizado quando se analisa de forma consolidada o patrimônio estadual.

R\$ milhares

Conta Contábil	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS	63.439	63.439
1.2.2.3.1.02.02.00 - Terreno	38.263	38.263
1.2.2.3.1.02.04.00 - Prédio Comercial	25.176	25.176

O nome da conta contábil 1.2.2.3.1.02.00.00 - Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Plano em Capitalização foi alterado para Aplicações em Segmento de Imóveis - RPPS - Fundo em Capitalização, com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) - Estendido, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

22. IMOBILIZADO

São os itens tangíveis empregados na produção ou no fornecimento de bens ou serviços, ou usados para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, os quais serão utilizados por mais de um exercício.

R\$ milhares

Imobilizado	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo Corrigido	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Corrigido	Depreciação/Amortização Acumulada	Valor Líquido
Bens Móveis	4.747.851	(2.016.522)	2.731.329	4.235.881	(1.704.737)	2.531.144
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.602.291	(636.556)	965.734	1.396.242	(545.253)	850.989
Equipamentos de Tecnologia da Informação	1.081.637	(481.197)	600.440	928.615	(369.990)	558.625
Móveis e Utensílios	503.744	(214.873)	288.871	460.658	(196.957)	263.701
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	134.228	(5.239)	128.989	122.157	(3.865)	118.293
Veículos	1.306.573	(661.041)	645.532	1.211.590	(544.618)	666.972
Armamentos	109.807	(15.685)	94.122	107.278	(41.142)	66.136
Semoventes	988	(156)	832	1.089	(599)	490
Demais Bens Móveis	8.584	(1.776)	6.808	8.251	(2.313)	5.938
Bens Imóveis	44.122.394	(6.551.409)	37.570.984	42.289.130	(5.791.642)	36.497.488
Bens de Uso Especial	17.949.789	(1.186.778)	16.763.011	16.851.579	(1.127.238)	15.724.340
Bens de Uso Comum do Povo	23.704.608	(5.351.878)	18.352.730	23.296.766	(4.654.878)	18.641.889
Bens Imóveis em Andamento	2.402.296	-	2.402.296	2.075.126	-	2.075.126
Instalações	30.747	(5.307)	25.440	28.936	(3.435)	25.502
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	34.954	(7.447)	27.507	34.553	(6.092)	28.461
Demais Bens Imóveis	-	-	-	2.169	-	2.169
SUBTOTAL	48.870.245	(8.567.932)	40.302.313	46.525.011	(7.496.380)	39.028.632
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(6)	-	(6)	(6)	-	(6)
TOTAL	48.870.239	(8.567.932)	40.302.307	46.525.006	(7.496.380)	39.028.626

Os Bens Imóveis de Uso Especial apresentaram um aumento de R\$ 1,10 bilhão em relação a 2022, totalizando o saldo de R\$ 17,95 bilhões em 2023. Boa parte desse aumento é referente aos registros de reavaliações em edifícios, bens imóveis de natureza militar e terrenos, conforme o relatório Anexo TC 24 da Gerência de Bens Imóveis, constante no Processo SEA nº 1327/2023. Destaque para a conta contábil 1.2.3.2.1.01.03.00 - Edifícios, que possuía ao final de 2023 o saldo de R\$ 6,64 bilhões, representando um aumento de 11,1% em relação a 2022.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria nº 1.568, aprovou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a ser adotado obrigatoriamente para o exercício financeiro de 2023 (PCASP 2023), e o PCASP Estendido, de adoção facultativa, válido para o exercício de 2023 (PCASP Estendido 2023). Entre as alterações estabelecidas, destacam-se os Bens de Uso Comum do Povo (R\$ 23,70 bilhões), que a partir de 2023 passaram a ser registrados no grupo 1.2.3.2.1.05, ao passo que em 2022 estavam no grupo 1.2.3.2.1.03 (R\$ 23,30 bilhões). A relação completa das contas que tiveram a codificação alterada, conforme o PCASP Estendido 2023, é apresentada na Nota Explicativa nº 5.1.

Em 2023, o saldo dos Demais Bens Imóveis (conta contábil 1.2.3.2.1.99.05.00 - Bens Imóveis a Classificar) foi zerado (em 2022 a conta apresentava o saldo de R\$ 2,17 milhões). A maior parte dos lançamentos nessa conta contábil, em 2023, decorreu de incorporações de bens imóveis, conforme os processos IMA nº 20508/2020, IMA nº 63978/2019 e IMA nº 51237/2022.

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

O Decreto nº 1.479, de 21 de setembro de 2021, instituiu a Política de Modernização da Gestão Patrimonial, sendo aplicada à administração pública estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, incluindo os seus fundos, e, no que couber, às empresas estatais dependentes, as quais são regidas por legislação específica.

Esse decreto apresentou os conceitos e os procedimentos referentes à mensuração inicial, à reavaliação e ao inventário de bens móveis e imóveis, conforme resumo apresentado a seguir.

Bens Móveis

No reconhecimento inicial, os bens móveis são mensurados pelo custo ou valor justo, e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração, como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável, que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Já para os bens obtidos a título gratuito deve ser considerado o valor resultante de avaliação por procedimento tecnicamente válido ou o valor definido nos termos da doação quando esse for representativo de seu valor justo.

Após o reconhecimento inicial, o modelo de mensuração será, via de regra, o de custo, admitindo-se o modelo da reavaliação para os veículos, as aeronaves e as embarcações.

O inventário anual de bens móveis é obrigatório e subsidiará a prestação de contas do gestor do órgão ou da entidade integrante da administração pública estadual.

Bens Imóveis

No reconhecimento inicial, os bens imóveis são mensurados pelo custo ou valor justo (obtidos a título gratuito), e, posteriormente, adotam-se procedimentos de mensuração, como depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável, que reflitam a realidade desses bens nas demonstrações contábeis.

Caso o imóvel tenha sido obtido a título gratuito, deve ser considerado o valor resultante de avaliação por procedimento tecnicamente válido ou o valor definido nos termos da doação quando o valor do imóvel estabelecido no termo de doação for representativo do seu valor justo.

Para os bens imóveis, o modelo de mensuração após o reconhecimento é o de reavaliação²⁸. A reavaliação será necessária quando o valor justo de um ativo diferir significativamente de seu valor contábil registrado.

Anualmente, o responsável pelos bens imóveis do órgão ou da entidade emitirá documento arrolando todos os imóveis do órgão ou da entidade, indicando os valores bruto, da depreciação acumulada e líquido, com vistas a subsidiar os registros contábeis e a prestação de contas.

Para orientar as unidades gestoras (UGs) da administração pública estadual quanto aos procedimentos que devem ser observados para o tratamento contábil a ser dado aos bens do subgrupo Bens Móveis e Imóveis do Ativo Imobilizado, foram publicadas pela Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) da Secretaria de Estado da Fazenda as respectivas Notas Técnicas de Procedimento Contábil nº 004/2021 e nº 006/2021.

Depreciação/Amortização

A depreciação se inicia a partir do momento em que o item do ativo se tornar disponível para uso. A causa que influencia a redução do valor do bem é a existência de vida útil econômica limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. Já a amortização é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada, e tem como característica fundamental a redução do valor do bem.

Bens Móveis

R\$ milhares

Bens Móveis - Depreciação/Amortização Acumulada				
Tipo de Consolidação	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Poder Executivo	1.783.409	1.496.039	1.275.897	1.134.366
Poder Judiciário	147.741	142.153	129.774	119.943
Poder Legislativo	24.101	19.764	7.886	4.547
Ministério Público	61.272	46.782	36.189	27.764
Consolidado Geral	2.016.522	1.704.737	1.449.746	1.286.620

28 § 1º do art. 32 do Decreto nº 1.479/2021: em casos excepcionais, mediante autorização expressa em processo administrativo para esse fim, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais (DCIF) da SEF, em conjunto com a DGPA da SEA, quando se tratar de bens imóveis da administração pública direta, ou o dirigente máximo da entidade, quando se tratar de bens imóveis de entidades da administração pública indireta de que trata o parágrafo único do art. 1º desse decreto, poderão autorizar a adoção do modelo de custo para a mensuração após o reconhecimento de imóveis.

Tendo como base a materialidade e o custo associado ao processamento dos dados, a partir de 2013 o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R\$ 10,00. Essa metodologia atende o equilíbrio entre custo e benefício, conceituado como uma restrição às informações contábeis na NBC TSP Estrutura Conceitual.

Em 2023, do saldo da depreciação acumulada de bens móveis no Poder Executivo, 51,9% são compostos pela Secretaria de Estado da Educação (R\$ 441,95 milhões), pela Polícia Militar (R\$ 279,78 milhões) e pela Secretaria de Estado da Saúde (R\$ 204,24 milhões).

O Poder Legislativo apresentou o saldo de R\$ 24,10 milhões de depreciação acumulada de Bens Móveis em 2023. Desse total, 48,3% referem-se à Assembleia Legislativa do Estado (R\$ 11,64 milhões), e 51,7% ao Tribunal de Contas do Estado (R\$ 12,46 milhões).

Com o saldo de R\$ 12,46 milhões de depreciação acumulada em 2023, o Tribunal de Contas do Estado apresentou um aumento de 50,8% em relação a 2022 (R\$ 8,26 milhões). A conta contábil que mais contribuiu com essa variação foi a 1.2.3.8.1.01.02.00 - (-) Dep. Acumulada de Bens de Informática, com uma variação positiva de R\$ 2,86 milhões (90,6%).

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 e dos bens reavaliados foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 1.479/2021, a depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação deve utilizar o método das cotas constantes²⁹, conforme determina o art. 46 desse decreto.

Bens Imóveis

R\$ milhares

Bens Imóveis - Depreciação/Amortização Acumulada				
Tipo de Consolidação	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Poder Executivo	6.439.311	5.700.165	4.745.716	3.904.282
Poder Judiciário	47.487	36.828	30.807	25.063
Poder Legislativo	4.282	2.257	177	5.176
Ministério Público	60.329	52.392	44.526	38.189
Consolidado Geral	6.551.409	5.791.642	4.821.226	3.972.709

Do saldo da depreciação acumulada dos bens imóveis do Estado em 2023, 81,7% estão registrados na conta 1.2.3.8.1.02.03.00 (-) Dep. Acumulada Bens de Uso Comum do Povo, na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, totalizando R\$ 5,35 bilhões.

²⁹ O método das cotas constantes utiliza-se de taxa de depreciação constante durante a vida útil do ativo caso o valor residual desse ativo não se altere.

Bens de Infraestrutura/Bens de Uso Comum do Povo

Os bens de uso comum do povo normalmente podem ser conservados por um número significativamente maior de anos do que a maioria dos bens do ativo imobilizado. E para serem classificados como ativos de infraestrutura, esses bens de uso comum deverão ser parte de um sistema ou de uma rede especializados por natureza e não possuir usos alternativos.

R\$ milhares

Bens de Infraestrutura/Bens de Uso Comum do Povo	31/12/2023	31/12/2022	Varição
Ruas/Estradas/Rodovias	18.112.451	17.711.751	400.699
Pontes e Viadutos	4.491.532	4.487.619	3.914
Túneis	1.000.000	1.000.000	-
Barragens	74.679	71.450	3.229
Outros Bens de Uso Comum do Povo	25.946	25.946	-
TOTAL	23.704.608	23.296.766	407.841

Em 2023 ocorreram alterações no grupo de contas contábeis referente aos Bens de Uso Comum do Povo, conforme a Portaria nº 1.568, que aprovou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Esse Plano de Contas deve ser adotado obrigatoriamente para o exercício financeiro de 2023 (PCASP 2023).

A relação completa das contas que tiveram a codificação alterada, conforme o PCASP Estendido 2023, é apresentada na Nota Explicativa nº 5.1.

Conta Contábil 2022	Conta Contábil 2023
1.2.3.2.1.03.01.01 - Rodovias Pavimentadas	1.2.3.2.1.05.03.01 - Rodovias Pavimentadas
1.2.3.2.1.03.01.02 - Rodovias não Pavimentadas	1.2.3.2.1.05.03.02 - Rodovias não Pavimentadas
1.2.3.2.1.03.03.00 - Pontes e Viadutos	1.2.3.2.1.05.04.00 - Pontes
1.2.3.2.1.03.04.00 - Túneis	1.2.3.2.1.05.10.00 - Túneis
1.2.3.2.1.03.05.00 - Barragens	1.2.3.2.1.05.11.00 - Barragens
1.2.3.2.1.03.99.00 - Outros Bens de Uso Comum do Povo	1.2.3.2.1.05.99.00 - Outros Bens de Uso Comum do Povo

Os bens de uso comum do povo estão registrados na conta contábil 1.2.3.2.1.05.00.00 - Bens de Uso Comum do Povo, sendo as rodovias pavimentadas, as não pavimentadas, as pontes e os túneis registrados no ativo da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE). As barragens e os outros bens de uso comum do povo são registrados na Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil (DC).

No exercício, também se destaca o saldo em Ruas/Estradas/Rodovias, que está registrado na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e é composto pelo somatório das contas contábeis 1.2.3.2.1.05.03.01 - Rodovias Pavimentadas e 1.2.3.2.1.05.03.02 - Rodovias não Pavimentadas, com os valores de R\$ 16,32 bilhões e R\$ 1,80 bilhão, respectivamente, em 2023.

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo estadual obedecem à NBC TSP nº 07, de 22 de setembro de 2017, a qual apresenta que, uma vez atendidos os critérios para reconhecimento, os ativos de infraestrutura devem ser mensurados pelo valor de custo.

No Anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, é apresentada a vida útil estimada dos ativos de infraestrutura.

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

Em 2023, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R\$ 145,27 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução ao Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

R\$ milhares

Contas de Registro	31/12/2023	31/12/2022
3.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis - VPD	(484)	(288)
3.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis - VPD	(3.119)	(0,0004)
3.6.1.5.1.02 Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	(50.190)
4.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis - VPA	148.875	815
4.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis - VPA	-	100.381
TOTAL	145.272	50.719

Cabe destacar que, a partir de 2021, o reconhecimento das reavaliações positivas (nos casos de bens não pertencentes a uma mesma classe do ativo que tenha sofrido reavaliação negativa) passou a ser registrado no patrimônio líquido, a título de reserva de reavaliação, não impactando o resultado patrimonial, conforme explicado anteriormente.

Destaque para a conta contábil 3.6.1.1.1.02.00.00 - Reavaliação de Bens Imóveis, que em 2023 apresentou, na UG 470093 - Fundo Patrimonial, o valor de R\$ 3,12 milhões em registros de reavaliações de edifícios, bens imóveis de natureza militar e terrenos, conforme o Processo SEA nº 1327/2023.

Em relação à conta contábil 4.6.1.1.1.01.00.00 - Reavaliação de Bens Móveis, em 2023 foi registrado na UG 450001 - Secretaria de Estado da Educação o valor de R\$ 148,54 milhões referente ao aumento de valor decorrente de reavaliação. Esse valor representa 99,8% do saldo da conta 4.6.1.1.1.01.00.00.

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes sujeitam-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações, e, portanto, estão impedidas de efetuar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2023, consta na contabilidade das empresas o valor de R\$ 7,28 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro a seguir:

R\$ milhares

Saldo da Reserva de Reavaliação por Empresa Estatal Dependente	31/12/2023
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB - em Liquidação)	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)	4.824
TOTAL	7.277

A reserva de reavaliação referente à COHAB (UG 260022) está registrada na conta contábil 2.3.6.1.1.01.01.00 - Reserva de Reavaliação - Bens de Uso Especial, e a reserva relativa à CIDASC está lançada na conta 2.3.6.1.1.03.01.00 - Reserva de Reavaliação - Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas.

23. INTANGÍVEL

São considerados bens intangíveis do Estado aqueles bens que não possuem existência física ou financeira mas constituem valor para a atividade pública, podendo ser reconhecidos contabilmente, e que representem um benefício futuro, direto ou indireto, sendo fundamentais para o bom desempenho gerencial e operacional da administração direta, autárquica e fundacional.

O Decreto Estadual nº 1.142/2021 instituiu a Política de Gestão dos Ativos Intangíveis em Santa Catarina, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Objetivando orientar os órgãos e as entidades da administração pública estadual quanto aos procedimentos que devem ser observados para o tratamento contábil a ser dado aos bens do subgrupo Intangível do Ativo, a DCIF publicou a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 002/2021.

No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são mensurados pelo valor de aquisição ou desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta pela administração do órgão ou da entidade. No Estado de Santa Catarina, o modelo de mensuração para ativos intangíveis após o reconhecimento é o de custo.

R\$ milhares

Intangível	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Softwares	330.294	(73.834)	256.460	373.083	(155.330)	217.753
Softwares em Desenvolvimento	247.430	-	247.430	218.828	-	218.828
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	32	-	32	277	(79)	198
TOTAL	577.756	(73.834)	503.922	592.188	(155.409)	436.779
Redução ao Valor Recuperável do Intangível	-	-	-	-	-	-
TOTAL	577.756	(73.834)	503.922	592.188	(155.409)	436.779

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem especialmente softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender necessidades específicas do Estado.

Um resumo da evolução do saldo das contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento durante o exercício é apresentado a seguir.

Evolução do Saldo das Contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R\$ milhares

	Softwares	Softwares em Desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2022	373.083	218.828	591.911
Adições	92.462	29.108	121.570
Baixas	135.251	505	135.757
Saldo em 31/12/2023	330.294	247.430	577.724

O saldo da conta Softwares sofreu uma variação negativa de 11,5% em relação a 2022, sendo a Secretaria de Estado da Fazenda a unidade gestora que apresentou o maior saldo final em 2023 (R\$ 66,14 milhões), que representa 20% do saldo total de softwares.

Destaque para a Unidade Gestora Tribunal de Justiça do Estado, que registrou uma redução de 73,1% do saldo quando comparado ao exercício de 2022 (R\$ 127,41 milhões). Grande parte dessa redução foi motivada pela baixa da amortização de bens intangíveis inutilizados, nos meses março e junho de 2023, conforme relatórios da Divisão de Patrimônio SEI nº 26604-27.2021.8.24.0710 e SEI nº 18209-75.2023.8.24.0710, respectivamente.

Saldos das unidades gestoras na conta Softwares:

R\$ milhares

Softwares por Unidades Gestoras	31/12/2023	31/12/2022
Secretaria de Estado da Fazenda	66.139	52.270
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	60.322	58.407
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	39.649	28.365
Tribunal de Justiça do Estado	34.316	127.414
Secretaria de Estado da Administração	30.659	26.247
Assembleia Legislativa do Estado	21.408	18.458
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	16.274	14.856
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	13.476	11.468
Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento	5.681	4.684
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina	5.366	4.895
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	4.272	4.269
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	3.543	3.177
Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil	3.396	3.396
Procuradoria-Geral do Estado	2.909	2.909
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	2.853	1.379
Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina	2.589	1.349
Demais Unidades Gestoras	17.441	9.541
TOTAL	330.294	373.083

Já no saldo da conta Softwares em Desenvolvimento, houve uma variação positiva de 13,1% em relação ao exercício anterior. O destaque vai para a Secretaria de Estado da Fazenda, que encerrou o exercício com o saldo de R\$ 160,59 milhões na conta, apresentando uma variação positiva de 21,5% na comparação com o exercício de 2022 (R\$ 132,13 milhões).

R\$ milhares

Softwares em Desenvolvimento por Unidade Gestora	31/12/2023	31/12/2022
Secretaria de Estado da Fazenda	160.590	132.132
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	77.516	77.263
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	7.358	7.358
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina	1.849	1.687
Demais Unidades Gestoras	118	388
TOTAL	247.430	218.828

Impacto da Reavaliação/Redução ao Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

R\$ milhares

Contas de Registro	31/12/2023	31/12/2022
3.6.1.6.1.01 - Redução ao Valor Recuperável de Bens Intangíveis	-	-
4.6.1.2.1.01 - Reavaliação de Ativos Intangíveis	253	-
TOTAL	253	-

O valor da reavaliação de ativos intangíveis foi registrado na unidade gestora Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, no mês de dezembro de 2023, motivado pela reavaliação do software SCMOBI.

PASSIVOS

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR

R\$ milhares

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pessoal a Pagar	992.635	1.856.622	2.849.257	1.202.192	1.396.208	2.598.400
Salários, Remunerações e Benefícios do Exercício	425	-	425	470	-	470
Décimo Terceiro Salário	-	-	-	17.053	-	17.053
Férias	541.436	-	541.436	507.072	-	507.072
Licença-Prêmio	54.778	-	54.778	45.430	-	45.430
Salários, Remunerações e Benefícios de Exercícios Anteriores	227	-	227	-	-	-
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	12.145	-	12.145	1.506	-	1.506
Precatórios de Pessoal - a Partir de 5/5/2000	213.202	1.856.622	2.069.824	625.090	1.396.208	2.021.298

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

R\$ milhares

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Precatórios de Pessoal Repassado ao TJ	170.401	-	170.401	5.434	-	5.434
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos do Exercício	20	-	20	137	-	137
Benefícios Previdenciários a Pagar	47.226	169.613	216.839	24.318	178.255	202.573
Benefícios Previdenciários	2.351	-	2.351	2.351	-	2.351
Benefícios Previdenciários do Exercício	-	-	-	195	-	195
Benefícios Previdenciários de Exercícios Anteriores	-	-	-	632	-	632
Décimo Terceiro Salário	-	-	-	35	-	35
Precatórios de Benefícios Previdenciários - A Partir de 5/5/2000	29.949	169.613	199.562	20.611	178.255	198.866
Precatórios de Benefícios Previdenciários Repassados ao TJ	5.096	-	5.096	-	-	-
Obrigações do RPPS junto ao RPPS de Estado	1.134	-	1.134	89	-	89
Obrigações do RPPS junto ao RPPS de Município	3.860	-	3.860	406	-	406
Obrigações do RPPS junto ao RGPS	4.836	-	4.836	-	-	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	31	-	31	38	-	38
Benefícios Assistenciais a Pagar	31	-	31	38	-	38
Encargos Sociais a Pagar	129.523	256.221	385.745	112.200	271.505	383.705
FGTS sobre a Folha de Pagamento	8.730	-	8.730	7.924	-	7.924
Entidades de Previdência Privada e Complementar	4.741	-	4.741	7.202	-	7.202
Contribuição ao Plano de Saúde	4.502	-	4.502	4.019	-	4.019
INSS a Pagar	111.385	256.221	367.606	93.052	271.505	364.557
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	166	-	166	2	-	2
Outros Encargos Sociais do Exercício	0,2	-	0,2	0,2	-	0,2
TOTAL	1.169.415	2.282.457	3.451.872	1.338.747	1.845.968	3.184.715

Férias

O saldo de férias corresponde ao reconhecimento por competência das obrigações decorrentes do período aquisitivo e que será pago durante o exercício de 2024. Em 2023, o valor registrado (R\$ 541,44 milhões) foi 6,8% maior quando comparado ao exercício de 2022 (R\$ 507,07 milhões).

Precatórios de Pessoal

R\$ milhares

Precatórios de Pessoal	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Assembleia Legislativa do Estado	936	4.529	5.465	1.622	3.745	5.367
Tribunal de Justiça do Estado	1.043	5.048	6.091	2.172	5.549	7.721
Tribunal de Contas do Estado	14	70	84	33	44	76
Ministério Público do Estado	0,3	2	2	-	2	2
Poder Executivo	381.610	1.846.974	2.228.583	626.697	1.386.868	2.013.566
TOTAL	383.603	1.856.622	2.240.225	630.524	1.396.208	2.026.732

Em 2023, o saldo de precatórios de pessoal (R\$ 2,24 bilhões) teve um aumento de 10,5% quando comparado ao exercício de 2022 (R\$ 2,03 bilhões). O Poder Executivo concentra 99,5% do saldo da conta na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (UG 520002), o qual, ao final de 2023, foi de R\$ 2,23 bilhões a pagar.

Essa concentração é resultado da alteração na forma de repasse de recursos do Tesouro Estadual ao Tribunal de Justiça do Estado (TJSC) para o pagamento dos precatórios, promovida no exercício de 2020 e que passou a ser realizada por meio da execução orçamentária da despesa (empenho/liquidação/pagamento) no próprio Poder Executivo (UG 520002 - Encargos Gerais do Estado), em favor do TJSC, conforme a Informação Técnica Contábil nº 013/2020, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda. Segue quadro comparativo sobre a mudança de metodologia adotada.

	2019	A partir de 2020
Forma de Repasse	Repasse extraorçamentário ao TJSC, gerando um ativo no Tesouro Estadual. Esse ativo é baixado na regularização do pagamento pela execução orçamentária	Execução orçamentária da despesa em favor do TJSC pela UG 520002 - Encargos Gerais do Estado
Baixa do Passivo "P"	Pelo módulo de precatórios com base na informação do TJSC (arquivos) referente aos pagamentos de precatórios	Na execução orçamentária da despesa, ou seja, no repasse efetuado pelo Tesouro Estadual ao TJSC

Com relação aos Precatórios de Benefícios Previdenciários, em 2023 (R\$ 204,66 milhões) houve um aumento de 2,9% quando comparado ao saldo de 2022 (R\$ 198,87 milhões). O valor está registrado integralmente na Unidade Gestora Fundo Financeiro (UG 520002).

25. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Compreende as obrigações financeiras externas e internas a título de empréstimos com vencimentos no curto prazo e no longo prazo.

R\$ milhares

Empréstimos e Financiamentos	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Internos	796.123	15.875.339	16.671.461	696.171	15.951.633	16.647.803
Externos	148.651	1.319.652	1.468.304	156.876	1.578.386	1.735.261
Financiamentos	467	-	467	868	400	1.268
Juros e Encargos de Empréstimos a Pagar	205.224	-	205.224	203.142	-	203.142
TOTAL	1.150.465	17.194.991	18.345.456	1.057.057	17.530.419	18.587.475

Em 2023, o saldo total de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 18,35 bilhões, o que representa uma redução de 1,3% quando esse saldo é comparado ao exercício de 2022.

Destaque para o grupo Financiamentos, no Circulante, que apresentou saldo em 2023 de R\$ 467,15 mil, com uma redução de 46,2% em relação ao exercício de 2022 (R\$ 867,56 mil). Foram efetuadas movimentações nesse grupo para pagamentos de contrato referente à compra de imóvel em Blumenau (sede da 3ª Gerência Regional da Secretaria de Estado da Fazenda), no valor de R\$ 734,09 mil (conta contábil 2.1.2.3.1.02.00.00 - Financiamentos Internos do Exercício), na UG 520001, conforme o Processo SEF nº 235/2023. Também foi feita a reclassificação do longo prazo (conta contábil 2.2.2.3.1.01.00.00 - Financiamentos Internos) para o curto prazo (2.1.2.3.1.01.00.00 - Financiamentos Internos), no valor de R\$ 400,41 mil.

Outros detalhes sobre empréstimos e financiamentos são encontrados no Relatório da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de 2023, incluído no Volume 2 deste Balanço Geral.

26. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos com os seus respectivos credores referentes ao fornecimento de mercadorias e de outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, e as obrigações decorrentes da contratação de serviços, como energia elétrica, água, entre outros, aos entes públicos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

R\$ milhares

Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	80.750	-	80.750	132.269	86	132.356
Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores	518	-	518	2.038	-	2.038
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar - A partir de 5/5/2000	91.709	749.118	840.827	284.457	399.129	683.586
Precatórios de Fornecedor Repassados ao TJSC	63.069	-	63.069	39.127	-	39.127
Contas Parceladas a Pagar	-	-	-	5.027	-	5.027
TOTAL	236.047	749.118	985.165	462.918	399.215	862.133

Em 2023, destaque para a redução de 74,6% do saldo de Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores, no circulante, que em 2022 apresentava o saldo de R\$ 2,04 milhões. O Fundo de Melhoria da Polícia Civil (UG 160084) apresentou 97,4% do saldo desse grupo em 2023 (R\$ 505,13 mil).

R\$ milhares

Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores por Devedor	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Assembleia Legislativa do Estado	8	-	8	116	-	116
Tribunal de Contas do Estado	694	-	694	1	-	1
Poder Executivo	80.567	-	80.567	139.217	86	139.304
Fundo Estadual de Saúde	41.391	-	41.391	49.033	-	49.033
Fundação Catarinense de Cultura	9.765	-	9.765	449	-	449
Secretaria de Estado da Educação	5.997	-	5.997	9.010	86	9.096
Departamento Estadual de Trânsito	4.446	-	4.446	-	-	-
Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil	4.406	-	4.406	-	-	-
Demais Unidades Gestoras	14.563	-	14.563	80.725	-	80.725
TOTAL	81.269	-	81.269	139.334	86	139.421

Em 2023, o Fundo Estadual de Saúde (FES), a Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e a Secretaria de Estado de Educação (SED) representaram juntos 70,3% do saldo total de Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores, sendo o saldo da FES, da FCC e da SED, respectivamente, R\$ 41,39 milhões, R\$ 9,76 milhões e R\$ 6,0 milhões.

Em 2023, o saldo da FCC (UG 270033) apresentou uma variação positiva no valor de R\$ 9,32 milhões em relação ao ano de 2022 (conta contábil 2.1.3.1.1.01.02.00 - Fornecedores e Conta a Pagar Nacionais do Exercício). Boa parte dessa variação é referente ao Edital Elisabete Anderle - Edição 2023, conforme o Processo FCC nº 1179/2023.

Precatórios de Fornecedores

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário que determinam a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu à pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que em seu art. 1º, § 1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Com a Emenda Constitucional (EC) nº 109, de 15 de março de 2021, o Estado de Santa Catarina tem até 31/12/2029 para quitar o saldo de precatórios a pagar.

R\$ milhares

Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Poder Executivo	153.852	744.637	898.490	322.794	394.923	717.716
Ministério Público do Estado	654	3.165	3.819	416	3.041	3.457
Tribunal de Justiça do Estado	252	1.221	1.473	332	1.104	1.436
Assembleia Legislativa do Estado	20	95	115	42	61	104
TOTAL	154.778	749.118	903.896	323.584	399.129	722.713

Cabe destacar que em 2021 os precatórios devidos pelo Estado a órgãos e entidades federais e municipais foram separados nas contas contábeis 2.2.3.1.3.02.02.00 - Precatórios de Fornecedores Nacionais - União a partir de 5/5/2000 e 2.2.3.1.5.02.02.00 - Precatórios de Fornecedores Nacionais - Município a partir de 5/5/2000. Em 2023, as respectivas contas apresentaram os saldos finais de R\$ 9,61 milhões e R\$ 196,54 milhões.

Ao final de 2023, o saldo do Não Circulante de Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar, do Poder Executivo, era de R\$ 744,64 milhões, uma variação positiva de 88,6% em relação a 2022 (R\$ 394,92 milhões). Parte dessa variação decorreu da atualização de valores apurados pelo Tribunal de Justiça do Estado, conforme o Processo SEF nº 5899/2023. Os saldos de Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar, no Poder Executivo, estão registrados na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (UG 520002) e representam 99,4% do total devido por Santa Catarina.

27. OBRIGAÇÕES FISCAIS

R\$ milhares

Obrigações Fiscais	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
PIS/PASEP a Recolher do Exercício	8.873	-	8.873	-	-	-
Parcelamento PASEP	13.718	186.910	200.628	13.497	198.607	212.104
Demais Obrigações Fiscais	16	-	16	27	-	27
TOTAL	22.608	186.910	209.518	13.524	198.607	212.132

PIS/PASEP a Recolher do Exercício

O saldo de R\$ 8,87 milhões no grupo PIS/PASEP a Recolher do Exercício de 2023 está registrado no Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (UG 470022) e é referente à liquidação da despesa para recolhimento da contribuição ao PASEP, calculado no percentual de 1% sobre a totalidade das receitas e dos repasses recebidos, relativo à competência de dezembro de 2023, conforme o Processo IPREV nº 490/2023. Esse saldo está apresentado na conta contábil 2.1.4.1.3.11.02.00 - PIS/PASEP a Recolher do Exercício.

Parcelamento PASEP

Este saldo refere-se ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e da Medida Provisória nº 574/2012.

Em 2023, o saldo total de R\$ 200,63 milhões, referente ao Parcelamento PASEP, estava registrado na Unidade Gestora 520002 - Encargos Gerais do Estado. Houve uma redução de 5,4% no saldo da conta quando comparado ao saldo do exercício de 2022 (R\$ 212,10 milhões).

Outros detalhes sobre o Parcelamento PASEP são encontrados no Relatório da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de 2023, incluído no Volume 2 deste Balanço Geral.

28. PROVISÕES

Provisões são obrigações presentes que possuem prazo ou valor incerto, derivadas de eventos passados cujos pagamentos se espera que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviço.

R\$ milhares

Provisões	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão para Riscos Trabalhistas	-	31.743	31.743	7.070	13.188	20.258
Provisão para Riscos Cíveis	4.532	5.030	9.563	4.497	5.007	9.504
Provisão para Riscos Fiscais	3.098	-	3.098	3.098	-	3.098
Provisão para Repartição de Créditos	2.527.059	-	2.527.059	2.207.683	-	2.207.683
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	133.188.608	133.188.608	-	113.386.783	113.386.783
Provisão para Contingências	266.837	-	266.837	234.080	-	234.080
Provisão para Ação Judicial em Trânsito	2.109.340	-	2.109.340	3.165.140	-	3.165.140
TOTAL	4.910.867	133.225.382	138.136.249	5.621.568	113.404.978	119.026.546

Provisão para Riscos Trabalhistas

Em 2023, o saldo de R\$ 31,74 milhões, no Passivo não Circulante da provisão para riscos trabalhistas, foi composto por quatro unidades gestoras: a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, os Encargos Gerais do Estado e a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, com os valores de R\$ 10,46 milhões, R\$ 11,53 milhões, R\$ 1,03 milhão e R\$ 8,72 milhões, respectivamente.

Provisão para Riscos Cíveis

Já o saldo total da provisão para riscos cíveis de 2023 (R\$ 9,56 milhões) foi composto por três UGs: a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (R\$ 4,53 milhões no passivo circulante), e a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (R\$ 3,11 milhões) e a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (R\$ 1,92 milhão), ambas no passivo não circulante.

Provisão para Repartição de Créditos

A provisão para repartição de créditos refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2023, conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.

R\$ milhares

Impostos	31/12/2023		31/12/2022	
	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios	Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios
ICMS	822.501	1.370.834	679.380	1.132.300
IPVA	47.643	238.217	56.874	284.369
ITCMD	47.864	-	54.760	-
TOTAL	918.008	1.609.051	791.014	1.416.669

Provisões Matemáticas Previdenciárias

As Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) representam o total dos recursos necessários ao pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados. Os valores são calculados atuarialmente, em geral uma vez ao ano, em valor presente.

R\$ milhares

Fundo em Capitalização - RPPS	31/12/2023	31/12/2022
Provisões de Benefícios Concedidos	95.893.728	83.276.665
Aposentadoria/Pensões	109.358.243	101.142.531
Contribuições dos Inativos	(10.740.465)	(10.305.222)
Contribuições dos Pensionistas	(1.570.347)	(1.487.669)
Compensação Previdenciária do Plano do RPPS	(1.153.703)	(6.072.975)
Provisões de Benefícios a Conceder	37.294.880	30.110.119
Aposentadoria/Pensões	71.804.678	64.637.394
Contribuições do Ente	(13.926.177)	(14.085.890)
Contribuições dos Servidores e Futuros Aposentados	(17.237.370)	(16.437.337)
Compensação Previdenciária	(3.346.251)	(4.004.049)
TOTAL	133.188.608	113.386.783

Cabe observar que em 2023 ocorreram alterações na nomenclatura de contas contábeis referentes às Provisões Matemáticas Previdenciárias, conforme a Portaria nº 1.568, que aprovou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Esse Plano de Contas deve ser adotado obrigatoriamente para o exercício financeiro de 2023 (PCASP 2023), já o PCASP Estendido é de adoção facultativa. Na sequência seguem as alterações:

Conta Contábil 2022	Conta Contábil 2023
2.2.7.2.1.03.01.00 - Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios Concedidos do Fundo em Capitalização do RPPS	2.2.7.2.1.03.01.00 - Aposentadorias/Pensões Concedidas do Fundo em Capitalização do RPPS
2.2.7.2.1.04.01.00 - Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios a Conceder do Fundo em Capitalização do RPPS	2.2.7.2.1.04.01.00 - Aposentadorias/Pensões a Conceder do Fundo em Capitalização do RPPS
2.2.7.2.1.04.03.00 - *(-) Contribuições do Ativo para o Fundo em Capitalização do RPPS	2.2.7.2.1.04.03.00 - *(-) Contribuições Servidor e Futuro Aposentado/Pensionista para o Fundo em Capitalização do RPPS

Em 2020, concomitantemente à edição da Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2020³⁰, o cálculo atuarial³¹ apresentou as PMPs de acordo com o regramento e com as contas contábeis aplicadas ao Plano Previdenciário, ou seja, o resultado atuarial passou a impactar o patrimônio estadual.

O cálculo atuarial de 2023 contempla as normas e os procedimentos atuariais previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022 bem como utiliza as bases de dados cadastrais da competência de setembro de 2023 e demais dados financeiros posicionados em 31/12/2023. Os cálculos foram realizados em conformidade com a Nota Técnica Atuarial, enviada à Secretaria de Previdência, conforme previsto no art. 27 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em atendimento ao disposto na referida portaria, para a elaboração da avaliação foram consideradas várias alterações nas hipóteses: a atualização da tábua de mortalidade geral e de inválidos da IBGE 2020 para AT-2000 em atenção às conclusões do estudo de aderência de hipóteses; a revisão da taxa de crescimento real de remunerações de 1,81% ao ano para 1,93% ao ano; a redução obrigatória da estimativa de compensação previdenciária a receber de 8% do Valor Atual dos Benefícios a Conceder para 6% e adoção de 1,41% (conforme média atual) do Valor Atual dos Benefícios Concedidos; e variações de remunerações e proventos ocorridas em 2023.

Nas projeções de 31/12/2023 também já estão contempladas as alterações de requisitos e a forma de cálculo de benefícios promovidas pela Emenda Constitucional Estadual nº 82, de 9 de agosto de 2021, e pela Lei Complementar nº 773, de 11 de agosto de 2021, que adaptaram parcialmente a legislação estadual à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Além disso, em atendimento aos procedimentos contábeis previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, foi utilizado no cálculo atuarial o método de financiamento Crédito Unitário Projetado³² (PUC) em substituição ao método Idade de Entrada Normal (IEN), empregado anteriormente.

Em 2023, o passivo atuarial está registrado na conta contábil 2.2.7.2.0.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo, o qual apresentou um aumento de 17,5% quando comparado a 2022, concluindo o exercício com o valor de R\$ 133,19 bilhões.

30 Disponível em: https://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/orientacoes/275/NTPC_001_2020___Contabilizacao_Provisao_Matematica_RPPS.pdf.

31 As PMPs de 2021 e 2022 basearam-se na avaliação atuarial realizada pela empresa Actuarial, inscrita no CNPJ sob o número 00.767.919/0001-05.

32 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, p. 406.

Provisão para Ação Judicial em Trânsito

Em 2021, para a classificação de riscos fiscais decorrentes de demandas judiciais, o Estado de Santa Catarina, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e tendo como base os critérios adotados pela União, editou a Portaria GAB/PGE nº 102/2021 e a Informação GAB/PGE nº 007/2021, que estabeleceram as diretrizes para a atuação da PGE e para prestação de informações sobre ações ajuizadas contra o Estado, as autarquias ou fundações públicas que possam representar riscos fiscais.

Na Informação GAB/PGE nº 007/2021 afetam potencialmente o orçamento catarinense as ações judiciais em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado, ou quando houver multiplicidade de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito (demandas repetitivas). Nas duas hipóteses anteriores, são consideradas afetações apenas quando um eventual impacto financeiro de ambas as hipóteses for estimado em valor igual ou superior a R\$ 50 milhões. Também são qualificados como riscos fiscais os débitos tributários ou não tributários lançados pela União, suas autarquias ou fundações, em face dos quais o Estado de Santa Catarina tenha proposto medidas judiciais que visem a desconstituição do lançamento e que haja decisão desfavorável de órgão colegiado de Tribunal Superior.

No exercício de 2022, foram editadas as Informações GAB/PGE nº 002/2022 e nº 008/2022, com a finalidade de atualizar os dados referentes às ações judiciais ajuizadas contra o Estado de Santa Catarina, suas autarquias e fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, com fundamento nos critérios previstos na Portaria GAB/PGE nº 102/2021. A Informação GAB/PGE nº 002/2022 foi elaborada com o objetivo de complementar a Informação GAB/PGE nº 007/2021, já que esta última cuidou de levantamento preliminar, realizado pela PGE em curto lapso de tempo desde a edição da portaria regulamentadora do tema. Já no tocante à Informação GAB/PGE nº 008/2022, ressalta-se que houve algumas alterações quando comparada à Informação GAB/PGE nº 002/2022. Destaque para o aumento do impacto financeiro total, que ficou estabelecido não ser decorrente apenas da atualização monetária dos montantes indicados na Informação GAB/PGE nº 002/2022, mas, em seu maior volume, do aprimoramento do critério de cálculo utilizado pela PGE quanto ao potencial impacto financeiro das ações referentes às Letras Financeiras do Tesouro do Estado.

As classificações das ações judiciais quanto à probabilidade de perda estão apresentadas na Portaria GAB/PGE nº 102/2021 e, de forma resumida, podem ser consideradas como de Risco Provável, Risco Possível e Risco Remoto.

Em 2023, por meio do Processo PGE nº 3131/2023, a PGE tramitou a Informação GAB/PGE nº 2/2023, onde consta o Anexo Único com as informações atualizadas sobre os riscos fiscais até dezembro de 2023, totalizando R\$ 3,52 bilhões. Do total, aqueles valores com o grau de risco considerado "Provável" somam R\$ 2,11 bilhões e estão registrados na conta contábil 2.1.7.9.1.04.00.00 - Provisão para Ação Judicial em Trânsito, dos Encargos Gerais do Estado (UG 520002), em consonância com o entendimento do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (9ª edição), o qual preconiza que os riscos fiscais em que houver probabilidade de saída de recursos e que sejam possíveis de estimar os seus montantes são considerados provisões.

A tabela a seguir demonstra os valores extraídos do Anexo Único da Informação GAB/PGE nº 2/2023:

R\$ milhares

Riscos Fiscais com Grau de Risco Provável - Provisão		
Assunto	Principal Parte Ativa	Valor em 2023
LFTSC	Bradesco Vida e Previdência S.A.	51.024
LFTSC	Telos Fundação Embratel de Seguridade Social	120.721
LFTSC	Divalpar Participações Societárias Ltda.	5.213
LFTSC	BBVA Serviços e Negócios Ltda.	1.671
LFTSC	Fundação dos Economiários Federais	109.336
LFTSC	Lloyds TSB Bank PLC	433.601
LFTSC	Serpros - Fundo Multipatrocinado	273.899
LFTSC	Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS)	8.047
LFTSC	Multiplic Ltda.	487.072
LFTSC	Inepar S.A. Indústria e Construções	18.220
LFTSC	Hermano Marinho Pereira e outros	113.177
Sistema de Vencimentos	Licenças-prêmio não usufruídas	101.807
Sistema de Vencimentos	Colorminas Colorifício e Mineração Ltda.	14.874
Desapropriação	Pacheco & Pereira Ltda.	15.138
Desapropriação	Hélio Freitas e Branca Eladi Freitas	24.089
Desapropriação	Leila Maria Mezzomo Scherer e Amplicar Scherer	55.850
Sistema de Vencimentos	Sindicado dos Trabalhadores em Educação SC (SINTE)	96.304
Sistema de Vencimentos	Sindicado dos Trabalhadores em Educação SC (SINTE)	55.530
Sistema de Vencimentos	Sindicado dos Trabalhadores no Serviço Público SC (SINTESPE)	58.980
Ambiental	Ministério Público Federal	250
Total dos Riscos Fiscais não Tributários		2.044.803
Sistema Tributário	Lojas Americanas S.A.	64.533
Total dos Riscos Fiscais Tributários		64.533
Total dos Riscos Fiscais - Provisões		2.109.336

Cabe informar que em 2023, na conta contábil 2.1.7.9.1.04.00.00 - Provisão para Ação Judicial em Trânsito, também está registrado o valor de R\$ 4,00 mil na UG 430001 - Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina.

29. TRANSFERÊNCIAS FISCAIS

Compreendem os recursos a serem transferidos entre os entes da Federação às entidades do setor privado ou referentes aos repasses para execução orçamentária, com vencimento no curto e no longo prazo.

R\$ milhares

Transferências Fiscais	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Transferências Constitucionais a Pagar	59.257	25.576	84.833	-	-	-
Transferências Legais a Pagar	23.363	57.291	80.654	73.330	80.370	153.699
Transferências Discricionárias a Pagar	37.435	-	37.435	35.423	-	35.423
TOTAL	120.054	82.868	202.922	108.752	80.370	189.122

Transferências Constitucionais a Pagar

O grupo apresentou o saldo total de R\$ 84,83 milhões em 2023. Parte desse saldo é referente ao registro contábil de valores a pagar rateados ao Fundeb, pois o recurso permaneceu na conta Fundo de Investimentos no mês de dezembro de 2023.

Também está inclusa nesse grupo a Cota-Parte Municipal, nos termos da Lei Estadual nº 17.053/2016, referente a doações recebidas da Celesc pelo Fundo Social, considerando como receita tributária para efeitos de distribuição aos Poderes e à Udesc repasse aos municípios e aplicação em educação e saúde.

Esse passivo está registrado nas contas contábeis das Unidades Gestoras 520002 - Encargos Gerais do Estado e 520099 - Diretoria do Tesouro Estadual, apresentadas a seguir:

Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
2.1.5.1.4.02.04.00 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb	2.2.5.1.5.01.03.01 - Repartição da Cota de ICMS
2.1.5.1.5.01.03.01 - Repartição da Cota de ICMS	

Transferências Legais a Pagar

Enquadram-se nessas transferências aquelas que são arrecadadas por um ente, mas que devem ser transferidas a outros entes por disposição legal.

R\$ milhares

Obrigações	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Repasses aos Municípios - 25%	-	-	-	33.809	-	33.809
Fundeb - Doações	12.840	31.141	43.981	12.566	43.981	56.547
Fundeb - FNDE	10.497	26.151	36.648	10.730	36.388	47.119
Transferência Fundo a Fundo a Pagar do Exercício	-	-	-	16.199	-	16.199
Transferência Fundo a Fundo a Pagar de Exercícios Anteriores	25	-	25	25	-	25
TOTAL	23.363	57.291	80.654	73.330	80.370	153.699

Nesse passivo estão contabilizados também os valores devidos aos municípios e ao Fundeb referentes às doações da Celesc para o Fundo Social, caracterizadas pelo Tribunal de Contas do Estado como sendo de natureza tributária, assim como os valores devidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) decorrentes de divergência de valores apurados pelo Fundo, conforme os processos SEF nº 12153/2016 e SEF nº 13194/2022. Esse passivo está registrado na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (UG 520002) e inclui as movimentações das seguintes contas contábeis:

Passivo Circulante	Passivo Não Circulante
2.1.5.2.5.02.01.01 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações	2.2.5.2.5.02.01.00 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações
2.1.5.2.5.02.02.01 - Repasse Municípios - Fundeb - FNDE	2.2.5.2.5.02.02.00 - Repasse Municípios - Fundeb - FNDE
2.1.5.2.5.03.03 - Transferências Fundo a Fundo a Pagar de Exercícios Anteriores	

Em 2023, houve uma diminuição de 29,2% na conta contábil 2.2.5.2.5.02.01.00 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações (passivo não circulante), sendo decorrente da reclassificação de valor do longo prazo para o curto prazo (conta contábil 2.1.5.2.5.02.01.01 - Repasse Municípios - Fundeb - Doações). Mesmo com essa reclassificação, a conta de curto prazo (2.1.5.2.5.02.01.01) apresentou uma variação positiva de apenas 2,2% em relação ao exercício anterior por conta dos pagamentos efetuados em 2023.

Em 2023, destaque para o saldo zerado na conta contábil 2.1.5.2.5.01.01.00 - Repasse Municípios - 25%, em contraponto a 2022, que apresentava o saldo de R\$ 33,81 milhões (UG 520002 - Encargos Gerais do Estado). Esse saldo foi pago em 2023 e era referente ao coeficiente de distribuição de ICMS, apurado pelo Estado e aplicado pelo Banco do Brasil, com data de 13 de abril de 2015.

Cabe observar o valor de R\$ 25,20 mil no circulante, saldo referente à transferência fundo a fundo a pagar de exercícios anteriores (conta contábil 2.1.5.2.5.03.03.00 - Transferências Fundo a Fundo a Pagar de Exercícios Anteriores) que está registrado no Fundo Estadual de Assistência Social (UG 260093).

30. DEMAIS OBRIGAÇÕES

Compreendem aquelas obrigações realizadas junto a terceiros e não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto e no longo prazo.

R\$ milhares

Demais Obrigações	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos de Clientes	22.958	65.239	88.197	22.580	87.607	110.186
Consignações	202.893	-	202.893	180.643	-	180.643
Garantias	5.243	-	5.243	7.090	-	7.090
Depósitos Judiciais	7.135.546	-	7.135.546	6.940.409	-	6.940.409
Depósitos não Judiciais	744.683	-	744.683	368.036	-	368.036
Sentenças Judiciais	93.373	-	93.373	42.594	-	42.594
Indenizações e Restituições	28.632	922.283	950.915	44.380	952.788	997.167
Valores em Trânsito Exigíveis	124.516	-	124.516	7	-	7
Credores a Pagar sem Execução Orçamentária	24.630	-	24.630	30.029	-	30.029
Outras Obrigações	84	6.762	6.846	221	30.762	30.983
TOTAL	8.382.557	994.284	9.376.842	7.635.987	1.071.156	8.707.143

Adiantamentos de Clientes

Os adiantamentos de clientes registram, sobretudo, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina pela cessão do direito de operacionalização dos serviços bancários no prazo de 60 meses, contabilizados na Unidade Gestora Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriadas as receitas (variações patrimoniais aumentativas) mensalmente para o resultado do período em obediência ao regime da competência.

Em 2023, destaque para a variação negativa de 25,5% do saldo da conta 2.2.8.1.1.01.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo em relação a 2022. Essa variação refere-se ao item 2.3 do ITC 27/2021 - reclassificação do Passivo não Circulante para o Passivo Circulante, conforme Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras Avenças nº 038/2022 que entre si celebram o Estado de Santa Catarina e o Banco do Brasil S.A., tendo por objeto a centralização no Banco dos créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo Estado, Processo SEF nº 13794/2022.

Ressalta-se que o saldo de R\$ 65,24 milhões, na conta contábil Adiantamentos de Clientes, no Passivo não Circulante (2.2.8.1.1.01.00.00 - Adiantamentos de Clientes a Longo Prazo), está registrado na UG 520099 - Diretoria do Tesouro Estadual.

Depósitos Judiciais a Curto Prazo

R\$ milhares

Depósitos Judiciais a Curto Prazo	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Tribunal de Justiça do Estado	7.135.546	6.789.393
Diretoria do Tesouro Estadual	-	151.016
TOTAL	7.135.546	6.940.409

O valor de R\$ 7,14 bilhões contabilizado na conta Depósitos Judiciais a Curto Prazo, em 2023, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários) e possuem disponibilidade correspondente bloqueada para tal fim (vide Nota Explicativa nº 10).

Destaque para o valor de R\$ 151,02 milhões, que em 2022 estava registrado na conta Depósitos Judiciais a Curto Prazo, na Diretoria do Tesouro Estadual, e que foi reclassificado em 2023 para a conta Valores em Trânsito Exigíveis. Tal valor refere-se aos depósitos judiciais que ficaram sob a guarda do Tribunal de Justiça e que foram liberados para apropriação em receita após decisão judicial.

Essa reclassificação foi efetuada tendo como base a nova padronização das fontes de recursos a partir de 2023, conforme o Decreto nº 2.141, de 31 de agosto de 2022, a Portaria SEF nº 003/2023 e a NTPC nº 003/2020. Assim, o valor informado anteriormente foi reclassificado das contas contábeis 2.1.8.8.1.03.01.01 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial (P) e 2.1.8.8.1.03.01.02 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial (F) para as contas contábeis 2.1.8.9.1.19.05.01 - Alvarás Judiciais a Classificar (P) e 2.1.8.9.1.19.05.02 - Alvarás Judiciais a Classificar (F).

A Emenda Constitucional (EC) nº 109, de 15 de março de 2021, alterou o art. 101 da Constituição Federal e passou a informar que os estados, o Distrito Federal e os municípios que em 25 de março de 2015 se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2029, os seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período. Para tal, podem utilizar até 75% dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos nos quais o ente é parte, e 30% dos demais depósitos judiciais da localidade, sob jurisdição do Tribunal de Justiça (depósitos de terceiros).

Embasamento legal:

Tipo de Depósito	Legislação e Alcance
Depósitos em que o ente é parte	LC nº 151/2015 (até 70%)
	EC nº 94/2016 (até 75%)
	EC nº 99/2017 (até 75%)
Depósitos de terceiros	EC nº 94/2016 (até 20%)
	EC nº 99/2017 (até 30%)

Com isso, o tratamento contábil está segregado entre os depósitos de lides nas quais o ente é parte e os depósitos de terceiros, conforme a NTPC nº 003/2020. Cabe destacar que a Emenda Constitucional nº 114/2021 incluiu o § 5º ao art. 100 da Constituição Federal de 1988, que obrigou, a partir de 2022, a inclusão no orçamento das entidades de direito público de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado constantes de precatórios judiciais, apresentados até 2 de abril, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão os seus valores atualizados monetariamente.

Depósitos não Judiciais a Curto Prazo

Em relação aos depósitos do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), a Medida Provisória nº 222/2018³³, convertida na Lei nº 17.616/2018, alterou a Lei Estadual nº 13.342/2005, e a partir de agosto de 2018 o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC) ficou responsável pelo recolhimento mensal ao Tesouro do Estado do valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do PRODEC. Tal recolhimento deve observar as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses efetuados aos municípios.

Com a mudança, os valores referentes ao PRODEC³⁴ recebidos pelo FADESC³⁵ estão sendo recolhidos ao Tesouro mensalmente e reconhecidos como receitas orçamentárias, sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias - ICMS, não compondo mais a conta de depósitos. Dessa forma, registram-se esses recursos no Tesouro do Estado. O registro dos valores recebidos relacionados ao PRODEC é feito na conta contábil 2.1.8.8.1.04.20.00 - Depósitos do PRODEC, e a rotina de contabilização está prevista na NTPC nº 006/2018.

Do mesmo modo, com a publicação do Decreto nº 1.715, de 30 de agosto de 2018, foi alterado o art. 14 do Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, e o próprio Tesouro do Estado está repassando aos municípios o equivalente a 25% do benefício mensal de postergação do ICMS concedido pelo PRODEC.

Indenizações e Restituições

Do valor total deste grupo no Passivo Circulante, 99,9% referem-se à contabilização dos valores devidos ao Programa de Demissão Incentivada (PDI) da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (UG 440022), com um saldo de R\$ 28,61 milhões na conta 2.1.8.9.1.01.06.00 - Programa de Demissão Incentivada - PDI. No Passivo não Circulante o valor do PDI apresenta o saldo de R\$ 98,17 milhões, registrado na conta 2.2.8.9.1.01.06 - Programa de Demissão Incentivada - PDI. Em 2023 ocorreu uma redução de 35,2% na conta contábil de curto prazo e de 18,0% na conta de longo prazo em relação a 2022.

No Passivo não Circulante, destaca-se a conta contábil 2.2.8.9.1.01.10.00 - Depósitos Judiciais de Terceiros - EC nº 94/2016, na qual foram registradas as receitas relativas aos depósitos judiciais de terceiros a serem utilizados para pagamentos de precatórios, conforme o Processo SEF nº 1041/2021. Em 2023, o saldo final dessa conta totalizou R\$ 772,41 milhões.

33 A Medida Provisória nº 222/2018, convertida na Lei nº 17.616/2018, alterou o art. 9º da Lei nº 13.342/2005.

34 Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

35 Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14.

Valores em Trânsito Exigíveis

Em relação ao aumento de R\$ 124,51 milhões no saldo dos Valores em Trânsito Exigíveis, de 2022 para 2023, a maior parte foi referente à reclassificação de valores de depósitos judiciais das contas contábeis 2.1.8.8.1.03.01.01 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial (P) e 2.1.8.8.1.03.01.02 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial (F) para as contas contábeis 2.1.8.9.1.19.05.01 - Alvarás Judiciais a Classificar (P) e 2.1.8.9.1.19.05.02 - Alvarás Judiciais a Classificar (F), respectivamente.

Esse procedimento foi efetuado considerando a adequação da nova padronização das fontes de recursos a partir de 2023, conforme o Decreto nº 2.141, de 31 de agosto de 2022, a Portaria nº 003/2023 e a NTPC nº 003/2020, da SEF.

Credores a Pagar sem Execução Orçamentária

O valor registrado na conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária evidencia as despesas executadas pelo Estado sem o devido registro orçamentário na Unidade Gestora Fundo Estadual de Saúde (FES). Em 2023, esse valor alcançou o montante de R\$ 24,63 milhões, uma redução de 18,0% quando comparado a 2022 (R\$ 30,03 milhões).

Esse saldo refere-se à inscrição em responsabilidade do ordenador de despesa e o reconhecimento do credor, conforme as contas contábeis 2.1.8.9.1.28.01 - Credores a Pagar sem Execução Orçamentária, 8.6.3.2.1.01 - Passivo sem Execução Orçamentária (por FR), 8.9.7.3.1.11 - Responsáveis Apuração por Despesas Realizadas Excedentes a Programação Financeira e 8.9.7.3.1.13.00.00 - Responsáveis por Cancelamento de Despesas Liquidadas.

Do valor de Credores a Pagar sem Execução Orçamentária (R\$ 24,63 milhões), R\$ 64,44 mil referem-se à inscrição em responsabilidade devido ao cancelamento de liquidação de despesa sem outra nova liquidação em 2023, conforme a conta 8.9.7.3.1.13.00.00 - Responsáveis por Cancelamento de Despesas Liquidadas (UG 480091).

No exercício de 2024 (até 7/2/2024) houve a inscrição em responsabilidade do ordenador de despesa no montante de R\$ 3,19 milhões, referentes ao exercício de 2023. Destaca-se também que em 2024 (até 7/2/2024) foi baixado o valor de R\$ 1,86 milhão, sendo que R\$ 1,36 milhão foi empenhado e liquidado em 2023, e R\$ 508,29 mil foram empenhados em 2023 e liquidados em 2024.

Cabe observar que esses valores foram encaminhados para baixa da inscrição apenas em 2024. Assim, o saldo ajustado da conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária do FES, em 31/12/2023, seria de R\$ 25,96 milhões, estando, sob essa ótica, subavaliado em R\$ 1,33 milhão, conforme a seguinte tabela:

R\$ milhares

Saldo contábil do FES em 31/12/2023	24.630
(+) Inscrição em 2024 - competência 2023	3.191
(-) Baixas em 2024 - despesas empenhadas e liquidadas em 2023	1.356
(-) Baixas em 2024 - despesas empenhadas em 2023 e liquidadas em 2024	508
Saldo ajustado em 31/12/2023	25.957

Outras Obrigações

No grupo Outras Obrigações estão incluídas as seguintes contas contábeis em 2023:

R\$ milhares

Outras Obrigações	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
2.1.8.9.1.02.00.00 - Diárias a Pagar	63	-	63	221	-	221
2.1.8.9.1.10.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	8	-	8	-	-	-
2.1.8.9.1.26.00.00 - Suprimentos de Fundos a Pagar	12	-	12	-	-	-
2.2.8.9.1.99.00.00 - Outros Credores a Longo Prazo	-	6.762	6.762	-	6.762	6.762
TOTAL	84	6.762	6.846	221	6.762	6.983

Em 2023, 64% do valor registrado na Conta Contábil 2.1.8.9.1.02.00.00 - Diárias a Pagar refere-se à UG 160097 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar (R\$ 40,53 mil).

Já o saldo de R\$ 6,76 milhões, no Passivo não Circulante, está registrado na conta contábil 2.2.8.9.1.99.00.00 - Outros Credores a Longo Prazo na CIDASC.

31. RESULTADO DIFERIDO

Os resultados diferidos são compostos por variações patrimoniais aumentativas, que, por força da legislação, serão reconhecidas no resultado de exercícios futuros.

R\$ milhares

Resultado Diferido	2023	2022
2.2.9.1.1.01 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	309.800	438.879
2.2.9.1.1.02 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida Fruição PRODEC	1.859.915	1.619.383
SALDO	2.169.715	2.058.263

Em 2023, o saldo desse grupo está registrado no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC). O FADESC é responsável pela execução financeira do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), previsto na Lei Estadual nº 13.342/2005, que tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina.

A parte mais significativa do resultado diferido (R\$ 1,86 bilhão) se refere à fruição pelo uso do incentivo fiscal por empresas beneficiárias pelo PRODEC, conforme previsão da Lei nº 13.342/2005 e de suas alterações.

O outro montante do saldo (R\$ 309,80 milhões) decorre das previsões da Lei nº 15.500/2011, em conjunto com o Decreto nº 3.748/2005 (R\$ 71,68 milhões), relacionadas à SC Participações e Parcerias S.A., e da Lei nº 13.992/2007, combinada com o Decreto nº 1.534/2013 (R\$ 238,12 milhões), referentes ao Programa Pró-Emprego.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/SALDO PATRIMONIAL

32. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores é movimentada pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de práticas contábeis ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em 2023, o saldo total de ajuste resultante de retificação de exercícios anteriores é composto principalmente por:

- *ajustes do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial, feitos pelas empresas estatais dependentes devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e da pública, por não terem sido realizados de forma tempestiva;*
- *ajustes pela incorporação de contratos de financiamentos, a exemplo da Unidade Gestora Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, que promoveu o registro do contrato de financiamento Terra Boa Forrageiras, conforme saldos registrados nos resumos dos movimentos diários financeiros;*
- *ajustes de valores relacionados à depreciação, à reavaliação e à reclassificação de bens nos casos em que houve reconhecimento a maior ou a menor em exercícios anteriores pelas unidades gestoras, a exemplo da Unidade Gestora Tribunal de Justiça, que promoveu o estorno da depreciação referente ao prédio do Fórum de Canoinhas, em virtude de a Divisão de Patrimônio ter efetuado a baixa do imóvel para incorporação dos bens móveis, instalações e intangíveis entregues junto com a obra de construção CT: 51/2015;*
- *ajustes de valores referentes à provisão de Férias - Abono Constitucional - Militar, dos meses de janeiro a dezembro de 2022, a exemplo da Unidade Gestora Fundo de Melhoria da Polícia Militar, que efetuou o registro em atendimento às normas contábeis vigentes;*
- *ajustes pela baixa de prestação de contas de exercícios anteriores, a exemplo da baixa realizada pela Unidade Gestora Tribunal de Justiça, referente ao Processo SES nº 18591/2021 - Fundo Estadual de Saúde;*

- ajustes de estoques, a exemplo do Fundo Estadual de Saúde, que, por meio da nota de lançamento nº 2023NL181764, promoveu o registro da entrada de bens de estoque por requisição judicial, conforme o Relatório SGM - CES153;
- ajustes referentes à inscrição de créditos a receber relativos às prestações de contas das transferências especiais realizadas em 2021 e 2022.

Quadro-resumo do saldo dos valores registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores

R\$ milhares

Ajuste de Exercícios Anteriores Decorrentes de:	Valor
a) Mudança de Práticas Contábeis	-
b) Retificação de Exercícios Anteriores	159.308
TOTAL	159.308

Ajustes de Exercícios Anteriores por Unidade Gestora

R\$ milhares

Superávits ou Déficits Acumulados	Valor
Fundo Estadual de Saúde	60.446
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	26.497
Secretaria de Estado da Educação	21.746
Fundação Catarinense de Cultura	18.504
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	13.439
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	7.950
Secretaria de Estado da Saúde	6.948
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	3.649
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	2.930
Tribunal de Justiça do Estado	2.638
Fundação Catarinense de Educação Especial	1.670
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	(1.032)
Fundação Catarinense de Esporte	(2.573)
Encargos Gerais do Estado	(5.670)
Fundo Rotativo Regional Norte	(11.260)
Demais Unidades Gestoras	3.317
Superávit Acumulado	149.201
Lucros e Prejuízos Acumulados	
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	7.607
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	1.631
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	870
Santa Catarina Turismo S.A.	(1)
Lucro Acumulado	10.108
TOTAL	159.308

33. PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes são:

- a. *uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade; ou*

- b. *uma obrigação presente que decorre de eventos passados mas que não é reconhecida porque:*
- » *é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou*
 - » *o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.*

Com a publicação da Portaria GAB/PGE nº 102/2021, houve um importante avanço relacionado ao reconhecimento e à evidenciação dos riscos fiscais e passivos contingentes. Nessa portaria foram estabelecidos os critérios e os procedimentos a serem adotados pela PGE na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra o Estado, as autarquias ou as fundações públicas que poderiam representar riscos fiscais.

Naquela ocasião, os critérios adotados para a inclusão dos riscos fiscais foram detalhados na Informação GAB/PGE nº 7/2021, inscrita no Processo PGE nº 9029/2021, assim como os respectivos valores informados, os quais foram devidamente registrados no SIGEF.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) apresenta a seguinte árvore de decisões de como evidenciar possíveis passivos, levando em conta a classificação e a evidenciação das obrigações com base no respectivo grau de risco, probabilidade de saída de recursos e estimativa de valor.

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos	Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	Classificação	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanco Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Pouco provável	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Remota	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Não é divulgado
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

Fonte: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, p. 309.

Em 2023, por meio do Processo PGE nº 3131/2023, a PGE tramitou a Informação GAB/PGE nº 2/2023, onde consta o Anexo Único com as informações atualizadas sobre os riscos fiscais até dezembro de 2023, totalizando R\$ 3,52 bilhões. Do total, aqueles valores com o grau de risco considerado "Provável" somam R\$ 2,11 bilhões e estão contabilizados na conta contábil 2.1.7.9.1.04.00 - Provisão para Ação Judicial em Trânsito, conforme destacado na Nota Explicativa nº 28 - Provisões, a qual traz detalhes acerca da forma de classificação das ações judiciais e outras informações relevantes que constam na Informação GAB/PGE nº 7/2021.

Já os valores classificados com o grau de risco "Possível" (R\$ 1,41 bilhão) estão contabilizados na conta contábil de controle 8.4.1.1.1.02.00.00 - Processos Judiciais, no grupo Passivos Contingentes.

A Informação GAB/PGE nº 2/2023 destaca ainda que algumas demandas com grau de risco "Provável", que contemplam obrigações de fazer ao Estado ou que, por outras razões, não puderam ter o seu impacto financeiro estimado com razoável segurança, foram identificadas como "Não é possível estimar".

R\$ milhares

Riscos Fiscais - Passivos Contingentes			
Assunto	Principal Parte Ativa	Valor	Grau de Risco
LFTSC	BRB - Banco de Brasília S.A.	87.616	Possível
LFTSC	Blue Orion Negócios e Participações Ltda.	148.418	Possível
Bens Públicos	Ministério Público Federal	Não é possível estimar	Provável
Sistema de Vencimentos	Ministério Público Federal	Não é possível estimar	Provável
Total Riscos Fiscais não Tributários		236.035	
Sistema Tributário	Incidente de Demandas Repetitivas - TUST e TUSD	1.000.000	Possível
Sistema Tributário	Fundo de Reserva Depósitos Judiciais - Oi S.A.	175.000	Possível
Total Riscos Fiscais Tributários		1.175.000	
Total dos Riscos Fiscais - Passivo Contingente		1.411.035	

Fonte: Gerência da Dívida Pública - DITE - SEF

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

34. TRIBUTOS

A seguir apresentam-se os valores das principais classes de tributos que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs), de acordo com a NBC TSP nº 01 - Receita de Transações sem Contraprestação. Esses valores já consideram as deduções das receitas, sendo, portanto, líquidos.

R\$ milhares

Tributos	31/12/2023	31/12/2022
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	44.563.973	41.155.662
Taxas	2.001.695	1.763.751
TOTAL	46.565.669	42.919.414

O valor total de tributos equivale a 63,5% das VPAs (R\$ 73,27 bilhões), sendo os impostos responsáveis por 60,8% desse valor, enquanto as taxas representam 2,7%.

R\$ milhares

Impostos	31/12/2023	31/12/2022
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	2.770.652	2.472.077
Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	3.786.432	3.124.195
Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD e Transmissão de Bens Imóveis - ITBI	893.834	799.984
Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	37.113.055	34.759.406
TOTAL	44.563.973	41.155.662

R\$ milhares

Taxas	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	4.204	4.052
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	26.829	26.525
Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	22.061	10.086
Taxa de Prevenção de Sinistro	2.801	2.000
Taxa de Fiscalização dos Serviços Públicos de Saneamento	11.487	9.249
Taxa de Serviços Gerais	1.085.170	1.046.949
Taxa de Fiscalização do Transporte Coletivo Intermunicipal	7.285	13.923
Taxa de Selos de Fiscalização de Atos Registrados	8.677	59.539
Taxa de Fiscalização de Agrotóxicos	1.576	1.312
Taxa de Regularização e Controle do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros	7.710	10.735
Taxa de Prestação de Serviços Ambientais	38.702	34.786
Emolumentos e Custas Judiciais	368.850	306.589
Taxa de Registro de Contrato de Veículo	61.760	59.618
Taxa de Segurança Preventiva	1.947	1.931
Taxa de Defesa Sanitária	1.020	899
Taxa Extrajudicial	179.813	175.559
Taxa de Serviços Extrajudiciais Vagos	121.393	-
Taxa Extrajudicial Destinada a Atos e Serviços Notariais	50.399	-
Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos Delegados	12	-
TOTAL	2.001.695	1.763.751

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A seguir apresentam-se os valores das principais classes de despesas com benefícios a empregados (R\$ 24,37 bilhões) que compõem as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) e que representam 28,3% do valor total (R\$ 86,20 bilhões).

R\$ milhares

Remuneração a Pessoal	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal Ativo Civil - RPPS	7.435.093	6.951.567
Ativo Civil - RGPS	3.094.713	2.793.961
Ativo Militar	1.698.641	1.629.870
TOTAL	12.228.447	11.375.399

R\$ milhares

Encargos Patronais	31/12/2023	31/12/2022
Encargos Patronais - RPPS	5.445	4.672
Encargos Patronais - RGPS	730.915	641.545
Encargos Patronais - FGTS	35.304	32.975
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	44.809	58.268
Outros Encargos Patronais	17.807	16.470
TOTAL	834.279	753.930

R\$ milhares

Benefícios a Pessoal	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios a Pessoal - RPPS	409.268	388.430
Benefícios a Pessoal - RGPS	191.682	173.362
Benefícios a Pessoal - Militar	80.852	82.454
TOTAL	681.802	644.246

R\$ milhares

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	31/12/2023	31/12/2022
Indenizações e Restituições Trabalhistas	1.019.943	607.290
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	20.061	14.524
TOTAL	1.040.004	621.813

R\$ milhares

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31/12/2023	31/12/2022
Aposentadorias e Reformas	8.016.321	7.519.583
Pensões	1.509.188	1.426.998
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	60.299	54.487
TOTAL	9.585.808	9.001.068

36. RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial consolidado do exercício foi negativo de R\$ 12,96 bilhões, impactado principalmente pelo resultado das Provisões Matemáticas Previdenciárias no valor de -R\$ 19,80 bilhões.

As informações sobre as Provisões Matemáticas e Previdenciárias estão detalhadas na Nota Explicativa nº 28.

Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2023	31/12/2022
4.9.7.1.1.03.00.00 - Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	2.573.662	9.863.654
3.9.7.2.1.00.00.00 - Provisões Matemáticas Previdenciárias	22.375.486	35.926.362
DIFERENÇA	(19.801.824)	(26.062.708)

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

R\$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2023	31/12/2022
4.4.0.0.0.00.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.694.236	4.785.121
3.4.0.0.0.00.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.533.735	3.967.471
DIFERENÇA	1.160.501	817.651

Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R\$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2023	31/12/2022
4.5.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Recebidas	11.964.505	10.621.329
3.5.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Concedidas	20.282.011	18.707.398
DIFERENÇA	(8.317.506)	(8.086.069)

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

R\$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2023	31/12/2022
4.9.2.0.00.00.00 - Resultado Positivo de Participações	617.576	847.194
3.9.2.0.00.00.00 - Resultado Negativo de Participações	284.569	239.135
DIFERENÇA	333.008	608.059

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

37. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NAS DEMONSTRAÇÕES

A disponibilidade financeira é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez, assim como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro. Esses últimos são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois se trata de recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos de terceiros e as cauções recebidas, que devem ser devolvidas após a finalização dos contratos.

Diferentemente do saldo de caixa e dos equivalentes de caixa apresentados na DFC, no Balanço Financeiro (BF) os valores da fonte de recursos extraorçamentários integram o saldo de caixa e os equivalentes de caixa.

Dos valores considerados como caixa e equivalentes de caixa na DFC, destaca-se a quantia de R\$ 750,20 milhões, que está aplicada em fundos de investimentos pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Estaduais (RPPS), tendo restrições de uso imediato por parte desse regime.

Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Contábeis

R\$ milhares

Balanço Patrimonial/Balanço Financeiro	Valor	Demonstração dos Fluxos de Caixa	Valor
Caixa e Equivalentes de Caixa	16.433.735	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto disponibilidade extraorçamentária)	8.422.466
		Fundos de Investimento em Renda Fixa - RPPS	695.134
		Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	55.069
TOTAL	16.433.735	TOTAL	9.172.670

38. OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS/OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS

Estão contemplados na linha Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais os valores a título de transferências resultantes da execução orçamentária entre os órgãos e as entidades dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (conforme entram e saem, respectivamente), tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses, a exemplo das transferências de recursos ao Tribunal de Justiça para pagamentos de precatórios. Também são consideradas nessas linhas as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária, como a antecipação do repasse constitucional do PRODEC, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário.

39. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

Para se obter a geração líquida de caixa a partir do resultado orçamentário do exercício, determinadas informações devem ser consideradas para fins de exclusão ou inclusão. Mesmo que algumas operações afetem o resultado orçamentário, isso não significa, necessariamente, que tenham influenciado na geração líquida de caixa. Um exemplo dessa situação são os restos a pagar inscritos no período que, embora tenham sido despesas consideradas no ano para fins orçamentários, ainda não foram pagos e, portanto, não reduziram o caixa. Operação inversa ocorre com os restos a pagar pagos no exercício e que foram despesas orçamentárias de exercícios anteriores. Apresenta-se, a seguir, a conciliação do resultado orçamentário com a geração líquida de caixa.

Conciliação do Resultado Orçamentário com a Geração Líquida de Caixa

R\$ milhares

Item	31/12/2023
1. Resultado orçamentário (ver Nota Explicativa nº 44)	1.728.781
2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas)	1.888.454
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	(1.277.617)
4. Saldo de transações extraorçamentários (impactadas na DFC)	(55.244)
5. Perdas na aplicação financeira do RPPS	-
6. Outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	1
7. GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	2.284.374

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

40. VARIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO PERÍODO

R\$ milhares

Patrimônio Líquido	2023	2022	Varição
Patrimônio Social e Capital Social	5.395	5.395	0,0%
Capital Social Realizado	5.395	5.395	0,0%
(-) Capital Social a Realizar	(275)	(275)	0,0%
Capital Social Subscrito	5.670	5.670	0,0%
Reservas de Capital	368	368	0,0%
Outras Reservas de Capital	368	368	0,0%
Demais Reservas de Capital	118	118	0,0%
Reservas de Doações e Subvenções para Investimentos	250	250	0,0%
Demais Reservas	6.006.297	4.843.574	24,0%
Reserva de Reavaliação	6.004.023	4.841.301	24,0%
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	5.996.019	4.833.352	24,1%
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	8.004	7.949	0,7%
Outras Reservas	2.274	2.274	0,0%
Outras Reservas - Consolidação	2.274	2.274	0,0%
Resultados Acumulados	(95.099.599)	(82.333.554)	15,5%
Superávits ou Déficits Acumulados	(89.128.661)	(77.039.629)	15,7%
Ajustes de Exercícios Anteriores	149.201	(5.809)	-2668,7%
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	(90.323.460)	(71.246.579)	26,8%
Superávits ou Déficits do Exercício	(12.238.232)	(19.071.072)	-35,8%
Superávits ou Déficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão	13.283.830	13.283.830	0,0%
Lucros e Prejuízos Acumulados	(5.970.938)	(5.293.925)	12,8%
Ajustes de Exercícios Anteriores	10.108	16.751	-39,7%
Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(5.293.925)	(4.606.468)	14,9%
Lucros e Prejuízos do Exercício	(687.121)	(704.208)	-2,4%
TOTAL	(89.087.539)	(77.484.216)	15,0%

O valor total do patrimônio líquido do Estado reduziu 15%, resultando no valor de -R\$ 89,09 bilhões ao final de 2023 (-R\$ 77,48 bilhões em 2022).

Os resultados acumulados encerraram o exercício de 2023 com o saldo de -R\$ 95,10 bilhões, aumentando em 15,5% o saldo negativo em relação a 2022 (-R\$ 82,33 bilhões). As provisões matemáticas registradas no exercício de 2023 (R\$ 22,38 bilhões), mediante as Variações Patrimoniais Diminutivas, contribuíram substancialmente para o resultado negativo apurado, conforme destacado na Nota Explicativa nº 36.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

41. DESPESAS DEMONSTRADAS NA LOA E DOTAÇÃO INICIAL

O valor total autorizado para a execução das despesas foi de R\$ 49,73 bilhões, conforme as leis e os instrumentos que regem a execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado.

Esse montante é composto pela despesa fixada inicialmente na LOA, no total de R\$ 44,12 bilhões, acrescidos dos créditos adicionais³⁶ ao orçamento, no valor de R\$ 5,61 bilhões.

Destaca-se que, após a publicação da LOA, foram aprovadas e sancionadas as emendas não impositivas, porém sem a atualização no texto da referida lei, nos quadros e nas tabelas das dotações no Anexo I.

36 Créditos adicionais consistem em uma suplementação do orçamento inicialmente previsto, que visa atender despesas não calculadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses créditos podem ser:

- I. suplementares: é o reforço de uma dotação (verba consignada em orçamento) já existente e que se tornou insuficiente durante a execução do orçamento;
- II. especiais: destinam-se a cobrir despesas não previstas inicialmente; ou
- III. extraordinários: para despesas urgentes e imprevistas, como as decorrentes de calamidade pública, por exemplo.

A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis, que poderão ser provenientes de:

- I. superávit financeiro (sobra) apurado no exercício anterior;
- II. excesso de arrecadação;
- III. operações de crédito; ou
- IV. anulação parcial de dotação orçamentária autorizada na LOA.

R\$ milhares

Despesas	Demonstrativo das Despesas na LOA - Art. 4º	Dotação Inicial - SIGEF	Diferença
Correntes	36.682.409	36.615.409	67.000
Pessoal e Encargos Sociais	24.140.521	24.139.521	1.000
Juros e Encargos da Dívida	670.873	670.873	-
Outras Despesas Correntes	11.871.014	11.805.014	66.000
Capital	7.437.447	7.503.447	(66.000)
Investimentos	5.615.760	5.681.760	(66.000)
Inversões Financeiras	410.583	410.583	-
Amortização da Dívida	1.411.105	1.411.105	-
Reserva de Contingência	*	1.000	(1.000)
TOTAL	44.119.856	44.119.856	-

* O valor da Reserva de Contingência previsto na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 1 milhão, porém ele não foi considerado na linha totalizadora da tabela da LOA e, por isso, não foi apresentado aqui.

42. DETALHAMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

As receitas intraorçamentárias líquidas arrecadadas, sendo em sua totalidade receitas correntes, somaram R\$ 2,17 bilhões em 2023, registrando um aumento de 7,2% quando comparadas a 2022 (R\$ 2,02 bilhões).

Do total das receitas intraorçamentárias, 77,8% referem-se às contribuições previdenciárias do RPPS arrecadadas pelo Fundo Financeiro. Destaque também para as receitas de serviços do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, que representaram 17% das receitas auferidas.

Já as despesas intraorçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 2,18 bilhões, o que representa 6,6% a mais que o valor registrado no exercício de 2022 (R\$ 2,05 bilhões). Desse valor, R\$ 2,18 bilhões referem-se às despesas correntes e R\$ 3,63 milhões correspondem a despesas de capital. Destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, no valor de R\$ 1,79 bilhão, representando 81,9% do total de despesas intraorçamentárias empenhadas no exercício.

R\$ milhares

Poder/Órgão	Despesa Intraorçamentária			
	Pessoal e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Total
Executivo	1.306.778	359.002	1.460	1.667.240
Legislativo	82.266	5.500	-	87.766
Judiciário	309.163	17.551	-	326.713
Ministério Público	88.416	9.698	2.168	100.282
CONSOLIDADO GERAL	1.786.624	391.750	3.628	2.182.001

43. SUPERÁVIT FINANCEIRO UTILIZADO PARA FINANCIAR AS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO EXERCÍCIO CORRENTE

Do total das despesas executadas no ano de 2023, o valor de R\$ 2,44 bilhões foi custeado com o superávit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa referente às receitas arrecadadas em outros anos.

R\$ milhares

Despesas	2023
Despesas Correntes	1.920.638
Pessoal e Encargos Sociais	737.337
Outras Despesas Correntes	1.183.301
Despesas de Capital	517.796
Investimentos	492.177
Amortização da Dívida	25.619
TOTAL	2.438.434

44. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário do exercício foi superavitário em R\$ 1,73 bilhão e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida arrecadada no período (R\$ 45,66 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 43,93 bilhões). Parte da despesa empenhada (R\$ 2,44 bilhões) foi custeada com superávit financeiro de exercícios anteriores, conforme a Nota Explicativa nº 43. Mais informações sobre o resultado orçamentário estão detalhadas no capítulo Gestão Orçamentária deste Balanço.

R\$ milhares

Resultado Orçamentário por Categoria Econômica	2023
Receita Corrente	45.505.136
Despesa Corrente	39.800.049
Resultado Corrente	5.705.087
Receita de Capital	150.940
Despesa de Capital	4.127.246
Resultado de Capital	(3.976.306)
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	1.728.781

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

45. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro (BF) foi positivo no valor de R\$ 3,04 bilhões, correspondendo à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 16,43 bilhões) e no início do ano (R\$ 13,40 bilhões).

A conciliação do resultado financeiro a partir do resultado orçamentário demonstra os valores que devem ser deduzidos e acrescentados para alcançar o valor do impacto financeiro real do ente no exercício.

R\$ milhares

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro	31/12/2023
1. Resultado Orçamentário (ver Nota Explicativa nº 44)	1.728.781
2. Restos a Pagar Inscritos no Período, Inclusive Serviços da Dívida a Pagar (Despesas Empenhadas e não Pagas)	1.888.454
3. Restos a Pagar Pagos no Período (Despesas Empenhadas em Anos Anteriores)	(1.277.617)
4. Saldo de Transações Extraorçamentárias (Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados)	714.326
5. Resultado Extraorçamentário das Aplicações do RPPS	(17.882)
6. Outros Pagamentos e Recebimentos Extraorçamentários	1
7. RESULTADO FINANCEIRO (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	3.036.062

OUTRAS NOTAS RELEVANTES

46. RENÚNCIA DE RECEITA

R\$ milhares

Renúncia/Espécie	Previsão DIAT	Análise Vertical	Renúncia efetiva Janeiro a dezembro de 2023	Análise Vertical
Crédito Presumido	15.541.230	76,6%	16.102.961	74,4%
Alteração de Alíquota	2.921.233	14,4%	3.100.197	14,3%
Isenção	1.593.158	7,8%	2.016.295	9,3%
Remissão	1.508	0,007%	162.462	0,8%
Anistia	-	0,0%	8.233	0,04%
Outros Benefícios Tributários	243.307	1,2%	255.078	1,2%
TOTAL	20.300.436	100,0%	21.645.226	100,0%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária - DIAT/Secretaria de Estado da Fazenda

No período de janeiro a dezembro do ano de 2023, a renúncia de receita efetiva do Estado totalizou R\$ 21,65 bilhões³⁷, o que representa um aumento de 5,6% em relação a 2022. No que diz respeito à previsão, a renúncia apresentou uma variação positiva de 44,8% quando comparada com o mesmo período de 2022 (R\$ 14,02 bilhões), totalizando R\$ 20,30 bilhões em 2023. De acordo com a Diretoria de Administração Tributária (DIAT), o crescimento da renúncia efetiva referente à previsão está relacionado com o crescimento do faturamento das empresas enquadradas no regime normal de tributação do ICMS, que superou a inflação nesses últimos dois anos.

Cabe ressaltar que a projeção da renúncia de receita de 2023 elaborada pela DIAT foi ajustada para considerar o valor de R\$ 44,54 milhões de crédito presumido concedido à Celesc, relativo ao Programa Luz para Todos, conforme previsto no inciso XV do art. 15 do Anexo 2 do RICMS/SC (Processo SEF nº 8821/2023). Esse montante não constou originariamente na projeção da renúncia prevista na Lei nº 18.502/2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023).

O Crédito Presumido foi o benefício tributário que apresentou o maior valor de renúncia efetiva de receita em 2023 (R\$ 16,10 bilhões). A renúncia efetiva do Crédito Presumido foi 3,6% maior que a prevista para o exercício de 2023. O destaque foi o setor de importação, que apresentou o benefício tributário efetivo no valor de R\$ 8,05 bilhões.

Os valores de projeção de renúncia e de renúncia efetiva para 2023 do benefício Crédito Presumido por setor estão apresentados na tabela a seguir.

³⁷ Conforme o Relatório de Desempenho da Arrecadação Tributária, constante no Volume 2 deste Balanço Geral.

R\$ milhares

Crédito Presumido	Projeção para 2023	Renúncia Efetiva em 2023
Agropecuária e pesca	306.400	317.600
Comércio	346.965	698.797
Comunicação	9.892	6.937
Importação	8.556.052	8.045.475
Indústria	5.665.215	6.340.970
Medicamentos e equipamentos para a saúde	427.189	433.967
Transportes	181.624	221.670
Política social e cestas básicas	44.541	35.579
Diversos	3.352	1.965
TOTAL	15.541.230	16.102.961

Fonte: Diretoria de Administração Tributária/Secretaria de Estado da Fazenda

Os benefícios tributários foram registrados nas contas contábeis do grupo 8.6 - Controles Fiscais e encerraram o ano de 2023 com os seguintes valores:

R\$ milhares

Contas Contábeis de Registros dos Benefícios Tributários	Valor
86111000000 - Benefícios Tributários - A Conceder	(1.344.790)
86111010000 - Anistia	(8.233)
86111020000 - Remissão	(160.954)
86111030000 - Crédito Presumido	(561.731)
86111040000 - Isenção	(423.138)
86111050000 - Alteração de Alíquota	(178.964)
86111990000 - Outros Benefícios Tributários	(11.771)
86112000000 - Benefícios Tributários - Concedidos	21.645.226
86112010000 - Anistia	8.233
86112020000 - Remissão	162.462
86112030000 - Crédito Presumido	16.102.961
86112040000 - Isenção	2.016.295
86112050000 - Alteração de Alíquota	3.100.197
86112990000 - Outros Benefícios Tributários	255.078
TOTAL	20.300.436

O detalhamento das renúncias de receitas no exercício é apresentado no Volume 2 deste Balanço, no Relatório do Desempenho da Arrecadação Tributária.

47. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Em atendimento à NBC TSP 22 - Divulgação sobre Partes Relacionadas e visando melhorar o padrão de divulgação das informações financeiras do Estado, apresentam-se as principais transações financeiras ocorridas em 2023 - aumento/redução de capital, ressarcimento de pessoal requisitado, subvenções econômicas, dividendos propostos e garantias e avais - entre o Estado, ente controlador, e suas empresas controladas:

- a. *BADESC*
- b. *BRDE*
- c. *BESCOR*
- d. *CASAN*
- e. *Celesc*
- f. *CIASC*
- g. *CODISC³⁸*
- h. *Hidrocaldas*
- i. *IAZPE*
- j. *INVESC*
- k. *Sapiens Parque S.A.*
- l. *SCPar*

Aumento de Capital

Durante o exercício de 2023, o Estado repassou R\$ 265,22 milhões para aumento de capital do BADESC, CASAN, Hidrocaldas, INVESC, Sapiens Parque e SCPar.

Todos os aumentos de capital foram registrados nos Encargos Gerais do Estado (UG 520002).

Mais detalhes sobre o aumento de capital são apresentados na Nota Explicativa nº 21 - Adiantamento para Aumento de Capital deste Balanço Geral.

Ressarcimento de Salários de Pessoal Cedido ao Governo

No exercício de 2023, houve um aumento de 64,3% das despesas de ressarcimento de salários de pessoal cedido ao Governo em relação a 2022, o que totaliza o valor de R\$ 3,25 milhões considerando as despesas liquidadas no ano.

Do total das despesas liquidadas, 40,3% referem-se a ressarcimento de salários de pessoal cedido da CASAN, 33,1% são de ressarcimento de salários de pessoal da SCPar, 13,5% são do CIASC e 13,0% da Celesc.

38 Em 1989, a Lei nº 7.724/1989 autorizou a extinção da CODISC, cujo processo de liquidação foi concluído em setembro de 2022.

R\$ milhares

Empresa	2023	2022
CASAN	1.313	1.153
CIASC	440	628
Celesc	423	9
SCPar	1.078	191
TOTAL	3.254	1.980

(Valores liquidados no subelemento de despesa 31.90.96.01 para as partes relacionadas e acumulados até dezembro)

Subvenções Econômicas

Durante o exercício de 2023, o Governo repassou o valor total de R\$ 61,82 milhões como subvenção econômica para as partes relacionadas, sendo R\$ 26,66 milhões ao BADESC e R\$ 35,16 milhões ao BRDE.

R\$ milhares

Empresa	2023	2022
BADESC	26.661	32.785
BRDE	35.157	42.688
TOTAL	61.818	75.473

(Valores liquidados nos subelementos de despesa 33.60.45.05 e 33.60.92.45 para as partes relacionadas e acumulados até dezembro)

O valor de R\$ 26,66 milhões destinado ao BADESC é decorrente de ressarcimentos referentes aos programas Recomeça SC, SC Empresarial mais renda, Emergencial Covid-19 - Lei nº 17.935/2020 e Microcrédito Juro Zero.

Já o valor de R\$ 35,16 milhões, repassado para o BRDE, refere-se ao ressarcimento do Programa Emergencial Covid-19 - Lei nº 17.935/2020, que autoriza o Poder Executivo a conceder subsídio parcial da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito a micro e pequenos empreendedores com sede no Estado, para enfrentamento dos prejuízos econômicos advindos da emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus (Covid-19).

Prestação de Serviços de Partes Relacionadas

Em 2023, Santa Catarina consumiu R\$ 281,83 milhões em serviços das empresas controladas. Os serviços tomados do CIASC foram os mais representativos (51,3% do total), e a maior parte deles englobou serviços de tecnologia da informação e comunicação contratados. A Celesc, responsável pelo fornecimento de energia elétrica, foi a segunda maior fornecedora entre as partes relacionadas do Estado (35,0% do total). Os serviços de água e esgoto, fornecidos pela CASAN, representaram 13,6% do total contratado.

R\$ milhares

Empresa	2023	2022
CIASC	144.693	127.792
Celesc	98.735	99.389
CASAN	38.406	32.376
TOTAL	281.833	259.557

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, valores liquidados, elementos de despesa 33.90.35, 33.90.39, 44.90.39 e subelementos de despesa 33.90.40.03, 33.90.40.12, 33.90.40.32, 33.90.40.97, 44.90.40.32 e 44.90.40.94, e no campo credor o CNPJ de cada empresa, valores até dezembro)

Juros sobre o Capital Próprio

Em 2023, o Estado registrou o valor de R\$ 64,44 milhões a título de juros sobre o capital próprio referente às empresas Celesc e BADESC, na conta contábil 4.9.2.2.1.02 - Juros sobre o Capital Próprio, na Unidade Gestora 520002- Encargos Gerais do Estado.

Dividendos

Ao final de 2023, o Estado possuía no seu ativo o valor de R\$ 31,96 milhões de dividendos a receber.

R\$ milhares

Empresa	2023	2022
CASAN	20.628	20.628
SCPar	9.255	9.255
Celesc	2.076	2.103
TOTAL	31.959	31.986

Em 2023, o Estado recebeu o montante de R\$ 4,44 milhões referente a dividendos, R\$ 4,14 milhões a mais que em 2022 (R\$ 296,54 mil). Quase 100% da receita de 2023 refere-se a dividendos recebidos da Celesc, e foi registrada na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado (UG 520002).

Valores a Pagar

Santa Catarina tem os seguintes valores reconhecidos como restos a pagar inscritos em 2023 pelas partes relacionadas:

R\$ milhares

Empresa	Restos a Pagar não Processados	Restos a Pagar Processados	TOTAL
CIASC	24.692	659	25.351
Celesc	15.420	-	15.420
CASAN	6.099	163	6.261
TOTAL	46.211	822	47.033

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, Credor CNPJ de cada empresa, valores até dezembro)

Destaque para os Restos a Pagar registrados no CIASC e na Celesc, que somados representam 86,7% do total de Restos a Pagar referentes às Partes Relacionadas em 2023 (R\$ 47,03 milhões).

Avais e Garantias Concedidas

O Estado é garantidor de operações internas e externas da CASAN e da Celesc, como mostrado a seguir:

R\$ milhares

Avais e Garantias do Estado	2023	2022
CASAN	362.802	433.017
Caixa Econômica Federal	175.953	183.004
Agence Française de Développement	186.850	250.013
Celesc	1.303.170	1.166.319
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	1.303.170	1.166.319
TOTAL	1.665.973	1.599.336

Os valores de Avais e Garantias referentes às partes relacionadas foram registrados nos Encargos Gerais do Estado (UG 520002).

48. EVENTOS SUBSEQUENTES

Da data do fechamento do exercício até a data de autorização de publicação destas demonstrações contábeis, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.



GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**
SECRETARIA DA FAZENDA

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

